



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DANIELA BRAGA SANTOS

A REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM
(1975-2019)

BRASÍLIA, DF
2020

DANIELA BRAGA SANTOS

**A REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM
(1975-2019)**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte integrante dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, História e Crítica

Orientador: Prof^a.Dra. Carolina Pescatori Candido da Silva

Brasília, DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DANIELA BRAGA SANTOS

A REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM (1975-2019)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte integrante dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra Carolina Pescatori Candido da Silva -
Orientador
PPG-FAU/FAU/UnB

Prof. Dr. Ricardo Trevisan- Membro interno
PPG-FAU/FAU/UnB

Prof^a. Dra. Celina Fernandes Almeida Manso-
Membro externo
UnUCET/UEG

Prof^a. Dra. Luciana Saboia Fonseca Cruz-
Membro suplente
PPG-FAU/FAU/UnB

Brasília, 31 de Julho de 2020

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãos,

Rosângela e Cleinaldo

Letícia e Ullisses

Aos meus tios,

Andriana Mendonça e Cleito Pereira

E aos meus amigos,

Amanda, Flávia, Leandro e Pedro

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender a construção da paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia por meio da análise e identificação de camadas espaço-temporais. Assim, a questão norteadora é: qual é o conteúdo das camadas espaço-temporais da Região Noroeste de Goiânia? Para essa análise, foram identificados quatro recortes temporais, dos anos 1975-2019, que se dividem em: a 1ª camada espaço-temporal (1975-1982) caracterizada, pela presença de algumas chácaras de recreio, por ocupações irregulares em 1979 e as organizações sociais pelo direito à moradia e infraestrutura urbana. A 2ª camada espaço-temporal (1982-1990), com um caráter 'semiurbano', a Região apresentou uma baixa qualidade da infraestrutura urbana e pelas ocupações promovidas por programas de habitação social do governo estadual. A 3ª camada espaço-temporal (1990-2000) demonstrou uma mudança no padrão social e espacial na Região com o investimento em equipamentos do setor público e privado. E a 4ª camada espaço-temporal (2000-2019) pela emergência da Região Noroeste como um potencial urbano, diante das novas dinâmicas urbanas estabelecidas internamente. Assim, a pesquisa permitiu compreender como a atuação da política social do governo de Goiânia, imobiliário/privado e da própria comunidade, formada pelos moradores, exerceu e continua exercendo um papel ativo na configuração da paisagem por meio de: 1) regularização de loteamentos urbanos, reivindicações por uma qualidade na infraestrutura urbana, 2) da promoção de mutirões para a construção de habitações populares, 3) aumento no padrão sócio econômico dos moradores e 4) do investimento do mercado imobiliário e de proprietários privados na especulação de loteamentos urbanos ao promover a construção de condomínios residenciais horizontais fechados, que por sua vez criam uma diferenciação social e urbana interna na Região. A dissertação também considerou a relação da Região Noroeste com momentos significativos para a história política do urbanismo de Goiânia, contextualizando-a e compreendendo-a como parte de um processo de dispersão e consolidação da cidade como meio urbano.

Palavras-chave: Goiânia; Região Noroeste de Goiânia; Paisagem urbana; Camada espaço-temporal.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the construction of the urban landscape of the Northwest Region of Goiânia through the analysis and identification of space-time layers. Thus, the guiding question is: what is the content of the spatio-temporal layers of the Northwestern Region of Goiânia? For this analysis, four time clippings were identified, from the years 1975-2019, which are divided into: the 1st space-time layer (1975-1982) characterized by the presence of some recreational farms, by irregular occupations in 1979 and social organizations by the right to housing and urban infrastructure. The 2nd spatial-temporal layer (1982-1990), with a 'semiurban' character, the Region presented a low quality of urban infrastructure and occupations promoted by state government social housing programs. The 3rd space-time tier (1990-2000) demonstrated a change in the social and spatial pattern in the Region with the investment in public and private sector equipment. And the 4th space-time tier (2000-2019) by the emergence of the Northwest Region as an urban potential in the face of new urban dynamics established internally. Thus, the research made it possible to understand how the social policy of the government of Goiânia, real estate/private and the community itself, formed by the residents, played and continues to play an active role in shaping the landscape through: 1) regularization of urban allotments, demands for quality in urban infrastructure, 2) the promotion of mutirões for the construction of low-income housing, 3) increase in the socio-economic standard of the residents and 4) the investment of the real estate market and private owners in the speculation of urban allotments by promoting the construction of horizontal closed residential condominiums, which in turn create a social and urban differentiation within the Region. The dissertation also considered the relationship of the Northwest Region with significant moments in the political history of urbanism in Goiânia, contextualizing it and understanding it as part of a process of dispersion and consolidation of the city as an urban environment.

Keywords: Goiânia; Northwestern Region of Goiânia; Urban landscape; Space-time layer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 0 – Localização da Região Noroeste de Goiânia	
Figura 1 – Plano urbano original de Goiânia de Atílio, a esquerda, e o plano modificado por A.A. de Godoy	58
Figura 2 – Cartaz de propaganda da nova cidade de Goiás em 1934	62
Figura 3 – Região de Expansão de Goiânia	65
Figura 4 – Região de Expansão de Goiânia: ‘déficit’ habitacional	68
Figura 5 – Estrutura viária, proposta pelo PDIG (1969)	73
Figura 6 – Espacialização socioeconômica proposta por Oliveira (2005)	77
Figura 7 – Situação dos loteamentos de Goiânia em 1964.	79
Figura 8 – Localização das chácaras Helou destacada em verde	80
Figura 9 – Mapa referente Goiânia com destaque para a Região Noroeste	83
Figura 10 – Jornal informativo, A voz dos trabalhadores	84
Figura 11 – Movimento do custo de vida do Estado de Goiás	85
Figura 12 – Jornal informativo, A voz dos trabalhadores	86
Figura 13 – Região Noroeste, ocupação em 1975, baseado em Ramos (2016)	89
Figura 14 – Reportagem Ampliada do Diário da Manhã (26/06/1982)	91
Figura 15 – Movimento União das Invasões e a luta pela doação de terras	95
Figura 16 – Capa do Boletim Informativo da União dos Invasores	98
Figura 17 – Passeata popular dos moradores do Jardim Nova Esperança	99
Figura 18 – Reportagem sobre o posicionamento do prefeito Goianésio	101
Figura 19 – Reportagem sobre a casa econômica oferecida pelo governo	103
Figura 20 – Boletim explicando a problemática da casa econômica	104
Figura 21 – Pessoas chegando à área que se tornou o Jardim Nova Esperança	106
Figura 22 – Matéria sobre a organização das ocupações	108
Figura 23 – Exemplos da origem de alguns dos moradores	110
Figura 24 – Resumo do processo de consolidação do Jardim Nova Esperança	111
Figura 25 – Recorte referente as ocupações na Fazenda Caveira	113
Figura 26 – Passeatas pela luta pela terra urbana	114
Figura 27 – Recorte de jornal sobre a ação pública para as ocupações	115
Figura 28 – Reportagem sobre as negociações quanto as ocupações	116
Figura 29 – Imagem da ocupação da Fazenda Caveira	117

Figura 30 – Demarcação do espaço da Fazenda Caveiras	117
Figura 31 – A ocupação do Jardim Nova Esperança em 1979	118
Figura 32 – O Jardim Nova Esperança ainda não um espaço urbanizado	118
Figura 33 – Construções levantadas no Jardim Nova Esperança	119
Figura 34 – Os moradores organizando a repartição dos terrenos	120
Figura 35 – Reportagem sobre as ‘invasões’	121
Figura 36 – Reivindicação por infraestrutura no Jardim Nova Esperança	122
Figura 37 – Mutirão para abertura das ruas	123
Figura 38 – Mapa de 1979 das quadras com nome dos moradores	124
Figura 39 – Construção no bairro Jardim Nova Esperança	124
Figura 40 – A paisagem da ocupação do Jardim Nova Esperança em 1990	126
Figura 41 – Planta de situação da Região Noroeste de Goiânia (1975-1988)	128
Figura 42 – A ação do governo sobre a população de baixo poder aquisitivo	134
Figura 43 – A dificuldade da construção de moradia na Vila Finsocial	139
Figura 44 – Manchete “ Invasores preteridos fazem passeata”	140
Figura 45 – Imagem ampliada	141
Figura 46 – Ampliação da reportagem	142
Figura 47 – Reportagem sobre a regularização da Vila Finsocial	144
Figura 48 – Ocupação da área verde interna da Vila Finsocial	146
Figura 49 – Reportagem sobre o desmatamento da Vila Finsocial	146
Figura 50 – Reportagem sobre a Vila Finsocial	146
Figura 51 – Aspecto das moradias da Vila Finsocial	147
Figura 52 – Reportagem retratando as melhorias no bairro	148
Figura 53 – A ação para a remoção e locação dos moradores na Vila Mutirão	150
Figura 54 – Posicionamento sobre a construção das moradias na Vila Mutirão	152
Figura 55 – Questionamento sobre o empreendimento da Vila Mutirão	153
Figura 56 – Aspectos sociais e de hermetismo	154
Figura 57 – Desconstrução da Vila São José para a Vila Mutirão	155
Figura 58 – Remoção das moradias para a Vila Mutirão	156
Figura 59 – Mudança da Vila São José para a Vila Mutirão	157
Figura 60 – Trecho da reportagem	158
Figura 61 – Reportagem sobre o Mutirão ser uma forma de serviço	160
Figura 62 – Localização da Vila Mutirão	161
Figura 63 – Protótipo da casa da Vila Mutirão	162

Figura 64 – Construção da Vila Mutirão	163
Figura 65 – Processo de construção da Vila Mutirão	164
Figura 66 – Manchete sobre a construção da Vila Mutirão	165
Figura 67 – Infraestrutura precária da terceira etapa da Vila Mutirão	166
Figura 68 – Ampliação da Vila Mutirão, em uma segunda e terceira etapa	167
Figura 69 – A paisagem do Jardim Curitiba	169
Figura 70 – Sequência da configuração da paisagem do Jardim Curitiba	170
Figura 71 – A Conteúdo dos serviços ainda não encontrados no bairro	171
Figura 72 – Reportagem sobre os moradores do Jardim Curitiba III	172
Figura 73 – Composição da paisagem dos Jardim Curitiba III	173
Figura 74 – Reportagem referente ao Jardim Curitiba, etapa II	174
Figura 75 – Reportagem referente ao Jardim Curitiba, etapa II	175
Figura 76 – Mapa de uso e ocupação do Solo da Região Noroeste em 1996	178
Figura 77 – A atuação da ONU na Região Noroeste de Goiânia	182
Figura 78 – Reunião da ONU, a Prefeitura de Goiânia e o IPLAN em 5/08/94	183
Figura 79 – Reportagem sobre o crescimento de Goiânia	186
Figura 80 – Reportagem sobre o desmatamento da Vila Finsocial	187
Figura 81 – Reportagem do O Popular nos anos de 1990	188
Figura 82 – Reportagem sobre o crescimento da cidade	189
Figura 83 – Recorte sobre a infraestrutura em Goiânia em (24/100/90)	190
Figura 84 – Formação do quarto maior quadrante da Região Noroeste	192
Figura 85 – Levantamento fotográfico da Região Noroeste de Goiânia	196
Figura 86 – Fotos ampliadas do levantamento fotográfico	197
Figura 87 – Levantamento dos bairros da Região Noroeste em 1999	200
Figura 88 – Bairros que compõem a Região Noroeste em 1990	201
Figura 89 – Pavimentação da Avenida do Povo	203
Figura 90 – Obras de infraestrutura realizadas nos bairros de Goiânia	204
Figura 91 – Bairros da Região Noroeste de Goiânia (1990-2000)	209
Figura 92 – Reportagem sobre o Jardim Nova Esperança	212
Figura 93 – Avenida Central do bairro Jardim Nova Esperança	214
Figura 94 – Placa sobre a construção do Parque Municipal Brisas da Mata	220
Figura 95 – Fotos da Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista	221
Figura 96 – Mapa da urbanização da Região Noroeste em 2015	226

Figura 97 – A Avenida Mangalô da Região Noroeste em 2015	227
Figura 98 – Avenida Mangalô em 2000	228
Figura 99 – Terminal Recanto do Bosque em 2016,2017 e 2019	229
Figura 100 – Placa informativa sobre o BRT	230
Figura 101 – Antiga quadra de esportes do bairro Recanto do Bosque	233
Figura 102 – Redesenho do espaço que era a praça	233
Figura 103 – Especulação imobiliária no Bairro Recanto do Bosque	235
Figura 104 – Foto do condomínio Ipê no Setor Estrela D´Alva	235
Figura 105– Mudança na qualidade dos materiais das habitações	236
Figura 106 – Reunião da ONU, a Prefeitura de Goiânia e o IPLAN em 5/08/94	237
Figura 107 – Foto das casas do Setor Estrela D´Alva	238
Figura 108 – Mapas das principais avenidas da Região Noroeste de Goiânia	238
Figura 109 – Avenida Central	239
Figura 110 – Pavimentação da Avenida Mangalô	240
Figura 111 – Avenida Mangalô	240
Figura 112 – Sequência de imagens da Avenida Mangalô	241
Figura 113 – Sequência de imagens da Avenida Oriente	242
Figura 114 – Mancha urbana de Goiânia (1991-2010)	244
Figura 115- Mutirão em frente à Escola Municipal Leonísia Naves de Almeida	245

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Cronologia dos programas desenvolvidos no território goiano	54
Tabela 2 – Estimativa da população de Goiás	61
Tabela 3 – Tabela da relação entre a população da zona urbana e rural	64
Tabela 4 – Municípios de Goiás- população e domicílios (1950,1960 e 1970)	69
Tabela 5 – Domicílios e déficit habitacional dos municípios/GO (1960 a1990)	69
Tabela 6 – Relação núcleo e periferia das aglomerações metropolitanas	82
Tabela 7 – Relação de Governantes de 1980	95
Tabela 8 – Aprovação dos loteamentos urbanos	135
Tabela 9 – Mapa referente Goiânia com destaque para a Região Noroeste	137
Tabela 10 – Situação Fundiária da Região Noroeste de Goiânia	138
Tabela 11 – Atos Institucionais vigentes na década de 1980	192
Tabela 12 – Anos 1990- Novos loteamentos da iniciativa privada	202
Tabela 13 – Situação Fundiária dos bairros da Região Noroeste em 1990	233
Tabela 14 – Linhas de ônibus ofertadas no Terminal Recanto do Bosque	240

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANSUR	- Articulação Nacional do Solo Urbano
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
AMMA	- Agência Municipal do Meio Ambiente
BRT	- Bus Rapid Transit
BNH	- Banco Nacional de Habitação
CAIS	- Centros de Atenção Integrada à Saúde
CAGIAGO	- Companhia Anglo-Industrial de Goiás
CEF	- Caixa Econômica Federal
CELG	- Central Elétricas de Goiás S.A
CECOM	- Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos
CODEG	- Companhia de Melhoramento e Desenvolvimento Urbano de Goiás
COHPG	- Cooperativa Habitacional Popular
COHAB	- Companhia de Habitação de Goiás
COMURG	- Companhia de Urbanização de Goiás
CPU	- Certificado de Posse Urbana
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
DVDOC	- Divisão de Biblioteca e Documentação
FIBGE	- Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros Urbanos
FEGIP	- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FUMDEC	- Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário
HUGOL	- Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira

IAB	- Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IMB	- Instituto de Arquitetos do Brasil
INDUR	- Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional
IPLAN	- Instituto do Planejamento Municipal
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
IFG	- Instituto Federal de Goiás
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MLCP	- Movimento de Luta pela Casa Própria
OVG	- Organização das Voluntárias de Goiás
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDIG	- Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
PDS	- Partido Democrático Social
PDTU	- Plano Diretor de Transporte Urbano
PT	- Partido dos Trabalhadores
PMDB	- Partido do Movimento Democrático
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROMERGE	- Programa de Emergência de Governo
PRODESPAR	- Programa de Desenvolvimneto Social e Participativo
PSDB	- Partido Social da Democracia Brasileira
RMTC	- Rede Metropolitana de Transportes Coletivos
SANEAGO	- Companhia de Saneamento de Goiás S/A
SEMMA	- Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SEPLAM	- Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
SEPLAN	- Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento
SFH	- Sistema Financeiro de Habitação
UABSF	- Unidade de Atenção Básica a Saúde da Família
UCG	- Universidade Católica de Goiás
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UNB	- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
UPC	- Unidade Padrão do Capital
USP	- Região Administrativa
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia
UnB	- Universidade de Brasília
UNESCO	- A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIP	- Universidade Paulista
USP	- Universidade de São Paulo
VAP-VUPT	- Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão

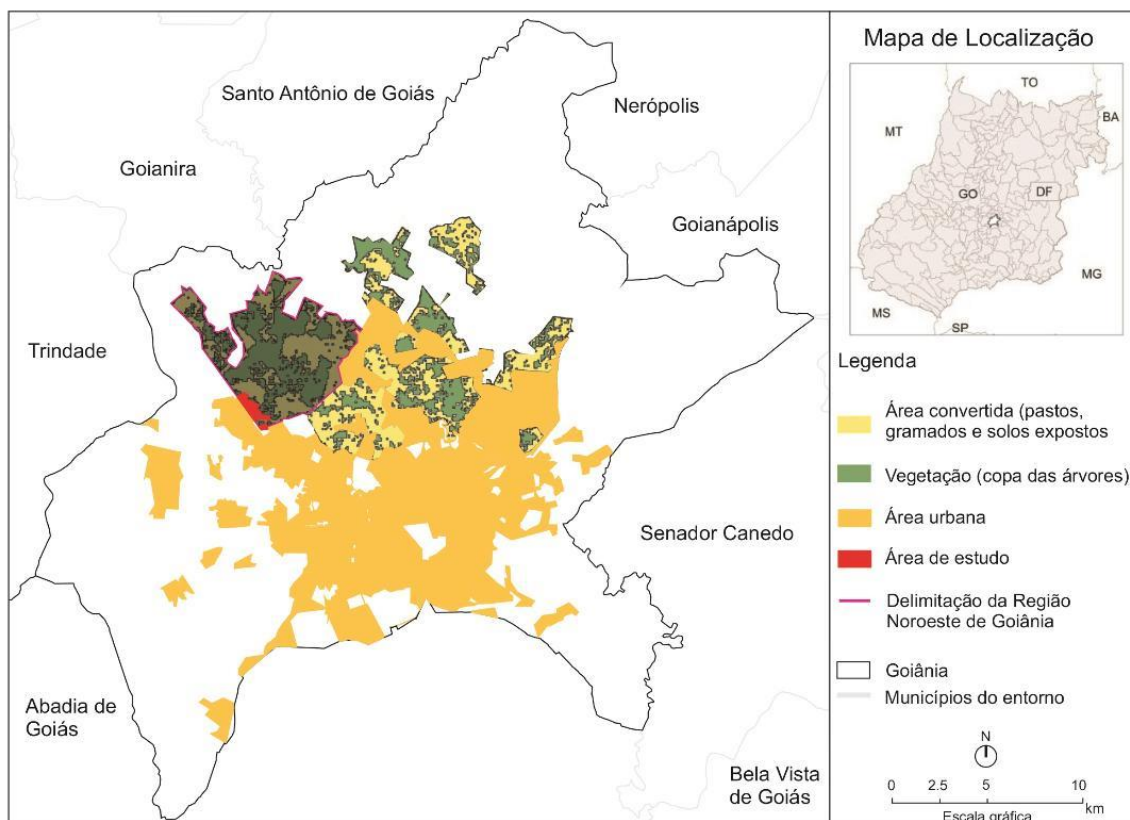
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 ESPAÇO GEOGRÁFICO E A PAISAGEM	23
1.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO: NATUREZA E MÉTODO	23
1.2. Espaço geográfico: primeiros apontamentos	25
1.2.1. Espaço geográfico: uma segunda natureza	29
1.3. PAISAGEM	34
1.3.1 Paisagem como conceito	41
1.4 CAMADA ESPAÇO-TEMPORAL	49
2. GOIÂNIA: A NOVA CIDADE-CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS	53
2.1 O PLANO URBANO DE GOIÂNIA	53
2.2.O DÉFICIT HABITACIONAL E O FLUXO MIGRATÓRIO	59
2.3 GOIÂNIA DIÂMICA URBANA	70
2.4. A NATUREZA DO ESPAÇO DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA	79
3 AS CAMADAS ESPAÇO-TEMPORAL DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA	89
3.1 1ª CAMADA ESPAÇO-TEMPORAL (1975-1982)	90
3.1.1 Redemocratização e formação do movimento por moradia União das Invasões em Goiânia	90
3.1.1.1 A luta por infraestrutura e melhorias habitacionais	121
3.2 2ª CAMADA ESPAÇO-TEMPORAL (1982-1990)	128
3.2.1 A Vila Finsocial: loteamentos de interesse social	129
3.2.2 A Vila Mutirão: O programa de habitação social	149
3.2.3 O Jardim Curitiba: o terceiro bairro de interesse social	168
3.3 3ª CAMADA ESPAÇO-TEMPORAL (1990-2000)	178
3.3.1 Região Noroeste: tentativa de estratégia de desenvolvimento urbano	179
3.3.2 O crescimento de Goiânia	189
3.3.3 A expansão: criação de novos bairros	191
3.3.4 Região Noroeste: um debate para o seu desenvolvimento urbano	199
3.4 4ª CAMADA ESPAÇO –TEMPORAL (2000-2019)	206
3.4.1 Região Noroeste de Goiânia: mudanças urbanas	207
3.4.2 Região Noroeste: estratégia de resignificação urbana	219
3.4.3 A demanda por equipamentos urbanos	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS	248
REFERÊNCIAS	252

INTRODUÇÃO

A expansão de Goiânia consequente do adensamento populacional conjugado com a especulação urbana tanto do setor público quanto privado, influenciaram na formação de novas áreas às margens do plano urbano da cidade. Nesse cenário, emerge a Região Noroeste de Goiânia (RNOG), (Figura 1), não mais como uma posição ou referência no plano do espaço geográfico mas como uma unidade, uma porção do espaço com uma identidade e uma história própria.

Figura 0- Localização da Região Noroeste



Fonte: Elaborada pela autora (2019), baseada em Cruz (2015), Ramos (2016)

A sua história assim, conduz ao questionamento de: Quais camadas espaço-temporais constituem a paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia? É essa a questão que orienta e enuncia a problemática desta pesquisa: A construção da paisagem da Região Noroeste de Goiânia. Desse modo, a análise da sua constituição urbana contemporânea parte da compreensão que a paisagem da mesma é um produto final de um processo que configura a história da sua urbanização.

Assim, a primeira paisagem da Região Noroeste decorre da sua descrição inicial no plano urbano de Goiânia na década de 1930, como uma área rural e para o abastecimento agrícola da nova capital. Tendo assim, uma função técnico sanitária dentro das diretrizes propostas no relatório de concepção de planejamento da cidade e que cuja função se modificou ao longo do processo de consolidação do plano urbano para atender a demanda populacional goiana.

Como é abordado mais recentemente, em uma descrição da área, segundo o Relatório Técnico de revisão do plano diretor (2018, p.214), que a caracterizou como Área Especial de Interesse Social (AEIS) que “a respectiva mancha destinada a AEIS, constante do Modelo Espacial do Plano Diretor, encontra-se espalhada e desassociada no tecido urbano”. Nesta região, ainda segundo o relatório as habitações são de menor porte e unifamiliares gerando um cenário predominantemente horizontal, além de ter sido área habitacional voltada à população de baixa e média renda.

Atualmente em 2019-20 a Região Noroeste demonstra ser uma área em processo de construção e desenvolvimento, com uma paisagem heterogênea, que mistura diferentes tipos de construções como habitações residenciais horizontais de até 3 pavimentos, habitações mistas onde o térreo é utilizado como comércio, oficinas mecânicas, áreas de depósito/distribuição de pequenas fábricas e lojas comerciais cada vez mais especializadas e que estão principalmente voltadas a área da saúde, como odontologia, oftamologia e clínica geral dentre outros serviços. Na Região, ainda se pode se identificar em alguns espaços urbanos a permanência de alguns resquícios do seu passado histórico, com casas feitas de placas de concreto ou zinco que contrastam com as novas construções que tem como característica uma melhor qualidade construtiva e arquitetônica.

Essas mudanças conduzem para a compreensão da paisagem urbana, em seu conceito, por permitir assim identificar na Região as permanências e mudanças nas estratégias sociais, dos moradores dos seus bairros, e das iniciativas públicas e privadas ao longo do tempo, que caracterizam partes do seu espaço urbano. Com iniciativas, que se intensificam no final dos anos 1990 e início de 2000, de parcerias entre instituições públicas como o IPLAN (Instituto de Planejamento Urbano) e ONU (Organização das Nações Unidas) que propunham projetos de desenvolvimento urbano, principalmente pela sua importância ambiental, a Região Noroeste de Goiânia é assim reconhecida como uma parte do espaço urbano de Goiânia que necessitava

de um debate socio-econômico. Dessa maneira, o aspecto das camadas espaço-temporal se torna importante dentro do processo de análise da sua narrativa histórica.

Nessa perspectiva, simultaneamente a história e o desenvolvimento da cidade o espaço da RNOG vai sendo modificada em um processo de urbanização, promovido principalmente pelas lutas das organizações e movimentos sociais pelo seu desenvolvimento urbano, que como resultante lhe concedeu uma dinâmica que transformou a sua paisagem urbana.

Essa mudança do cenário urbano, decorrentes das conquistas sociais, reverbera nessa área com as constantes transformações e modificações da sua paisagem urbana. Esta, se mostra ainda em construção e por isso instiga a pesquisa pelo “desvendamento” da complexidade do seu processo de constituição que demonstra uma luta pela desconstrução do estigma, espacial e social, de “núcleo de pobreza” que percorreu e representou uma parte da sua história urbana.

Assim, para compreender a paisagem urbana da Região Noroeste se analisou as suas partes, destrinchando-a em quatro recortes temporais, que por sua vez correspondem por quatro camadas espaço-temporais dos anos de: (1975-1982), (1982-1990), (1990-2000) e (2000-2019). Cada camada espaço-temporal identificada, contém um conteúdo a ser analisado em seu processo de produção e reprodução no espaço urbano para que se assim se possa compreender, em seu conjunto final, a composição da paisagem urbana da Região Noroeste em sua contemporaneidade.

Prosseguindo nessa linha de interpretação, se investiga o conteúdo, marcos, das suas camadas como sendo: 1ª camada espaço-temporal (1975-1982) com o processo de luta da primeira ocupação urbana, que conformou no 1 bairro da região, o Jardim Nova Esperança; 2ª camada (1982-1990) pela a (re) locação da população de baixo poder aquisitivo de áreas de risco por meio de programas de habitação popular, 3ª camada (1990-2000) pontuada pelo investimento em serviços públicos e privados e 4ª camada (2000-2019) no processo de desenvolvimento de eixos-comerciais na Região Noroeste, trazendo uma nova dinâmica urbana.

Esses quatro pontos possibilitam determinar os fundamentos que conformam as camadas espaço-temporal da paisagem urbana da Região e que justificam sua escolha como objeto de estudo desta pesquisa de mestrado, por partir do questionamento de como a sua paisagem urbana se constituiu ao longo do seu processo de formação urbana. Em que, para compreender o início da ocupação da Região, como núcleo urbano, se realizou o estudo da relação cidade-planejamento-

urbanismo, uma vez que a sua formação urbana decorreu do déficit habitacional e das políticas sociais de moradia que se tonaram ineficientes, em certa medida, quanto ao acesso a moradia nas áreas já urbanizadas pela população de baixo poder aquisitivo.

Dessa forma, as mudanças na Região Noroeste de um espaço rural, para “semiurbano” e urbano decorreu de um processo de conflitos e políticas sociais de moradia e especulações de imobiliárias e proprietários particulares empreendidas pelo governo do estado, do capital privado e dos próprios moradores que a ocuparam. Nesse percorrer da história, desde a sua ocupação observou-se uma constância de medidas públicas que se mostraram paliativas e por isso resultaram em uma maior segregação socioespacial do tecido urbano edificado da cidade planejada.

Em razão da precarização social e urbana inicial, a Região Noroeste de Goiânia foi palco de pesquisas/seminários, relatórios e dossiês, produzidos para averiguar e promover um diagnóstico por soluções de ordenamento e desenvolvimento urbano. Essas iniciativas partiram de algumas organizações em tempos diferentes, como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1981, Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN) em 1984, 1992, 1993 e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) em 1999. Esses órgãos e instituições propunham a organização de uma documentação que promovesse um diagnóstico para a solução das problemáticas de infraestrutura urbana básica e de organização espacial da Região Noroeste.

Além disso, a importância da Região dentro do cenário do desenvolvimento urbano goiano é ressaltado em 1995, pela tentativa de empreendimento de um projeto de desenvolvimento humano sustentável, denominado *Goiânia Viva Região Noroeste. Ordenamento e Desenvolvimento*. Esse projeto, tinha parceria com organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), por ter sido identificada pelo governo municipal como uma região prioritária. Isso decorreu devido à constatação do governo público de que a região seria uma área de grande concentração de pobreza, onde a população estaria ocupando de forma indiscriminada, as áreas destinadas a preservação ambiental.

Os estudos sobre a Região também percorrem o âmbito acadêmico que pesquisaram e analisaram sobre a segregação socioespacial dos moradores a partir do processo de urbanização da cidade planejada. Como trabalhos importantes temos, *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas* de Lúcia Maria Moraes (2003) e *Goiânia metrópole não planejada*, de Aristides Moysés (2004) que abordaram como o

desenvolvimento e expansão urbana de Goiânia ocorreram de forma desregular, pela gestão administrativa do poder do Estado e de interesses imobiliários que ocasionaram na construção de áreas marginais ao plano consolidado da cidade, como na Região Noroeste.

Esta, teve a sua área ocupada pela população de baixo poder aquisitivo por iniciativa própria e por meio de (re) locações urbanas promovidas por parcelamentos de iniciativas do governo estadual e privado, o que ocasionou em conflitos pelo direito a posse de terra e a moradia digna. Esses fatores, impulsionaram outras pesquisas de dissertações e teses como: a de Jesus (2004), Barroso (2014), Ramos (2016) e Oliveira (2016).

Esses autores supracitados, abordaram sobre as medidas do poder público quanto à implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos, no processo de regularização dos assentamentos irregulares. Além, das dificuldades de acesso a serviços, para a manutenção das condições básica de vivência e mobilidade urbana, para promover o deslocamento espacial, que por sua vez, influenciam na qualidade de vida dos habitantes e acabam por formar os padrões de “segregação socioambiental urbana”.

Já Silva (2014) apresentou em seu trabalho uma análise que pontuou como a implantação de equipamentos e serviços, evidenciados no Jardim Nova Esperança, primeiro bairro, impulsionaram na diminuição da dependência da área central de Goiânia. Isso, é complementado por Cruz (2015) que dividiu os bairros da região em seis áreas de ponderação, os quais foram analisados por: faixa etária, não naturais e tempo ininterrupto de residência na área.

Além disso, Cruz (2015) apresenta índices de melhorias, a partir de 2010, na renda nominal mensal, o tipo de trabalho e nível de escolaridade dos moradores, o que demonstra uma mudança no padrão social e econômico dos mesmos intuindo assim para a configuração de uma nova classe consumidora. Logo, a partir da leitura desses dois autores, observou-se uma modificação do olhar sobre o espaço da Região Noroeste onde se iniciou o desenvolvimento de um novo padrão socioespacial.

Esses trabalhos acadêmicos se tornaram basilares, e parte da revisão bibliográfica, para o estudo preliminar da RNOG, por formarem um arcabouço de conhecimento sobre a formação da Região. Contudo, há nos mesmos uma lacuna quanto a problematização da formação da sua paisagem urbana dentro de uma perspectiva historiográfica. Assim, nesse sentido a compreensão da composição da

paisagem da Região Noroeste de Goiânia pelo viés de uma construção por meio de camadas temporais, se torna um novo olhar que justifica o estudo dessa área. Logo que, as mesmas evidenciam conjunturas e dissociações completas e incompletas quando são sobrepostas. Isso, em decorrência de poderem ter diferentes espessuras espaço-temporais e que em conjunto tem como conteúdo a história de formação da Região.

Desse modo, como aporte teórico-conceitual procuramos referenciais que abordassem sob a perspectiva do espaço e da paisagem, por essa permitir diferentes variedades e possibilidades espaciais que se adaptam às necessidades de um espaço urbano em constante transformação. Para isso, como fonte didática para a paisagem da Região Noroeste, usamos como base teórica os estudos de Milton Santos em: *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção*, SANTOS 2001(1996); *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia*, SANTOS (1988); *Espaço e método*, SANTOS (1985); *Por uma geografia nova*, SANTOS (2004) e *Da totalidade ao lugar*, SANTOS (2014). Juntamente com, *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e geografia*, BESSE (2006); *O Gosto do mundo exercícios de paisagem*, BESSE(2014) e *The Language of Landscape*, SPIRN (2002).

O objetivo central dessa dissertação consiste em identificar as camadas espaço-temporais que formam a paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia. Tendo assim como objetivos específicos:

- Compreender os quatro principais momentos do processo de transformação da paisagem da Região Noroeste de Goiânia.
- Interpretar o conteúdo das camadas espaço-temporais
- Compreender o papel do poder público, privado e dos moradores nas mudanças sócio espaciais da Região.

Os procedimentos metodológicos foram marcados pela abordagem de uma pesquisa exploratória, visita aos endereços dos bairros, a qual por meio de uma investigação teórica e o estudo documental de dados históricos teve-se o intuito de uma melhor compreensão do tema e problema proposto. Dessa forma, houve o levantamento de dados, informações históricas, documentais (digitalização de documentos oficiais, redesenhos, relatórios, sindicatos, tabelas estatísticas, fotos, planos urbanísticos). Assim como, recortes de jornais da época como (O Popular e Diário da Manhã) e dossiês de jornais disponibilizados na DVDOC (Divisão de

Biblioteca e Documentação) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável (SEMDUS) e materiais iconográficos como fotografias aéreas e in loco.

Assim, investigou-se como essas fontes documentais possibilitariam a constituição da narrativa do processo e aspectos construtivos da formação da paisagem da Região Noroeste dentro da delimitação dos períodos dos anos de (1975-1982), (1982-1990), (1986-2000) e (2000-2019) e que contribuíram para compreender as camadas espaço-temporais da Região Noroeste, que por uma abordagem historiográfica construiu a sua paisagem urbana.

A estrutura dessa dissertação está organizada em três capítulos: No primeiro capítulo, intitulado ESPAÇO GEOGRÁFICO E A PAISAGEM, foi dividido em três tópicos, o primeiro se subdividiu em: “*Espaço geográfico: natureza e método*”, “*Espaço geográfico: primeiros apontamentos*” e “*Espaço geográfico: uma segunda natureza*”, que abordam a conceituação do espaço geográfico, os elementos e ações que nele estão contidos em uma relação homem-espaço.

O segundo, “*Paisagem*”, se conceitua o termo paisagem como um produto da inter-relação homem-espaço. E o terceiro, “*Camada espaço-temporal*”, interpreta o termo camada espaço-temporal como uma forma de análise da paisagem urbana, em que pelos recortes temporais, (1975-1982), (1982-1990), (1986-2000) e (2000-2019) se identifica seus marcos e conteúdos que compõem a sua história urbana e que resultam na composição da paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia.

O segundo capítulo, GOIÂNIA: A NOVA CIDADE-CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS, traz uma breve contextualização da história de Goiânia em seu processo de planejamento urbano como nova cidade capital do Estado de Goiás. Em que são indicados pelos títulos: “*O plano urbano de Goiânia*”, “*O déficit habitacional e o fluxo migratório*”, “*Goiânia: dinâmica urbana*” e a “*A natureza do espaço da Região Noroeste de Goiânia*”, que por sua vez, introduzem os aspectos urbano, social e político compreendidos pelo poder do Estado e do capital imobiliário que influenciaram na ocupação da área de estudo. O terceiro capítulo, AS CAMADAS ESPAÇO-TEMPORAL DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA, nela se desdobra as análises dos dados coletados e das ações dos atores (Estado, capital imobiliário, privado e moradores) que construíram as narrativas históricas que compõem os conteúdos dos recortes tempos, subdividas em:

A 1ª camada espaço-temporal (1975-1982), com o subtítulos: “*Redemocratização e formação do movimento por moradia União das Invasões em*

Goiânia” e *“A luta por infraestrutura e melhorias habitacionais”*; 2ª camada espaço-temporal (1982-1990) com subtítulos: *“ A Via Finsocial: loteamentos de interesse social”*, *“Vila Mutirão: O programa de habitação social”* e *“O Jardim Curitiba: o terceiro bairro de interesse social”*; 3ª camada espaço-temporal (1990-2000) com: *“Região Noroeste: tentativa de estratégia de desenvolvimento urbano”*, *“O crescimento de Goiânia”*, *“A expansão: criação de novos bairros”*, *“Região Noroeste: um debate para o seu desenvolvimento”*. E 4ª camada espaço-temporal (2000-2019) em: *“Região Noroeste de Goiânia: mudanças urbanas”*, *“Região Noroeste: estratégia de resignificação urbana”* e *“A demanda por equipamentos urbanos”*. Por meio deles se interpreta a composição da paisagem da área de estudo. Assim, por fim, a dissertação é finalizada com as CONSIDERAÇÕES FINAIS, na qual se expõem uma interpretação final da construção da narrativa histórica esmiuçada e desenvolvida ao longo dessa dissertação. :

1. O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A PAISAGEM

Este capítulo se desdobra na conceituação do termo espaço geográfico e paisagem, como forma de compreender a inter-relação entre espaço-homem-paisagem. Para isso analisamos os elementos que compõem o espaço e a influência resultante da ação do homem no mesmo. Uma vez que, as ações de mudanças da sociedade e as adequações do homem às necessidades por novas estruturas sócio espaciais influem na continuidade e transformação da paisagem urbana.

A conceituação e correlação de espaço geográfico e paisagem foram realizadas como meio operativo, para compreender a paisagem urbana dos espaços-temporais da Região Noroeste de Goiânia. Nela se interpretou que a sobreposições em camadas dos conteúdos dos espaço-temporais permitiriam a compreensão dos atores sociais (Estado, capital imobiliário e moradores) na configuração do tecido urbano e, conseqüentemente, na construção da sua paisagem.

1.1. ESPAÇO GEOGRÁFICO: NATUREZA E MÉTODO

O homem é a natureza que adquire a consciência de si própria
Élisée Reclus (1985)

O espaço geográfico é o espaço apropriado pelo homem. Por isso, o espaço é compreendido *a priori* dentro de duas esferas de natureza interdependentes. No contexto dos estudos de Milton Santos (2006[1985]), elas se categorizam em: a) primeira¹ natureza, representada por uma forma empírica, selvagem e intocada e b) de segunda natureza que, em certa medida, se contrapõe à primeira por ter o caráter mais humanizado e artificial. Com a interdependência delas se caracteriza o espaço como uma entidade única onde se rebatem as forças e fluxos entre a natureza, com os seus fenômenos naturais e as ações produtivas do homem.

¹ “A natureza primeira”, como sinônimo de “natureza natural”, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social” (SANTOS, 1985, p. 8).

Essas por sua vez, demonstram como o homem atribui simbolismo e valor ao espaço, ao demarcar um padrão de organização no meio-natural, que se transforma de uma natureza-selvagem em uma natureza artificial, antropológica. Assim, se estabelece, com a ocupação do espaço, a possibilidade de configuração de uma formação social e urbana. Isso, por sua vez, cria as camadas de matéria das substituições, criações e renovações das ações do homem, ou seja, da sua história.

Assim, “(...) o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou”. (SANTOS, 2014, p. 22). A partir disso, com a investigação dessas duas naturezas (natural e artificial) percebemos uma lacuna epistemológica quanto ao estudo do espaço como uma questão a ser elaborada pela teoria e pelo método.

Da mesma maneira, a percepção do espaço como meio das ações do homem induz à perspectiva do mesmo ser um agente passivo, um reflexo das ações da sociedade, desconsiderando-o como possuidor de dinâmicas físico-naturais que reverberam ativamente no modo das ações do homem. Com isso, interpreta-se que há um movimento duplo de ambos, em uma ação e reação, passivo/ativo, para possibilitar que o homem realize o movimento das trocas materiais/ imateriais na produção do espaço urbano.

Devido a isso, o espaço foi apropriado na geografia como objeto geográfico, disciplina que o amadureceu, principalmente nos estudos de Milton Santos, que se pôs a investigar quais seriam as propriedades e objetos do espaço. O conceito assim, foi teorizado e desenvolvido dentro de uma perspectiva de caráter relacional: do homem (ação e técnica), natureza (meio) e externalidades (inerentes ao homem). A partir dessas relações, foi elaborado um método que permitiu uma disjunção e conjunção, em forma-estrutura-função, do espaço enquanto unidade que compreendesse um sistema de objetos e ações.

A discussão sobre o espaço geográfico empreendida por Santos (2006 [1996]) estabeleceu um sistema singular de uma releitura crítica das relações entre objeto e ação, ao serem ligados pela noção de intencionalidade corporificada pela técnica. Sendo assim, para o autor o espaço geográfico é um híbrido entre o físico e a condição social onde nele se efetuam a intencionalidade das relação entre objeto e ação, que por sua vez são tomados em conjunto em

uma trajetória pelos espaço-temporais.²

Dessa forma, a interpretação da teoria e método de Milton Santos sobre o espaço geográfico se tornam basilares para a primeira parte desta dissertação, que discute sinteticamente a forma-conteúdo do processo de organização e configuração do espaço. Já na segunda parte o intuito é de adentrar o campo da paisagem urbana, considerando-a, assim como o espaço, como um sistema ativo de formas naturais e artificiais.

Os conceitos de espaço geográfico e paisagem possibilitam a identificação de padrões, continuidades e 'descontinuidades' espaciais. Isso permite o estudo do espaço enquanto partes, ou seja, recortes espaciais sendo estes interpretados segundo diferentes tempos, considerados espaços-temporais que quando reunidos como uma unidade permite a sua aplicação enquanto teoria no objeto de estudo, ou seja, Região Noroeste de Goiânia.

O embasamento teórico dos conceitos de espaço e de paisagem foram construídos a partir as leituras de Milton Santos: *Por uma geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (SANTOS, 2004[1978]), *A natureza do espaço* (SANTOS, 2006[1985]), *Espaço e método* (SANTOS, 1985), *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia* (SANTOS, 1988), *Da totalidade do lugar* (SANTOS, 2014) e *O gosto do mundo, exercícios de paisagem*. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e geografia, BESSE (2006); *O Gosto do Mundo: Exercícios de Paisagem*, BESSE(2014) e *The Language of Landscape*, SPIRN (2002).

1.2. Espaço geográfico: primeiros apontamentos

Nossa primeira consideração é compreender a noção de espaço, afinal de que espaço estamos nos referindo? Quais elementos fundamentais o definem? A amplitude do termo adentra uma nebulosa de abordagens conceituais, mas análogas (espaço, espaço urbano, espaço social, espaço político, dentre outros), que induzem a interpretação do espaço como elemento abstrato que só adquire uma definição a partir de uma complementação nominal,

² “(...) Nenhuma sociedade pode existir fora de um espaço e um tempo; é um aprendizado que vem de Descartes a Kant e que, com este, vira uma lição de base da geografia” (MOREIRA, 2007, p. 73).

que, por mais sensíveis a uma abstração de si, acabam por se auto definirem de forma concreta. Para Harvey:

(...) O problema da correta conceituação do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas para as questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço-as respostas estão na prática humana. A questão “o que é espaço é, além disso, substituída pela questão “o que é isso que as diferentes práticas humanas criam, fazendo uso de distintas conceituações de espaço? (HARVEY, 1980, p.5).

Assim, diante da interpretação de Harvey (1980), compreende-se que o espaço é classificado de acordo com as ações que o homem exerce sobre ele. Para o autor a discussão se pontua pelo aspecto social das relações desenvolvidas no espaço. Portanto, há a proposição de que o espaço “deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam”. Conforme a isso, “o objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos”. (ibid., p. 5). Contudo, quando colocamos o espaço geográfico como elemento existente a partir da ação do homem, podemos acabar por emaranhar seu conceito ao de espaço social, o que nos cabe assim diferenciá-los.

O vocábulo *espaço social* segundo Saquet e Silva (2008, p. 8) se difere como sendo o espaço da morada do homem, “lugar de vida e trabalho” enquanto o *espaço geográfico* corresponde à organização do homem como sociedade, sendo que “cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como *lugar* de sua própria reprodução”. Assim, ambos, espaço social e geográfico, partiriam da mesma premissa se diferenciando pela “forma como as relações sociais e os objetos são enfatizados” (ibid., n.p).

O equívoco como Pereira (2014) apresenta, se trata da abordagem abstrata e ampla do espaço, o que não concerne ao campo epistemológico da geografia. Neste, o espaço adquire “reflexões sobre suas categorias (paisagem, lugar, território e região). O espaço somente existe se nele for considerado o aspecto humano, pois nele se constituem níveis e escalas de vida e análise, de vivência e do método” (ibid., p. 19). Assim, essas categorias “sob um ângulo puramente nominal mudam de significação com a história, mas elas também constituem uma base permanente e, por isso mesmo, um guia permanente nominal para a teorização” (SANTOS, ([1978] 2004), p. 147). Por essa razão,

para Girardi (2008) é com Milton Santos (2006 [1996]) em *A natureza do espaço* que o conceito se teoriza em um campo geográfico.

A abordagem de Santos (2006 [1996], p. 199) anuncia que o espaço geográfico é “um misto, um híbrido” onde “a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço” no qual se tem a materialidade, espaço-materialidade, logo “é mais que o espaço social dos sociólogos”. Por isso, quando se é enunciado, “natureza socializada, deve-se identificar aquilo que os geógrafos chamam normalmente de espaço ou espaço geográfico” (SANTOS, 1978, p.163). Portanto, é pela configuração geográfica do espaço, como uma unidade entre a existência material e as relações sociais que nela se desenvolve, que a sua existência e identificação se tornam reais; assim o uso da terminologia espaço geográfico, lhe confere uma aplicabilidade metodológica.

O espaço geográfico, assim, é concebido por Santos como um espaço em que coexistem indissociavelmente um “sistema de objetos e sistema de ação”. Ambos são destrinchados em dois momentos, nos quais o primeiro descreve os objetos geográficos dentro de duas perspectivas: primeiro, o objeto deriva da externalidade do homem que materializa a sua ideia em uma forma de dimensão objetiva, instrumento para a sua produção no espaço. Já o segundo, parte da geografia física (floresta, plantação, um lago...), sendo assim a sua existência é contínua.

Essa formulação intui um rizoma de outras codificações, classificações, do objeto para a sua distinção de “um objeto geográfico, um objeto etnográfico, um objeto antropológico, um objeto sociológico, um objeto econômico...” (SANTOS (2006 [1996], p.48). Seja por essas diferentes classificações, houve a necessidade de se estabelecer um método que contemplasse uma construção intelectual do ponto de vista do objeto, geográfico, que permitisse a sua interpretação histórica e atual dentro do processo social. Como o autor aborda:

(...) Se queremos alcançar bons resultados nesse exercício indispensável, devemos centralizar nossas preocupações em torno da categoria-espaço- tal qual ele se apresenta, como um produto histórico. São os fatos referentes à gênese, ao funcionamento e à evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar (SANTOS, 2004 [1978], p. 147).

Por sua vez, o sistema de ações compreende a ação do homem no

espaço pela criação de objetos técnicos. Contudo, deve-se observar que essa racionalidade empreendida se torna, na atualidade, algo externo ao homem, quando realizam projetos para o meio seguindo uma “racionalidade do meio e não a do sujeito” (SANTOS (2006 [1996], p.52). Ainda dentro dessa racionalidade, se estabelecem três ordens: “a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico” (ibid., p. 53). Essa interpretação é complementada em:

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam as funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (...) (SANTOS, 2006 [1996], p. 53).

O espaço enquanto meio qualitativo e quantitativo de objetos e ações é fragmentado por Santos (1985) ao que se supõem uma ação que o desvele, em suas várias partes, um processo de operacionalizar os elementos que (...) seriam os seguintes: os homens, as formas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (ibid., p.5) que o compõem, em uma possibilidade de análise. Mas esses elementos se realizam no método geográfico pela especificidade das noções de “forma, função e estrutura” como meios dos quais se produz o espaço.

Observa-se que “(...) os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS (2006 [1996], p. 39). Essa razão de Santos se justifica para afirmar que o espaço é resultado e processo que lhe dão, em última análise, um conjunto das características e dinâmicas ocorrentes. Logo, se é proposto que o espaço é uma correlação de um todo, que se introduz pela ideia de que a análise dos objetos não pode ocorrer de forma fechada sobre si mesmo, isoladamente, mas sob a influência das externalidades.

Pela interpretação de Milton Santos o espaço é uma sucessão de ações e objetos vinculados a um mesmo plano, onde o homem se apropria e sofre influências internas e externas do/no espaço ao lhe dotar de uma linguagem que possa lhe atribuir um caráter unitário.

Na relação estabelecida na produção do espaço geográfico Joice Abrão (2010, p.48) complementa que, “O espaço geográfico corresponde, assim, aos espaços produzidos pelo homem em diferentes temporalidades ao relacionar-se entre si, consigo mesmo e com a natureza no lugar em que vive”. Segundo o autor, o espaço geográfico surge pela imbricação dos sistemas materiais e imateriais, compreendidos não só pelos objetos artificiais como aqueles que são construídos pela sociedade em seus aspectos econômicos, culturais dentre outros que transformam os espaços construídos. O espaço é assim transformado historicamente pelo homem. Com essa questão se prossegue para a apropriação da superfície terrestre, ou como já foi abordado, a segunda natureza.

1.2.1. Espaço geográfico: uma segunda natureza

(...) a terra (...) é a superfície na qual todo o processo da produção se inscreve, onde os objetos, os meios e as forças de trabalho se registram e os agentes e produtos se distribuem. Ela aparece aqui como quase-causa da produção e objeto do desejo (...)

DELEUZE; GUATTARI (2004 [1972], p.144).

Unidade primitiva, de natureza - selvagem-espacial. Porque o espaço seria, pelo meio empírico um suporte, base, anterior a qualquer materialidade da ação do homem, ou seja, ele é pré-existente. Toma-se assim como premissa de que como matéria-prima, o espaço é precedente a “qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). De certo modo, o espaço é para o homem “a sua prisão original” (ibid., p. 144). Dessa forma, o espaço é tido como matéria-prima moldada pela apropriação humana que forma uma unidade espacial de natureza- selvagem, e antropológica.

O solo, ao ser apropriado pela inserção do fator humano, cria uma variável que insere no espaço o êxtase pelo reconhecimento social, pelas transformações, modificações e inovações das relações humanas manifestadas pelo meio técnico-científico-informacional. Assim, o estudo do espaço adentrou, com uma maior força, a categoria analítica do âmbito da geometria ao ser abordado pelo seu aspecto geométrico e físico.

Essa característica geométrica levou à proposição do espaço como um sistema fechado em paralelas e diagonais, pré-estabelecidas, ou impostas em função de variáveis, o que levaria a constituição de um receptáculo, onde os objetos, volumes e massas e as ações nele seriam controladas ao estado de equilíbrio homogêneo. Com isso, obteve-se um enquadramento e por consequência uma limitação patológica, uma vez que, dentro dessa concepção geométrica não se consideraria as variações dinâmicas de seus atores: o homem, a sociedade, os volumes, as massas, os objetos, a natureza que o preenche, como se interpreta:

No âmbito da corrente geográfica em questão o espaço é considerado sob duas formas que não são mutuamente excludentes. De um lado através da noção de planície isotrópica e, de outro, de sua representação matricial. A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana (...) (CORRÊA, 2000, p. 20-21).

Talvez seja essa questão, a da conquista da terra, superfície na qual o homem se percebe como agente atuante que dialoga com o meio pelo uso dos seus artefatos, que ascende a discussão de Milton Santos, que retoma a perspectiva de se investigar o espaço como objeto da geografia. E que como espaço geográfico não se limita a divisões geográficas, sendo cenário de graduação físicas, uma zona, uma superfície pelo qual transcorrem fluxos da participação dos agentes individuais e coletivos, da natureza que em partes ou em conjunto são intensificadas em uma mistura de partes. Assim:

o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, medializadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente (SANTOS, 1988, p. 10).

É nesse sentido que Milton Santos vê no espaço, como unidade de composição de arranjos articulados de objetos naturais e sociais que se realizam por meio da ação da sociedade. O que interpreta-se sobretudo nessa obra é que o espaço não se desenvolve independentemente e que os objetos que denotam

o conteúdo social se materializam e se reproduzem pelo movimento projetado pelo transformar das realizações da sociedade.

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano (SANTOS, 2004 [1978], p.150).

O espaço geográfico de Milton Santos, identificado como um híbrido, por abranger de maneira dialética, as associações e transformações do natural/artificial nele contidas, permitem revelar tanto a história, como as contradições socioespaciais do homem no espaço. Partindo dessa ideia, o espaço exprime a sua capacidade de se fazer presente, seja pelos seus componentes naturais, artificiais, temporais, de que não é um 'dado', matéria passível de registros históricos, em princípio, de uma resposta ou ação de um agente externo. Como aborda Giddens (2003[1984], p.433) o "espaço não é uma dimensão vazia ao longo da qual agrupamentos sociais vão sendo estruturados, mas deve ser considerado em função do seu envolvimento na constituição de sistemas de interação", pois como Limonad (2007, p.159) discorre:

(...) o espaço se transforma conforme se desenvolve o meio técnico-científico e modificam-se as formas de apropriação da natureza do homem. Em um determinado momento histórico temos a cidade limitada à aglomeração física, e com uma identidade comum ao urbano.

Esse princípio de influência da técnica na forma de se conceber e modificar o espaço, acaba por gerar em Santos (2004 [1978]), o questionamento sobre o espaço ser um reflexo ou um fator social. Do ponto de vista do primeiro, o espaço se posiciona como entidade passiva, cujo estado inicial é marcado por uma performance neutra, sem dúvida como constata o autor, essa aceção se torna equivocada quando se introduz o princípio da relatividade das ações/forças exteriores, inerentes ao domínio do homem. Sendo assim, essa interpretação evidencia, por um lado, a observação de que existem fatores, variáveis externas à própria ação do homem. Essa é a instância da consciência, que se demonstra como "um fato social, um fator social e uma instância social" (SANTOS, 1978, p. 162), essa tripartição serve para demonstrar o caráter

relacional e relativo do espaço, que interliga, transforma e é transformado em diferentes níveis e dimensões.

Ao que se prossegue ainda sobre o caráter estático e reflexivo do espaço como uma concepção *a priori*, Santos (2014, p. 45) reitera a abordagem de que essa “inércia” passa a ser uma “inércia dinâmica”, pois entende-se que o espaço é uma forma, forma-espacial, ativa que atua através da história modificando, estruturando e adaptando novas formas espaciais de maneira quantitativa e qualitativa, ou seja, a forma é um “ resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história (...)” . Assim, “as formas espaciais não são passivas, mas ativas; as estruturas espaciais são ativas e não passivas, mesmo que sua autonomia, com relação estruturas sociais, seja relativa” (ibid., p. 45). Com isso, compreendemos que o espaço é como uma camada, espelho, membrana, sofrendo reflexão e refração da sociedade durante a sua formação histórica, no qual o conteúdo absorvido, refutado ou transformado lhe dá o caráter dinâmico e ativo.

Considerando essas qualidades, enquanto espaço geográfico, Santos (1985) condensa esse processo ideológico pela inserção das instâncias de funções econômicas, políticas, culturais, institucionais no espaço que ao mesmo tempo contingência e que por elas também é contingenciado. Assim, o “espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual” (ibid., p.2).

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 2014, p. 33).

A essa visão, o espaço é tido como um campo e um produto das tensões entre a localização e distribuição que estrutura a sociedade em uma configuração geográfica. Essa tensão é decorrente das formas de interação correspondente e contraditória que ambos exercem, “(...) elas se contradizem em suas tendências organizativas do espaço” (MOREIRA, 2007, p.74), este, então produto dessa tensão que por sua vez, “pede uma regulação. E a

regulação espacial vem na forma do ordenamento do território” (ibid., 77).

Em *Da totalidade ao lugar*, obra de Milton Santos (2014, p.31), reafirmava que “ (...) de fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro”, porque nele o processo de formação econômico social e a estruturação da organização da sociedade se realizaram pelas tensões que as localizações-distribuições precedentes impõem as procedentes, em um processo de (re)localização das formas, dos “sistemas de objetos “ no espaço, caracterizando o movimento da sociedade que cria ou adapta novas formas ainda abstratas para a realização do seu conteúdo.

Logo, o que constitui o espaço geográfico são as situações que lhe são atribuídas a cada movimento de transformação da sociedade, em que “o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica” (SANTOS, 1985, p. 2). Além disso, esse movimento forma/contéudo, ocorre também dentro de uma escala de nível de localização local ao global, cuja interpretação das variáveis devem ser significantes e adequadas quanto a uma análise temporal. Assim, “segundo o período histórico (sinônimo de áreas temporais de significação, ou, ainda de modos de produção e seus momentos” (ibid., p.3), a periodização, aparece aqui, como uma metodologia de interpretação das mudanças das escalas do modos de produção. Assim:

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total, da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos (SANTOS, 2014, p. 31).

Em um âmbito mais profundo “(...) essas relações materializam-se no espaço e o estruturam no decorrer da história como litígios territoriais de caráter político ou desigualdades econômicas e sociais” (LIMONAD, 2007, p. 162). O fluxo material e imaterial, tal qual é compreendido por Limonad (2007) como “os primeiros constituídos por mercadorias, pessoas e redes de infraestruturas (abastecimento, comunicações e transportes) e os últimos por informações e

dinheiro.

Há assim, uma passagem do espaço ao espaço geográfico, em que o espaço é a revelação do dinamismo do fenômeno humano que o qualifica e quantifica enquanto o seu habitat. A produção do espaço encaminha assim para a percepção do tempo e da paisagem mediante as ações humanas, em que se constrói a história do homem pela demarcação dos instrumentos/ técnica utilizados na modificação e organização sócio espacial. Dessa forma, o espaço, tempo e paisagem coexistem, o que leva a dialética da paisagem com suas mudanças e permanências, variáveis, no espaço geográfico registradas como história.

A partir disso, pode-se dar início a interpretação de como se constrói a paisagem, e de como ela remonta por etapas as frações do passado, que só podem ser interpretadas quando retomados a história de seus diferentes fragmentos históricos em seu contexto histórico social macro, caso se não, ela se torna um amontoado de fragmentos materiais sobrepostos. Por isso, a seguir procura-se compreender o conceito de paisagem.

1.3 PAISAGEM

O primeiro momento se desdobrou na inter-relação entre homem, natureza (meio) que tem como produto o espaço urbano. Agora, há uma proposição de que nesse mesmo espaço se constitui a paisagem como produto ativo da dinâmica homem-natureza-espaço. Por meio da conceituação do termo paisagem se propõe construir a paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia, a partir da compreensão da influência dos atores sociais público/privado (Estado e capital imobiliário) na configuração do tecido urbano. Dessa forma se buscou compreender como a paisagem se construiu historicamente no processo de ocupação da Região Noroeste, dentro do processo de urbanização da cidade.

A palavra paisagem possuiu várias origens/raízes do alemão ao inglês antigo, no entanto a crítica foi quanto ao seu referencial como só uma superfície visível, composição estática ou pano de fundo passivo das atuações humanas, e que por isso os seus significados antigos deveriam ser revisados dos dicionários (SPIRN, 2002). Além disso, o termo paisagem foi questionado devido às modificações espaciais decorrentes do processo de

industrialização/urbanização que a ampliaram para além do campo das artes e da subjetividade humana. Como colocaram Doherty; Waldheim (2016, p.1):

antes da paisagem ser um campo da profissão liberal, da disciplina acadêmica, ou um meio do design, ela era em primeiro um gênero de pintura, motivo para as artes teatrais e um modo de subjetividade humana”³(tradução da autora).

Contudo, a dualidade entre a conceituação do termo paisagem como espaço natural e do espaço artificial produzido pelo homem, adquiriu uma ‘nova’ atenção na era pós-moderna pela multiplicidade e variedade de inserção nos campos disciplinares da arquitetura, design e planejamento urbano.

Na interpretação de Swaffield (2002) a teoria da arquitetura da paisagem é situacional, ela é explicitamente histórica, contingente, pragmática. A paisagem encontra significado, forma e estrutura no lugar que é dado, não sendo voltada a um idealismo absoluto/universal. Em que a linguagem da paisagem obtém diversas metáforas dentro do campo disciplinares, como exemplificado no ensaio “The Language of Landscape” de Ann Whiston Spirn (2002).

A aproximação entre paisagem e linguagem foi elaborada por Spirn (2002, p 126), que colocou a paisagem como lugar onde os humanos moravam, tinham experiências e formavam a paisagem, ao que “a linguagem da paisagem retoma a dinâmica conexão entre o lugar e aqueles que constroem nela”⁴.

Para Spirn (2002), a paisagem é o primeiro ‘texto’ do homem, sendo a relação do homem com o espaço, meio natural, anterior à criação da palavra, da escrita ou quaisquer símbolos e signos. O homem já moldava o espaço (natureza/paisagem), dominando-a para as suas necessidades, formatando/emoldurando- a imagem/paisagem do que se via, ou seja, o espaço.

Lugar onde os objetos, matéria-volume, são fabricados, criados/formados e distribuídos, o homem deixa assim o seu registro, conforme ocupa o espaço, marcando a sua presença tanto de momentos do passado quanto no presente. Em que os elementos da natureza ajudaram a fazer uma leitura da paisagem e a partir da mesma outras linguagem se derivam como: a verbal, matemática e

³ Tradução livre da autora. No original: “Before landscape was a liberal profession, academic discipline, or design medium, it was first a genre of painting, a motif for the theatrical arts, and a mode of human subjectivity”.

⁴Tradução livre da autora. No original: “(...) The language of landscape recovers the dynamic connection between place and those who dwell there”.

gráfica. A paisagem teria assim como a linguagem uma estrutura equivalente a palavras e partes do discurso como: padrão de forma, estrutura e função; que combinadas formam todas as paisagens (SPIRN, 2002).

A renovação do termo paisagem e da sua compreensão no entendimento de Waldheim (2006, p.37) ocorreu por volta da última década em que ela surgiu como um “modelo do urbanismo contemporâneo, como uma singularidade capaz de descrever as condições para a radical descentralização urbana, especialmente no contexto do complexo meio natural”⁵. Sendo um meio importante para se entender a complexidade da cidade, a paisagem abarca discussões que abrangeram a história, arquitetura, design urbano e planejamento. Ela seria assim a estrutura da cidade contemporânea, o meio por onde ocorreria o reordenamento do espaço urbano pós-industrial.

Dessa forma, a palavra paisagem foi frequentemente utilizada no lugar da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente (SANTOS, 2006, p. 67).

A paisagem é o inevitável resultado da interpretação cultural e da acumulação de sedimentos representacionais através do tempo; eles são assim feitos pela distinção do “ermo/deserto” ao construído ou desenhado⁶ (CORNER, 2014, p. 144). Seguindo a interpretação do autor supracitado, a paisagem foi mediada por três fenômenos: a paisagem espacial, a paisagem temporária e a paisagem material. A espacialidade na paisagem foi relacionada a experiência que nos rodeia, “Irreduzível, a paisagem controla nossa experiência extensiva, esta permeia nossas memórias e consciência, e estrutura nossa vida diária”⁷ (ibid., p 144). Já a paisagem temporária foi o processo de acumulação dos

⁵ Tradução livre da autora. No original: “Over the past decade landscape has emerged as a model for contemporary urbanism, one uniquely capable of describing the conditions for radically decentralized urbanization, especially in the context of complex natural environments”.

⁶ Tradução livre da autora. No original: “Landscapes are thus the inevitable result of cultural interpretation and the accumulation of representation sediments over time; they are thereby made distinct from “wildernesses” as they are constructed, or layered”.

⁷ Tradução livre da autora. No original: “Irreducible, the landscape controls our experience extensively, it permeates our memories and consciousness, and enframes our daily lives”.

fragmentos da paisagem (natural ou artificial) ao longo do tempo, pautando-se na observação fenomenológica da compressão da paisagem pela experiência do indivíduo através dos períodos históricos. E a paisagem material seria a experiência sensorial da paisagem proporcionada pelas propriedades dos materiais inseridos nela: como luz, sombra, aroma, calor ou frio.

Para Verdum; Vieira; Pimentel (2016, p.132-133) a paisagem foi compreendida como algo concreto, “resultado das marcas que a(s) sociedade(s) humana(s) imprime na superfície terrestre ao longo do tempo” e como fenômeno, voltado à subjetividade do indivíduo sobre a paisagem, que é influenciado pela vivência e experiência de vida que “por sua vez, esses olhares e ações são concebidos a partir de uma matriz cultural que é do coletivo de uma determinada sociedade humana”, dependendo assim da perspectiva e interpretação do indivíduo quanto às transformações no espaço.

Entendemos, ainda, pelos autores que pelo viés da materialidade da paisagem se foi permitido delimitá-la e compreendê-la a partir dos elementos que a compõem de forma a traçar de maneira operativa uma forma de leitura que permitiu objetivar estratégias de diagnóstico, planejamento e gestão do território, ou seja, as inter-relações de uso e ocupação do solo. Seguindo essa linha interpretativa, Berque (1998) apontou a paisagem como marca e matriz:

a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação- ou sejam da cultura- que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno (BERQUE, 1998, p.85).

Segundo o autor a paisagem poderia ser vista sob o campo cultural, partindo de co-determinações, representando de forma concreta a relação da sociedade com o espaço e a natureza no sentido global e unitário, estes tangenciando o conceito de geografia cultural. A paisagem em sua manifestação concreta, seria analisada por meio de instrumentos metodológicos em que se buscou explicar a produção da paisagem enquanto objeto “plurimodal (passivo-ativo-potencial)” co-integrado com o sujeito em um sistema auto produtor e reproduzidor em constante transformação devido à interferência exterior (BERQUE, 1998, p. 86).

O olhar do autor entrou em congruência com as renovações sob o olhar

da paisagem que para Eckbo (2016) a arquitetura paisagística deveria ser uma integração entre arquitetura e paisagem, em uma relação em que ambas não perdessem a sua integridade ou se sobressaem sobre a outra se tornando uma decoração.

A percepção da transformação da paisagem e as novas percepções que são geradas a partir das novas estruturas urbanas se correlacionaram com as ideias de Waldheim (2016) que problematizou o uso do termo paisagem dentro do campo teórico e da prática profissional, como forma de delinear uma teoria geral que se repensar o urbano através da paisagem, assim para o autor:

Esta eficiência- a habilidade de produzir efeitos urbanos tradicionalmente 'arquivados' pela construção de edifícios pela simples organização das superfícies horizontais- recomenda a paisagem como meio de uso para as condições urbanas contemporâneas. Em muitos contextos, o "peso do aparato" do design urbano tradicional prova ser custoso, lento, e inflexível em relação as rápidas condições de transformação da cultura da cidade contemporânea (WALDHEIM, 2016, p.13, tradução da autora).⁸

Assim, o urbanismo e paisagem foram compreendidos como complementares dentro do campo da intervenção, processo e produção da urbanização, no qual o urbanismo foi entendido através das "lentes" do paisagismo, "que por sua vez, permite de modo mais sintético o entendimento da forma da cidade, ao compreender a atuação social, ecológica e os termos econômicos" (WALDHEIM, 2016, p.3)⁹. No entanto, a crítica permaneceu pela pouca atuação da paisagem dentro das amplas possibilidades e variedade de formas de significado e intervenção dentro do 'se fazer/planejar' a cidade.

Esse planejar a cidade foi exemplificado pelo projeto desenvolvido pelo Landscape Architects West 8 em que sem ser algo decorativa, se trabalhou a paisagem em diferentes escalas para formar o urbanismo contemporâneo.

O projeto de Tschumi e Koolhaas para o Parc de la Villet assinala o papel que a paisagem poderia ter como meio de articulação do urbanismo pós-moderno: 'layered', não hierárquica, flexível e

⁸ Tradução livre da autora. No original: "This efficiency—the ability to produce urban effects traditionally achieved through the construction of buildings simply through the organization of horizontal surfaces—recommends the landscape medium for use in contemporary urban conditions. In many contexts, the "weighty apparatus" of traditional urban design proves costly, slow, and inflexible in relation to the rapidly transforming conditions of contemporary urban culture."

⁹ Tradução livre da autora. No original: "Rather, landscape thinking enables a more synthetic understanding of the shape of the city, understood in relation to its performance in social, ecological, and economic terms".

estratégica. Ambos esquemas oferecem uma nova forma de paisagem urbana, construindo no campo horizontal a infraestrutura que possivelmente acomoda todas as possibilidades de atividades urbanas, planejadas e não planejadas, imaginadas ou não imaginadas, através do tempo (WALDHEIM, 2006, p.41. tradução da autora)¹⁰.

A inserção de um novo olhar sobre a paisagem e as suas variedades de representações levaram autores como Doherty; Waldheim (2015) a procurarem por uma definição do termo correlacionado com diferentes disciplinas como: arquitetura, literatura, pintura, fotografia, jardinagem, ecologia, planejamento, urbanismo e infraestrutura. Em que os termos poderiam ter afinidades como pintura e fotografia ou poderiam gerar associações inesperadas como ecologia e planejamento, dessa maneira:

(...) como paisagem tem sido ampliada para os limites, como utilidade crítica e conceito cultural pelo uso extensivo genérico propõem metáforas, este volume releem as afinidades adjetivas do termo. Com isso aspira-se construir uma densa descrição da paisagem que é uma vez específica e focada, como também é aberta a variedade de interações disciplinares que os conceitos contemporâneos pressagiam (DOHERTY; WALDHEIM, 2016, p.7. tradução da autora).

Essa interdisciplinaridade se mostrou uma tentativa de dissociação do termo paisagem com as demais disciplinas na diligência de sua qualificação autônoma e meio operativo de descrever a cidade contemporânea. Como podemos exemplificar na metáfora de Spirn (2002) em à paisagem como linguagem, o indivíduo que aprendesse a ler a paisagem conseguiria ver o passado ou futuro, os risco de incêndios, enchentes, deslizamentos ou perigos visíveis que para um leigo passariam despercebidos.

Sendo assim, essa especialização superficial e limitada de se procurar ler a paisagem de forma especializada se tornou uma problemática pois dessa forma cada profissional teria uma leitura diferente e fragmentada da história, vendo/ contando a paisagem através do seu ponto de vista e percepção, perdendo-se assim a compreensão da paisagem como continuidade, que para Potteiger; Purinton (2002, p.138), se caracterizaria como a narrativa da paisagem, pois esta é onde ocorrem os eventos, onde se especializa os tempos,

¹⁰ Tradução livre da autora. No original: "Tschumi's and Koolhaas's projects for Parc de la Villele signaled the role that landscape would come to play as a medium through which to articulate a postmodern urbanism: layered, non-hierarchical, flexible, and strategic. Both schemes offered a nascent form of landscape urbanism, constructing a horizontal field of infrastructure that might accommodate all sorts of urban activities, planned and unplanned, imagined and unimagined, over time".

os padrões espaciais sendo “estas formas espaciais de histórias em suas variáveis complexas, refletindo diferentes determinismos escolhas, contingências e mudanças”¹¹.

Como abordado por Swaffield (2002) compreendeu-se o estudo da teoria da paisagem dentro de variáveis como: instrumento, interpretação e crítica, sendo complementado por James Corner (2014) que abordou a paisagem não somente como um fenômeno, mas também um filtro para se perceber algumas características e interpretar como método/projeto o território. Sendo que este foi entendido em estado de constante transformação pelas várias ações humanas ao longo do tempo.

Paisagem é o único meio de responder às mudanças temporais, em adaptação como Corner, Allen e outros abordam. Estas qualidades recomendam a paisagem como análoga ao processo contemporâneo de urbanização e como um meio singularmente apropriado para o inconclusivo, indeterminado, e mudanças demandadas pelas condições contemporâneas. Como Allen colocou “paisagem não é somente um modelo de urbanismo atual, mas talvez mais importante, um modelo de processo” (WALDHEIM, 2016, p.15. tradução da autora).

A paisagem urbana incorporou assim o “construído” e o “não construído” em um caráter dinâmico e em constante desenvolvimento. A definição de paisagem se tornou mais rica conceitualmente pela sua relação com outras disciplinas ao permitir diferentes perspectivas do “território” e variedades/possibilidades espaciais que assim como as demais áreas se desenvolveram e se adaptaram às novas necessidades de um espaço urbano em constante transformação.

Dessa forma, o paisagismo como urbanismo se mostra como uma teoria que analisa e atua sobre os novos processos de urbanização e de reformulação da cidade contemporânea enquanto projeto de espaço coletivo, sem que se perca a “proposta” do plano urbano. Sendo assim, ela conseguiria suprir as dinâmicas e novas articulações urbanas sem ser necessário repensar em novos instrumento urbanos.

¹¹ Tradução livre da autora. No original: “These spatial forms of stories vary in complexity, reflecting differences in determinism, choice, contingency, and chance”.

1.3.1 A paisagem como conceito

(...) O modo como o Homem concebe a natureza circundante corresponde inteiramente ao modo como se concebe a si mesmo e define o seu estatuto na natureza e enquanto ser da natureza: em qualquer concepção da paisagem pode ler-se a autoconsciência da posição humana no mundo.

SERRÃO (2014, p. 320).

A paisagem é assim, a primeira superfície no qual o processo da ação do homem se inscreve. Portanto, é o primeiro texto da inscrição primitiva do homem que cobre o campo do seu processo de construção social. Pois, na sua forma mais simples, atribuiu ao ser humano o papel como agente atuante, que para traçar estratégias de sobrevivência, foi induzido empiricamente a reagir mediante às situações que a natureza selvagem lhe impunha. Esse ato, o fez reduzi-la à sua imponência ao mesmo tempo que permitiu a libertação da sua capacidade criadora.

Para Spirn (2002, p.125), essa capacidade criadora expressa a intencionalidade objetiva do homem, ainda que os significados de seus elementos “são somente potencial até que o contexto os moldem”. Por isso, a autora esboça uma relação metafórica entre paisagem e linguagem, pelas suas equivalências estruturais, ou seja, a combinação de “padrões de forma, estrutura, matéria, formação e função”. A paisagem seria assim compreendida neste momento como sendo o espaço que, por sua vez, apareceria como sendo agente secundário/ pano de fundo, por ter como agente principal a força ativa do homem.

No entanto, ao se considerar a paisagem como sendo o elo que integra e interioriza a sinergia dos fenômenos naturais e culturais do homem, essa hierarquia se rompe pois, se integra e interioriza a sinergia dos fenômenos naturais e culturais do homem, desencadeando e interligando um “cenário da vida, da construção cultivada” e por isso, carregada de significado, onde os objetos se relacionam¹² Spirn (2002, p. 125). Forma-se assim uma sinergia espaço e homem em que todos os seus níveis de ação, são abrangidos pela técnica, assim o espaço é humanizado.

¹²Tradução livre da autora. No original: “ word within sentence within paragraph within chapter, leaf within branch within tree within forest”.

Com esse diálogo entre o homem e o espaço-paisagem, se ressalta na forma com que o homem contextualiza, constrói e dá forma às suas necessidades, pelas suas ações decorrentes das dimensões e do contexto da vida natural. Isso, leva a uma coerência vernacular, como resposta a padrões e estruturas que os fenômenos da natureza lhe impõem de forma duradoura ou efêmera. O que conduz o homem a organizar o seu estabelecimento, sua fixação e organização social de acordo.

A Fala e leitura da paisagem são produtos de morar, de movimento, construção familiar, alimentação- estratégias de sobrevivência- criando refúgio, provendo perspectivas, crescendo comida. Para ler e escrever a paisagem é aprender e ensinar: conhecer o mundo, expressar ideias e influenciar outros. A paisagem, como linguagem, faz o pensamento tangível e a imaginação possível¹³ (SPIRN, 2002, p.125. tradução da autora).

Por isso, como elemento, o espaço é para o ser humano a primeira imagem do mundo, a sua consciência primeiramente visual do sentido de se estabelecer e se relacionar com o meio circundante. John Berger (1999, p.9) anuncia que “o ato de ver precede as palavras. A criança olha e reconhece, antes mesmo de poder falar”, esse princípio evoca que “o ato de ver estabelece nosso lugar no mundo circundante. Explicamos esse mundo com palavras, mas as palavras nunca poderão desfazer o fato de estarmos por ele circundados (...)” (BERGER, 1999, p.9).

O ato de ver, com Berger (1999) aparece aqui como a primeira relação do homem com o espaço- mundo, antecessor à criação da palavra. Essa abordagem, também se evidencia no livro *Ver a terra seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*, quando Besse (2006) apresenta a paisagem, em um primeiro momento, pela sua representação de forma gráfica, que por sua vez teve uma função importante dentro do reconhecimento do homem ao ‘novo mundo’, das grandes navegações, representando assim as experiências humanas, transferindo-se de uma ordem visível do mundo.

A paisagem aparece aqui, se utilizando do desenho como recurso de

¹³ Tradução livre da autora. No original: “The language of landscape can be spoken, written, read, and imagined. Speaking and reading landscape are by-products of living-of moving, read, and imagined. Speaking and reading landscape are by products of living-of moving, mating, eating- and strategies of survival- creating refuge, providing prospect, growing food. To read and write landscape is to learn and teach: to know the world, to express ideas to influence others. Landscape, as a language, make thought tangible and imagination possible”.

interpretação da superfície da Terra, atentando não só para o percurso do homem no espaço, como para as singularidades por ele encontrada. Adentra assim, ao campo artístico e empírico da exploração, ficção, está uma virtualidade imaginária. Logo, a interpretação da paisagem se pauta em uma condição de afastamento do homem diante do espaço, como uma forma de percebê-lo. A paisagem cairia então do roll de ser informativa para o aspecto mais estético, um enquadramento de uma imagem, que busca representar um todo.

Com isso, o autor intui para a relação entre a cartografia e a experiência paisagística em que o sujeito atua dentro da paisagem e fora dela (pintura), ou seja, uma representação do espaço/paisagem antes e depois de ser apropriada pelo homem. O que retoma a ideia inicial de Milton Santos, quanto a dualidade da existência de uma natureza primeira-selvagem e uma natureza segunda-humanizada. Nesse percurso, Besse (2006) dirige o olhar para a paisagem como uma composição de imagens visuais da experiência do homem dotada de sentidos. Já para Corner (2014, p.8), os sentidos presentes na paisagem são representadas nas “pinturas, livros, mapas, poemas, filmes assim como através de experiências diretas com o meio e a exposição a natureza¹⁴”.

Na opinião de Corner (2014), há uma certa passividade atribuída a paisagem, quanto a um espaço mascarado entre o talento (no campo da pintura, como imaginação do sujeito que a olha/ imagina e a pinta, e o poeta que a descreve) e o trabalho (no campo da arquitetura como a transformação e remodelação do lugar/terra em um espaço construído e com qualidade/ provocar um bem-estar); por isso as possibilidades da paisagem ser compreendida além de uma precondição de “ natural” ou dentro de uma relação particular do lugar, se tornam parâmetros difíceis para o seu próprio avanço. Essa linha de pensamento se estende para Adriana Serrão (2014) que também esclarece que esse talento e trabalho são uma forma peculiar de se pensar e qualificar a paisagem contanto que não a reduzam, uma vez que a mesma tem uma vitalidade que a anima.

Ao longo das abordagens apresentadas sobre a paisagem observa-se

¹⁴ Tradução livre da autora. No original: “Landscape’s delights can be found in its many representations (paintings, books, maps, poems, films) as well as through the direct physical experience of the environment and exposure to nature”.

que o homem sempre se confrontou com “descrições” do espaço, por meio de imagens figurativas, pinturas e imagens sonoras. Dentre essas abordagens, Santos (1988) a define como:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc (SANTOS, 1988, p.21).

Essa leitura, permite estabelecer o nexos entre a paisagem e a percepção do sujeito, que segundo o autor, é o agente que atribui uma dimensão a paisagem, ou seja, suas escalas percebidas através do sentido da visão, o que ‘deforma’ a maneira com que ela é ‘absorvida’ já que ela ocorreria de maneira seletiva, resultando em diversas versões de uma mesma realidade. Com isso, a paisagem se relaciona à percepção do sujeito dentro de uma perspectiva coletiva.

Diante disso, as definições de Milton Santos (2006 [1996]) são as que melhor aqui definem o estudo que concerne sobre o tema da paisagem. Pois, o autor chama de paisagem o produto das relações homem e natureza em suas sucessivas relações ao longo do tempo, como uma herança, enquanto que o espaço seria essas formas compactuadas com a vida que a inserção do fator homem lhe confere. Assim, quando se fala em paisagem tem-se uma correlação com o espaço, como uma parte da configuração territorial, que captamos com o olhar.

Portanto, Santos (2006 [1996], p.67) posiciona a paisagem como sendo um “sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente”. Desse modo, ela é uma forma-objeto transtemporal, que se distribui no espaço caracterizando um conteúdo técnico específico. Nessa condição, a paisagem seria um produto de forma-objetos bi e tridimensionais, horizontais-verticais. Apesar do autor se remeter a materialidade expressa na paisagem, e a uma certa prevalência do sentido da visão, deve-se requisitar que a essa condição assim como as que remetem ao espaço, retomam a uma miríade de terminologias.

Essas podem ser exemplificadas nas paisagens “imateriais”, como as sonoras, que se revelam como outras vertentes para se interpretar a paisagem,

como a trabalhada por Tiago Carvalho em *A estética do som na paisagem e na arquitetura* (2012), que se tornam assim, complementares a percepção da forma-objeto de Santos. Este, recorre ao espaço como o elemento que se transforma constantemente tanto pela introdução da sociedade, dentro desse “sistema”, como por mudar de função de acordo com o valor e a significação que a sociedade lhe dá. Dessa forma:

a paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõem a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atua (SANTOS (2006 [1996]) p.67).

Essa seria “como resposta às necessidades da sociedade” (SANTOS (2006 [1996]), p.67). Com isso se demonstra o caráter dinâmico da paisagem dentro da sociedade e portanto, o caráter dinâmico que se adquire com a noção da própria natureza do espaço, formado de um lado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, por um outro lado, pelo animado das ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são assim variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano (SANTOS (2006 [1996]), p. 69).

A paisagem assim, se alimenta do movimento histórico do homem sob formas cristalizadas, transcendentais, de instantes singulares, uma acumulação de processo quantitativo, já que Milton Santos coloca que o aspecto qualitativo seria atribuído ao espaço. Essa se torna assim a ordem da paisagem que permite abarcar visualmente, em uma retomada a Berger (1999), a uma não regularidade dos tempos, em um instante que se supõem ser organizado em um conjunto.

Como objeto de reflexão de Santos (2006 [1996]), a paisagem é uma retrospectiva do passado, contudo ela não assume individualmente a função de explicar a história da sociedade, em suas etapas de transformação social, por ela ser apenas uma fração do espaço e da forma, de um sistema paradoxo ao tempo presente. Assim, para a interpretação de cada etapa, ou seja, momentos históricos, deve-se estabelecer um vínculo com a história escrita naquele contexto temporal. “Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual” SANTOS (2006 [1996]), p.69). Dessa forma, a paisagem, interpretada pelo autor cumpre o duplo papel de tanto ser uma história

cristalizada quanto participativa da história presente, viva, pois “são as suas formas que se realizam no espaço, as funções sociais” (ibid., p. 69).

Natural e artificial, novamente se confrontam na paisagem, relacionados a uma paisagem marcada ou não pela ação produtiva do homem por meio de objetos naturais e artificiais, que resulta tipos de paisagens em diferentes níveis de reprodução, pois estes podem ser materiais e imateriais, já que “o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas” (SANTOS, 1988, p.22). É tecido assim, que a paisagem é um conjunto heterogêneo, sendo todavia objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas que adentra ao rol da história da sociedade, que se torna mais complexa a medida que se artificializa em uma imposição da técnica, desse modo:

(...)Há uma relação entre os instrumentos de trabalho (objetos dos mais diversos tamanhos, que o homem cria para poder produzir) e a paisagem. Há uma grande quantidade desses instrumentos que não são materiais, mas que se elaboram como elementos necessários à produção. Em eras bastante remotas, os instrumentos de trabalho eram um prolongamento do homem, mas, à medida que o tempo passa, vão transformando-se em prolongamentos da terra, próteses ou acréscimos à própria natureza, duráveis ou não (...) (SANTOS, 1988, p.23).

A par da argumentação desenvolvida pelo autor supracitado, a paisagem corresponderia então não há uma dialética com a sociedade, papel que caberia ao espaço, mas aos diferentes níveis de produção da sociedade ao nível de “circulação, distribuição e consumo”, que organizam o espaço em processos com funções próprias, o que intui para que “cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes. Por essa razão, a paisagem urbana é mais heterogênea, já que a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção” (SANTOS, 1988, p. 23). Em outras palavras, a essa característica heterogênea da paisagem decorre dos “acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos.” (ibid., p. 23).

O panorama do pensamento Santos (1988) posiciona a inovação como a produtora de paisagens, uma vez que permite que a paisagem seja um objeto de mudança que abrange a transposição de um conjunto de técnicas de um dado momento para outro, em suas continuidades e permanências, ou seja, em

adições e subtrações, sendo dessa forma, marcada pela história do trabalho e das técnicas. Nessa constatação, ela é uma representação “das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (SANTOS, 1988, p. 24).

É por meio dessa compreensão, que particularmente o texto acaba por chamar a atenção sobre a questão da datação dos objetos da paisagem como uma modo de assegurar o reconhecimento da sua idade ou idades, do ponto de vista histórico, o que a leva ser pensada “paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais” (ibid., p. 24). Pois, a forma da paisagem não depende individualmente da técnica empreendida em determinado contexto histórico e nem a técnica por si, há uma correlação com fatores e variáveis externas que impõem diferentes intensidades nas transformações da paisagem, dentro dessa dinâmica social. Esta, percebida com maior clareza pelas mudanças funcionais que determinadas formas podem sofrer ao logo do dia. A paisagem para Santos, muda dentro da sociedade urbana:

Ao passarmos numa grande avenida, de dia ou à noite, contemplamos paisagens diferentes, graças ao seu movimento funcional. A rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano. Dentro da cidade e em razão da divisão territorial do trabalho, também há paisagens funcionalmente distintas (SANTOS, 1988, p.24).

Outro aspecto abordado, pelo autor supracitado se além a estrutura, “alteração de velhas formas” e a sua “adequação às novas funções”, que previamente apresenta as mudanças sociais, econômicas e políticas da sociedade, há assim não só uma imbricação física (duração/desgaste dos materiais), da forma enquanto objeto, mas enquanto a sua valoração social. Sendo assim:

A paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas e formas virgens. As primeiras estão à espera de uma reutilização, que pode até acontecer; as segundas são adrede criadas para novas funções, para receber inovações. As funções que são mais suscetíveis de criar novas formas são: bancos, hipermercados, o Estado, *shopping-centers* etc., além de certas funções públicas. Fora estas, são poucas as funções capazes de criar novas formas, e é por isso mais comum o uso das preexistentes através de uma readaptação. E o caso de casas de saúde, escolas, serviços diversos, fábricas menores etc., que se instalam em antigos casarões ou prédios deixados por outras atividades com readaptação de formas velhas para novas funções (SANTOS, 1988, p. 25).

Em suma, a paisagem tem uma certa permanência e “precede a história que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação” (Santos, 1985, p. 26).

Neste sentido a paisagem passa a ser vista como um produto material, a síntese de todos os elementos e processos, naturais e culturais passíveis de ocorrer em um espaço físico delimitado. Um sistema complexo, dinâmico e instável, onde diferentes fatores evoluem, de forma conjunta e interativa. Por isso, equivalente à natureza e modificada pelas ações humanas, cada representação contém em si um desdobramento de configurações. Formas antigas, formas recentes, previsíveis imagens futuras, formas eternas. A paisagem nunca é idêntica à imagem natural, a marca impressa pelo homem é um processo que se manifesta indefinidamente (SANTOS-b, 2014, p.30).

Como proposto no texto acima, a relação do meio com o homem geraria uma dinâmica que teria como resultado a paisagem como um produto também cultural. O mesmo autor também diz que “Sabemos que a paisagem é resultado direto da produção material da sociedade. E a produção material da sociedade ocorre a partir do capital constante (os fixos e as matérias primas) e o capital variável (o trabalho)” (ibid., p 32).

Besse (2014, p. 34) em diálogo com Milton Santos discorre sobre a paisagem ser uma “maneira de os homens inscreverem seu meio terrestre dentro de uma duração ou de uma durabilidade que não se confundem com os ritmos naturais, transformando assim esse meio em mundo histórico”. Esse pensamento se aprofunda em consonância com o de Milton Santos, ao se reconhecer que a paisagem é híbrida, uma forma inscrita do homem, que pendula entre o natural e humano, “(...) Natureza humanizada, humanidade naturalizada: a paisagem é uma realidade ontológica de um gênero próprio, dotado de um espaço e de um tempo que lhe são próprios” (ibid., p.34). Assim a paisagem não é natureza em seu sentido absoluto, mas relativa.

Diante desse estudo, compreende-se que a paisagem é o principal elemento para compreender as quatro camadas-temporais que compõem a história da Região Noroeste de Goiânia enquanto espaço urbano. A associação entre as camadas-temporais tem como produto a sua paisagem urbana, que registra a história de ocupação e as transformações do espaço urbano da Região Noroeste de Goiânia.

1.4 CAMADA ESPAÇO-TEMPORAL

O espaço é uma acumulação desigual de tempos
Milton Santos (1986)

Ao propormos o estudo do conteúdo da paisagem da Região Noroeste partimos do pressuposto de que esta é formada por camadas. Cada camada sobreposta corresponde a um espaço-tempo de diferentes paisagens que expressam no presente, de forma contínua ou descontínua, um conjunto de conteúdo. Afinal, o que se interpreta por camada? E mais precisamente por camada espaço-temporal? O que elas nos evidenciam da história de formação da Região Noroeste? Na procura por uma definição específica pelo termo camada, retomamos a uma abordagem lexical.

A etimologia da palavra camada¹⁵ segundo o dicionário Houaiss (2001) possui duas significações pertinentes ao tema, que ao interpretarmos a definimos como uma superfície e porção de matéria que possui características que as diferenciam. Seu significado contido na Barsa (2018) também a caracteriza como “objetos acamados sobre outros”. Por conseguinte, a compreensão do termo camada se aproxima ao urbanismo pela concepção do espaço.

Esse espaço-geográfico, como já abordado anteriormente, é constituído por objetos que nele se sustentam e se realizam por meio da ação do homem no decorrer do tempo histórico. Isso elenca os aspectos do espaço e do tempo como fenômenos para compreender as marcas do processo de produção do espaço pelo homem e, por conseguinte, a sua expressão por meio da paisagem urbana. Além disso, há de se ressaltar que o espaço-tempo se refere às atividades e as múltiplas relações que vinculam o homem ao espaço através do tempo. No qual se é possível identificar e analisar com o olhar no presente os movimentos da sociedade no passado.

Santos (2006[1996], p. 226) interpretou que o espaço geográfico “é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” em que “sua

¹⁵ Camada: quantidade de matéria que se estende mais ou menos uniformemente sobre uma superfície e em contato direto com ela, podendo aumentar-lhe a espessura ou à altura. 2. Porção de matéria considerada como parte do todo ou da espessura de algo, mas que pode ser distinguida do resto por alguma características própria ou segundo algum critério preestabelecido (HOUAISS, 2001, p.580).

definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico”. Logo, compreendemos que para o autor, o espaço geográfico é a produção da ação do homem no espaço por meio da técnica. Ao transcorrer do tempo, as técnicas demarcam historicamente no espaço as transformações sociais. Por meio dele é possível compreender as organizações da sociedade e as dinâmicas do homem manifestadas no processo produtivo do espaço, como é elucidado no trecho abaixo.

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas igualmente, novas formas de ação (SANTOS, 2006[1996], p. 61-62)

Santos 2006 [1996], interpreta uma materialidade do tempo no espaço por meio da técnica, que por sua vez faz surgir um novo sistema de objetos que quando qualificados, permitem uma sistematização para elencar as características de cada época. Nesse momento, a abordagem histórica e temporal da ação do homem no espaço amplia a prática do arquiteto urbanista que se aproxima a de um arqueólogo, um historiador e um geógrafo que investiga no espaço ao percorrer das temporalidades. Como salienta Pesavento (2005, p. 13) “é preciso descobrir os tempos da história que se acumulam no espaço”, pois segundo a autora, “Todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do seu uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço” (ibid., p. 13). Sobre isso, Melo e Hissa (2004) corroboram ao elencar que a história é uma superposição de história, escrita (grafias) e espaços, que formam uma superfície de natureza social complexa por não apagarem as grafias anteriores. O que é complementado por Santos (1988) quando diz que:

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. (...) a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo (...) O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada (SANTOS, 1988, p. 16-17).

O tempo, assim, se torna um fator que, ao ser agregado ao espaço geográfico, permite delinear os limites e simultaneidades sociais e espaciais que, para Santos (2001[1996]. p. 104), advém de temporalidades que se “não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas, todavia se dão de modo simultâneo”. Já em Corrêa (2018, p. 23), a ação do tempo no espaço traçaria as temporalidades históricas que resultariam em períodos. Estes, seriam compreendidos não como dados concretos, mas uma construção intelectual a partir de temas. Os quais possuem uma certa homogeneidade em seus limites “sugerindo zonas de transição ou mesmo outros períodos”. Isto é:

(...) Em cada tempo histórico ou período, há uma combinação desigual das temporalidades das três instâncias da sociedade.¹⁶ A periodização é a sequência de tempos históricos, sequência de combinações desiguais das temporalidades das instâncias sociais (CORRÊA,2018, p.20).

Na reflexão do autor supracitado, se analisa que a periodização seria uma maneira de organizar os conteúdos da sociedade de forma a se poder descrever um padrão ou variações simultâneas da dinâmica social. Dessa forma, Corrêa (2018, p. 32) coloca a homogeneidade dos períodos como relativa, pois “cada período é, na realidade, homogêneo internamente e heterogêneo, quando são considerados os períodos que o antecedem e o sucedem”. Da mesma forma, que “a duração diferenciada dos períodos deriva do fato de que a combinação específica de processos e formas que caracteriza cada período contém as distintas temporalidades de cada processo e forma” (ibid., p.31). Segundo esse autor, há múltiplas periodizações em que “(...) cada periodização caracteriza-se por períodos que necessariamente não coincidem, refletindo as temporalidades próprias de cada tema considerado” (p.32). Por fim, cada período se alteraria de acordo com a mudança de escala espacial. Já para Santos (1994):

Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo, e nos permite definir nosso objeto de análise” (SANTOS,1994, p.34)

¹⁶ A sociedade é constituída pela combinação das instâncias da sociedade econômica, jurídico-política e ideológica, cada uma delas sendo dotada de relativa autonomia, tendo sua própria temporalidade e seu próprio desenvolvimento (CORRÊA, 2018, p. 19-20).

Para Santos (2006 [1996], p. 111) “Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica”. Assim, quando falamos na Região Noroeste em seu espaço-tempo, estamos a considerar os aspectos do seu passado histórico que se efetuam no seu território por meio das técnicas construtivas utilizadas pelos moradores para construir suas habitações. Nesse momento, a abordagem histórica da ação do homem no espaço amplia a prática do arquiteto urbanista que se aproxima a de um arqueólogo, um historiador e um geógrafo que investiga no espaço ao percorrer dos tempos.

Temos assim, a formulação de que cada camada espaço-temporal corresponde a um espaço geográfico pelo qual há a ação do homem num dado tempo. Este, adquire a sua importância por permitir identificar no espaço características históricas que o diferem, demarcando continuidades, transições e interrupções simultâneas ou não, o que permite o seu ‘recorte’ em períodos. Esta é a discussão que o próximo capítulo pretende esclarecer, o conteúdo da primeira camada espaço-temporal e em como ela ocorre na Região Noroeste.

2 GOIÂNIA: A NOVA CIDADE-CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS

Este capítulo apresenta uma contextualização das ideias que vigoraram para a formação do plano urbano de Goiânia, a nova cidade capital do Estado de Goiás. Como cidade planejada, no Centro-Oeste brasileiro, Goiânia na década de 1930 se propõem como uma reflexão do planejamento urbano das cidades brasileiras.

A implantação da nova capital também elenca questões políticas, sociais e econômicas, em que sob as diretrizes de Atílio Correa Lima e Armando Augusto de Godoy, incorporou-se ao plano urbano questões higienistas e técnica sanitaristas que trariam a modernidade preconizada para o desenho urbano para a construção de Goiânia, que representava si a ruptura entre o passado arcaico e o progresso.

2.1. O PLANO URBANO DE GOIÂNIA

A posição econômica-geográfica de uma aglomeração urbana é a causa primordial do seu desenvolvimento, sem o contato direto com outros centros, sua vida é toda artificial. Toda cidade tem, justificado sua existência uma causa, se esta causa cessa, a cidade torna-se decadente.

LIMA (1937)

No Brasil, a primeira metade do século XX foi marcada pelas discussões gerais sobre a política de planejamento urbano em âmbito nacional e regional, que se intensificaram a partir dos anos de 1930, “com os planos de urbanização e a construção de cidades novas, sem perder de vista o movimento de institucionalização do urbanismo na administração pública brasileira” (MANSO, 2018, p.24). No contexto da política nacional da década de 1930, o ideal de cidade moderna já não se pautava em “melhorar” as cidades consolidadas, mas compreender a ordem de seu funcionamento, sob a perspectiva do urbanismo para a conformação de um planejamento urbano moderno. Conforme pode-se analisar pela (Tabela 1) de Arrais (2007), com as principais intervenções do século XX.

Tabela 1- Cronologia dos programas desenvolvidos no território goiano

TERRITÓRIO GOIANO: O ESTADO E A CAPITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO*			
Programas		Período	Impacto regional
Marcha para o Oeste	Expedição Roncador Xingu	1943-1949	Ação de interesse militar, partindo de Aruanã com destino ao Pará e ao Amazonas, tendo, entre outros objetivos, a colonização pontual da vertente Oeste do Araguaia.
	Fundação Brasil Central	1943-1967	Substituiu a Expedição Roncador-Xingu, intervindo, também, no território goiano, por meio do estímulo à colonização.
Edificação de Goiânia		1933-1942	Estimulou a migração e mudou o eixo econômico do Estado para Mato Grosso Goiano, reforçando as desigualdades regionais entre o Norte e Sul.
CANG (Colônia Agrícola Nacional)		1942-1945	O programa de colonização federal causou impacto na migração e alterou a estrutura agrária da porção norte do Mato Grosso Goiano.
BR-153		1958-1975	Transformou-se na principal artéria de ligação entre o Sudeste e o Norte brasileiro, redefinindo o eixo de povoamento do Norte goiano para a vertente Oeste do rio Tocantins.
Edificação de Brasília		1956-1960	Estimulou a migração, a fragmentação municipal, o mercado de consumo regional e a circulação rodoviária, com impacto no Leste e Nordeste Goianos.
Cachoeira Dourada		1960	Atendeu a demanda de energia do Estado de Goiás e do Distrito Federal.
SUDECO		1967-1990	Programa do Governo Federal com o propósito de intervir na Região
		2006- ...	Centro-Oeste, estimulando a mudança no perfil econômico. Em 1990 a SUDECO foi extinta. Em 29/11/2006 o projeto de recriação da SUDECO foi aprovado por unanimidade na Câmara Federal.
Incentivos Fiscais	FCO	1988 - ...	Fundo Constitucional do Centro-Oeste disponibiliza 3% do produto da arrecadação do Imposto Sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto Sobre Produtos Industrializados.
	Fomentar	1996-1990	Estimularam a migração de empresas de diversos ramos para o territórios goiano, especialmente o Centro-Sul do Estado. O Produzir, substituto do Fomentar, oferece financiamento de até 73% do ICMS em 15 anos.
	Produzir	1999-...	

*Estes são alguns exemplos de investimentos conduzidos pelos Governos Federal e Estadual e cujo reflexo setorial já foi avaliado pela literatura específica, como podemos notar em: Abreu (2000), Arrais (2005), Borges (2004), Dayrell (1979), Paviani (1987), Teixeira (1961), Valverde & Dias (1987) etc.

Fonte: Arrais (2007)

Nesse contexto político, apresentado pela (Tabela1), insere-se Vila Boa de Goiaz como aglomerado urbano pois, segundo Lima (1937, p.96), ela já havia perdido a sua “justificativa de existência” com a perda do prestígio aurífero do período colonial, o que fez com que o desenvolvimento da cidade se restringisse à ordem de subsistência. Ademais, a decadência social ocorrida pelos problemas econômico, geográfico e fisiográfico além de infraestrutura (esgoto, vias), mobilidade e salubridade, justificava a construção de uma nova cidade-capital, Goiânia, que teria assim “como função econômica cabe-lhe abrigar e estimular o alto comércio, estabelecimentos de créditos, e as indústrias” (ibid., p. 96).

Além disso, para Silva (2012), a mudança da antiga capital também representava a transição do arcaísmo de Vila Boa de Goiás, ao moderno, com Goiânia como nova capital, que retratava por sua vez o progresso e

desenvolvimento econômico do Estado. Com isso emerge em Vila Boa de Goiás uma política regional com Pedro Ludovico Teixeira¹⁷, cujo grupo político buscou romper com a dominação política da oligarquia regional, os Caiados e a influência da Igreja, por meio da construção de Goiânia

O discurso de Pedro Ludovico Teixeira se pautava na promoção da transformações econômicas em uma desestruturação do “colonialismo” para o trabalho livre. No entanto, o discurso se mostrou ser uma estratégia política em que “os idealizadores políticos dessas urbes buscam o urbanismo moderno como forma de se destacar no plano político, permanecer no poder e perpetuar como homens dinâmicos da região e/ou nação” (MORAES, 2003, p.116).

Da mesma maneira, Oliveira e Silva (2016, p. 154) abordam que a mudança afirmava o poder de Pedro Ludovico Teixeira e “a expansão do capitalismo por meio da dinamização da economia Goiânia, conectando-a de fato a economia nacional”. Essa expansão, se caracterizava pela política da “Marcha para o Oeste”, ou seja, de desenvolvimento pela industrialização do interior do país.

Como aborda Santos (1993), o Centro-Oeste brasileiro apresentou as condições propícias como lugar para as experimentações urbanas por não apresentar uma infraestrutura prévia ou “vestígios” urbanos do passado que pudessem interferir na implantação de inovações urbanas. Na construção de Goiânia, na década de 1930, “o novo urbano chega antes do moderno rural, da modernização dos transportes do país, da modernização do consumo e, de modo mais geral, da modernização do país” não sendo conhecido “sistematicamente os efeitos dinâmicos” (SANTOS, 1993, p.62). Como é apresentado a seguir:

Com a edificação da nova capital, operou-se a ressurreição de Goiás. À medida que se consolidava como centro de decisões políticas e pólo de desenvolvimento do Estado, ensejou o crescimento de Goiás no campo agropecuária e dos serviços, se bem que a o processo de industrialização não atingisse, como seria desejável, níveis satisfatórios” (SABINO JUNIOR, 1980, p. 23).

Para Manso (2018, p. 279), o plano de urbanização de Goiânia funcionou como “como um roteiro provisório de urbanização para a região Centro-Oeste na

¹⁷Pedro Ludovico Teixeira foi eleito interventor federal do Estado de Goiás.

elaboração de remodelação e expansão das cidades existentes e construção de cidades novas”. Dessa maneira, a modernização do Centro-Oeste brasileiro inseriu-se na história urbana pela política da Marcha Oeste, no qual o governo brasileiro criou duas principais cidades: Goiânia (1930 como capital regional), Brasília (1960 como capital do país). Planejada primeiramente por Atílio Correa Lima (1941-1943)¹⁸ na década de 1930 e depois modificada com Armando Augusto de Godoy (1876-1944), entre 1935-1938, a construção de Goiânia significou simbolicamente a reafirmação do poder do governo Vargas e a modernização pela inserção da economia no capitalismo, como é abordado a seguir:

A construção de Goiânia (1933-1937) representa o início da intensa ocupação do Sul de Goiás e do Planalto Central, fortalecida com os programas oficiais da Marcha para o Oeste (1938) e com a mudança do centro de decisões políticas para uma região interiorana, mas especificamente para Brasília (1960) (MORAES, 2003, p.77)

Para Manso (2001), a concepção de Atílio Correa Lima e Armando Augusto de Godoy apontaram para um novo olhar sobre a cidade não apenas pela concepção estética mas pelo seu caráter social e racional. Já para Moraes (2003, p. 125), a idealização da cidade e do urbano que vigorava em 1930, aponta “a nova capital de Goiás, filha do Estado burguês dos anos de 1930, veio, de forma espetacular, impulsionar um novo projeto econômico e político na região, proposto e implementado por Getúlio Vargas, a Marcha para o Oeste”. Nessa perspectiva de acordo com Manso (2001), demonstrava que a ideologia urbana vigente era a da formação das cidades-capitais que tinham como o objetivo ser o “civilizatório” social e urbano, adentrando em consonância com as ideias de urbanidade nas propostas de projeto tanto das novas capitais brasileiras quanto europeias, como é afirmado a seguir:

O plano urbano datado de 1933, realizado por Atílio Correia Lima, é marcado pela racionalidade que se baseava a estrutura e o pensamento do urbanismo francês do início do século XX, onde a integração da cidade, dentro da sua função é um dos quesitos mais importantes além do desejo em personificar uma cidade monumental (PANTALEÃO; DELFINO, 2017, p. 109).

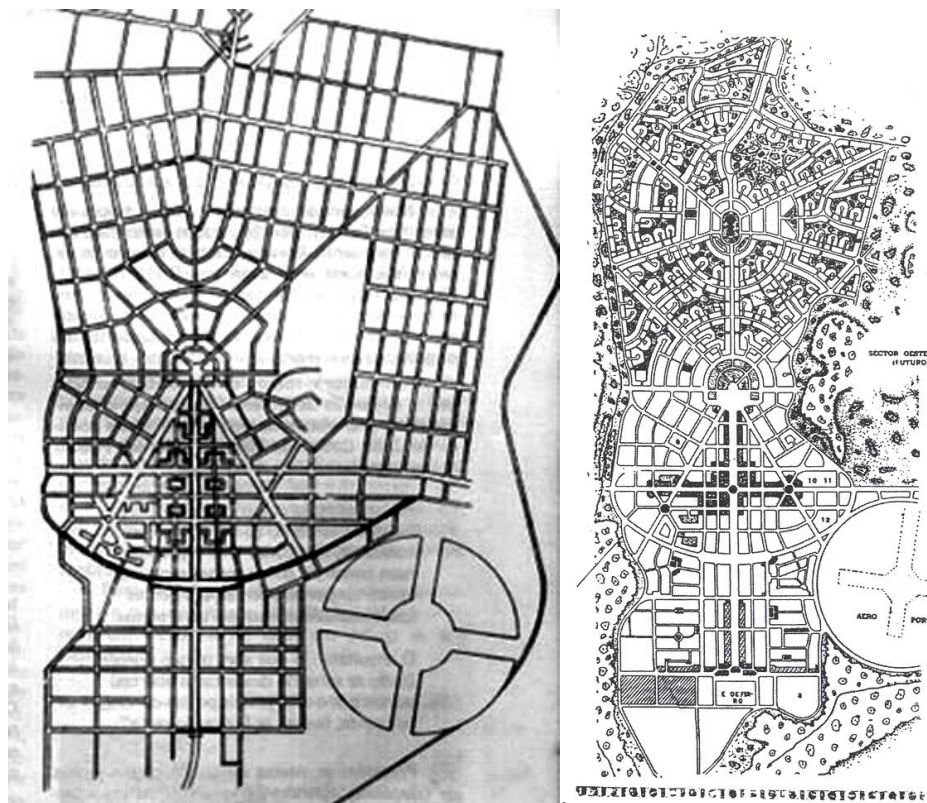
¹⁸ A obra organizada por Leme (1999, p.226) apresenta um panorama profissional de Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy em que os “dois urbanistas dominavam os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis para a concepção de uma cidade moderna naquele período”. Complementando-se com Ackel (1998, p.25) Atílio Corrêa Lima tinha influência do urbanismo francês da SFU *Société Françaises des Urbaniste*, 1913 e o urbanismo de Haussmann e “os primeiros ensaios de um Urbanismo Moderno, baseados na *Citté Industrielle*, do francês Tony Garnier (1904-1917).

Segundo Manso (2018), essa escolha do sítio abordada pelas características expressas acima, seriam interpretadas por duas situações. A parte da “primeira situação (1932-1933)” que seria a escolha do lugar, a visita de Armando Augusto de Godoy ao sítio escolhido, Campinas (GO), e a entrega do relatório técnico. Neste,“(...)Quanto à inserção topográfica, o plano de Atílio, obedece a uma dimensão racional, que busca dar sentido técnico para a escolha do local de concepção do plano urbanístico” (PANTALEÃO; DELFINO, 2017, p. 107). Quanto às características do plano urbano, são complementadas por Trevisan (2009, p. 173):

A proposta inicial para Goiânia [FIG.173], de Atílio Corrêa Lima, trouxe para o plano da nova capital as bases do urbanismo barroco, seus espaços cênicos e monumentais (referência aos planos de Versalhes, Karlsruhe, Washington, Paris e Belo Horizonte). Por sua vez, aspectos Modernistas foram empregados pelo arquiteto e urbanista ao setorizar a cidade por diferentes funções (trabalhar, habitar, circular e lazer), sobre um traçado rígido de vias regulares e delimitada por um cinturão verde de parques que protegeriam os aquíferos presentes na região, à la Cidade-Jardim. Para o setor comercial, delimitado pelas diagonais simétricas que saem da Praça Cívica e uma avenida semicircular (Avenida Parnaíba), o arquiteto projetou quadras cortadas por vias de serviço. Próximo ao plano, além da estação ferroviária (principal meio de transporte da época), Corrêa Lima implantou o aeroporto, demonstrando estar atento às modernidades de sua época.

Já a “segunda situação (1936-1938, 1947)” aborda a contratação de Augusto de Godoy para dar continuidade ao plano urbano da nova capital, em 1936, pela firma Coimbra Bueno & Cia, como consultor técnico, após o afastamento de Atílio. Assim, para Trevisan (2009, p. 202) “As modificações introduzidas tinham por base os conceitos de Unidade de Vizinhança (captados do tipo de urbanismo norte-americano) nas zonas residenciais (Setor Sul) (...)”. Como podemos visualizar, (Figura 1), pelo resultado do plano urbano da cidade.

Figura 1- Plano urbano original de Goiânia de Atílio, a esquerda, e o plano modificado por A.A. de Godoy



Fonte: theurbanearth.wordpress (2019). Acesso em 18/08/2019

Godoy atribuiu um cuidado maior ao cinturão verde, que limitaria o crescimento da cidade prevista para 50 mil habitantes, e propôs inúmeras rotatórias em cruzamentos de vias principais – elemento que se tornou uma constante na expansão física da urbe” (TREVISAN, 2009, p.202).

A construção de Goiânia visou assim estabelecer a estimulação de um novo padrão de vida, na qual a nova capital desempenharia uma função econômica-social, política e administrativa (MANSO, 2001). Como é descrito a seguir:

Goiânia contava com os seguintes setores: Central – zona comercial, residencial e centro administrativo; Norte – zona comercial, residencial popular, zona industrial e estrada de ferro; Sul – zona residencial e comércio local; Oeste – zona residencial e comércio local. O Setor Oeste não foi desenhado por Godói, pois foi reservado para quando o Setor Sul estivesse ocupado e o Setor Leste não foi incluído no plano. O Setor Sul desenhado por Atílio foi todo reformulado por Godói, recebendo o traçado das cidades-jardim. Esse bairro seria essencialmente residencial, mas com serviços para atendimento local. As quadras residenciais seguiram o modelo de Unwin: vias internas

para os fundos das casas e entrada social pelas áreas verdes (DAHER, 2009, p. 84).

Além disso, Goiânia viria a ter ao longo do seu processo de consolidação urbana, quatro planos diretores, sintetizados por Oliveira (2005, n.p) em:

Goiânia teve, ao longo de sua existência, quatro planos diretores (8): o primeiro concluído e oficializado em 1938, desenvolvido inicialmente pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima de 1933-1935, e na seqüência pelo engenheiro urbanista Armando Augusto de Godoy de 1933-1937; o segundo não oficializado, desenvolvido pelo arquiteto Luís Saia, de 1959-1962 e que não teve a sua aplicabilidade e eficácia verificada, devido ao momento político, a Revolução de 1964; o terceiro, desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, de 1967-1979; e o quarto, que se encontra na atualidade em vigor, foi da Engevix Engenharia S.A., desenvolvido de 1989-1992 e oficializado em 1994.

Dessa modo, em uma breve contextualização histórica do processo de concepção do plano urbano de Goiânia, compreendeu-se o discurso político e urbano projetados e concebidos para a nova cidade capital do estado de Goiás. Assim se interpreta a seguir quais foram as políticas urbanas adotadas para as mudanças na estrutura da cidade planejada decorrentes do adensamento populacional que levou a sua expansão urbana e as novas relações socioterritoriais desenvolvidas em seu espaço.

2.2 O DÉFICIT HABITACIONAL E O FLUXO MIGRATÓRIO

(...)O desenvolvimento de Goiânia foi mais rápido que o previsto pelo plano urbanístico: a cidade perdeu o contato com o campo e as áreas reservadas para futura expansão urbana e de abastecimento agrícola foram parceladas aleatoriamente, levando à formação de um estoque de lotes para serem comercializados(...)

MORAES (2003, p. 124)

Rodvalho (2008) analisa o processo de urbanização de Goiânia em quatro fases distintas: 1 fase (1937-1950), a 2 fase (1950-1968), 3 fase (1968-1992) e a quarta fase (1992-2007). A primeira e segunda fase marcam a fase de implementação do plano urbano, uma vez que de (1937-1950), seria o desenvolvimento do projeto de Atílio Correa Lima para a nova capital, com o seu zoneamento que distribuía as atividades administrativas, comerciais e de moradia. Nesse momento o Estado ainda administrava e controlava a expansão da cidade.

Na 2 fase (1950-1968) se observou a predominância da ação da

especulação imobiliária fruto dos parcelamentos de iniciativa privada. Sendo uma fase marcada pelo Golpe de 1964, e que por isso o Plano Diretor de Luís Saia não foi implementado, sendo “a cidade somente voltaria a discutir questões de planejamento urbano no final da década de 60, com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do arquiteto Jorge Wilhelm” (ibid., p.43). Em síntese essa fase se caracterizaria em:

O esgotamento da infraestrutura urbana resultou não apenas do rápido crescimento populacional, mas em decorrência do excesso de parcelamentos realizados sem critérios de urbanização (RODOVALHO, 2008, p.44).

Por essa perspectiva, Rodovalho (2008) interpreta que as leis urbanísticas (Lei Municipal n. 574/1947 com os artigos 4 e 5 por meio da Lei 176/50) referentes ao uso do solo delimitavam o processo de especulação imobiliária. Isso, porque essas condicionavam a aprovação de novos loteamentos mediante o critério de implementação de infraestrutura urbana por parte do empreendedor. Com a revogação delas, a administração da expansão urbana por parte do Estado é desarticulada o que, favoreceu os empreendedores ao isentar a exigência da implantação de uma infraestrutura urbana e condicionar apenas a locação e abertura de logradouros.

Em 1950 foi aprovada a Lei 176, que revogava os artigos do Decreto 574/1947 que obrigavam a implantação de infraestrutura mínima pelo empreendedor. Esta Lei vigorou até 1959, quando novamente foi proibida a aprovação de novos loteamentos em Goiânia. Neste período (1950 a 1959) exigia-se dos empreendedores apenas a locação e abertura dos logradouros. Estes só poderiam ser pavimentados depois de receberem rede de água e esgoto, mas a lei não definia às custas de quem tais obras seriam feitas (MOTA, 2004, p.42).

Assim, para a autora supracitada de 1950-1959 houve uma “explosão” da cidade planejada, “(...) não havia regulação de uso e ocupação do solo nos novos loteamentos, e o zoneamento aprovado em 1947 (Decreto n. 574) incidia apenas na área planejada da cidade, sobre os bairros já implantados (...)” (ibid., p. 42). Assim sendo, os loteamentos privados foram novamente proibidos apenas em 1959 sob a gestão do prefeito Jaime Câmara (MOTA, 2004).

Na interpretação de Oliveira (2005), o processo de urbanização da cidade percorre as fases de: 1) de (1950 a 1964), crescimento de loteamentos por

iniciativa privada; 2) de (1975 a 1992), a implantação de conjuntos habitacionais que alteram o sistema viário da cidade e induz a expansão urbana ao interligar eixos e regiões; 3) em 1992, aumento de condomínios fechados, a classe alta se desloca para as áreas periféricas e áreas segregadas.

Nesse panorama urbano, Goiânia se tornou um polo atrativo de migrantes, consequência de um intenso êxodo-rural provocado pela industrialização do campo, em que os trabalhadores expulsos da zona rural viam a ida ao centro urbano como, se não a única opção, a possibilidade de melhora de vida. Como se pode analisar pela (Tabela 2), o crescimento da população na década de 1940 era estimada por volta de 826.414 habitantes, o que já ultrapassava os 50 mil habitantes previstos inicialmente e que viria a se intensificar nos anos seguintes.

Tabela 2 - Estimativa da população de Goiás

POPULAÇÃO

Tabela 1 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: População recenseada e estimada – 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2017.

Ano	População(hab.)		
	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1940	826.414	1.258.679	41.236.315
1950	1.214.921	1.736.965	51.944.397
1960	1.913.289	2.942.992	70.070.457
1970	2.938.677	5.073.259	93.139.037
1980	3.860.174	7.545.769	119.011.052
1991	4.018.903	9.427.601	146.825.475
2000	5.003.228	11.636.728	169.799.170
2010	6.003.788	14.058.094	190.755.799
2017 (1)	6.778.772	15.875.907	207.660.929

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Estimativa 01/07/2017

Fonte: IMB (2017)

O aumento do fluxo migratório em Goiânia também foi resultado da política de governo que segundo Conceição (2011), necessitava de mão-de-obra pois, “os responsáveis pela transferência da capital investiram na divulgação da cidade através de cartazes em outros Estados e até em outros países com o intuito de atrair trabalhadores para sua construção” (ibid., p.3). Sobre esse assunto, a migração, Santos (1998, p. 20) complementa com dois fatores: o primeiro decorrente da publicidade que atrai o migrante para os centros maiores com a ideia do consumo e o outro a questão da imobilidade, já que quem não pode mover-se periodicamente para consumir e voltar ao seu local de origem

acaba permanecendo no mesmo lugar.

(...) A migração, em última instância, é sem paradoxo, consequência também da imobilidade. Quem pode, como já mencionamos, vai consumir e volta ao lugar de origem. Quem não pode locomover-se periodicamente, vai e fica. A migração, que também se dá em cascata, seguindo os degraus da mencionada hierarquia urbana, dá-se cada vez mais diretamente para os grandes centros (...) (SANTOS, 1988, p. 20).

A partir da questão da migração e propaganda, interpreta-se o cartaz de 1934, (Figura 2), bem no início da implantação da nova-capital, Goiânia. No centro do cartaz há o desenho da cidade e em suas laterais o destaque de como seria a distribuição, o zoneamento da cidade, com as imagens de alguns prédios importantes. Assim, na parte superior onde se localizaria o centro monumental, tem-se a representação, segundo a legenda das figuras do: palácio do governador; no meio, estaria o prédio do Grande Hotel e Palácio das esmeraldas e mais ao final da cidade seria a parte destinada às residências.

Figura 2- Cartaz de propaganda da nova cidade de Goiás em 1934



Fonte: flickr.com. Acesso em: 12/08/2019

Na representação do plano urbano, também se observa o cinturão verde previsto por Atílio Correia Lima, e embaixo do desenho principal do cartaz os dizeres sobre a possibilidade de se enriquecer “4 vezes mais” a quem adquirisse um lote na nova capital, o que leva a interpretação de quem morasse na capital teria uma perspectiva de enriquecimento ao mesmo tempo que a compra de lotes seria um investimento de grande valor. Assim como é ressaltado que era um grande empreendimento do então governador Pedro Ludovico Teixeira.

Com a propaganda de uma vida melhor, de acordo com Ferreira (2003, p. 48) “vieram funcionários públicos transferidos e um número expressivo de operários (imigrantes estrangeiros refugiados da 2ª Guerra Mundial, migrantes do Norte e Nordeste do país e do interior de Goiás)”. Esse fluxo migratório para a construção da cidade é visto por Souza (2010) como uma característica das cidades do século XX, que se constituem pelo forte fluxo migratório campo-cidade, articulado pelo quase irrestrito apoio do Estado que gerencia e articula as áreas urbanas aos interesses privados de Goiânia.

O processo de migração para Goiânia teve início com o lançamento de sua pedra fundamental, por ser o local escolhido para sua construção completamente despovoado, foi necessário importar de outras regiões toda a mão de obra para sua edificação (CONCEIÇÃO, 2011, p.3)

O argumento de Conceição (2011) é complementado por Oliveira (2005, n.p.), quanto ao perfil do migrante ‘desejado’, que se distinguia entre aqueles que tinham condição financeira e “adquiriam os seu imóveis em áreas planejadas” e aqueles que por não terem condições financeiras “adquiriram um imóvel em loteamentos clandestinos ou se assentavam ‘espontaneamente’ nas áreas fora do limite urbano”. Tendo assim, como resultado o redesenho da fisionomia da cidade por meio das ocupações urbanas irregulares, vazios urbanos fora da malha planejada da cidade, por parte da população de baixo poder aquisitivo. Essa perspectiva de ocupação da cidade é explorada pela (Tabela 3), a seguir que mostra a relação entre a população por situação de domicílio, além de mostrar em, um âmbito maior, a situação do Centro-Oeste e do Brasil.

Tabela 3 - Tabela da relação entre a população da zona urbana e rural

Tabela 3 – ESTADO DE GOIÁS, Centro-Oeste e Brasil: População por situação de domicílio – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2015 (mil habitantes).

Ano	Goiás		Centro-Oeste		Brasil	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1950	246	969	423	1.313	18.783	33.162
1960	575	1.338	1.007	1.936	31.303	38.767
1970	1.237	1.702	2.437	2.636	52.085	41.054
1980	2.401	1.459	5.114	2.431	80.437	38.574
1991	3.248	771	7.663	1.764	110.991	35.834
2000	4.397	607	10.093	1.544	137.954	31.845
2010	5.421	583	12.483	1.575	160.926	29.830
2015(1)	6.076	555	13.911	1.578	173.566	31.294

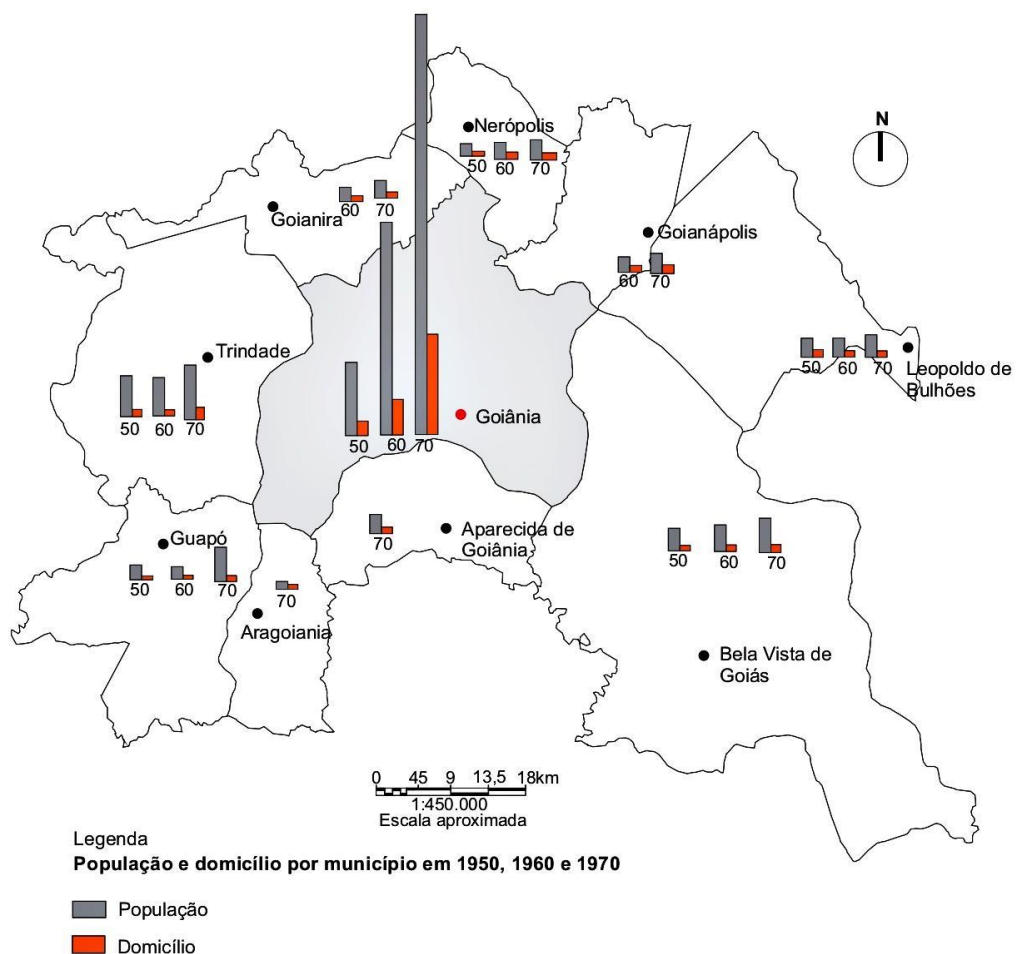
Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) PNAD

Fonte: IMB (2017)

Assim, pela (Tabela 3), é demonstrada a relação do crescimento de Goiânia quanto a sua população urbana e rural, onde percebemos que ainda na década de 1950, a quantidade de habitantes em zona rural era menor em comparativo a zona urbana. Contudo, essa estimativa começa a se modificar mais intensamente a partir de 1980, quando a o índice da população urbana se sobressai. Para o Indur (1981), o processo migratório já se mostrava em ascendência na década de 1970 com uma população com migração nula do sexo masculino, correspondente a 107.690 e do sexo feminino de 111.44, enquanto a população migrante do sexo masculino equivalia a 79.263 e do sexo feminino a 82.376. Essa relação também é complementada pelo mapa, (Figura 3), a seguir quanto a situação de domicílio que demonstra um comparativo com outros municípios.

Figura 3 - Região de Expansão de Goiânia

Fonte: INDUR (1981)

Com a análise de Rodvalho (2008) e Oliveira (2005), se interpreta que as etapas e atores da política urbana de Goiânia oscilaram entre a ação do governo estadual para a efetivação do plano urbano original e o capital imobiliário com os loteamentos urbanos que ocasionaram na expansão urbana, principalmente ao final dos anos de 1960.

A articulação entre as ações do poder público e privado, levaram o fator da migração para a cidade, que de certa maneira correspondia as políticas de interiorização do país, a um rápido crescimento populacional, que resultou em um déficit habitacional, habitações inadequadas e no 'colapso' da infraestrutura urbana. Isso, por que o Estado, segundo Daher (2003), que antes gerenciava o espaço urbano, acabou por permitir uma reconfiguração da cidade, onde loteamentos sem infraestrutura foram permitidos para a iniciativa privada e as 'ocupações irregulares' foram negligenciadas pelo poder público, como é abordado a seguir:

No final dos anos 60, a expansão da cidade se tornou mais complexa. O surgimento dos conjuntos habitacionais a partir da política do BNH podem ser vistos como pontos de indução ao crescimento da cidade, exatamente ao crescimento da cidade, exatamente por situarem-se em locais estratégicos, nos limites urbanos. Estes pontos de indução orientaram a distribuição da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos, principalmente a partir dos anos 70, além de contribuírem para a valorização das áreas vizinhas (GONÇALVES, 2003, p.143).

Com a abordagem de Gonçalves (2003) e Moysés (2004) adentra-se a questão da implantação do BNH, Banco Nacional de Habitação, que operou como agente da política habitacional nacional de 1964 a 1986, e o déficit habitacional registrado em Goiânia. De acordo com Moysés (2004, p.168), nos anos de 1970 entra em vigor um 'novo ator' que levaram a duas formas de apropriação do solo urbano, uma que estaria na " ponta" , ou seja, "(...) distante da malha urbanizada, através da construção de conjuntos habitacionais horizontais com razoável infraestrutura; e no "meio", onde seriam construídas diversas "torres" destinadas às classes média e alta de Goiânia, graças às facilidades criadas pelo BNH (...)", o que promoveu condições favoráveis para promoção imobiliária:

O BNH, durante sua vigência, financiou 4,8 milhões de habitações, em torno de 25% das moradias construídas no país entre 1964 e 1986. As habitações financiadas se destinaram a todas as faixas de renda, pela promoção privada das Companhias de Habitação Popular e pela incorporação imobiliária. Porém, a população de baixa renda é responsável por apenas 20% dos financiamentos. Além das habitações, foram financiadas obras de infraestrutura urbana e equipamentos sociais, vinculados aos empreendimentos habitacionais (RUBIN, BOLFE, 2014, p. 208).

Assim, em decorrência das condições políticas e econômicas do Brasil que vivia a fase do "milagre brasileiro", houve uma sinalização para a atuação do Estado "quanto à produção de moradias e de toda a infraestrutura urbana que cercava à produção de moradias e de toda a infraestrutura urbana que cercava a habitação" (MOYSÉS, 2004, p.170). Além disso para o autor, a questão da "(...) a farta disponibilidade de recursos financeiros e as condições favoráveis de acesso a esses recursos, combinadas com a disponibilidade dos imensos vazios urbanos, estimularam, nos planos regional e local, a promoção imobiliária" (ibid., p. 170). Como é discorrido:

Esse “aparato urbano”, ao longo dos anos 60, 70 e 80 foi montado e remontado de acordo com os interesses políticos e econômicos de cada momento e não em função das necessidades das populações urbanas. Teve o BNH- Banco Nacional de Habitação-criado em 1964 e extinto em 1986, como o grande instrumento de intervenção urbana, não só na produção de moradia, mas de tudo que cercava, e o SERFHAU -Serviço Federal de Habitação e Urbanismo-, responsável pela formulação das políticas urbanas que o BNH executava. Esse também se extinguiu-se em 1975 (MOYSÉS, 2004, p.187).

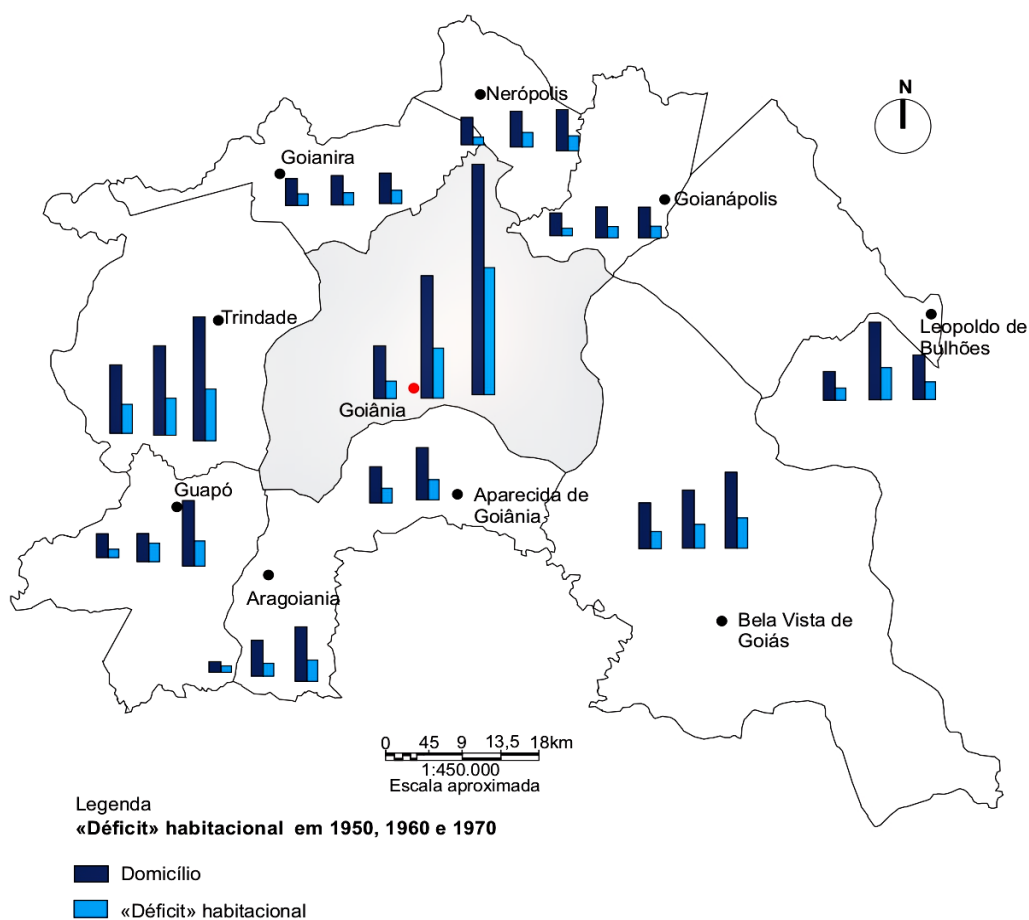
Para Azevedo; Andrade (2011, p. 102) a problemática urbana foi que, “Durante a trajetória do BNH, além de escassos, os investimentos no mercado popular passaram paulatinamente a privilegiar os grupos de maior rendimento, causando graves distorções aos objetivos sociais do banco”. Isso, é complementado por Mota (2004, p. 52) que interpreta que:

(...)No segundo momento, dando continuidade ao processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, foi criado o SERFHAU (1964), que implantou o chamado Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado (1996), definiu como tipo de plano diretor a ser elaborado os chamados planos locais de desenvolvimento integrado e disponibilizou recursos para financiar a elaboração destes (...).

Para Alves (2002, p. 80), o final da década de 1970 e início dos anos de 1980, Goiânia passa por dois grandes processos de “adensamento exagerado e pontual de alguns bairros e da dispersão da periferia”. Nele, a autora aborda três agentes que teriam influenciado diretamente na ocupação urbana goiana sendo o Estado, os empreendedores imobiliários e os migrantes. Ainda segundo a autora:

primeiro, o Estado que agiu com seus investimentos públicos e normatização legal do espaço urbano; segundo os empreendedores imobiliários, que como já vimos, esteve historicamente acoplados ao Estado e com o objetivo de aumentar as suas taxas de lucros, impondo ao governo as alterações no aparato normativo em vigor; e em terceiro, os migrantes, que antes eram chamados de sem-terra, agora conhecidos como sem-teto, que passam na cidade a forçar a ocupação de áreas vazias, assumindo ora e outra a condição de posseiros urbanos (ALVES, 2002, p. 80).

Figura 4- Região de Expansão de Goiânia: 'déficit' habitacional



Fonte: INDUR (1981)

O déficit habitacional, apresentado pela (Figura 4) acima, é o reflexo de uma situação que estaria ocorrendo em todo o país, como é apresentado pelo (PLANO...1983, 21 nov. n.p.), que enunciou a problemática econômica do governo e a falência do BNH. Em âmbito nacional, esse momento é pontuado no governo de José Sarney, que extinguiu o BNH em 1986, e suas atividades foram repassadas para a Caixa Econômica Federal (CEF), quando observou-se uma desestruturação na política habitacional, sem novos mecanismos de financiamento para moradia popular, gerando inseguranças para o poder público e para o mercado privado (OLIVEIRA, 2014, p. 43). Com explicitado a seguir:

Inicialmente, o presidente do Sindicato dos Engenheiros falou da crise econômica gerada pelo Governo, salientando que a do BNH é o espelho da própria crise que atravessa de cima abaixo o país e atinge diretamente o mutuário, os trabalhadores que sempre sonham com a casa própria. Em seguida, fez uma análise da falência do Sistema Financeiro da Habitação e do desvio das funções do BNH (PLANO...1983, 21 nov. n.p.),

A partir do trecho acima, para interpretar a relação entre população e domicílio em Goiânia, analisamos a seguinte (Tabela 4, 5). Nela o grande déficit habitacional é registrado dos anos de 1960 a 1990, quando Goiânia apresentava o maior índice em relação aos demais municípios. Complementando essa estatística do INDUR (1981), dados levantados pelo FIBGE (1960 e 1970) apresentavam uma estimativa de que a população de 40% do total dos domicílios tinha renda inferior a 4 salários mínimos e que cada domicílio abrigava 5,5 pessoas em média.

Tabela 4 - Municípios de Goiás- população e domicílios (1950,1960 e 1970)

**GOIÁS, REGIÃO DE EXPANSÃO DE GOIÂNIA: POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS
1950 / 1960 e 1970**

MUNICÍPIOS	1950			1960			1970		
	População	Domicílios	População Domicílios	População	Domicílios	População Domicílios	População	Domicílios	População Domicílios
Ap. Goiânia	—	—	—	—	—	—	7.470	1.400	5,34
Aragoiânia	—	—	—	—	—	—	2.848	523	5,45
Bela Vista	10.544	2.017	5,23	11.416	2.230	5,12	14.298	2.668	5,36
Goianápolis	—	—	—	6.091	1.079	5,65	7.340	1.361	5,39
Goiânia	53.389	10.041	5,32	151.013	27.738	5,44	380.773	71.979	5,29
Goianira	—	—	—	5.036	991	5,08	6.091	1.141	5,34
Guapó	5.722	1.089	5,25	5.168	923	5,60	6.804	1.669	4,08
L. Bulhões	7.090	1.375	5,16	7.405	1.326	5,58	9.109	1.684	5,41
Nerópolis	5.739	1.093	5,25	6.529	1.297	5,09	7.735	1.419	5,45
Trindade	17.342	2.303	7,53	16.549	3.265	5,07	22.519	4.221	5,33
Região	99.826	17.918	5,57	209.206	39.209	5,34	466.987	88.065	5,30
Goiás	1.214.921	231.449	5,25	1.917.460	348.593	5,50	2.938.667	535.716	5,49

FONTE: FIBGE (1950, 1960, 1970)

Fonte: INDUR (1981)

Tabela 5 - Domicílios e déficit habitacional dos municípios/GO (1960 a1990)

**TABELA 4.4.
DÉFICIT HABITACIONAL" DA REGIÃO DE EXPANSÃO DE GOIÂNIA, POR MUNICÍPIOS
1960 A 1990**

MUNICÍPIOS	1960		1970		1980		1985		1990	
	DOMICÍ- LIOS (1)	DÉFICIT HAB. (2)	DOMICÍ- LIOS (2)	DÉFICIT HAB. (2)	DOMICÍ- LIOS (3)	DÉFICIT HAB. (2)	DOMICÍ- LIOS (3)	DÉFICIT HAB. (2)	DOMICÍ- LIOS (3)	DÉFICIT HAB. (2)
Ap. Goiânia	—	—	1.494	598	2.364	946	3.818	1.527	5.273	2.019
Aragoiânia	290	116	518	207	909	364	1.084	434	1.385	554
Bela Vista	2.129	852	2.600	1.040	3.455	1.382	3.709	1.484	4.218	1.687
Goianápolis	1.115	446	1.335	534	1.636	654	1.767	707	1.855	742
Goiânia	27.457	10.983	69.231	27.692	134.545	53.814	181.818	72.727	242.182	96.873
Goianira	920	368	1.107	443	1.273	509	1.418	567	1.545	618
Guapó	967	386	1.237	494	2.727	1.090	3.363	1.345	4.363	1.715
L. Bulhões	1.358	543	3.643	1.457	1.972	788	2.135	854	2.327	930
Nerópolis	1.199	218	1.406	562	1.636	654	1.700	680	1.845	738
Trindade	3.115	1.246	4.094	1.637	5.272	2.109	5.981	2.392	6.636	2.654
Região de Expansão	38.550	15.158	86.665	34.664	155.789	62.310	206.793	82.717	271.629	108.560

(1) - Dados do FIBGE (1960 e 1970). (2) - Estimativas da Equipe - 40% do total de domicílios equivalente à população com renda inferior a 4 SM. (3) - Hipótese de 5,5 pessoas por domicílio.

Fonte: INDUR (1981)

O problema de invasões urbanas não é novo- ele apenas atingiu, ultimamente, um nível mais crítico e socialmente preocupante, em decorrência do agravamento de suas causas diretas e indiretas, como êxodo rural, a ausência de uma política de fixação do homem no campo e nas cidades de pequeno e médio portes, a inexistência de uma política habitacional correta e atual crise econômica, que atinge com igual impacto todos os estratos sociais situados na esfera da classe média e abaixo dela (IPLAN, 1984, p. 1)

A partir disso, compreendemos que na década de 1970 e 1980 com o aumento do déficit habitacional e por consequência das ocupações urbanas irregulares na cidade e nos seus limites urbanos, o governo estadual foi pressionado a tomar medidas para um ordenamento e planejamento do desenvolvimento urbano de Goiânia. Sendo essas as questões a serem tratadas a seguir pela análise do contexto urbano da cidade.

2.3. GOIÂNIA: DINÂMICA URBANA

Na progressão da história de ocupação/formação da Região Noroeste de Goiânia, tem-se nos anos de 1980 como ‘pontos conflitantes’, a intensificação das ocupações irregulares e a busca por ‘soluções’, que ganham ‘forças’ nos anos de 1990. Isso decorre da repercussão das ações dos movimentos sociais, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente o Estatuto da Cidade em 2001¹⁹.

Assim, foi a partir de 1980, para Moraes (2003, p. 234) que a ação do Movimento Popular de Moradia (FEGIP, (Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros), CPU (identificação para área de posse urbana), MLCP (Movimento de Luta pela Casa Própria) e COPHG (Cooperativa Habitacional Popular), fez com que o “Estado voltasse a investir na criação de loteamentos populares com o objetivo de promover o assentamento das famílias que moravam em áreas de risco, (...)” uma vez que nesse mesmo período não havia registro de parcelamentos urbanos voltados para as famílias de baixa renda. Assim, o intuito principal do Estado para a autora, era que esses ‘investimentos’ desarticularam a mobilização política e social daqueles movimentos. Para Maricato (2015), os movimentos de moradia dos anos 1980, reivindicavam o direito à terra enquanto

¹⁹ O Estatuto da Cidade instituído pela LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 que Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal.

que nos dos anos 1990, a bandeira de mobilização se pontuava pela conquista do financiamento.

Maricato (2015), problematiza também a proposta de Reforma Urbana que vigorou nos anos 1980, com a emergência do Movimento pela Reforma Urbana gerenciado por iniciativas da Igreja Católica, CPT (Comissão Pastoral da Terra), que tinha como intenção assessorar e unificar as lutas urbanas pontuais que ocorriam nas grandes cidades, como Goiânia, a partir dos anos de 1970. Com isso, criou-se no início dos anos de 1980 a ANSUR-Articulação Nacional do Solo Urbano que seria responsável pela compilação das principais demandas dos movimentos sociais para que houvesse a sua unificação.

Nesse momento, também se ressalta que o IPLAN (Instituto de Planejamento Municipal), que era o órgão responsável pelo desenvolvimento do planejamento físico-territorial de Goiânia, acaba por ter suas forças diminuídas, com o “esvaziamento político de suas funções, acompanhado de um esvaziamento de seu quadro técnico”, por não corresponder em seus programas e projetos urbanos, e de abrangência socioeconômica, aos interesses particulares que exerciam alguma influência política nos poderes Legislativo e Executivo (AMARAL, 2018, p. 11).

Como consequência, nos anos de 1980, há uma fragilidade dentro do corpo técnico do órgão, IPLAN, que só retoma o seu gerenciamento urbano em 1988, com a Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica do Município (1990), a discussão sobre o novo Plano de Desenvolvimento para a cidades. Com isso, se ocasionou a sua reestruturação que o tornou a SEPLAN, Secretaria Municipal de Planejamento, (AMARAL, 2018).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 apresentou o princípio da função social da propriedade, que como explica Quinto Jr (2003, 191) é a incorporação da “organização do espaço físico como fruto da regulação social”, ou seja, a Constituição Federal abordou como direito fundamental o acesso à habitação, contemplando o direito à moradia digna a todos os moradores da cidade, mesmo aqueles que não adentravam ao mercado formal da produção capitalista.

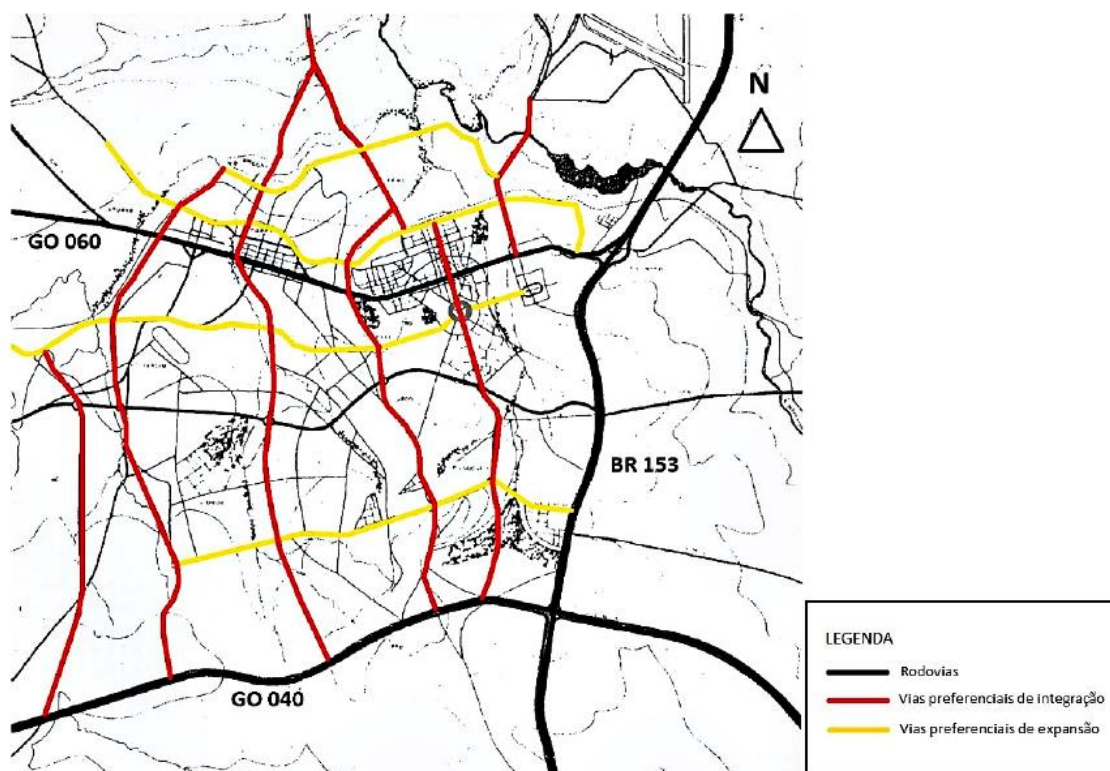
Isso, “delineou um novo contexto para as políticas públicas urbanas com a necessidade constitucional dos municípios incorporarem esse novo papel da propriedade privada” (LIMA, 2011, p 89). Para Rolnik (2015, p. 357), a política

urbana na Constituinte de 1988, e “os artigos 182 e 183, acabam por dizer que a cidade cumprirá sua função social quando seu processo de produção for controlado pelo Estado, através do planejamento urbano”, que, por sua vez, encontrou nos agentes sociais privados, ou seja, de grupos ligados a incorporação imobiliária e de natureza técnico-corporativa, forte oposição e pressão quanto “à manutenção do regime jurídico da propriedade do solo e seu correlato, à legislação urbanística de loteamento, uso e ocupação do solo em vigor” (ibid., p. 358).

Nesse sentido, a partir da leituras até esse momento, se estabelece o nexo entre a discussão do crescimento de Goiânia, provocado de certa maneira pelo poder público tanto estadual goiano quanto por iniciativa privada, com a implantação e autorização de parcelamentos urbanos irregulares que acabaram por provocar a discussão sobre os indícios das problemáticas do planejamento urbano da cidade, gerada pelo seu crescimento ‘desordenado’ pois, segundo Resende; Vilarinho (2017, p. 12) isso ocorreu como uma consequência da ‘transferência’ da gestão do espaço público para a privado como forma de amenizar a “elevação crescente de custos de infraestrutura” por parte do Estado.

Assim, foram nas décadas de 1970-80, que o Estado ‘retomou’ o controle da cidade e a expandiu no sentido oeste-sudoeste, segundo as diretrizes do PDIG (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia) que tinha a rede viária, destinada ao transporte público, como elemento regulador do espraiamento urbano e integrador das áreas periféricas à malha urbana consolidada. Sendo assim, no sentido Leste-Oeste propõe-se vias preferenciais de expansão e desenvolvimento, paralelas à Avenida Anhanguera, como pode-se ver na (Figura 5), enquanto que as vias de integração foram conceituadas no sentido norte-sul, paralelas à Avenida Goiás.

Figura 5 - Estrutura viária, proposta pelo PDIG (1969)



Fonte: Resende; Vilarinho (2017)

Com a Análise do Desenvolvimento Urbano na Região Metropolitana de Goiânia (2017) interpreta-se que o momento da década de 1970 foi marcado pela expansão da cidade dos novos parcelamentos urbanos que lotearam áreas até então agrícolas, contudo por não haver um critério se teve uma desorganização dos territórios municipais, uma vez que esses novos parcelamentos urbanos estavam segregados da malha urbana edificada da cidade. Assim, o PDIG (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, 1969-1971), tinha o intuito de restringir esses parcelamentos para que se fosse implantado infraestrutura urbana por parte do proprietário, assim:

Ainda nessa lei, havia a exigência de destinação de 35% da gleba, no mínimo, para o sistema de circulação, recreação e uso institucional, com a ressalva de que 15%, do total, corresponderiam à recreação e aos equipamentos públicos e que suas localizações e áreas seriam indicadas pelo órgão de planejamento da prefeitura antes da elaboração do projeto de loteamento, por meio das diretrizes para o traçado dos lotes e sistema viário requeridos pelo interessado. O quesito visava corrigir distorções na destinação de áreas públicas que, na maioria dos projetos, eram fragmentadas ou em local inadequado. Havia casos em que simplesmente ignorava-se a exigência das áreas institucionais (ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA, 2017, p.47-48).

Para Rodovalho (2008) esse período compreende a terceira fase (1968-1992) do processo de urbanização de Goiânia, marcado pela implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de Jorge Wilhelm em que a cidade passa por um “processo de regulamentação, adotando percentuais mínimos para a qualidade de vida urbana” (ibid., p. 48). Nele se destaca o PDIG/69, entre 1975 e 1991; a implantação parcial do Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU em 1985) e a criação do Aglomerado Urbano de Goiânia em 1980, como consequência da expansão da cidade.

Dessa forma, o PDIG (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia), aprovado em 1971, teve o intuito de evitar um crescimento embasado em loteamentos aleatórios, que dificultavam a atuação do planejamento e atendimento de serviço e infraestrutura por parte da prefeitura. O plano assim, “orientou o crescimento de Goiânia para o oeste por meio da consolidação da infraestrutura para aquela região”, de forma que “com a instalação de malha viária e a pavimentação asfáltica”, a expansão também fosse condicionada no sentido das regiões sul, sudoeste e oeste, o que foi reafirmado na reformulação do plano em 1992 (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015 p.152).

Para a SEPLANH (2019, n.p.), em uma contextualização histórica, de 1989 a 1992, “a ênfase foi dada às diretrizes e aos instrumentos de promoção e desenvolvimento do Município, bem como àqueles de controle e fiscalização do exercício e das atividades urbanas, que formaram a tônica da proposta discutida” para o retorno do planejamento urbano com um novo Plano de Desenvolvimento Integrado, o PDIG-2000, (Plano de desenvolvimento Integrado de Goiânia), que tinha como objetivo solucionar tanto os problemas encontrados na cidade, quanto se adequar a Constituição de 1988 e da Lei Orgânica do Município, assim:

(...)o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG-2000, aprovado em 1992 para vigorar por um período de 10 anos, elaborado com a participação de atores sociais, sob a influência da Constituição Federal (Art. 182 e 183), mas que na prática os instrumentos previstos não foram regulamentados. Com o advento do Estatuto da Cidade, o Plano anterior passou por revisão, buscando ancorar as principais diretrizes da Lei 10.257/2001, aprovado pela Lei Complementar de nº 171/2007, implementando alterações importantes em sua estrutura principal, tomando como objetivo principal o “desenvolvimento sustentável” e a construção de um espaço socialmente melhor, de modo a promover “a sustentabilidade socioambiental e econômica, para consolidação de Goiânia como Metrópole Regional”(BORGES; BARREIRA; COSTA, 2007, p. 130).

O período de 1992-2007, a quarta fase da urbanização goiana, tem como característica a implementação de um novo Plano Diretor que atendesse as exigências estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, quanto a política urbana “introduzindo conceitos como função social da propriedade e sustentabilidade do meio ambiente urbano” (RODOVALHO, 2008, p. 49). Já em 2007 se teve a promulgação de um novo plano diretor que tinha como original proposição “o fim do zoneamento tradicional, tornando todo o município em zona urbana e, portanto sob a administração municipal” (ibid., p.52). Nesse período, para a autora, a política urbana do Estatuto da Cidade contribuiu para o Plano Diretor, uma vez que com o estudo prévio se reduziria o gasto público com a “alocação” da infraestrutura urbana, além disso o poder público passaria a ter mais controle sobre o município. Sendo assim, o PDIG-2000 tem um caráter mais tecnicista que o anterior por conter:

Alguns instrumentos importantes da Reforma Urbana foram propostos, como: o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (criado em 1991, mas que demonstrou pouca força política em momentos importantes), IPTU progressivo (nunca efetivado), fundos especiais, outorga onerosa de solo criado, parcelamento e edificação compulsórios e operações urbanas (prevista anteriormente na legislação municipal como "Projeto Diferenciado de Urbanização", lei de 1983) (AMARAL, 2007, p. 11).

Essa discussão é claramente expressa por Pontes (1983) que discute os aspectos de crescimento e ordenamento urbano de Goiânia em que:

(...) As dezenas de vilas que surgiram foram sendo incorporadas ao restante do conjunto urbano sem que houvesse um planejamento adequado para a instalação de infra-estrutura básica e serviços públicos. Setores inteiros tiveram suas características originais mudadas, passando a conviver com a alta densidade populacional e grades transtornos. O desafio que se coloca agora é traçar as diretrizes para os próximos anos para que não se repitam os erros, até agora tratados com paliativos ou simplesmente assumidos com insolúveis” (PONTES, 1983, n.p).

De acordo com Pontes (1983), o estudo das diretrizes urbanas a serem retomadas em Goiânia, pelo Plano de Desenvolvimento Integrado “Goiânia-2000”, o PDIG, seria estudado pelos técnicos do IPLAN com a consultoria de uma empresa assim, “(...) pretende ser o mais completo conjunto de diretrizes para o desenvolvimento da cidade, é de um ano, e ao seu término poderá ter um

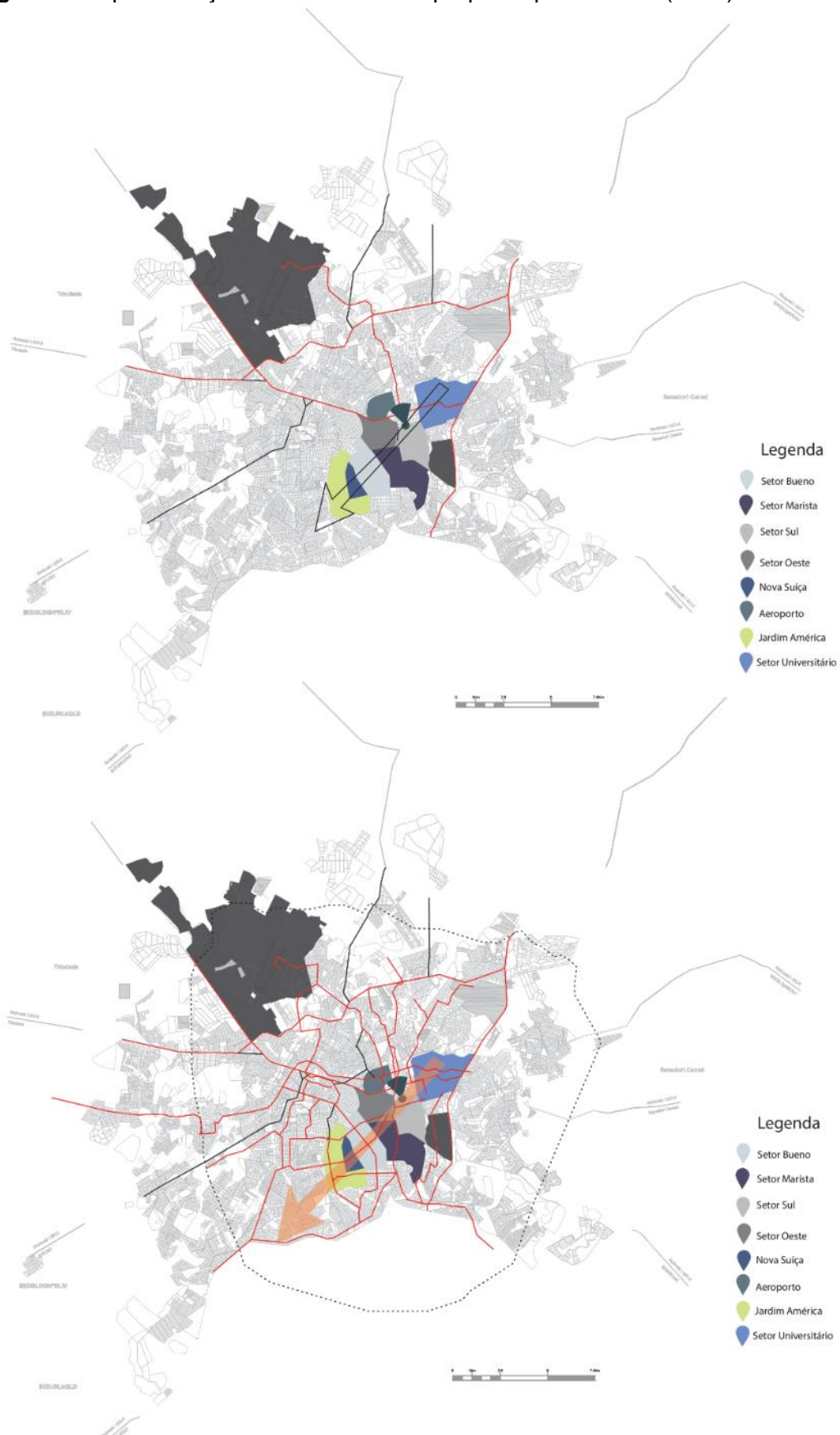
início uma fase mais moderna e atual de planejamento urbano (...) (ibid., n.p.)”. Outro fator elencado é do crescimento verticalizado de Goiânia, exemplificado pelo Setor Oeste, que gerava um adensamento urbano que por sua vez sobrecarregava a infraestrutura da rede de água, esgoto e viário da cidade como é analisado pela autora:

Assim como o Setor Oeste, outros que circundam o Centro estavam previstos no projeto original de Goiânia para abrigar habitações unifamiliares e por isso a infraestrutura com redes de água, esgoto e sistema viário passou a ser sobrecarregada, obrigando a Prefeitura a gastar muitos recursos, que poderiam ser empregados em outros bairros. E o adensamento continua aumentando, de forma que outras regiões sofrerão os mesmos problemas em breve (PONTES, 1983, n.p).

Para Moysés (2004, p. 176), o PDGI/2000 não alcançou a pretensão de uma cidade menos onerosa e segregada, sendo assim mais compacta. Uma vez que, os instrumentos de ordenamento de controle urbano da expansão da cidade se tornaram ineficaz com “(...)a revogação da Lei 4.526, a aprovação da Lei 7.222 e a não regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal”. Além disso, na afirmação de Oliveira (2005, n.p), o eixo de desenvolvimento da cidade se especializou na distribuição espacial socioeconômica do PDTU – Plano Diretor de Transporte Urbano de 1985.

Nesse plano, a população de alta e média renda se localizava na região central e sul; com a concentração da população de média renda na região central, sul e oeste; já “a população de baixa renda localizava-se em loteamentos irregulares, invasões de fundo de vales, conjunto populares, bairros periféricos distantes, zona situada ao norte da ferrovia, região norte e noroeste” (OLIVEIRA, 2005, n.p). O que mostrou, como pode-se ver na (Figura 6), que a infraestrutura frequentemente é encoberta como um “pano de fundo” do desenvolvimento urbano.

Figura 6- Espacialização socioeconômica proposta por Oliveira (2005).



Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Dessa forma, o potencial da infraestrutura como elemento impulsionador de desenvolvimento foi utilizado tendenciosamente como instrumento político/ideológico do poder do Estado e do capital imobiliário como meio de 'distribuir' as classes sociais na estruturação do espaço.

Como se pode analisar durante esse período dos anos de 1980-90, em uma retomada à Região Noroeste, as ações do poder público e privado empreendidos em bairros como o Jardim Nova Esperança, apoiado pela União das Invasões, movimento social em prol do direito à moradia, formado principalmente por integrantes do Jardim Nova Esperança, conseguiu conquistar alguns benefícios de benfeitorias urbanas, como Rodrigues (2008, p. 83) aborda como sendo "o caso da água tratada e do cascalhamento das ruas que só aconteceram 10 anos depois, em 1989". Assim, a "luta por doação dos lotes teve início em 1982, quando a União das Invasões elaborou um projeto para que fossem doadas todas as áreas ocupadas pelas famílias que não dispunham de casa própria" (ibid., p.83).

Em relação a Região Noroeste, durante o período dos anos de 1980-90, as ações do poder público, sob a então gestão do prefeito Índio do Brasil Artiaga Lima, e privado foram pressionados pelas reivindicações das famílias de baixa renda, que eram apoiadas pela União das Invasões, por uma infraestrutura urbana no Jardim Nova Esperança. Sendo este, o espaço da Região Noroeste ocupado em 1979, e que formava o primeiro bairro da Região, como é colocado:

Desde 1979, os moradores do Jardim Nova Esperança, representados na associação de moradores, começaram a lutar pela infraestrutura do bairro usando todos os recursos disponíveis: passeatas, atos públicos, audiências, ofícios, abaixo-assinados etc. como instrumentos de pressão popular (RODRIGUES, 2008, p. 83).

Assim, compreende-se que o processo de planejamento da cidade de Goiânia revelou uma dicotomia entre o espaço urbano planejado e a sua efetivação no território, no qual as práticas das políticas públicas criaram o paradoxo entre a consolidação da estrutura da malha urbana da cidade planejada e a formação de parcelamentos irregulares situados em áreas periféricas que eram ocupadas por uma população de baixo poder aquisitivo, como será analisado a seguir.

2.4. A NATUREZA DO ESPAÇO DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

Os aspectos da paisagem da Região Noroeste de Goiânia²⁰, anteriores a sua ocupação urbana, se remete primeiramente a escolha do lugar de implantação para a nova capital. Em que, por ser delimitada por mananciais como o córrego Meia Ponte, Ribeirão Caveiras, Córrego Fundo e possuir uma vegetação nativa, a Região Noroeste, tinha como uma das funções o abastecimento hídrico. Sendo esse um dos aspectos, técnico sanitário e ambiental, que abrangiam conceitualmente o plano urbano proposto por Attílio Correa Lima e Armando Augusto de Godoy para a implantação da nova cidade.

Com isso, a Região Noroeste se destacou dentro do planejamento de Goiânia como o espaço geográfico, por abranger um dos aspectos para a implantação da capital, ao ter “às condições hidrológicas, condição fundamental para que a sede possa ser abastecida com quantidade suficiente de água”, (MANSO, 2001, p.77) e portanto, como se pode observar na (Figura 7), essa era uma das condições para que o local de implantação da nova capital fosse aprovado. Com esse mapa, percebe-se que a Região se realizou, enquanto forma, pela cartografia do projeto urbano de construção de Goiânia de maneira que se observou a importância da localização da sua fração espacial dentro da unidade/ sistema da cidade.

Figura 7- Situação dos loteamentos de Goiânia em 1964.

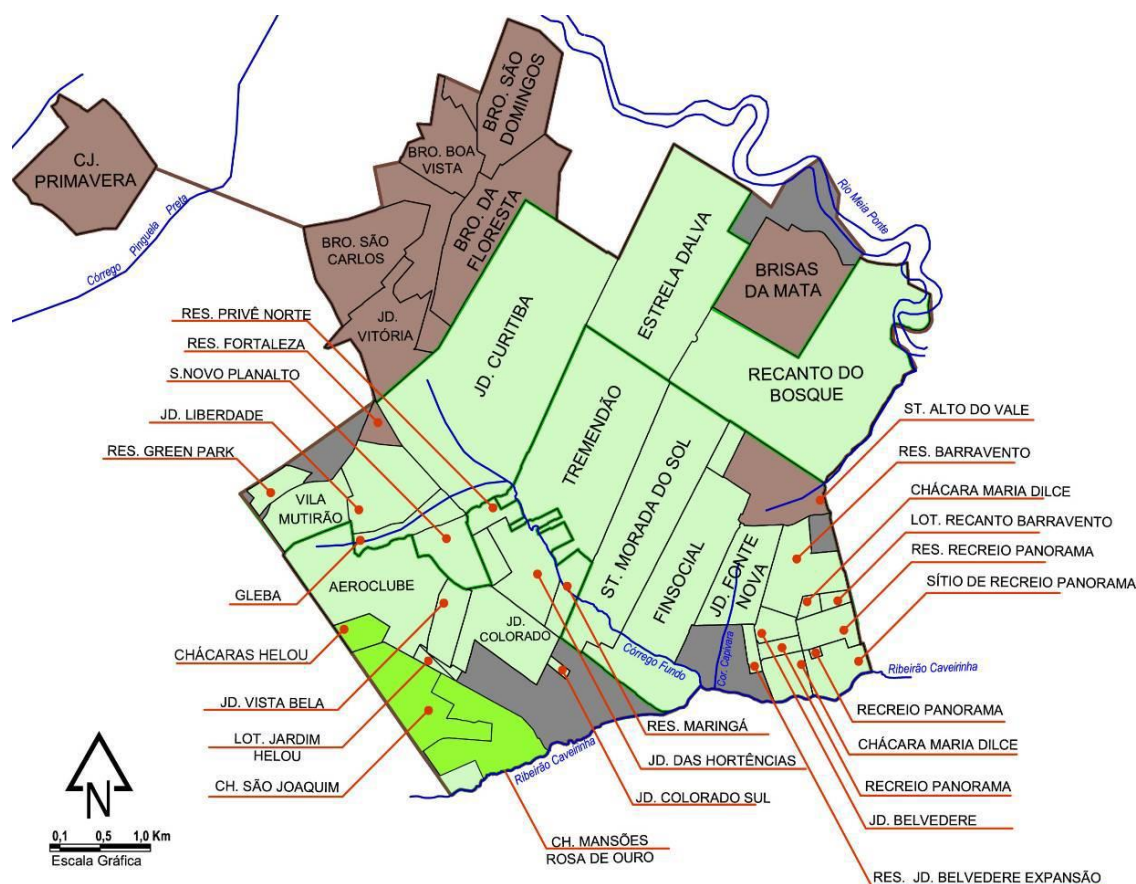


Fonte: Daher (2003).

²⁰ Nota-se que aonde se lê apenas Região Noroeste, refere-se a Região Noroeste de Goiânia.

Nessa perspectiva, para a OVG (1999) e Manso *et al* (2010) o intuito do plano original de Atílio Correa Lima para a Região Noroeste juntamente com a Região Norte da cidade, eram de serem áreas a serem preservadas como rural, tendo como função de ser tanto fonte de abastecimento hídrico quanto voltado para fins agrícolas para o abastecimento da população. Portanto, o aspecto ambiental e social se tornam os elementos preponderantes para a caracterização do espaço da Região Noroeste ainda no início da construção de Goiânia. Para Manso *et al* (2010) ainda na década de 1950, com o decreto 58 de 25/10/1950, se registra na Região Noroeste o que seria a sua primeira ocupação social, com a criação das Chácaras Helou²¹, ver (Figura 8), que se distinguia pelo carácter de modo de viver urbano por ser destinado a estâncias de lazer e/ou moradias rurais.

Figura 8- Localização das chácaras Helou destacada em verde



Assim, ainda segundo Manso *et al* (2010):

²¹ Manso *et al* (2010) A propriedade das chácaras Helou, formada por 42 lotes pertencia a Barbahan Helou.

(...)Apenas no final da década de 60 houve uma tímida continuidade na ocupação da referida região, seguindo o mesmo padrão de loteamento, com a criação das Chácaras Mansões Rosa de Ouro e das Chácaras de Recreio São Joaquim, a partir de um decreto de 16/05/1969, realizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão responsável pela situação fundiária das áreas territoriais em meio rural (...) (MANSO *et al.*, 2010, p. 11).

Assim, analisa-se que a ocupação a priori da Região Noroeste é resultado do estímulo pelo loteamento imobiliário, que acarretou na expansão da cidade, como verificado por Moysés (2004), sobre a hipótese de que na década de 1950, a área urbana de Goiânia teria sido quase toda parcelada, e que assim de acordo com “(...) dados do SEPLAM, apenas seis loteamentos haviam sido lançados nos anos 60, assim mesmo todos destinados a conjuntos habitacionais e sítios de recreio” (ibid., p. 162). Esse processo de inserção dos ‘elementos’ que modificam a Região Noroeste de Goiânia, de espaço rural à espaço ocupado mas ainda precário como urbano, ocorre mais enfaticamente durante a década de 1970, quando a taxa de crescimento periférico aumenta em relação ao núcleo urbano, como apresentado pela (Tabela 6):

Tabela 6- Relação núcleo e periferia das aglomerações metropolitanas

Taxas de Crescimento Anual do Núcleo e da Periferia dos Aglomerados Metropolitanos Brasil – 1970-2000						
Aglomerados	Núcleo			Periferia		
	1970/80	1980/91	1991/2000	1970/80	1980/91	1991/2000
Total dos Aglomerados	3,49	1,50	1,21	5,32	3,28	2,99
Belém	3,95	2,65	0,31	9,26	5,36	14,29
Fortaleza	4,30	2,78	2,15	4,18	5,42	3,31
Recife	1,27	0,69	1,03	5,11	2,96	1,82
Salvador	4,08	2,98	1,84	6,91	4,31	3,62
Belo Horizonte	3,73	1,15	1,11	7,45	5,11	3,97
Rio de Janeiro	1,82	0,67	0,74	3,39	1,49	1,66
São Paulo	3,67	1,16	0,85	6,37	3,22	2,81
Campinas	5,86	2,24	1,50	7,56	4,79	3,33
Curitiba	5,34	2,29	2,13	7,24	4,72	5,15
Porto Alegre	2,43	1,06	0,83	5,30	3,71	2,16
Goiânia	6,54	2,31	1,90	7,48	10,94	7,01
Brasília	8,15	2,84	2,77	7,38	7,00	7,18

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 a 2000.

. Fonte: Brito e Souza (2005)

O crescimento do núcleo da periferia de Goiânia revela a existência do problema urbano da crise da habitação. Sendo esta agravada pela práticas das políticas públicas e privadas que criaram o paradoxo entre a consolidação da estrutura da malha urbana da cidade e a formação paralela de áreas irregulares, composta por uma população de baixo poder aquisitivo, como é discorrido:

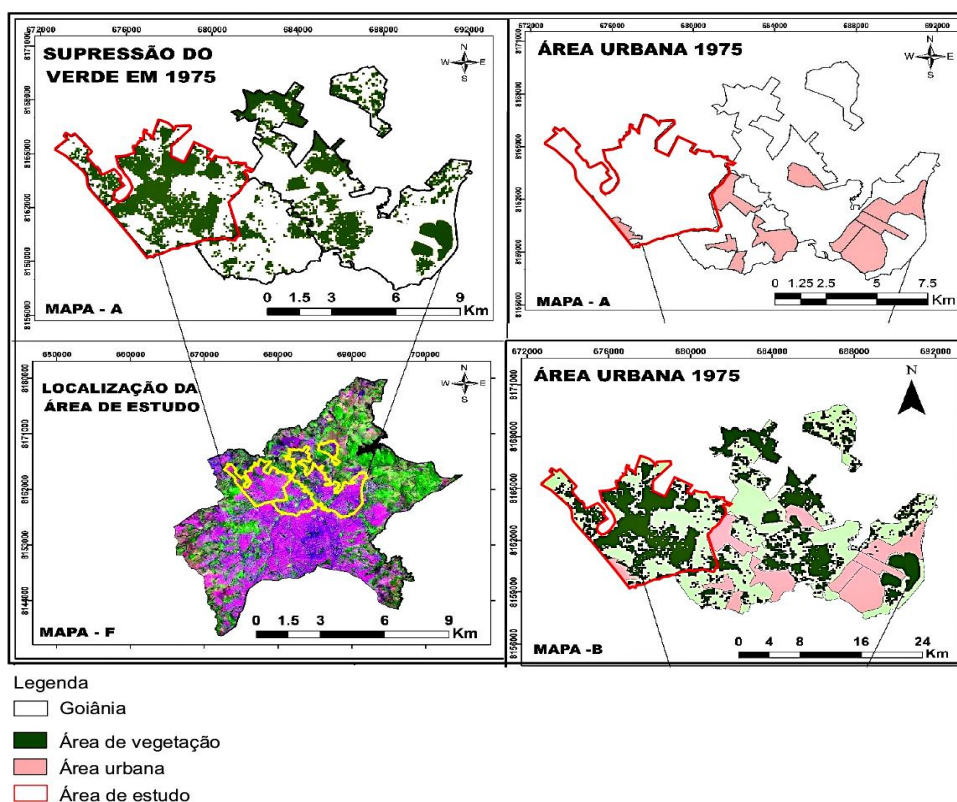
(...)No entanto, enquanto o governo construía uma cidade criteriosamente planejada, contraditoriamente, em paralelo, os trabalhadores construía nas proximidades do traçado urbano em implantação, uma cidade “popular”, delineando assim, as primeiras áreas de invasões (denominadas em Goiânia, áreas de posse (MORAES, 2003, p. 16).

Essa cidade “popular” acaba por denominar um urbanismo periférico que é caracterizado por Moraes (2003) como o espaço marginal da cidade, onde a população trabalhadora de baixa renda constrói o seu habitat, formando assim as periferias, que por sua vez “não garante moradia digna, urbanização, equipamentos sociais e transporte coletivo de qualidade” (ibid., p. 17). Esse processo como é explicado pela autora, decorre também da capitalização da propriedade fundiária que não inclui nas áreas urbanas as pessoas de baixa renda que buscam uma melhor condição de vida no centro urbano. Como podemos compreender a seguir:

O problema de invasões urbanas não é novo- ele apenas atingiu, ultimamente, um nível mais crítico e socialmente preocupante, em decorrência do agravamento de suas causas diretas e indiretas, como êxodo rural, a ausência de uma política de fixação do homem no campo e nas cidades de pequeno e médio portes, a inexistência de uma política habitacional correta e atual crise econômica, que atinge com igual impacto todos os estratos sociais situados na esfera da classe média e abaixo dela (IPLAN, 1984, p. 1).

Essa conjuntura é exposta na leitura do mapa de Ramos (2016), (Figura 9), nela a Região Noroeste é apresentada no ano de 1975 como uma extensa área verde, com os vestígios de alguma ocupação, já iniciada na década de 1950 no ‘sistema de parcelamento urbano’, mesmo que com isso se criasse um paradoxo pois, “o espaço da Região Noroeste era, em sua totalidade, zona rural, portanto não adequado ao parcelamento urbano” (MOYSÉS, 2001, p. 2), como é discorrido pelo autor que caracteriza a paisagem da região:

Figura 9 - Mapa referente Goiânia com destaque para a Região Noroeste.



Fonte: Ramos (2016)

O bucólico, a cobertura vegetal e a exuberância de sua bacia hidrográfica, que se destacavam como paisagem predominante, foi sendo substituída pelos elementos urbanos nela construídos, degradando-a gradativamente e dando-lhe novos elementos que modificaram seu meio físico e sua legalidade (MOYSÉS, 2001, p. 293)

Assim, por não ter acesso à terra e a uma condição financeira para construir a sua moradia, as pessoas de baixa renda se veem impelidas a ocupar os vazios urbanos de propriedade pública e/ou privada. Como foi ressaltado por Moysés (2001) e pela análise dos mapas de Ramos (2016), a Região Noroeste de Goiânia configurava uma paisagem predominantemente natural que foi sendo moldada e transformada em uma paisagem artificial a partir das ocupações ‘irregulares’ e extensivas que ocorrem mais enfaticamente no ano de 1979.

Nesse período, a ocupação urbana da área dá início a questionamentos quanto aos problemas nas relações sociopolíticas do desemprego, do êxodo rural e da especulação imobiliária (altos aluguéis) que denotavam assim uma crise de moradia na cidade planejada. Como podemos interpretar a partir dos

relativos recortes dos jornais informativos do período, como na (Figura 10)²² abaixo:

Figura 10 – Jornal Informativo. A voz dos trabalhadores.



Fonte: cpvsp.org.br. Acessado em 18/09/2019

No (A Voz..., nov. 1979 b, p.2), (Figura 10), temos duas charges; a primeira mostra um grupo de homens e mulheres, de roupas simples lendo o primeiro volume do jornal que informa em seu título, *A voz dos trabalhadores*, que é um jornal informativo dedicado aos trabalhadores. Já na segunda charge, temos a representação de uma família, como que retirantes, formada por um casal e seus três filhos. Na imagem, temos uma mulher que carrega além de uma criança de colo, uma trouxa, do que parece ser de roupa, em cima da cabeça enquanto uma criança menor segura a barra da sua saia.

Além disso, a mulher apresenta um contorno ovalado no quadril, o que sugere uma possível gestação. Já ao seu lado direito, tem-se um homem de chapéu, que também carrega uma trouxa e uma ferramenta ao que parece ser uma enxada. Ao seu lado, seguindo os seus passos, tem uma menina um pouco maior que as outras duas crianças, segurando também uma trouxa. A família caminha vindo de um percurso que não tem nem um início e nem um fim definido, o que faz surgir uma indagação inicial do seu destino final, uma vez que a introdução do texto anuncia que essa família representa o êxodo rural, em que

²² Charge mostrando as pessoas em movimento de quase retirantes em busca de uma terra, jornal *Voz dos trabalhadores* de 1979

os lavradores e pequenos proprietários perderam suas terras para os grandes proprietários. A partir dessas imagens se interpreta que:

Essa “nova cidade”, diga-se, emerge sem que o planejamento exerça qualquer forma de controle. A cidade de hoje nasce em 1950, quando se desestrutura o seu espaço urbano. Em 1979, quando a população pobre, chamada sem-teto, organiza-se e planeja a “invasão dos espaços vazios” reservados pela especulação, um “momento novo” inicia-se, cuja arena será a região Noroeste da cidade. Os atores são a população pobre, sem moradia e organizada, o Estado, e os detentores de chácaras de recreio e de glebas de terras, que as loteiam clandestinamente (MOYSÉS, 2004, p.127).

As características das pessoas que formam esse movimento pela luta da moradia é reforçada pela imagem que estampa a página 9 do jornal informativo do movimento do custo de vida do Estado de Goiás, *A Voz dos trabalhadores*, (Figura 11). Nele como plano de fundo, tem-se dois homens um vestido de macacão, com um capacete na cabeça e uma pá na mão esquerda, representando possivelmente o trabalhador operário, dá um meio abraço a outro homem. Este, sem camisa e com um chapéu na cabeça, que por sua vez segura na mão direita uma enxada representando assim o trabalhador rural.

Figura 11 – Jornal informativo do Movimento do custo de vida do Estado de Goiás.



Fonte: cpvsp.org.br. Acessado em 18/09/2019

Já no plano intermediário, temos duas mulheres, uma delas segura uma tigela vazia na mão direita enquanto com a mão esquerda dá a mão a uma criança nua e descalça, que a observa colocando a mão sobre a barriga inchada; como que dizendo que está com fome. Essa mulher tem o semblante magro e tristonho, e a sua humildade é ressaltada pelos pés descalços. O mesmo ocorre com a mulher do seu lado esquerdo, que também descalça, equilibra na cabeça uma enorme trouxa enquanto que com uma das mãos apalpa a barriga de gravidez.

Por fim, no primeiro plano, tem-se novamente uma mulher cabisbaixa, com um lenço amarrado na cabeça, segura com as duas mãos uma vassoura e tem nos pés sandálias. Pela compreensão da imagem pode-se indagar que possivelmente ela retrata uma dona de casa ou uma doméstica. Assim, por meio da imagem se visualiza um 'retrato' de trabalhadores tanto do campo quanto da cidade.

Figura 12 - Jornal informativo, A voz dos trabalhadores.



Fonte: cpvsp.org.br. Acessado em 18/09/2019

Na charge de título, *Beira da Cidade* do (A voz dos..., nov.1979), (Figura 12), tem-se a visualização de uma enorme máquina de patrula destruindo as casas dos moradores que estariam segundo a reportagem, ocupando a invasão. No lado esquerdo da imagem, temos um casal de crianças e um homem de chapéu que observam a patrula arrastando os restos de construção da casa. Ao

lado do homem, tem outro também de chapéu mas de costas que possivelmente observa as duas casas simples, ao fundo, que também seriam destruídas.

No lado direito enquanto isso, temos três figuras de capacetes: a primeira de costas segura um bastão, poderia ser um fiscal observando o cumprimento da ação da patrola, já que a sua figura se difere pelos braços finos, das outras duas, que mostram dois homens uniformizados, de braços musculosos, segurando um escudo e cassetete. Esses dois representariam a força policial, em que um deles já se mantém em posição de reação, com o cacete levantada. A expressão facial de ambos é fechada, com os olhos e a boca arqueados como que com raiva, observam e intimidam os homens e as duas crianças do outro lado. O que se confirma pelo seguinte trecho da reportagem:

Mas antes que os moradores pudessem fazer sua defesa, numa madrugada chegaram lá umas patrolas da Prefeitura e 100 soldados da polícia Militar (PM). Chegaram e foram derrubando os barracos. E o material foi carregado não se sabe para onde. (A VOZ DOS TRABALHADORES..., nov.1979)

Em ambos os recortes, (Figuras11,12), do jornal *A Voz dos Trabalhadores*, número 0 de novembro de 1979, relata duas situações em seu enunciado; a primeira, era do êxodo rural provocado pela expulsão dos moradores. Elas explicitam a problemática das condições de vida dos migrantes oriundos das áreas rurais, que começaram a ocupar as áreas ociosas da cidade, por que não tinham condições financeiras para comprar um lote ou alugar uma casa na cidade. Logo, acabavam por construir barracos, como afirma a reportagem, e a se organizarem enquanto movimento social, já fazendo um traçado urbano empírico da ocupação como forma de mostrar tanto a intenção de permanência na área quanto de pressionar a prefeitura a desapropriar a área.

Para Moysés (2004) as medidas promovidas pelo governo para legalizar a ocupação da Região Noroeste se legalizam por meio dos Atos Institucionais em vigor durante a década de 1980. O que posteriormente com a intensificação da ocupação da Região Noroeste, o poder público sozinho ou em parceria com a iniciativa privada começa a parcelar a área, mesmo ela sendo imprópria para o uso urbano. O “argumento principal era que se tratavam de parcelamentos que visam a melhoria de vida da população pobre e como tal a lei deveria ser mudada para legalizá-los” (OVG, 1999, p.10).

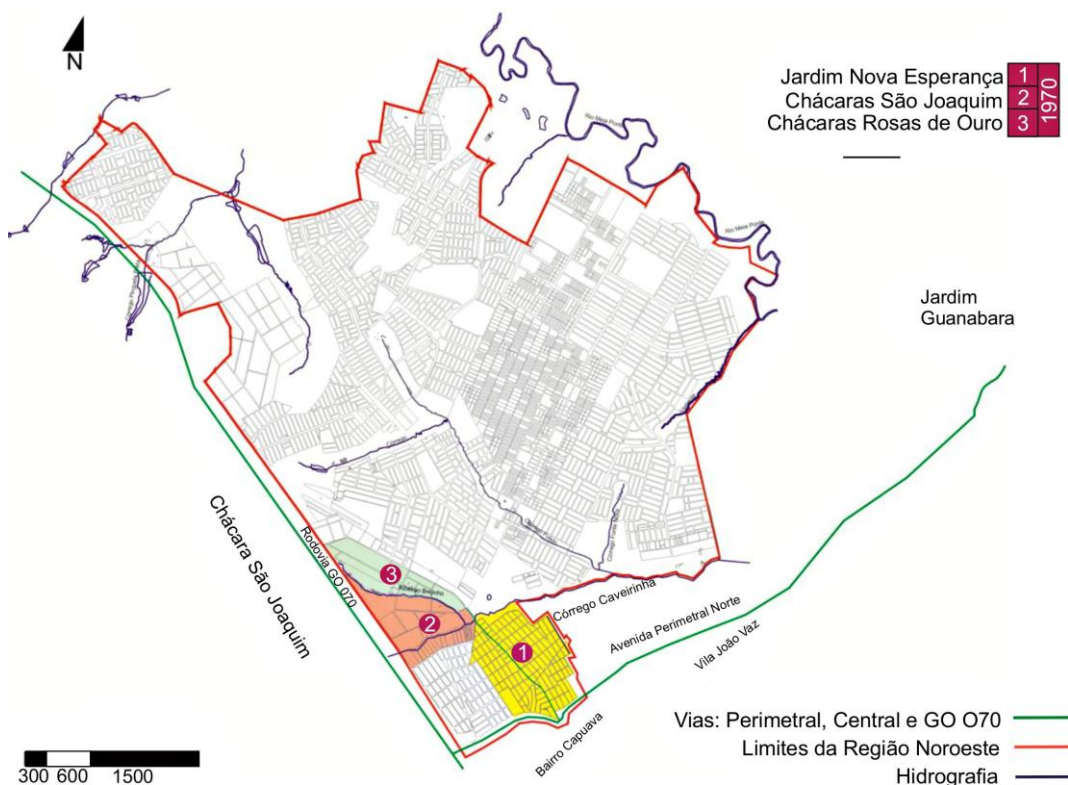
Assim, Moysés (2004, p 313) apresenta alguns atos de caráter geral, como: a lei Federal nº 6.766 de 19/12/1979 que era dotado sobre o “parcelamento do solo urbano”; assim como a Lei Municipal nº 5.735 de 19/12/80 que “Dispõem sobre a disposição das áreas urbanas e de expansão urbana...e zonas de uso...” e o Ato referente a “De Alteração da Zona de Expansão Urbana com a Lei Municipal nº 4.832 de 31/12/1973 que Modifica a Lei nº 4.525 de 31/12/1971”. Essas leis para o autor, demonstram o posicionamento do governo e já apontavam que a Região Noroeste viria a ser configurada como um núcleo da população de baixo poder aquisitivo e que representava, dentro do âmbito maior, o reflexo da urbanização de Goiânia.

Frente a isso, elenca-se os novos moradores (ocupantes ‘ilegais’), os proprietários privados, o Estado e a Igreja como os atores sociais para a compreensão da formação da Região Noroeste como espaço urbano. Dessa forma, é pelo entrecruzamento das narrativas do processo de ocupação do homem no espaço, que constrói e o modela para as suas necessidades, que se configura a seguir a formação dos seus bairros na primeira camada espaço-temporal (1975-1982).

3 AS CAMADAS ESPAÇO-TEMPORAL DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

Este capítulo analisa como ocorreu a ocupação da Região Noroeste de Goiânia, em meados dos anos de 1970 com os bairros implantados (Figura 13), enquanto área periférica, por meio das transformações físico-territoriais da cidade. Percebe-se, pela análise histórica, a simultaneidade da produção do espaço periférico com o da consolidação do espaço urbano da capital. Com isso, elenca-se como os agentes sociais desse processo: os novos moradores (ocupantes 'ilegais'), os proprietários privados, o Estado e a Igreja Católica. Esses agentes sociais auxiliam na compreensão da formação do processo das ações internas e externas que inscreveram a ação do homem no espaço, o modela para as suas necessidades, e que aqui se conforma pelo entrecruzamento das narrativas de construção e dissolução dos bairros: Jardim Nova Esperança, Jardim Boa Sorte e Jardim Boa Vista.²³

Figura 13 - Região Noroeste, ocupação em 1975 com os bairros implantados



Fonte: Silva (2014), adaptado pela autora

²³ O Jardim Nova Esperança e Jardim Boa Vista conseguem se consolidar como bairros, enquanto o Jardim Boa Sorte acaba por ser dissolvido pela repressão do Estado.

3.1-1ª CAMADA ESPAÇO-TEMPORAL (1975-1982)

Como abordado nos capítulos anteriores, a natureza do espaço da Região Noroeste de Goiânia tem como característica inicial uma paisagem semiurbana, pela formação de chácaras de recreio ainda em meados de 1975, onde a intensificação da ocupação da Região ocorreu em 1979, como resultado dos conflitos sociais e urbanos presenciados em Goiânia. Isso ocorreu devido à dificuldade de implementação e desenvolvimento de uma política urbana municipal que abrangesse questões socioeconômicas que se voltassem para a população de baixo poder aquisitivo. Sendo essa formada por migrantes que vieram para a construção da cidade ou que devido a uma somatória de fatores como o êxodo-rural, a falta de emprego, o alto custo de vida e de aluguel e a especulação imobiliária nas áreas centrais, acabaram por ocupar as áreas limítrofes da cidade, como a Fazenda Caveiras situada na Região Noroeste de Goiânia.

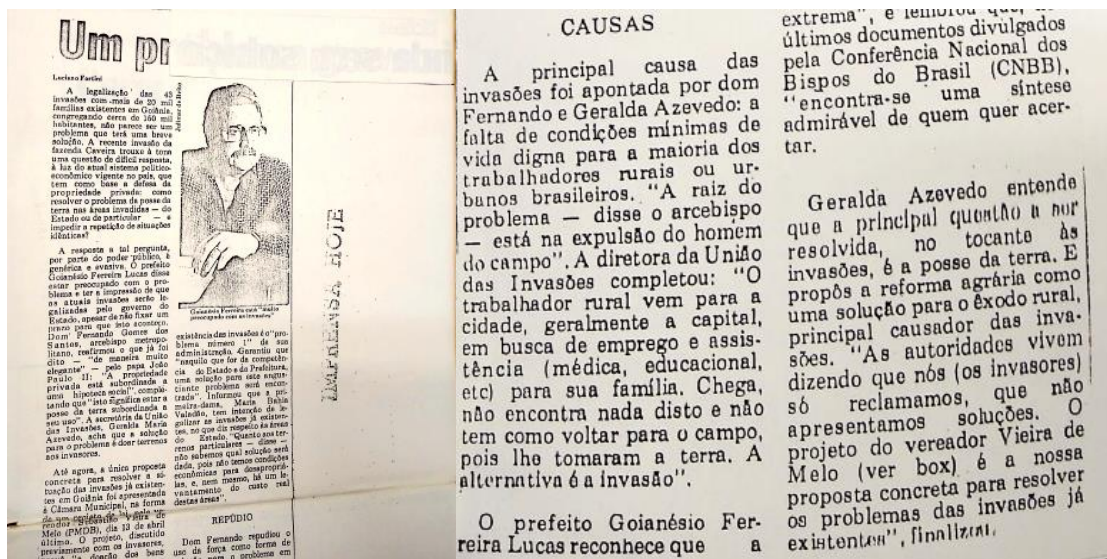
Assim, a primeira camada espaço-temporal (1975-1982) se pauta pelo início da construção da paisagem urbana da Região Noroeste a partir da intensificação da ocupação da área da Fazenda Caveiras em 1979, com as tentativas e consolidação de bairros, Jardim Nova Esperança, Jardim Boa Sorte e Jardim Boa Vista, situados na Região Noroeste e que demonstraram a luta pelo direito à terra e a moradia. Dessa forma, teve-se como principais fontes de análise os livros *Retalhos de Lembranças e Os 10 anos de uma nova esperança. Posses, Lutas e Vitórias. Jardim Nova Esperança 1979-1989* de Maria de Jesus Rodrigues (1989; 2009) e os Jornais Diário da Manhã e O Popular que dentre outras leituras, apresentam o percurso do início da ocupação na Região Noroeste de Goiânia.

3.1.1. Redemocratização e formação do movimento por moradia União das Invasões em Goiânia.

O contexto político da construção da primeira camada espaço-temporal (1975-1982) é o de redemocratização pós-ditadura militar. Neste período, até o final dos anos de 1970, o governo federal promoveu investimentos “sobretudo em infraestrutura e transporte, a construção civil, voltada par ao atendimento das

classes média e alta, alavancou a economia local” (MOYSÉS, 2004, p. 171). Com isso, houve a proliferação de loteamentos aprovados pelo Estado, o governo estadual goiano, que segundo Moysés (2004) viabilizou a “estocagem” de áreas para a especulação imobiliária, fazendo com que a principal reivindicação pela população de baixo poder aquisitivo fosse a moradia. Essa problemática aparece na apresentação do impresso, *Um problema grave ainda sem solução*, de Fortini (1982) que discorre que o “drama” da capital, começava com o êxodo rural, (Figura 14) e precariedade de políticas públicas no âmbito social.

Figura 14 – Reportagem ampliada do Diário da Manhã (26/06/1982)



Fonte: Fortini (1982.)

Logo, a preocupação quanto a origem das migrações, o êxodo rural e a efetividade das políticas públicas de financiamento da casa própria requeria, como é relatado por Fortini (1982) o posicionamento mais incisivo com relação à busca por uma solução para as ocupações urbanas em Goiânia. O relato dessa matéria se atém também a ‘dar lugar de fala’ a essa população de baixo poder aquisitivo, estigmatizada como ‘invasores’ pela mídia²⁴, que sob a voz de Geralda Azevedo, diretora da União das Invasões, se posiciona quanto a

²⁴A imprensa possuem um papel importante ao propor heróis e anti-heróis, enfatizando esses últimos, sob a figura dos ocupantes da Fazenda Caveira. Retratados como “invasores” ou “posseiros” formulando de forma pendular uma opinião pública, que convencesse assim os seus leitores a aderirem de forma sensível aos moradores que eram violentamente reprimidos, ou das tentativas de apropriação pelos proprietários de terras próximas.

resolução dos problemas sócio urbanos. Segundo a mesma, para o êxodo rural e as ocupações a solução seria a posse da terra por meio de uma reforma agrária:

O trabalhador rural vem para a cidade, geralmente a capital, em busca de emprego e assistência (médica, educacional, etc) para a sua família. Chega e não encontra nada disto e não tem como voltar para o campo, pois lhe tomaram a terra. A alternativa é a invasão (IBID. n.p).

Assim, em Goiânia, a dificuldade dos trabalhadores sem-teto e que “(...) espoliada pelos baixos salário, pela falta de moradia e pelo não-atendimento de várias reivindicações específicas, a população aglutina-se em busca de alternativas para discutir e encontrar soluções para os seus problemas” (MORAES, 2003, p. 188). Como afirmado por Cruz (2015), esse período de transição de 1970 até meados de 1980, tem-se como destaque a atuação do Movimento de Custo de Vida, que se inicia em São Paulo e se espalha pelo país. Nele os trabalhadores reivindicavam medidas governamentais para a diminuição do custo de vida no país. Em Goiânia, ainda segundo Cruz (2015), esse movimento tinha iniciado a sua atuação, com posto provisório a Arquidiocese de Goiânia, com uma carta de um agricultor, endereçada ao governador Ari Valadão, que expunha as dificuldades do trabalhador do campo diante do alto custo de vida para se manter uma família.

No começo, a luta se caracterizava por pequenas e discretas ocupações de terras, movimento que já vinha acontecido desde o momento de construção de Goiânia. Depois, em número cada vez maior, as ocupações eclodiram em vários pontos da cidade, motivando a reação do Estado. No entanto, ao mesmo tempo em que o Estado agia de forma repressiva, as ocupações, até então espontâneas e desarticulada, passavam a trocar entre si experiências e apoios, assumindo a forma de um movimento organizado (MORAES, 2003, p. 189).

O recorte acima, tem a peculiaridade de convergir com o discurso da (UNIÃO das invasões...,6 maio. 1982a) registrado no Boletim Informativo que contextualiza, em âmbito maior, a situação dos países da América Latina exemplificados pela Argentina, Brasil, Bolívia e Uruguai, onde a população sofria com o analfabetismo, desemprego e a pobreza, ao serem ‘explorados’ por países ‘ricos’ como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha dentre outros. Dessa forma, o ponto de argumentação principal é sobre a importância política da

conquista das Malvinas pela Argentina, que significava “o começo da luta dos países explorados contra os países exploradores”, que seriam a Inglaterra e os Estados Unidos. Ademais, o Boletim elenca a questão que:

(...) mesmo o governo da Argentina sendo Ditadura Militar como o Brasil, todo o povo Argentino está a favor da tomada das Malvinas. E já começam a pressionar o governo para uma Anistia Ampla, Eleições Diretas e a se preparar para a construção de uma sociedade sem exploração (UNIÃO DAS INVASÕES, 6 maio.1982a).

Mediante isso, chama-se a atenção para o processo de uma maior conscientização política por parte da população de baixo poder aquisitivo, que se inspirava nos acontecimentos externos para promover as mudanças das políticas internas para uma democratização tanto do direito à terra, quanto do direito civil.

A história das ocupações organizadas em Goiânia surge quando um grupo de inquilinos se organiza para ocupar um terreno baldio de propriedade privada, situado na região Noroeste. Os posseiros iniciaram a ocupação em julho de 1979. Rapidamente fizeram a limpeza do terreno baldio e montaram as barracas de lona de plástico, para servi-lhes de abrigo até o assentamento definitivo das famílias e a construção de seus barracos. Estrategicamente as lideranças negociavam com as autoridades municipais a permanência das famílias, enquanto outros grupos faziam a abertura das ruas e demarcavam os lotes. Posteriormente, os posseiros foram construindo suas casas, em regime de mutirão e autoconstrução e, assim, aos poucos, a área antes ociosa foi ganhando forma e vida (...) (MORAES, 2003, p. 201).

De acordo com Moraes (2003), a população de trabalhadores sem-teto, passa a se organizar para ocupar os terrenos ociosos da cidade e isso levou em setembro de 1979, à ocupação do terreno que iria ser denominado de Jardim Nova Esperança:

(...) Essa invasão, denominada Jardim Nova Esperança, representou para os sem-teto e para a cidade não a simples ocupação de um terreno vazio, mas um marco na história da organização dos movimentos populares que lutavam por moradia na cidade de Goiânia e em muitas outras cidades (MORAES, 2003, p.189).

Seguindo a interpretação da autora supracitada, é a partir de 1980 que se intensifica uma nova forma e força política de organização dos movimentos sociais, quando os movimentos por moradia ganham forças em Goiânia, e por isso devem ser analisados dentro do contexto da história brasileira como parte

de um processo de transição política e social, ver a (Tabela 7).

Tabela 7 – Relação de Governantes de 1980

Governo Estadual			
Nome do Governador	Partido	Mandato	Condição do Mandato
Ary Ribeiro Valadão	ARENA/PDS	15/03/79 a 15/03/83	Nomeado
Iris Rezende (1)	PMDB	15/03/83 a 13/02/86	Eleito
Onofre Quinan (ViceGovernador)	PMDB	13/02/86 a 15/03/87	Eleito
Henrique Santillo	PMDB	15/03/87 a 15/03/91	Eleito
Governo Municipal			
Nome do Prefeito	Partido	Mandato	Condição do Mandato
Daniel Antônio de Oliveira	MDB	10/04/79 a 30/06/79	Nomeado (2)
Índio do Brasil Artiaga	ARENA/PDS	30/06/79 a 14/05/82	Nomeado
Mário Roriz	PDS	14/05/82 a 17/05/82	Interino
Goianésio Ferreira Lucas	PDS	17/05/82 a 14/03/83	Nomeado
Daniel Borges Campos	PDS	15/03/83 a 18/03/83	Interino
Nion Albernaz	PMDB	18/03/83 a 31/12/85	Nomeado
Daniel Antônio de Oliveira (3)	PMDB	01/01/86 a 23/03/87	Eleito
Joaquim Domingos Roriz	PMDB	23/03/87 a 17/10/88	Interventor
Daniel Antônio de Oliveira	PMDB	18/10/88 a 31/12/88	Retornado
Nion Alvernaz	PMDB	01/01/89 a 31/12/92	Eleito

Fonte: Moysés (2004)

Nesse momento Moraes (2003), aborda uma reorganização dos partidos políticos que culminaram na formação do PT (Partido dos Trabalhadores), que “(...) o fortalecimento do novo sindicalismo, com a criação de novas entidades civis de âmbito nacional, entre estas e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), organismos que passaram a apoiar a luta dos trabalhadores” (ibid., p. 188). Isso propiciou a organização e mobilização dos movimentos sociais urbanos que lutavam em prol de uma transformação social.

Como se observa pelos recortes dos impressos de jornais (O Diário da Manhã, O Popular, Folha de Goiaz, Imprensa Hoje) dos acontecimentos (ocupações, demolições, negociações), referentes à ocupação da Fazenda Caveiras/ Caverinha, os atores sociais que permearam a narrativa da Região Noroeste são o Estado (representados por Ary Valadão do governo estadual durante o mandato de 15/03/79 a 15/03/83; Goianésio Ferreira Lucas entre 17/05/82 a 14/03/83 e Índio do Brasil Artiaga no governo municipal de 30/06/79 a 14/05/82) e o capital imobiliário (Maria Coraci Morais, Paulo Sergio Roriz entre empresas privadas) com a especulação privada e pública, que expõem os

conflitos entre esses atores.

Figura 15 – Movimento União das Invasões e a luta pela doação de terras



Fonte: Rodrigues (1989)

Na (Figura 15) analisa-se primeiramente que é a fotografia de uma manifestação popular na cidade, pela presença do prédio na lateral direita ao fundo da imagem. Nela algumas pessoas seguram faixas, em que se pode identificar que pertencem ao grupo de moradores do Jardim Nova Esperança, pelos dizeres “União das Invasões”, enquanto, na outra faixa mais ao fundo, consegue-se distinguir algumas palavras, como: morar, a compreensão e prefeito.

A fotografia da (Figura 15) foi contextualizada por Rodrigues (1989) no ano de 1985, período que segundo a autora o PMDB (Partido do Movimento Democrático) ganhou as eleições. Sendo ele, um partido da oposição dos interesses da Associação formada pelos moradores do Jardim Nova Esperança que, como é visualizado na fotografia, estariam fazendo campanha para o partido político do PT (Partido dos Trabalhadores). Isso, por que a bandeira partidária do mesmo era estar em defesa dos trabalhadores e dos oprimidos. Como é colocado no cartaz mais à frente, tem-se claramente a posição do partido político do PT contra a ditadura, e os dizeres: PT e Luta. Para Oliveira (2002) o Jardim Nova Esperança como bairro político apresentou momentos que intercambiaram entre a negação e abertura do/ao institucional e que se confirma:

(...)pela íntima relação do bairro com o PT (Partido dos Trabalhadores), particularmente das lideranças do bairro, quase todas filiadas e militantes deste partido, ao mesmo tempo em que negava envolvimento com qualquer outro partido político, pela relação do bairro com os sindicatos dos radialistas, dos professores e com a CUT, ao mesmo tempo em que não se permitia “aparelhar” a nenhum sindicato;

por sua relação com a imprensa, que noticiava e criticava os atos de violência e excessos do Estado e da polícia e ao mesmo tempo questionava os atos de ocupação; por sua relação com o poder político institucional, com o qual buscava o diálogo para satisfazer demandas e ao mesmo tempo o recusava elaborando formas alternativas de realização do espaço social” (OLIVEIRA, 2002, p. 127).

Essa luta dos moradores e as passeatas dos movimentos sociais com a ‘bandeira’ de reivindicação do direito à terra, é contra debatida pela oposição de grupos de interesse político e privado contrários a uma ‘redistribuição’ agrária, pelo uso do argumento especulativo de que outros agentes sociais externos aos movimentos sociais, os estariam influenciando na tomada de decisões para desestabilizar a ordem política e social. Como se explicita no título, “forças estranhas” do Diário da Manhã (1981), na qual a reportagem ‘denuncia’ que alguém estaria se beneficiando da “escassez de habitações na periferia da cidade” e que ainda:

Pela ótica dos poderes públicos, seriam viáveis as condições de diálogo com os invasores se não estivessem insuflados por essas forças estranhas, interessadas em extrair dessa grave questão rendimentos políticos e desgastar os quadros situacionistas perante a opinião pública” (...) (DIÁRIO DA MANHÃ, p. 2, 1981).

Com o trecho acima e a compreensão de Moysés (2001), se interpreta que as “forças estranhas” noticiada pelo Diário da Manhã (1981 q), era uma disputa política entre os partidos do ARENA-PDS e MDB-PMDB. Isso, por que para Moysés (2001, p. 3) “tanto o regime autoritário (ARENA-PDS) quanto nos que surgiram do processo de abertura lenta e gradual (MDB-PMDB)”, adotaram a mesma estratégia de posicionamento de repressão violenta ou mais sutil quanto às ocupação urbanas, mas que objetivavam “uma tentativa de se despolitizar a questão da luta coletiva pela posse da terra”, ou seja, de neutralizar as ocupações do Jardim Nova Esperança, Jardim Boa Sorte e Jardim Boa Vista.

O PDS de Ary Valadão e o PMDB de Iris Rezende Machado e de Henrique Santillo tomam das mãos das lideranças populares a hegemonia do processo de “criação de lugares”. No contexto governamental, era uma forma de manter a população afastada das soluções de seus problemas e “protegê-la” das falsas lideranças “infiltradas” no movimento. (MOYSÉS, 2001, p. 3).

Essas “falsas lideranças”, as quais para Moysés (2001) estariam se infiltrando no movimento, aparecem na narrativa de Rodrigues (1989, p.21) como

“O PDS fracassou, tentou o PMDB, acusando a Associação de pertencer ao PT, partido que os pobres criaram, para lutar e vencer”. Para Rodrigues (1989), o ano de 1982 foi intenso politicamente pois, os políticos, seja Índio ou Valadão, como a autora cita, estariam caluniando os moradores, criando em paralelo uma associação, a “Chapa da União” que acabou perdendo para a Associação.

Nesse instante, 1982, a ocupação do Jardim Nova Esperança influenciava e servia de ‘modelo/inspiração’, de ocupação e organização social e espacial para as ocupações circunscritas e que ocorriam simultaneamente a ela. Como por exemplo, o Jardim Boa Sorte que também era limítrofe ao Jardim Nova Esperança, mas que foi destruído, não se efetivando enquanto ocupação e o Jardim Boa Vista que foi um bairro dentro da fazenda Caveiras, com 27 alqueires e cuja ocupação iniciou-se com 500 famílias, chegando a 3.500 famílias.

Essas duas ocupações, com uma soma de mais de três mil trabalhadores, construíram a imagem de uma paisagem marcada por uma aglomeração de moradias autoconstruídas com lonas, pedaços de madeira e de materiais de construção. Mesmo marcada por uma precariedade de moradia e de condições sanitárias, essa paisagem mostrava que aquela população oriunda do campo não iria retornar ou migrar para outra cidade.

Assim, o desejo por um pedaço de terra e pelo meio urbano impulsionaria os moradores a resistir e a se manifestar utilizando a força para demarcar a sua permanência no espaço. Além disso, as ocupações fizeram com que a população se posicionasse e se organizasse politicamente para reivindicar um regime democrático, pelos seus direitos aos representantes do governo e de outras entidades públicas.

Figura 16 – Capa do Boletim Informativo da União dos Invasores



Fonte: cpvsp.org.br. Acessado em: 18/08/2019

A organização dos moradores é demonstrada na capa da (União das invasões..., 6 maio.1982a), (Figura 16), que registrou a passeata da União das Invasões reivindicando moradia e qualidade de vida em plena cidade e, novamente, com apoio do PT. Isso se confirma pelos dizeres escritos nas faixas levantadas como: “União das Invasões, pelo direito de morar e viver no J. N. Esperança”. Por esse motivo, uma das reivindicações seria o direito pela moradia, uma vez que “A União das Invasões começou logo a lutar contra as grandes violências e por terra por morar; escolas pra nossos filhos e saúde pra nosso lar” (RODRIGUES,1989, p.17).

Há ainda que ressaltar que nos meses de fevereiro e março, a União das Invasões começou a articular a sua política interna para melhor requisitar o direito por moradia diante do governo público. Assim, por meio de realizações de Assembleias em 25 ocupações, elaboraram um projeto de doação de terras a

ser encaminhado ao prefeito além de discutirem a necessidade de legalizar o movimento conforme é relatado no (União das Invasões..., 6 maio.1982 a) e o trecho abaixo, que apresenta alguns movimentos de moradia, (Figura 17), que pressionavam o poder público por uma solução sócio urbana.

(...) Até a década de 1980, não existe registro da implantação de nenhum loteamento para atender à população dos sem-teto. Foi o fortalecimento do Movimento Popular de Moradia, a partir dos anos de 1980, que fez com que o Estado voltasse a investir na criação de loteamentos populares que moravam em áreas de risco, ou que eram cadastradas pelas entidades ligadas ao movimento de moradia, como a Fegip, a CPU, o MLCO, a COPHG e a SHG. Ainda nesse caso, o principal interesse do Estado foi desarticular a organização social e a mobilização política do movimento” (MORAES, 2003, p. 233-234).

Figura 17 – Passeata popular dos moradores do Jardim Nova Esperança



Fonte: Rodrigues (1989)

Moysés (2001;2004) apresenta uma organização da conjuntura política que afetaria os bairros supracitados, organizados na (Tabela 7), que se destacam pelos atores políticos sob os seus respectivos mantados: Índio do Brasil Artiaga (1979-1982), Ary Ribeiro Valadão (1979-1983) e Goianésio Ferreira Lucas (1982-1983) que governaram durante o período de ocupação ‘ilegal/irregular’ da Região Noroeste de Goiânia, no qual atuaram em negociações e ações mais violentas.

O período do ano de 1980 também demonstra uma atuação da Igreja Católica, que se relaciona com o (Comunicado dos Moradores do Jardim Boa Vista,1982, s/d.n.p.) no qual é relatado o apoio dos membros da União das Invasões e dos Seminaristas da Arquidiocese. Junto a isso, o impresso da carta aberta da (Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz,18 maio 1981) demonstra que essa atuação da Igreja Católica, era representada pelo diácono Oziel Luís

dos Santos. Este se posicionava em defesa dos moradores que lutavam pelo direito da moradia (nesse momento se referindo ao Jardim Boa Sorte), mas que eram violentamente reprimidos pelo Estado.

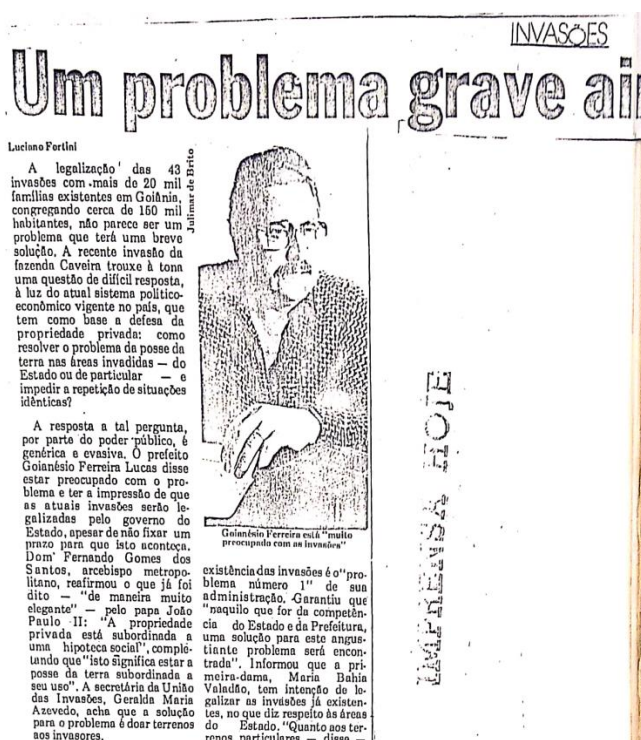
Nesse sentido a Igreja Católica entra como orientadora dos moradores, que diante da ação repressiva da prefeitura, que manda um pelotão de soldados da PM e tratores para derrubar os barracos, fez com que um grupo de pessoas, com esperança de permanecerem no local, se organizassem em uma associação de bairro (CRUZ, 2015).

Apesar dessa postura de amparar os moradores 'ilegais', indo contra a forma violenta da ação do Estado diante das ocupações, existem críticas ao papel da Igreja junto aos movimentos. Segundo Chaves (1985) apud Silva (2014, p. 80) sob a 'Teologia da Libertação', a Igreja "saiu a frente como defensora dos pobres que queriam pedaços de terras alheias, também acabou sendo favorecida de inúmeros lotes em todas as ocupações". Logo, o seu papel era de uma "ajudante no que dizia respeito à dignidade humana, aos direitos à terra e as ações eram, pelo discurso, muito mais religiosas que sociais, como nas missas e procissões realizadas no bairro em determinados momentos" (ibid., p.80).

Ainda segundo Chaves (apud Silva, 2014) a Igreja também se inclinava pela defesa da propriedade privada, com atuação cautelosa para não entrar em conflito com os gestores públicos e a sociedade o que lhe favoreceu lotes nas ocupações. Estas se tornaram um problema tanto social quanto urbano, o que foi questionada pelo prefeito Goianésio Ferreira Lucas, (Figura18) em uma fala "genérica e evasiva" na reportagem de Fortini (1982) a abaixo:

(...) A recente invasão da fazenda Caveira trouxe à tona uma questão de difícil resposta, à luz do atual sistema político-ecocômico vigente no país, que tem como base a defesa da propriedade privada: como resolver o problema da posse da terra nas áreas invadidas- do Estado ou de particular- e impedir a repetição de situações idênticas?.

Figura 18 – Reportagem sobre o posicionamento do prefeito Goianésio



Fonte: Fortini (1982)

A leitura sobre a articulação política social interna dos moradores é complementada por Rodrigues (2009, p. 49) reafirmando que havia uma colaboração da Igreja, Arquidiocese de Goiânia, que participava ativamente da organização interna do bairro. Entre os anos de 1981 a 1985, o Pe. Macedo, foi “responsável por várias caminhadas com centenas de fiéis pelas ruas do bairro, conscientizando os moradores da necessidade de se unirem em torno do mesmo objetivo, que era a busca de melhorias para o setor”. Essa conscientização dos moradores do Jardim Nova Esperança levou a conquistarem benefícios quanto a infraestrutura para o bairro.

As reportagens expostas apresentam uma somatória das ações públicas direcionadas para resolução do êxodo rural, da migração e déficit habitacional na cidade, que reverberaram em um deslocamento da mesma para as áreas mais afastadas e consequentemente na construção da paisagem urbana da Região Noroeste nesta primeira fase. A esse conjunto de fatores é acrescido o agravamento da falta de emprego, anunciada pelo comunicado da Comissão dos Moradores do Jardim Boa Vista (1982).

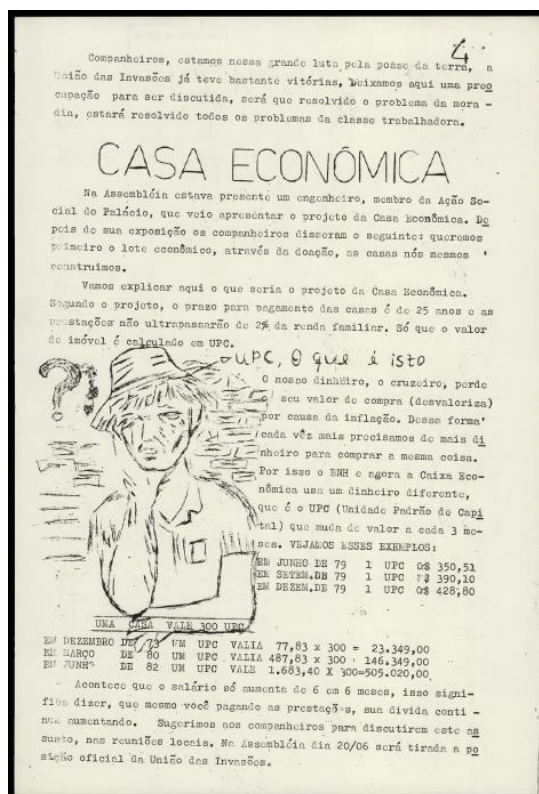
O problema existe e se manifesta como ramificação de deformações estruturais que envolvem vários fenômenos: O da concentração de renda, o da especulação imobiliária, o êxodo rural, a redução da oferta de trabalho, as imprevisões da administração urbana brasileira e as deficiências do sistema habitacional, não obstante todo o gigantismo em torno do BNH (COMISSÃO DOS MORADORES DO JARDIM BOA VISTA., 1982 p.2).

O Estado, nesse momento, procurar adotar por meio de uma política populista, assistencialista, uma articulação dos programas de habitação social como forma de atenuar a 'problemática' das ocupações dos vazios urbanos/terras ociosas e os movimentos sociais (Movimento Popular de Moradia nos anos de 1980 e o Movimento Luta pela Casa Própria, fundado em 1991) que ganhavam força:

A força da nossa organização e mobilização está fazendo os políticos enxergarem a nossa necessidade de ter o nosso lugar definitivo para morar. E é continuando a nossa luta com União e Firmeza que venceremos (UNIÃO DAS INVASÕES, 6 nov.1982 a).

Para Moysés (2004), a ocupação da Fazenda Caveirinha foi uma movimento social que desafiou o regime militar e serviu como referência como movimento popular. Além disso, o autor coloca a ocupação de Goiânia sob os prismas da: "expansão da cidade legal", em que as incorporadoras investiram na construção vertical de prédios de alto padrão nos vazios urbanos e com isso causam o aumento do adensamento da cidade. E da "expansão da cidade ilegal", que segundo o autor "cresceu horizontalmente, porém via loteamentos clandestinos, irregulares e áreas de posses produzidas tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada" (ibid., p. 172). Esse crescimento horizontal repercutiu em uma ocupação de caráter irregular a Região Noroeste de Goiânia.

Figura 19 – Reportagem sobre a casa econômica oferecida pelo governo

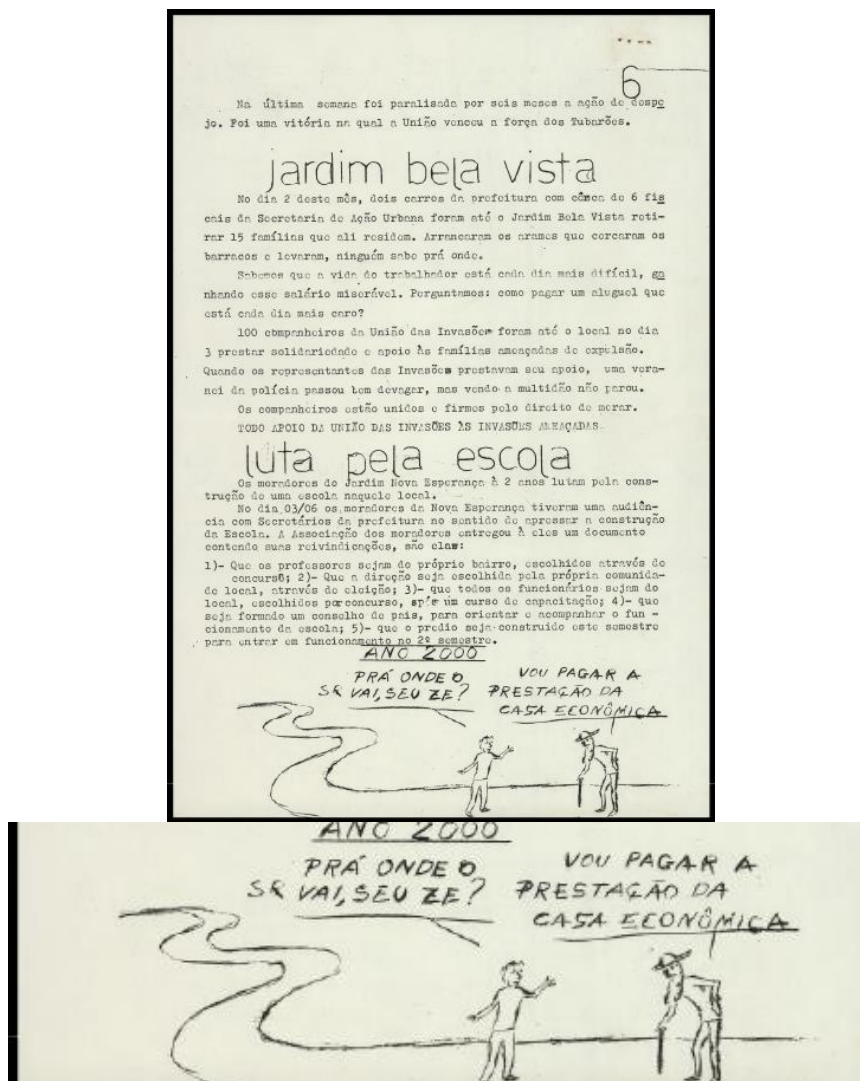


Fonte: cpvsp.org.br. Acessado em: 18/08/2019

O boletim (UNIÃO das invasões..., jun.1982 b) com o tópico, *Casa econômica* (Figura 19) apresenta a problematização por parte dos moradores quanto ao valor inflacionário do dinheiro UPC (Unidade Padrão do Capital) usado para o financiamento pelo BNH²⁵, mas que sofria reajustes a cada 3 meses enquanto o salário somente a cada 6 meses, havendo um descompasso financeiro que somente aumentava a dívida do trabalhador. Isso se destaca na charge exposta na página 6 do mesmo boletim, (Figura 20), que ironiza os quase vinte anos para o pagamento da casa colocada como 'econômica'.

²⁵ Moraes (2003, p. 222) " Os conjuntos habitacionais de nível popular só começaram a ser edificados depois da criação do Banco Nacional e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em 1964.

Figura 20 – Boletim explicando a problemática da casa econômica



Fonte: cpvps.org.br

O tempo de financiamento também era um problema para o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que em 1970 e 1980, acabou por valorizar os lotes e unidades habitacionais. Com isso, se teve de forma significativa o “aumento dos vazios urbanos e da periferia das cidades, e a degradação do meio ambiente, motivando a população dos sem-teto a se organizar em busca do seu direito de moradia” (MORAES, 2003, p. 223).

Na leitura da charge, (Figura 20), o tempo é demarcado na imagem como sendo o do ano 2000, essa demarcação é importante pois a reportagem sobre a proposição do projeto da casa econômica se iniciaria nos anos de 1979 e duraria cerca de 25 anos, o que não se confirma na representação da imagem. Esta,

mostra o encontro de duas gerações que são representadas por um homem mais novo e um idoso, que se encontram no meio de um caminho sinuoso que não tem nem um começo e nem um fim definidos.

A leitura da charge acima, converge com a pauta do (Comunicado *dos Moradores do Jardim Boa Vista, 1982, n.p*) onde a comissão de moradores, para o “Plano de Luta”, se destaca o 5 item com os dizeres: “Queremos nós mesmos construir nossos barracos, não aceitamos casas financiadas pelo BNH ou coisa parecida e 6) Queremos que os lotes seja doados”. Isso demonstra uma insatisfação popular quanto as casas financiadas pelo BNH, como é introduzido a seguir pela narrativa:

Ele disse para nós que tínhamos de aceitar,
Se quiséssemos ter as ruas, o projeto do BNH
Do contrário, uma favela ele ia deixar virar
Depois disso, decidimos através de reunião,
Que nós mesmo abríamos as ruas, organizando mutirão,
Para o bairro não ficar um problema sem solução
(RODRIGUES, 1989, p.12)

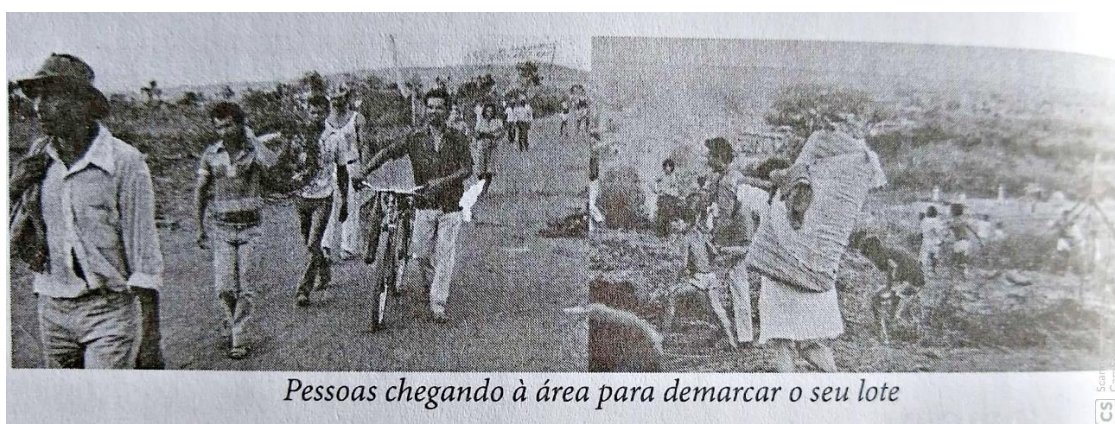
O trecho da prosa acima narra a ação do prefeito Índio do Brasil Artiaga que autoriza a Fumdec (Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário) e o Iplan (Instituto de Planejamento Municipal) a proporem uma urbanização, que segundo a proposta de Rabelo, após a desapropriação inicial da área se teria: hospital, centro comunitário, lavanderia pública. Contudo, a proposta foi insuficiente, pois enquanto os moradores queriam a abertura das ruas como forma de garantir a ocupação, o prefeito procurava a aceitação popular pela adoção do BNH (Banco Nacional de Habitação), mesmo que os moradores não tivessem como financiar o ‘projeto’. Essa ‘barreira’ foi alegada pelo prefeito para imprensa, colocando que os membros da Comissão dos moradores estariam dificultando as negociações²⁶.

Da mesma forma, como é colocado por Oliveira (2002), essa recusa dos moradores em aceitar esse ‘pacote político’ do governo, pelo financiamento do

²⁶ O presidente ainda fala sobre o 1 Congresso Nacional de Associações de Moradores, que ocorreria em São Paulo. Mostrando que já havia uma articulação entre os representantes dos moradores em caráter nacional. Segundo o site da entidade, ela foi criada em 17 de janeiro de 1982, tendo como papel “organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairros e similares”. A organização defende o direito e “a luta pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade de gênero e raça e democratização em todos os níveis” (INVASORES levantam...26 abr 1981).

BNH, como critério para a qualificação do lugar, ocorre pela perspectiva de que essa seria uma “armadilha”. Isso por que a população não teria condições de arcar com as exigências do pagamento do programa e o entendia como uma tentativa de “ganhar” tempo para a reintegração de posse. O deslocamento dessas pessoas em direção a Fazenda Caveira é demonstrado na fotografia, (Figura 21), a seguir:

Figura 21 – Pessoas chegando à área que se tornou o Jardim Nova Esperança



Fonte: Rodrigues (2009)

Na leitura da fotografia, (Figura 21), visualiza-se em um quadro geral, o deslocamento para a ocupação e demarcação dos lotes na Fazenda Caveira. Assim, na fotografia da esquerda percebe-se ao fundo uma faixa sendo erguida, em meio a uma paisagem rural. Enquanto a frente vislumbram-se as condições dos novos ocupantes, que carregam seus poucos pertences.

Munidos de enxada, foice, cavadeiras, arame e martelo, cada um separava um pedacinho: cercava, limpava e construía ali sua primeira moradia própria, um barraco de lona, plástico ou casqueiro que representava um imponente, majestoso e importante palácio (RODRIGUES, 2009, p. 14)

O pioneirismo das famílias descrito acima é complementado pela análise da imagem onde se percebe que o terreno possuía uma certa declividade. Além do mais, como é evidenciado por Edmar Lopes (2019, p. 309) pela narrativa de Rodrigues (2009) há uma referência às ferramentas do campo, utilizadas como forma de urbanizar o espaço e que seriam “(...) ferramentas-símbolo do cotidiano de trabalho da vida no campo, reforçando que a maioria dos migrantes/ocupantes tinha um vínculo cultural muito recente com este”. Logo,

“os instrumentos de mediação da relação entre homem e natureza. No campo, desmatavam o necessário para sobreviver, para construir a choupana/fortaleza em meio à “mata” (...)” (ibid., p. 309). Com ambos os autores, temos os primeiros apontamentos da inserção das pessoas no terreno, que se tornaria o Jardim Nova Esperança.

Há muitos anos, esta terra vivia abandonada;
era depósito de lixo e ponto da molecada,
que assaltada as pessoas, e até dava pancadas.
No mês de julho, porém, esta terra foi invadida
Por pobres trabalhadores, que estavam sem saída, por que o custo de
vida massacrava suas vidas.
Com enxada, foice e machado a área foi desmatada.
Em poucos dias, estava quase toda loteada.
Cada um cercava um pedaço, para fazer sua morada.
(RODRIGUES, 1989, p.5).

É importante destacar que antes de ser valorizado ao longo do tempo, pois estava localizado numa região de grande potencial comercial, industrial e residencial, o terreno era ocioso, e por isso “acabou se transformando num depósito de lixo, esconderijo de marginais e desova de animais mortos” sendo considerado um terreno “ignorado” pelo poder público (RODRIGUES, 2009, p.11), tornou-se uma alternativa para as famílias de baixo poder aquisitivo, que se viram em uma situação de vulnerabilidade urbana, como é explicitado no trecho a seguir:

Essas famílias, sufocadas pelos altos aluguéis, iniciaram uma aventura, motivadas apenas pela esperança de terem um lugar onde se abrigar. Assim, uma grande área abandonada na periferia da cidade de Goiânia começa a ser invadida e ganha um novo desenho para, posteriormente, ser incorporada à paisagem urbana como um fato definitivo. (...) (OLIVEIRA; MOYSÉS, 2005, p. 294-295).

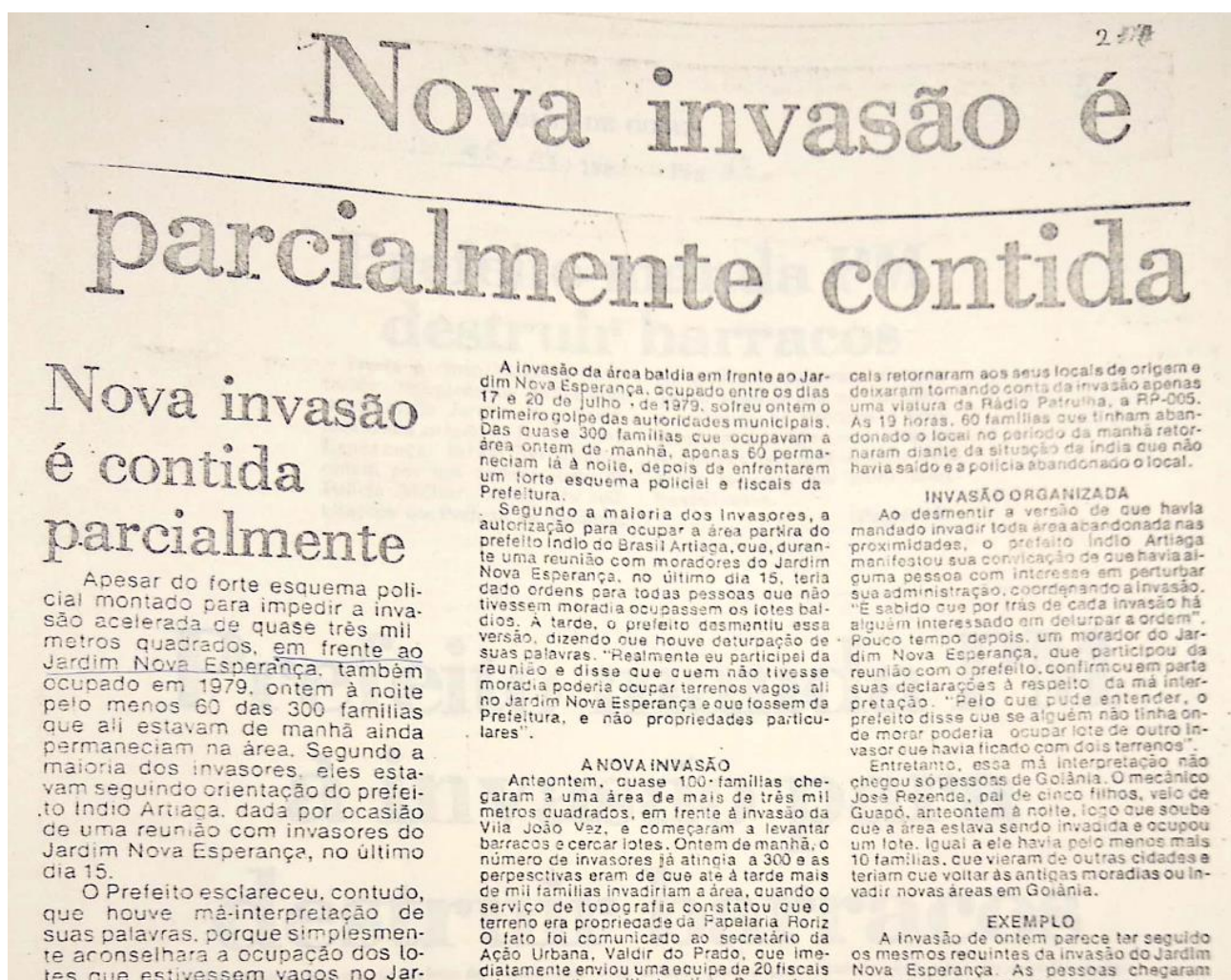
Essa passagem de Oliveira e Moysés (2005) que ressalta a ‘aventura’ das famílias em ocupar a fazenda é apresentada na história das memórias de Rodrigues (2009) pela figura de dois personagens: Ari e João Paulo. Eles representavam os moradores de Goiânia que enfrentavam o desemprego e as dificuldades em conseguir pagar o aluguel e que como solução, decidiram construir seus barracos no meio do cerrado. Esse se tornaria o ‘ponta a pé’ para outros que se encontravam na mesma situação.

Ocorre que, não se sabe como, quando nem porquê, o fato é que surgiu um comentário que se espalhou como fogo num rasilho de pólvora, de que a área pertencia a uma freira já falecida que tinha a intenção de

doa-la aos pobres. Na época, era conveniente que se acreditasse nessa hipótese, inclusive para justificar e fortalecer a resistência e a decisão de lutar para ficar na terra (RODRIGUES, 2009, p 14).

Assim, é traçado o perfil dos 'novos' moradores da fazenda, que são identificados quanto a sua origem em algumas reportagens, com o tópico, *Invasão Organizada*, da (NOVA invasão..., 24 abr.1981) (Figura 22), que identifica um dos novos ocupantes como José Rezende, mecânico e oriundo do bairro Guapó, que estava ocupando a área em frente ao Jardim Nova Esperança. Esta já possuía por volta de quase três mil metros quadrados e que segundo o seu relato, fora o prefeito Índio do Brasil Artiaga que havia autorizado as ocupações, o que o incentivou outras famílias de outras cidades a ocupar "novas áreas em Goiânia".

Figura 22 – Matéria sobre a organização das ocupações



Fonte: (Nova invasão..., 24 abr 1981).

Dessa forma, a origem dos moradores que ocupavam os Jardim Nova Esperança, Jardim Boa Sorte²⁷ e Jardim Boa Vista, pode ser delineada pelo relato dos moradores, como a da senhora Lazarina Alves Pacheco, doméstica, que morava de aluguel na Vila São José e cujos pais eram oriundos de Minas, mas que haviam sido expulsos do campo pelos fazendeiros.

(...)Queixando-se de muita fadiga, enquanto capina seu pequeno lote de 30 m x 10 m com uma velha carcomida enxada, Lazarina desabafa: “Parece que a sina da gente é viver assim jogado de um lugar pra outro. Meus pais moravam na roça em Minas, mais tivemos que mudar de lá porque os fazendeiros não deixavam mais plantar em suas terras. Agora quero ver se consigo um lugar onde eu possa ficar. Tenho medo de invadir terra alheia, mas não tenho outro jeito. Se não posso comprar, onde é que vou morar? (SURGE MAIS..., 24 abr.1981).

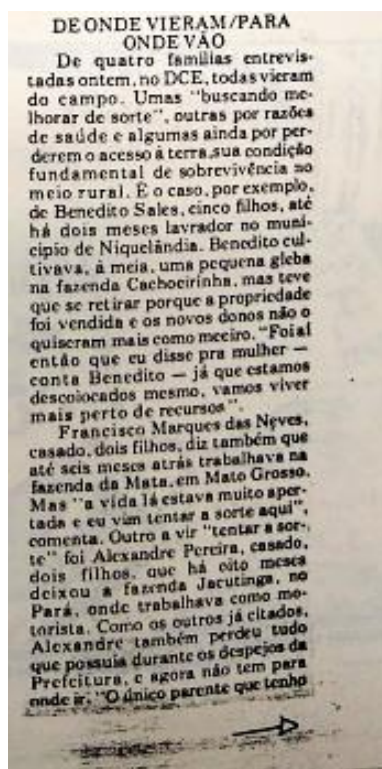
Em relato similar Francisca Faustina dos Santos, que antes morava no Jardim Novo Mundo, retrata igualmente esse deslocamento entre ocupações, em que como consequência do aluguel, passou a morar com a filha no Jardim Nova Esperança e que naquele momento esperava encontrar no Jardim Boa Sorte o seu próprio ‘barraco’. Já João Rodrigues vinha de Santa Helena de Goiás e como os outros moradores citados procurava se manter na ocupação do Jardim Boa Sorte, principalmente mediante a notícia de que chegariam mais pessoas do Bairro Goiá. (SURGE MAIS..., 24 abr.1981).

Seguindo esses relatos, pode-se cogitar que haviam pessoas oriundas das áreas rurais de outros Estados, (Figura 23), a partir da fala da índia de nome Maria Ilza²⁸, uma retirante da seca do Rio Grande do Norte, que acabou por se tornar figura de resistência e de referência de outros moradores ao instruí-los, mesmo que empiricamente, pela consciência na luta e permanência no terreno denominado Jardim Boa Sorte.

²⁷ O Jardim Boa Sorte era uma área com aproximadamente de um alqueire, localizada em frente ao Jardim Nova Esperança. Para (SURGE mais ...,24 abr. 1981) uma invasão próxima ao Jardim Nova Esperança, “entre o córrego e a estrada que leva ao frigorífico Anglo”, mostravam que as famílias “derrubam o matagal, demarcavam os lotes, combinavam e arruamento e improvisam barracos com velhos plásticos pretos e rasgados, colocando-os sobre a copa dos arbustos.

²⁸ 50 FAMÍLIAS defendem ..., 26 abr. 1981) relata que Maria Ilza, índia e mãe de 20 filhos, também é retratada como uma importante militante frente a sua resiliência em se retirar do terreno. Em, (EXPULSOS na véspera... 24 abr. 1981) com o tópico *Invasores voltam e ocupam a área*, é colocado que sob a “liderança da Índia e armados com pedaços de pau, foices e facas, os invasores atacaram um grupo de topógrafos que estavam demarcando e cercando o terreno, obrigando-a a deixar o local”. Por isso, esse ato foi percebido pelos ocupantes como uma liderança/ coordenação por uma mobilização pela permanência na área ocupada, em que a mesma apenas dizia que: “Apenas tento conscientizar meus irmão para a necessidade de se ter um local para morar” (EXPULSOS na véspera... 24 abr. 1981).

Figura 23 – Exemplos da origem de alguns dos moradores



Fonte: (Morrem as ilusões..., 12 maio.1991)

A descrição da Fazenda Caveira e os conflitos referentes ao seu 'pertencimento', aparecem na reportagem (Sete meses..., s/d.), na qual se nota a 'especial' atenção ao terreno, alvo da especulação imobiliária e particular, devido a sua dimensão de "26 alqueires, 28 litros e 444 metros quadrados da área invadida". Uma outra questão foi a hostilidade dos alegados proprietários que "continuam alimentando as hostilidades com ameaças de fecharem vias importantes de acesso ao bairro". Além disso, o texto reitera que sendo área pública ou privada o local estava desocupado, sendo usado como depósito de lixo.

A reportagem narra que posteriormente surgiram os 'possíveis donos do terreno', como uma resposta a ocupação que já chegava a aproximadamente quatro mil pessoas: a Goiarroz "empresa dedicada à industrialização e comercialização de arroz", utilizou "desde as ameaças dissimuladas em conselhos, até a intimidação policial" para a desapropriação da área; já a imobiliária Ronan Imóveis, "chegou a levar máquinas ao local, para a demolição

dos barracos”, e as empresas Tocantins Empreendimentos Ltda; Cagigo-Companhia Anglo-Industrial de Goiás e Carfepe S/A Administradora e Participadora requeriam a reintegração de posse por via judicial.

Figura 24 – Resumo do processo de consolidação do Jardim Nova Esperança



Fonte: Silva (2014)

O processo de ocupação da fazenda é apresentado em ordem cronológica pelo Jornal Opção (1988), (Figura 24), que o relaciona a alguns marcos e conquistas importantes que levaram ao reconhecimento público do bairro como parte consolidada do espaço urbano. Segundo o histórico do jornal, o início da ocupação teria ocorrido em meados do dia 10 de julho de 1979, por “20 pessoas [que] desbravaram a área”.

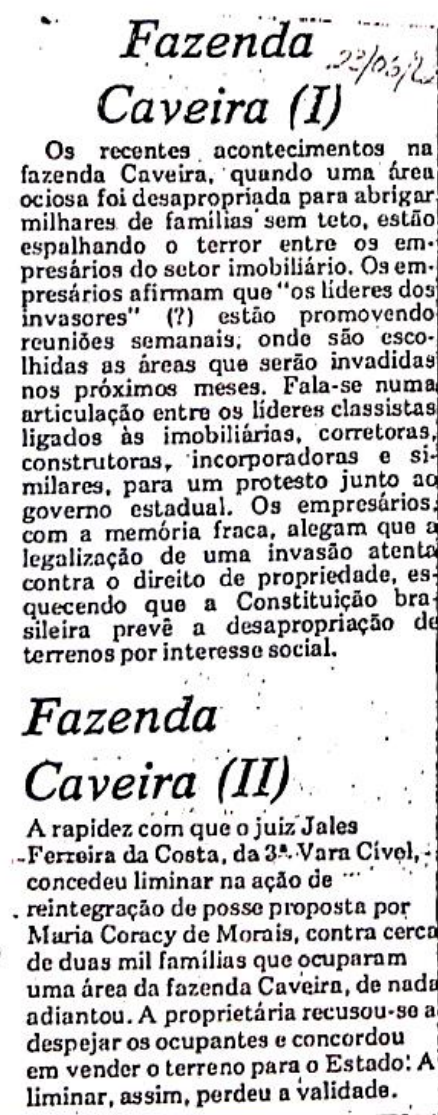
No texto da (Figura 24) entre Julho e Setembro de 1979 vislumbra-se tanto a paisagem do Jardim Nova Esperança, constituída por “barracos e cercas”, quanto os conflitos decorrentes da ocupação do terreno. Isso, por que sob a ordem do prefeito Índio do Brasil Artiaga houve uma tentativa de derrubar os “barracos” mas que resultou em “pessoas presas e máquinas destruídas”. Outro ponto a se ressaltar é a organização social e política dos moradores, com a criação da Associação dos Moradores em 1979 e de chapas concorrentes, Chapa da União e a Chapa da Doação, pela eleição da Associação dos

Moradores. Além de algumas ‘conquistas’ como uma linha de ônibus asfaltada, a construção de uma ponte, de uma escola estadual, um posto de saúde e a Secretaria da Mulher.

Num pequeno espaço de tempo recebeu vários nomes como: Invasão da Vila João Vaz, porque ficava próxima a um bairro chamado Vila João Vaz e que a Imprensa tomava como referência. Nicarágua e Malvinas, porque a luta dos moradores para conquista a terra se assemelhava à luta dos povos da Nicarágua e das Malvinas para libertar seu país da tirania de um regime ditatorial (RODRIGUES, 2009, p. 7).

A busca pela consolidação do espaço e da efetivação dos primeiros laços sociais é indicado pelo trecho acima, quanto à escolha do nome do local, como uma procura por uma identidade tanto social quanto ideológica em um enfrentamento político. Em outra leitura, Rodrigues (2009) apresenta as etapas da trajetória de ocupação da Fazenda Caveira sob a perspectiva do observador e testemunha dos fatos. Estes, organizados na narrativa como sendo as: “primeira tentativa-invasores X Goiarroz/CAGIGO”; “segunda tentativa- o homem que negociava antes de nascer”; “terceira tentativa - o ataque do dia 4 de outubro”, em que “ (...) os moradores foram surpreendidos por uma ação policial comandada pelo secretário de obras da prefeitura, numa atitude inesperada e desrespeitosa, sem a decisão do poder judiciário (ibid., p. 28)”. Com essa ação, cisternas foram entupidadas, arames e cercas arrancados e cerca de 80 barracos foram demolidos (RODRIGUES, 2009).

Figura 25 – Recorte referente as ocupações na Fazenda Caveira



Fonte: (Fazenda Caveras (I). 23 jun. 1982)

O (Fazenda Caveras (I). 23 jun. 1982), (Figura 25), relata que ainda não havia o conhecimento sobre os proprietários da área da Fazenda Caveira, contudo com a ocupação e a possibilidade de se tornar área de interesse social os grupos imobiliários e empreendedores particulares se mobilizam pelo 'direito à propriedade' se opondo as ocupações de áreas ociosas pelas "famílias de sem-teto". O que é contestado pelos 'novos moradores' pelo trecho:

(...) os empresários com a memória fraca, alegam que a legalização de uma invasão atenta contra o direito de propriedade, esquecendo que a Constituição brasileira prevê a desapropriação de terrenos por interesse social (FAZENDA CAVERAS (I). 23 jun. 1982)

Assim, nesse momento surge a proprietária Maria Coracy de Moraes com o pedido de ação de reintegração de posse conforme o recorte da (Figura 25), sob a alegação de que os ocupantes ‘ilegais’ estariam devastando a propriedade. Inicia-se assim, a reivindicação e negociações com a proprietária, o prefeito e os novos ocupantes do terreno.

Essa trama mostrou que havia um jogo político, em que a proprietária a um primeiro instante reivindicava a reintegração de posse e se mostrava resistente em manter uma negociação com a prefeitura, que por sua vez, mediaría as negociações, com os ‘novos moradores’. Estes, enquanto isso, esperavam que sob o respaldo da Constituição Federal conseguissem desapropriar o terreno para que sua função se voltasse para o interesse social e assim lhes garantir o direito à terra. Como pode-se averiguar, (Figura 26), pelas passeatas que pontuavam conforme as faixas: “a luta pela terra” e “queremos a doação dos lotes”.

Figura 26 – Passeatas pela luta pela terra urbana



Fonte: Rodrigues (2009)

Diante da possibilidade de se ‘perder’ a propriedade da terra, a atitude de Maria Coracy de Moraes muda para uma certa abertura para negociações com a prefeitura de forma a ‘beneficiar ambos os lados’, que teve como principal argumentação da proprietária, de acordo com a manchete (Solução possível, s/d.) o loteamento sem as “ benfeitorias obrigatórias”. Na reportagem (Maria Valadão...s/d) em *Para Goianésio, justiça deve decidir*, (Figura 27), elas são

elencadas pelo prefeito Goianésio Lucas, que "(...) De acordo com ele, se o proprietário realizar todas as benfeitorias exigidas na lei- esgoto, asfalto, luz, etc- os lotes acabarão ficando muito caros para o povo da periferia, únicos prováveis compradores"— com o respaldo da opinião "da proprietária, dos invasores, da assessoria política da prefeitura e até da bancada do PMDB (através de seu líder Sebastião Vieira de Melo)" . O impedimento seria assim solucionado segundo a proprietária, no recorte do jornal (Proprietária Admite..., s/d.) da (Figura 28) se a prefeitura não exigisse a implementação de infraestrutura, já que o aproveitamento da área para fins agrícolas ou industriais era impedido pela proximidade com os córregos.

Figura 27 – Recorte de jornal sobre a ação pública para as ocupações



Figura 28 – Reportagem sobre as negociações quanto as ocupações



Fonte: DVDOC (2019)

As argumentações apresentadas acima e por Moysés (2004, p.298), interpretam que o Estado e "os proprietários de terras e de chácaras de recreio não tinham interesse em manter suas propriedades como espaço rural, já que, nessa condição fundiária, as perspectivas de rendimentos eram reduzidas", por isso eles tinham o interesse em comum de viabilizar o terreno 'ocioso'. Uma vez que também o governo procurava medidas para "enfrentar o problema habitacional através de assentamentos que não onerassem em demasia os cofres públicos" (ibid., p, 298). Dessa forma o autor interpreta que:

Os proprietários puderam disponibilizar para o Estado suas terras a preços mais vantajosos do que se as destinassem à produção; o governo estadual tinha efetivamente a possibilidade de realizar uma

política habitacional de recorte populista, ofertando à população de baixa renda moradias e lotes semi-urbanizados a custo reduzidos (MOYSÉS, 2004, p 298).

Figura 29 – Imagem da ocupação da Fazenda Caveira



Fonte: Rodrigues (2009)

Na fotografia visualiza um grupo de pessoas espalhadas na área rural, observando o terreno ao redor, levantando algumas barracas de lonas e roçando o terreno para a abertura e demarcação dos lotes. Com essa imagem se introduz as modificações da paisagem da Fazenda Caveira para uma paisagem urbanizada mesmo sob o aspecto de uma precariedade, causada pelos materiais improvisados das construções, como é abordada a seguir:

(...) O matagal que esconde o lixo cede lugar às barracas de lonas pretas, de tábuas, de papelão. Uma nova paisagem integra-se à cidade, “meio a força, meio na marra”, contrariando os mais diversos interesses dos pseudo proprietários, dos governos municipal e estadual e de setores da classe média e da elite empresarial que, juntamente como os governantes, levantaram a tese da ameaça à ordem pública. Em nome dessa tese, conseqüentemente, as relações são mediadas pela violência (OLIVERIA; MOYSÉS, 2005, p. 294-295).

Figura 30 – Demarcação do espaço da Fazenda Caveiras



Fonte: Rodrigues (1989)

Figura 31 – A ocupação do Jardim Nova Esperança em 1979



Fonte: Silva (2014)

No conjunto de fotos (Figuras 30,31 e 32), segundo Silva (2014) a fotografia (Figura 31), se refere ao início da ocupação do Jardim Nova Esperança, Região Noroeste em 1979, no qual se é possível notar as pessoas plantando arroz. Percebe-se ainda os barracos de lona que abrigavam os novos moradores. Esse período ilustra a precariedade das primeiras construções, a paisagem ainda plena de vegetação nativa, as primeiras iniciativas de agricultura de subsistência e as marcações de divisões dos lotes por cercas e estacas. E as condições de montagem dos primeiros ‘abrigos’ com lonas plásticas e pedaços de madeiras que serviriam como moradia.

Figura 32 – O Jardim Nova Esperança ainda não um espaço urbanizado



Fonte: Rodrigues (2009)

Figura 33 – Construções levantadas no Jardim Nova Esperança



Fonte: DVDOC (2019)

Nessa fotografia retirada nos anos de 1980, (Figura 33) aonde se lê “No Jardim Nova Esperança, tudo tem um aspecto provisório, menos a vontade de ficar de seus moradores”, datado no dia 12 a 18 de março de 1980”; é mostrado os aspectos de urbanização do Jardim Nova Esperança. Nela já se observa que o ‘aspecto provisório’ das barracas de lonas de plástico dão lugar a casas de ‘aspecto permanente’, aparentemente de tijolos, como uma ao fundo da imagem que ainda não está completa por faltar o telhado, e as outras, em primeiro plano, com telhado de duas águas. Pela imagem também é possível notar a demarcação dos lotes, por estacas de madeira, a irregularidade do terreno e uma casa no lado direito da fotografia com uma estrutura de uma cisterna. Não é possível notar a abertura de ruas ou postes de fiação elétrica ou de iluminação pública para os moradores.

Figura 34 – Os moradores organizando a repartição dos terrenos



Fonte: (Posse da terra..., 6 maio 1981)

(...) A cunhada de José João, que reside com sua família e mais 9 pessoas em três cômodos, construídos no Jardim Nova Esperança, denunciou ontem à tarde, no 5º DP, o marceneiro José que não concorda com a construção de mais um barraco no seu terreno (...) (POSSE DE TERRA..., 6 maio 1981).

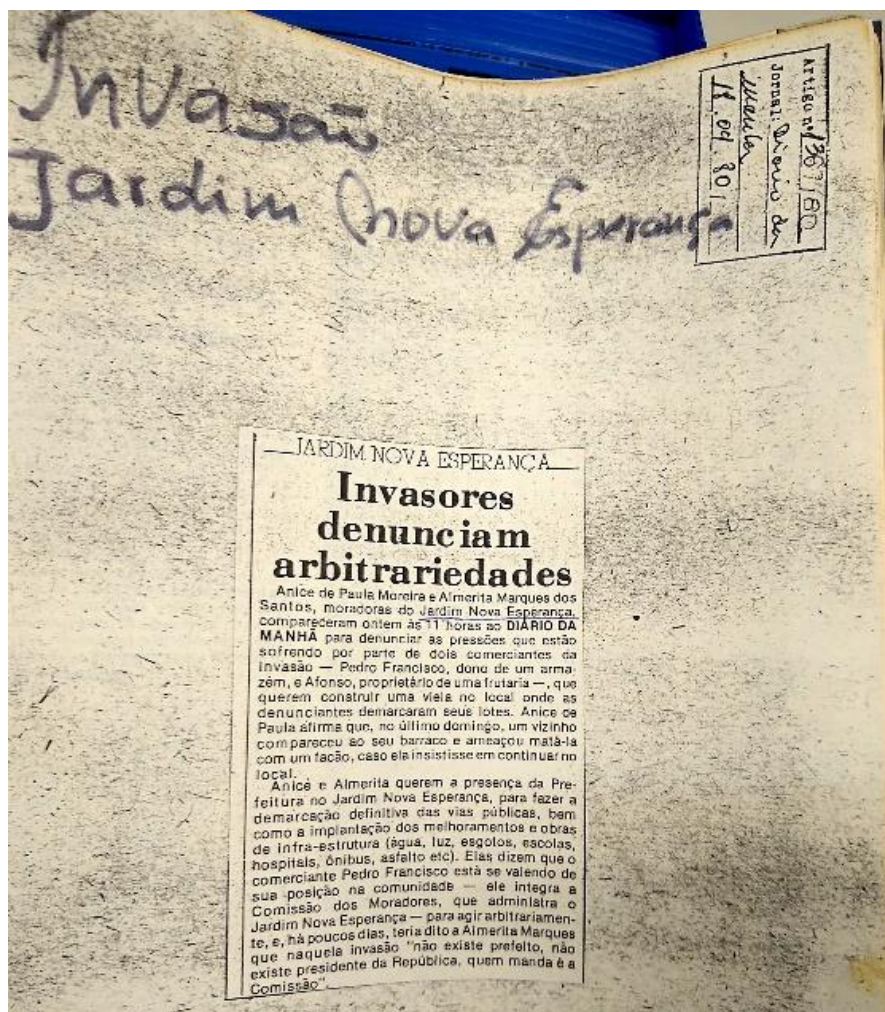
A luta pela posse da terra e a construção de uma habitação aparece na reportagem (Posse da terra..., 6 maio 1981), (Figura 34), em um relato que mostra tanto o atrito entre os moradores com o prefeito Indio Artiaga pela a ocupação do terreno do Jardim Nova Esperança e do terreno do Jardim Boa Sorte quanto internamente. Isso devido a duas situações, a primeira era que as pessoas que conseguiam um pedaço de lote procuravam ocupar ou 'tomar' lotes vizinhos para seus familiares; a segunda era que a ocupação acabou por atrair outras pessoas de outras regiões que também buscavam um pedaço de terra provocando assim violência entre os próprios moradores. Além disso, havia uma especulação de que já havia uma comercialização dos lotes demarcados, vendidos sem um critério. Ainda na reportagem é citado também as condições de habitabilidade dessas casas, que são referidas como barracos.

3.1.1.1. A luta por infraestrutura e melhorias habitacionais

Com as interpretações dos autores referidos e os relatos dos moradores das ocupações, presentes nos recortes e reportagens dos jornais (Diário da Manhã, O Popular, Folha de Goiaz) se reflete o processo de urbanização da Fazenda Caveira, com os seus conflitos pela posse e loteamento do terreno, assim como as reivindicações pela implantação de infraestrutura urbana. Dessa forma, as reivindicações pela qualidade urbana no bairro são apontadas na fala das moradoras Anice e Almerita, do Jardim Nova Esperança, na reportagem do (Invasores denunciam..., 18 set. 1981), (Figura 35), cujo trecho pode ser lido que:

Anice e Almerita querem a presença da Prefeitura no Jardim Nova Esperança, para fazer a demarcação definitiva das vias públicas, bem como a implantação dos melhoramentos e obras de infra-estrutura (água, luz, esgotos, escolas, hospitais, ônibus, asfalto etc. (...)) (INVASORES...,18 set. 1981).

Figura 35 – Reportagem sobre as ‘invasões’



Fonte: (Invasores...,18 nov.1981)

Segue -se ainda pela reportagem de (Invasores vão à Celg...,6 ago.1981)²⁹, (Figura 36), as reivindicações por melhores condições de vida com a instalação da rede elétrica, nos barracos, colocada como prioritária pelos moradores representados pela União das Invasões, para uma audiência com Aderbal Nunes Montalvão, presidente da Centrais Elétrica de Goiás-Celg. Havia também uma denúncia de que o prefeito, Índio do Brasil Artiaga, teria assinado um decreto proibindo a instalação de energia elétrica nas ocupações. O mesmo ocorre quanto a abertura das ruas, conforme a fotografia, (Figura 37) que mostra um grupo de moradores, homens, mulheres e crianças, posando para a foto e segurando algumas ferramentas, como enxada.

Figura 36 – Reivindicação por infraestrutura no Jardim Nova Esperança



A reivindicação de energia para as invasões está sendo coordenada pela União das Invasões, entidade que congrega quase todas as invasões de Goiânia. Essa entidade denuncia o prefeito, Índio do Brasil Artiaga, por ele ter assinado um decreto, recentemente, proibindo à Celg de instalar energia elétrica nos seus barracos(...).

Fonte: (Invasores vão à Celg...,6 ago.1981)

²⁹ O artigo ainda cita representantes de outras invasões naquele momento que queriam as mesmas providencias como: Jardim Europa, Esplanada, Parque Amazônia, Bairro Santa Rita, Jardim Capuava, Novo Mundo, João Brás, Vila Adélia, Bairro Anhanguera, Vila Cosme e Jardim Novo Mundo

Figura 37 – Mutirão para abertura das ruas



Fonte: <http://www.cpvsp.org.br/>.

E foi nesse sentido de melhor organizar o crescimento do bairro que resolvemos apressar a demarcação das ruas e lotes. Nós pedimos a ajuda da prefeitura pra fazer estes serviços, mas ela não fez. Organizamos uma equipe de moradores que faz estes serviços. Esta equipe, durante a semana demarca os lotes e deixa o lugar das ruas. (...) Nos fins de semana o trabalho das ruas é feito em mutirão. Esse mutirão é pra capinar as ruas, mudar barracos e cercas. Vai muita gente pra trabalhar. (A VOZ DOS TRABALHADORES, 1980)

As aberturas das vias foram feitas a partir desse consenso das pessoas que ocuparam e executadas por “empreiteiros autônomos” que possuíam máquinas pesadas, patrolas e tratores. Esses recebiam por hora trabalhada e não tinham qualquer projeto oficial de urbanização por parte de órgãos municipais, estaduais ou assessoria de urbanistas, durante sua concepção. (SILVA, 2014, p.75)

Mediante os dois trechos acima e de acordo com interpretação de Silva (2014, p. 76) “os novos moradores desenhavam e executavam suas casas, lotes, ruas e bairro, sem assessoria de arquitetos, urbanistas, biólogos, engenheiros, legisladores e demais profissionais”. Isso demarcou uma forma de traçado urbano empírico, em que sem o conhecimento técnico, os moradores buscavam estabelecer condições mínimas de ordenamento urbano, como na (Figura 38), que mostra a demarcação da quadra e dos lotes com os nomes dos moradores.

Figura 38 – Mapa de 1979 das quadras com nome dos moradores

16	15	14	13
Adalberto	Luiz	Luiz	Luiz
Geordiano da Silva	Pacheco		
Eudico	Haiden Pedro do Jesus		
Luiz	Donivaldo Pereira Neto		
Vitorio Justino da Silva	Abel Pereira Neto		
Eudico	Maria Moura		
Eudico	Elza		
Helias Rosa de Moura	Francisco		
Jacilda Maria das Chagas	Jacilda Maria das Chagas		
Rosalvo	Jacilda Maria das Chagas		

Fonte: Silva (2014)

Já na fotografia, (Figura 39), mostrou o Jardim Nova Esperança no processo de construção das moradias que já estava em 'vias de transformação' com a mudança na técnica de construção de uma barraco de lona para um de tijolos, reafirmando o aspecto permanente dos moradores no terreno que se consolidava como bairro.

Figura 39 – Construção no bairro Jardim Nova Esperança





Fonte: goiasdenorteasul.com. Acessado em 16/07/2019

As conquistas posteriores dos moradores foram elencadas por Rodrigues (2009, p. 80) pelos anos de “(...) 1981- com a conquista da energia elétrica; 1983- Instalação do posto de saúde e 1984-construção da ponte sobre o Córrego Caveirinhas”. Já no ano de 1985 teve a “construção e funcionamento das duas escolas públicas, municipal e estadual; 1986-implantação do Posto Policial e construção do CECOM e do CAIS; 1989- instalação da água tratada no bairro” (ibid., p. 80-81). E por fim, o ano de 1994 com a “sansão da lei de doação e pavimentação asfáltica de todo o setor” (RODRIGUES, 2009, p. 81).

Essa cronologia das conquistas dos moradores do Jardim Nova Esperança, mostra como a pressão popular estava ganhando espaço no cenário político e social de Goiânia. Como Rodrigues (2009, p.81) evidencia quando em 1981 os moradores conseguiram “derrubar uma lei municipal que proibia a instalação de energia elétrica em qualquer área irregular” (ibid., p, 81) e no ano de 1984 pela construção da ponte sobre Córrego Caveirinhas que permitiria uma ‘ligação’ entre “o Jardim Nova Esperança ao setor Finsocial e bairros adjacentes da região noroeste, economizando para os motoristas um percurso de mais de 1km (...)” (ibid. p, 82).

A imensidão da ocupação do Jardim Nova Esperança é melhor visualizada na fotografia, (Figura 40). Nela se percebe uma vasta área, quase como um campo aberto, com alguns resquícios da sua vegetação original ao fundo. O espaço é tomado por um aglomerado de casas, algumas mais próximas

demonstram que o material da construção já não era tão provisório quanto os da primeira ocupação, com o ‘levantamento’ das barracas de lona preta. Na fotografia também se observa que a paisagem é horizontal e que há um aglutinamento das casas que se concentram mais ao fundo e depois se espalham no terreno, por meio disso nota-se que elas não seguem um padrão de organização, ou uma demarcação de uma malha urbana regular, com ruas bem delimitadas.

Contudo, tendo como referência um pequeno trecho de um “caminho/rua” estreita, se pode visualizar outros filamentos desses caminhos abertos, ou passagens, que se formam pela disposição das casas dispostas lateralmente, margeiam esses ‘trechos’. Ainda é possível notar que não há a presença de qualquer ligação com a malha urbana da cidade, ou a presença de automóveis ou infraestrutura urbana.

Figura 40 – A paisagem da ocupação do Jardim Nova Esperança em 1990



Fonte: Rodrigues (2009)

Ao longo dessa trama narrativa, o Jardim Nova Esperança acaba por ser uma das representações da situação da sociedade goiana em sua problemática de déficit habitacional e de expansão urbana. Como única alternativa ou a solução mais possível de se adquirir a posse de um terreno, o espaço considerado “aterro sanitário” foi transformado em um lar. Mediante a resiliência dos novos moradores, devido as dificuldades diárias de violência, quanto a desapropriação que se valia das tentativas de desconstrução dos ‘barracos’ sob a fiscalização da prefeitura, ou com o uso da força policial e até mesmo a ameaças de violência por parte de ‘possíveis’ proprietários.

Esse espaço enquanto processo (o percurso pela luta do direito à moradia) e função (habitar) adquiriu uma expressão territorial (os embates político e sociais), que transformaram a paisagem. Por isso, quando se avalia sob a perspectiva de Santos (1985) do espaço como agente ativo e que inter-relaciona, que contém e é contido, as instâncias da camada espaço-temporal (1975-1982) têm como conteúdo uma ordem política, econômica, ideológica e institucional, ou seja, o processo social de formação de uma comunidade que de forma mais enfática começa a adquirir seus direitos dentro das medidas públicas do governo, como veremos na segunda camada espaço-temporal (1982-1990).

3.2 - 2ª CAMADA ESPAÇO-TEMPORAL (1982-1990)

Esta parte do capítulo integra a segunda camada espaço-temporal (1982-1990) da Região Noroeste de Goiânia, (Figura 41), onde se busca compreender a sua paisagem urbana pela narrativa histórica de formação dos bairros: Vila Finsocial³⁰ (1982), Vila Mutirão (1983) e Jardim Curitiba (1988).

Figura 41 – Planta de situação da Região Noroeste de Goiânia (1975-1988)



Fonte: Moysés (1996)

A partir dos bairros Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, são interpretadas as ações do governo quanto à articulação de programas de habitação social, como o Programa de Moradia, cuja proposição de solução ao déficit habitacional se contrapunha à perspectiva de inserção do trabalhador de baixa renda de viver e morar na cidade. Assim, as atitudes do gerenciamento público quanto ao planejamento urbano acabou por compelir a um espraiamento de caráter de segregação sociourbano da cidade, já que as ‘doações’ de terreno

³⁰ Segundo Cruz (2015, p. 67) O nome do bairro Vila Finsocial deriva-se do Decreto-Lei n. 1.940 de 25 de maio de 1982 que criou a contribuição social chamado Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL - que se tratava de arrecadações, com o objetivo de subsidiar alimentação, habitação popular, saúde, justiça, educação e auxílio ao pequeno agricultor. Como os valores para aquisição do local para o novo bairro vinham deste fundo, ele recebeu o nome do programa.

e os mutirões de autoconstrução de moradia para os trabalhadores de baixa renda ocorreram fora do perímetro urbano.

Dessa forma, para compreender o conteúdo da segunda camada espaço-temporal (1982-1990) teve-se como uma das principais fontes de análise a *Coletânea de reportagens sobre o surgimento da Vila Finsocial*³¹ do Jornal Diário da Manhã, pois a organização do seu índice demarca uma sequência de acontecimentos históricos da Vila Finsocial, iniciados desde agosto de 1982 a Julho de 1983. Esse documento, dentre outras leituras, apresenta o conteúdo econômico, político e social que promoveria a construção da paisagem urbana.

3.2.1 A Vila Finsocial: loteamentos de interesse social

Como já colocado, a paisagem urbana da *primeira camada espaço-temporal (1975-1982)* da Região Noroeste de Goiânia se efetivou com a primeira ocupação na Fazenda Caveiras, em 1979, que formou o bairro Jardim Nova Esperança. Este serviu como modelo para outras ocupações, como o Parque Santa Cruz (1981-1982) e Jardim Botânico (1981-1983)³² que para José Maurício Beraldo (1985)³³ teriam se evidenciado nos anos de 1979 e progressivamente aumentado até 1983. Isso, para o autor teria gerado um desgaste do PDS (Partido Democrático Social), pelo uso da violência para deter/remover as mesmas. Da mesma forma, serviram como experiência de organização social para a população de baixa renda quanto à reivindicação do direito de cidadania e de moradia. Isso influenciou na politização dessa parcela da sociedade, como é abordado:

(...) A primeira consiste na politização das camadas populares para o teto do déficit e da carência habitacional. A partir do Jardim Nova Esperança (primeiro bairro desta região, em julho de 1979), os “sem-teto” passaram a fazer ocupações coletivas e organizadas, avançando pela Região Noroeste e por outras regiões da cidade, redefinindo em certa medida sua cultura política e a do próprio Estado. Este, sob o signo do autoritarismo, se vê obrigado a (re) discutir e (re) planejar a questão habitacional (...) (OLIVEIRA; MOYSÉS, 2005, p. 288).

³¹ Com títulos como: *Uma cidade está nascendo; Com o novo Bairro, uma nova esperança; Agora os problemas com as construções; Invasores segundo suas histórias; Moradores da Finsocial reivindicam uma estrada e Num lugar da mata mais uma Invasão.*

³² Beraldo (1985) complementa com outras ocupações como “Parque Santa Cruz em 81/82; Jardim Botânico 81/82/83 onde foi usado o helicóptero da PM, na Vila Concordia, no Jardim Europa, no Jardim Goiás e Areião etc.”, (ibid., p, 1), foram duramente reprimidas pelo poder público.

³³ Presidente da União dos Posseiros Urbanos do Estado de Goiás- UPG

Essa discussão do planejamento habitacional emerge na política dos anos de 1980, novamente com a pauta da questão urbana e a sua rearticulação num Movimento Nacional de Reforma Urbana, com novas perspectivas com a redemocratização do Brasil. Essa dimensão sociopolítica de restabelecimento da democracia é evidenciada por Moysés (2004), nos resultados das eleições de 1982, em que os candidatos sintonizados política e ideologicamente com o Regime Militar não conseguiram eleger-se, tanto a nível nacional quanto a nível local, o que comprovava o descontentamento em relação ao Regime em vigor, a não ser nos chamados grotões, onde se fazia política sob a hegemonia dos coronéis. Enquanto isso, os candidatos ligados aos setores que se opunham ao regime militar e, portanto, tinham como bandeira a redemocratização do país, ganharam as eleições na maioria dos centros mais urbanizados (MOYSÉS, 2001, p.3).

A redemocratização do Brasil fez segundo Valério (2012, p.40) com que “as pretensões do movimento social urbano também se elevam e passam a se posicionar, não mais como solicitações de intervenções do Estado no espaço físico da cidade, mas sim como reivindicações (...)”. Assim, se do ponto de vista econômico, os anos de 1980 se caracterizariam como “a década perdida”, “do ponto de vista político, a mobilização da sociedade avançou e constituiu-se em uma das forças que influenciou a Constituição Federal a incorporar conquistas sociais históricas represadas” (MOYSÉS;Diniz; AGUIAR (2005, p. 275).

O quadro da questão fundiária é menos evidente do que o do financiamento, já que este é tratado cotidianamente nas páginas econômicas da imprensa escrita. O que estava em pauta no início dos anos 80 era o combate à especulação imobiliária e o acesso à terra para viabilizar a moradia social (MARICATO, 1998, p.5).

Esse ‘combate’ a especulação imobiliária, deveu-se segundo Maricato (2011, n.p.) ao fato de que o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e seu gestor, o Banco Nacional da Habitação (BNH), estavam “disseminando o apartamento de classe média, fortalecendo os negócios de incorporação imobiliária e a indústria da construção”. Com essa ação governamental, Oliveira (2014, p. 41) interpreta que “(...) Desta forma, o BNH não deu atenção a classe trabalhadora e a segregou em espaços então precários e insalubres do país”.

Assim, como complementa Maricato (2011, n.p) essa dificuldade de acesso ao sistema de financiamento, BNH, pelas “camadas sociais de menor renda”, as impediram de se inserir dentro do mercado de terras urbanas, o que as levou a procurar habitação fora do tecido urbano, como é colocado:

Essa política tinha objetivos político-ideológicos muito claros de afastar a população pobre da cidade. Oferecer a ele apenas o lote, como era feito até então, era investir na possibilidade de seu retorno imediato da periferia ao centro, proporcional à falta de recursos urbanos disponíveis. Já instalá-la mesmo que precariamente em conjuntos habitacionais com um mínimo de infraestrutura, moradias de baixo custo relativo e alto alcance populacional atendia parcialmente aos objetivos de enraizá-la na periferia da cidade (RIBEIRO, 2004, p.95 apud STREGLIO; FERREIRA; OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, 1980, de acordo com a interpretação de OLIVEIRA (2014, p. 43) “ocorreram algumas iniciativas da esfera estadual e Municipal de executar projetos e programas de habitação voltados à população de baixa renda, fruto da pressão dos movimentos sociais locais (...)”. Estes se organizaram simultaneamente as eleições, o que pode ser exemplificado na argumentação de Rodrigues (1989, p. 15): “Os representantes de quadra, escolhidos em eleição, foram um fator positivo na nossa grande invasão: foi a organização interna da nossa Associação”. A autora ainda complementa que “No Ano de 82, houve muita agitação. No Jardim Nova Esperança, pois foi ano de eleição. Os políticos faziam tudo pra destruir nossa união” (ibid., p. 20). Com essa organização da política interna, criou-se o movimento União das Invasões, que organizava os moradores em manifestações sociais em prol pela luta pela moradia.

Esse período da segunda camada espaço-temporal (1982-1990), com a formação dos bairros Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, transcorre segundo Moysés (2004, p. 299), “pelo governador Ary Ribeiro Valadão, que pertencia aos quadros locais do PDS, portanto vinculado política e ideologicamente ao regime militar”. Esse quadro político é organizado pelo autor na (Tabela 8), quanto aos governos responsáveis pela aprovação dos loteamentos.

Tabela 8 – Aprovação dos loteamentos urbanos

Loteamentos	Nº de lotes. (1)	Situação (2)		Governos Responsáveis (3)		Observações
		Aprovado	Implantados	Governador	Prefeito	
Vila Finsocial	3.648	Decreto nº 629 de 18/11/85	1981	Ary Valadão	Índio do B. Artiaga Goianésio Lucas	Aprovado 4 anos após sua implantação
Vila Mutirão I	1.003	Decreto nº 621 de 14/11/85	1983	Iris Rezende Machado	Nion Albernaz	Aprovado 2 anos após sua implantação
Vila Mutirão II	1.251	Decreto nº 1.079 de 03/09/87		Onofre Quinan	Daniel Antônio	Aprovado 4 anos após sua implantação
Vila Mutirão III	631					
1ª Etapa	1.347	Em Processo de Aprovação	1987	Henrique Santillo	Joaquim A Roriz Daniel Antônio Nion Albernaz	
Jardim 2ª Etapa	791					
Curitiba 3ª Etapa	732					
4ª Etapa	1.255					
Totais	10.658					

Fonte: Moysés (2001) apud Tabela Organizada e extraída de MOYSÉS, 1996. 1) Núcleo de Mecanografia/Plantas dos respectivos loteamentos. 2) Núcleo de Biblioteca e Documentação. 3) PDIG/92.

De acordo com os recortes do Diário da Manhã, foi a partir das frequentes ocupações ‘irregulares’, que originou o Jardim Nova Esperança (1979) e as tentativas, mesmo que ainda não efetivadas, do Jardim Boa Sorte e Jardim Boa Vista que exerceram uma pressão social no governo por uma intervenção pública. Para Alves (2002), a problemática do gerenciamento urbano se apresentava também na Lei de Zoneamento de 1980, que mostrava lacunas por considerar as áreas ocupadas como Zonas de Urbanização Prioritárias, assim:

A lei citada considera como Zonas de Urbanização Prioritária as áreas urbanas do município, dotadas de infraestrutura, equipamentos sociais, ou equipamentos urbanos que constituem vazios urbanos, sujeitos à atuação urbanística, com a finalidade de exigir do proprietário do solo urbano não- edificado que promova seu adequado aproveitamento (ALVES, 2002, p. 81).

Assim, as políticas de governo buscaram soluções efetivas da problemática das ocupações de áreas ociosas devido ao déficit de moradia. Logo, as ocupações mesmo de caráter ‘irregular’ não poderiam ser consideradas como ‘fracasso’ em sua totalidade. A implantação desses bairros, Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, como apresentou a OVG (1999, p. 11) “fez com que fossem criadas condições de mercado para o (re) parcelamento de várias

chácaras de lazer, de natureza rural parceladas inicialmente durante as décadas de 60 e 70". Assim, o caráter desse recorte espaço temporal é de um governo que usou a mídia para se autopromover e deslocar a população de baixo poder aquisitivo para áreas afastadas do centro urbano que não possuíam infraestrutura urbana. Além disso, sem uma ação de planejamento social essa população, tal prática acabou por reproduzir as mesmas condições em que se encontravam antes.

O planejamento perverso confirma-se a partir do momento em que a intervenção do Estado (décadas de 1980 e 1990) assegurou o assentamento dos posseiros nessa mesma Região, garantindo reservas de especulação imobiliária em regiões mais próximas da centralidade urbana, produzindo espaços marcados pela carência (Vila Finsocial, Multirão I, II e III, Jardim Curitiba I, II e III e IV e o complexo da Fazenda São Domingos e Bairro São Carlos), burlando a legislação do uso do solo e alimentando o mercado ilegal de terras urbanas (OLIVEIRA; MOYSÉS, 2005, p. 288).

O trecho acima converge com uma importante característica no histórico estabelecido pelo diagnóstico preliminar elaborado pelo IPLAN (1984) que pontuou que a ocupação irregular dos cerca de 23 alqueires da Fazenda Caveira, pertencente a Maria Coracy de Moraes, posteriormente denominada Jardim Boa Vista, havia se tornado, seguido pelo Jardim Nova Esperança, uma das maiores ocupações de Goiânia.

O governo tentou dissolver a ocupação munindo-se da força policial, mas as tentativas foram frustradas. Desse modo, o governo propôs a compra do terreno, mas o preço pedido pela proprietária era elevado, o que teria levado à compra de um terreno nas proximidades para criar um novo bairro, a Vila Finsocial, com o propósito de locação/ transferência da classe de baixo poder aquisitivo³⁴, pois a aglomeração do mesmo estaria aumentando como é exposto em:

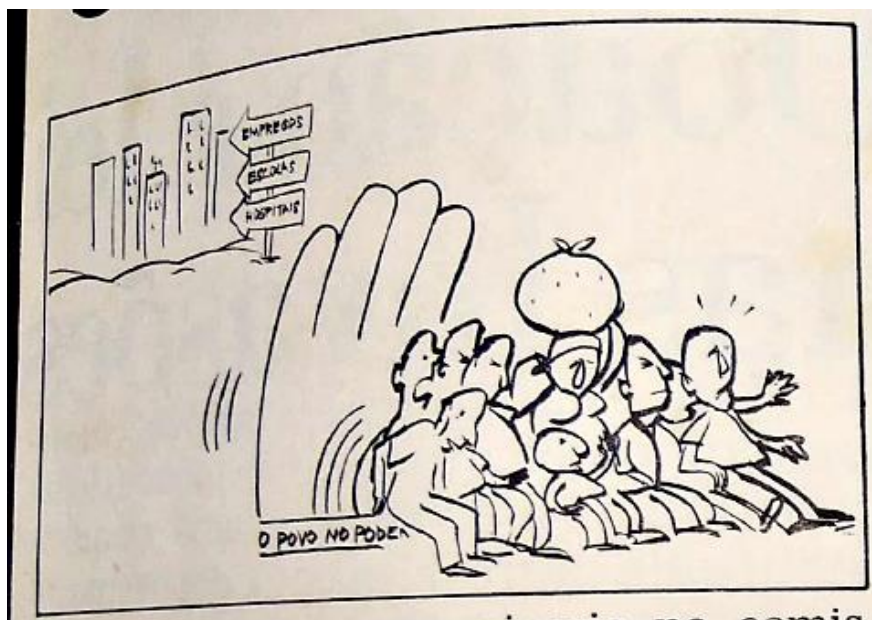
No início, eles eram apenas 30. No outro dia, 200; depois, 500, mil, até chegarem aos 4.500. Assim foram chegando aos invasores da Caveirinha. E todos trazendo, junto com suas barracas de plástico, histórias singulares que têm sempre em comum o "detalhe" da miséria, da fome da falta de um lugar para morar. Hoje, eles são proprietários de lotes no novo terreno comprado pela prefeitura-Vila Finsocial (...) (FILHO...,1982).

³⁴ O novo loteamento, cujo Projeto Urbanístico foi de autoria da COHAB-CIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS, foi implantado através dos serviços de arruamento e demarcação dos lotes, pela COMURG. –CIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA e distribuídos pelo PROMERGE, sob a coordenação do Coronel Aníbal Coutinho (IPLAN, 1984, p.7).

No entanto, essa solução encontrada pelo governo, como afirma Moysés (2004) quanto à resolução das ocupações irregulares, estabeleceu uma política habitacional que geraria uma segregação social e espacial na Região Noroeste. Uma vez que, na interpretação de Moraes (2003, p. 224), os conjuntos habitacionais para a população de baixa renda eram financiados pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviços) e “(...) seguiam as mesmas regras definidoras dos empreendimentos populares do Banco Nacional de Habitação (BNH)” apresentavam uma padronização das casas com baixa qualidade de acabamento. Além disso, exemplificava “com clareza o planejamento e a institucionalização da segregação urbana da população pauperizada” (ibid., p. 225), por se localizarem em áreas precárias e fora da mancha urbana edificada.

Essa ação é claramente explorada na charge, elaborada pela (União das Invasões...,s/d), em um folhetim, (Figura 42). Neste, a mão é a figura do Estado que empurra/afasta a população de baixo poder aquisitivo e qualquer forma de tentativa de ‘assumir o poder’, como é reforçado na legenda ao lado da mão “O povo no poder”, para fora da malha urbana da cidade.

Figura 42 A ação do governo sobre a população de baixo poder aquisitivo



Fonte: DVDOC (2019)

Dessa forma, Moysés (2001) contribui afirmando que:

A implantação dos loteamentos da Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, por um lado, acabou por se constituírem numa estratégia que tinha como objetivo dismantelar a articulação que se vinha criando em torno da luta pela terra; por outro, acabou também assumindo caráter de segregação social e espacial. A população assentada pelo poder público era, na sua totalidade, pobre, empregada ou mal-empregada, jovem, nômade, enfim, possuía um perfil sócio-econômico que a distinguia dos chamados “incluídos” (MOYSÉS, 2001, p.6).

Essa segregação social e urbana apresentada tanto por Moraes (2003) quanto por Moysés (2001) se evidencia na reportagem (Estratégia para acabar..., 1993) com o tema *periferia/Goiânia*, cujo conteúdo versa sobre a estratégia do governo de acomodar os interesses dos proprietários das terras localizadas na periferia, com a problemática do déficit habitacional. Este seria ‘solucionado’ por meio da criação do programa de “Loteamentos Comunitários”, que de acordo com o engenheiro Homar Rassi, idealizador da proposta, seria uma forma de fomentar um adensamento populacional.

Isso, por sua vez impulsionaria uma valorização do novo espaço urbano pois promoveria o deslocamento das benfeitorias. Contudo, para esse processo ser efetivado, os proprietários teriam que ceder parte dos loteamentos, estes sem as benfeitorias (em desacordo com a infraestrutura urbana exigida pela Lei federal 6766, de 19/12/1979 e pela Lei Municipal nº 5.735 de 19/12/1980), de suas terras para a prefeitura, o que é exposto a seguir.

Como pode-se ver, a trajetória da ocupação da Região Noroeste tem sido de invasões, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares, inclusive patrocinados pelo Governo Estadual. A medida que são consolidados, vai se forçando a regularização destes pelo poder público municipal. As próprias iniciativas de assentamentos populares, patrocinados pelo governo estadual foram resultantes de pressões de posseiros urbanos, e foram implantados, a maioria deles, a “posteriori” alguma ocupação clandestina e de maneira ilegal, em desacordo com a legislação urbanística na época (OVG, 1999, p. 10).

Como mencionado no trecho acima, segundo a OVG (1999), Organização das Voluntárias de Goiás), as ocupações irregulares acabaram por ser patrocinadas pelo Governo Estadual como pode-se depreender da (Tabela 9), quanto a situação fundiária da Região Noroeste, que demonstra como a aprovação de decretos para a promoção dos loteamentos acabou por promover a expansão urbana de Goiânia, como observado por Oliveira (2005), que

abordou que os anos de 1975-1992 como sendo um período de expansão da cidade por meio de loteamentos urbanos.

Tabela 9 – Situação Fundiária da Região Noroeste de Goiânia

Empreendedor responsável	Situação Fundiária Atual de Fato Original quando da Implantação	Situação Fundiária Atual de Fato	Nº e Data de Decreto de Aprovação do Loteamento na Prefeitura	Situação Legal e Pedências para Regularização	Quantitativo de Lotes	População do Censo 96	População Atual Estimada
Governo Estadual	Zona Rural	Loteamento Urbano Consolidado dentro do perímetro urbano	Decreto N°629 de 18/11/85	Aprovado	3330	16797	18000
Governo Estadual	Zona Rural	Loteamento Urbano Consolidado dentro do perímetro urbano	Decreto N°621 de 14/11/85	Aprovado	1319	_____	_____
Governo Estadual	Zona Rural	Loteamento Urbano Consolidado dentro do perímetro urbano	Decreto N°621 de 14/11/85	Aprovado	1911	_____	_____
Governo Estadual	Zona Rural	Loteamento Urbano Consolidado dentro do perímetro urbano	Decreto N°1079 de 03/09/88	Aprovado	631	13921 (Vila Mutirão I, II e III)	1500 (Vila Mutirão I, II e III)
Iniciativa Privada	_____	Loteamento Urbano Consolidado dentro do perímetro urbano	_____	Clandestino	169	_____	_____
Governo Estadual	Zona Rural	Loteamento Urbano Consolidado dentro do perímetro urbano	_____	Irregular, dependendo de levantamento topográficos	4600	18333	25000
Iniciativa Privada	Expansão Urbana	Loteamento Urbano Consolidado dentro do perímetro urbano	Decreto N°1893 de 10/07/95	Aprovado	_____	_____	_____
Iniciativa Privada	Zona Rural	Loteamento Urbano Consolidado a partir do parcelamento de Chácaras dentro do perímetro urbano	_____	Clandestino, processo em andamento, falta elaboração de Projeto Urbanístico	4000	2745	10000

Fonte: OVG (1999)

Nesse sentido Cruz (2015, p. 47) contribui com uma análise dos zoneamentos implantados durante o período de 1980, pela Lei Municipal nº 5.735 de 19/12/1980, afirmou que “(...) As zonas de uso na Lei Municipal de 1980 destinavam-se à habitação, comércio e serviços, indústria ou lazer” que segundo a autora foi justificado como uma maneira de obter maior controle do uso do solo. Isso é evidenciado pelas alterações nos Atos Institucionais na (Tabela 4), com a “divisão da área urbana e de expansão em zonas de uso com características próprias” (ibid., p.47). Isso se reflete na Região Noroeste quando o governo empreende parcelamentos urbanos, nesse espaço, zona rural, que estava “fora do perímetro de expansão urbana do município e à revelia da legislação municipal” (OVG, 1999, p. 9). Como observado, (Tabela 10), pelos atos institucionais vigentes nos anos de 1980.

Tabela 10 – Atos Institucionais vigentes na década de 1980

Atos Institucionais	Data	Assunto	Observações
1- De Caráter Geral 1.1- Lei Federal nº 6.766	19/12/79	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano...	
1.2- Lei Municipal nº 5.735	19/12/80	Dispõe sobre a disposição das áreas urbanas e de expansão urbana...e zonas de uso...	
2- De Alteração da Zona de Expansão Urbana. 2.1- Lei Municipal nº 4.832	31/12/73	Modifica a Lei nº 4.525 de 31/12/71.	
2.2- Lei Municipal nº 6.155	20/09/84	Declara como Área de Expansão Urbana áreas localizadas na Fazenda Caveirinha.	Coloca na Zona de Expansão Urbana a Vila Finsocial e a Vila Mutirão.
2.3- Lei Municipal nº 6.948	28/12/90	Delimita a Zona de Expansão Urbana do Município de Goiânia.	Coloca na Zona de Expansão Urbana o Jardim Curitiba.
3- De Condições para Regularização de Loteamentos 3.1- Lei Municipal nº 6.063	19/12/83	Estabelece condições especiais para aprovação de parcelamento destinado a Urbanização Específica.	
3.2- Lei Municipal nº 6.149	10/12/84	Estabelece condições especiais para a aprovação de loteamentos e remanejamentos ilegais, existentes nas áreas de expansão urbana.	
3.3- Decreto nº 319	10/06/85	Regulamenta o Art. 1º alínea "b" da Lei nº 6.149, de 10/09/84.	
3.4- Decreto nº 320	10/06/85	Regulamenta a Lei nº 6.063 de 19/12/83.	
3.5- Lei Municipal nº 6.806	31/10/89	Estabelece condições especiais para a regularização de loteamentos.	
3.6- Decreto nº 245	05/03/90	Regulamenta a Lei nº 6.806 de 31/10/89.	
3.7- Lei Municipal nº 6.967	17/06/91	Modifica dispositivo da Lei nº 6.806, de 31/10/89.	
4- De Aprovação de Loteamento 4.1- Decreto nº 621	14/11/85	Aprova o loteamento Vila Mutirão.	
4.2- Decreto nº 629	18/11/85	Aprova o loteamento Vila Finsocial.	
4.3- Decreto nº 1.079	03/09/87	Aprova o loteamento Vila Mutirão - 2ª e 3ª Etapas.	

FONTE: Núcleo de Documentação e Biblioteca do IPLAN. Informações organizadas pelo autor.

Fonte: Moysés (2004)

Esses atos institucionais versavam sobre a regulamentação e condições de aprovação de loteamentos. Como uma medida para as ocupações que estavam ocorrendo na Fazenda Caveiras, a 'criação' da Vila Finsocial surge assim, como uma 'alternativa' conforme a reportagem (Solução Nova..., 12 ago 1982), que relata sobre o governo estar 'traçando' estratégias para a

permanência do homem no campo, uma forma de desarticular as ocupações irregulares e frequentes no centro da cidade.

Logo, a perspectiva de que o Estado deveria ser “protetor” e não paternalista quanto à doação de terras, demonstra que o mesmo especulava assim como o capital imobiliário sobre os vazios urbanos da cidade. Como afirma Alves (2002, p. 82) o Estado e o capital imobiliário pela especulação e investimentos “(...) promovem a diferenciação dos imóveis por classes sociais, o que eleva os preços, e os lotes urbanos se tornam inacessíveis para a maioria da população (...)”. Assim, com o êxodo rural, a intensificação migratória e o consequente aumento populacional da cidade, o governo ‘muda’ a estratégia de planejamento urbano, gerenciando ações de políticas habitacionais com o parcelamento urbano da Região Noroeste de Goiânia, pela implantação da Vila Finsocial.

A ação pública de parcelar loteamentos na Região Noroeste, para Moysés (2004, p. 305) seguia uma ordem onde “primeiro criava-se o fato, forçando a sua implantação; depois, tramitava-se o processo nos órgãos técnicos da prefeitura, sob pressão do governo do Estado, em busca de sua legalização”. Com esse artifício se interpreta que as ações públicas de habitação social conduziram a ocupação da área, o “fato”, o que pressionava a sua legalização urbana de forma que a Região Noroeste paulatinamente foi deixando de ser uma zona rural para uma área a ser urbanizada.

Diante disso, começa a se delinear a natureza complexa da construção da paisagem urbana da Vila Finsocial. Essa complexidade ocorre pelo processo de ocupação da mesma, pois haviam critérios a serem considerados para a ‘distribuição’ dos lotes e nas estratégias para que os mesmos não fossem ‘desviados’ para a sua ocupação. Logo a triagem era realizada pela Proemerge (Programa de Emergência de Governo)³⁵ que requisitava como critério a carência total do indivíduo para o direito ao lote. Segundo Jesus Junior (2004) o programa da Proemerge também era uma forma do governo gerenciar as ocupações mantendo-as sob o seu controle.

³⁵ Segundo Ricardo Junior (2004, p.76) “ Devido aos embates desastrosos passados, o Estado cria o PROEMERGE- Programa de emergência de Governo-, que visava impedir as futuras ocupações. Era administrado por oficiais da alta cúpula da Polícia Militar do Estado de Goiás, objetivando maior rigor contra os ocupantes”.

No (Moradores sem poder...,1982), (Figura 43), se evidencia na fala de um dos moradores a precariedade dos materiais construtivos empregados nas habitações que constituíam a paisagem da Vila Finsocial, como se lê no relato: “Alguém pode pensar que nós não precisamos, mas precisamos tanto ou mais que outros, já que falta o dinheiro até mesmo para a compra dos plásticos que usamos na maioria dos barracos”. E que é complementado por outra moradora, quanto a um furto de seus pertences: “Levaram os colchões, as tábuas, meu rolo de arame, tudo. Não tenho como levantar o barraco às pressas”. As características da baixa qualidade construtiva das casas é reforçada pelo seguinte trecho, da mesma reportagem:

Figura 43 – A dificuldade da construção de moradia na Vila Finsocial



Fonte: (MORADORES sem poder..., 24 ago.1982)

grande maioria das famílias que estão vivendo na Vila Finsocial só está conseguindo permanecer ali por que as chuvas ainda não começaram. Os barracos são construídos de algumas estacas cobertas com plásticos, desses utilizados para a proteção de adubo. Poucas pessoas conseguiram levantar paredes de tijolo no chão batido. Há quem tenha comprado o material a prestação- os poucos moradores que, além de estarem empregados com carteira assinada, possuem fiadores. Mesmo nas pequenas construções de tijolos, ninguém usa cimento. O barro é feito ali mesmo com a terra vermelha dos lotes (MORADORES SEM PODER..., 24 ago.1982).

O trecho da reportagem demonstra que a ocupação de um pedaço de terra não amenizou as dificuldades diárias dos moradores, que sem as medidas

de política habitacional anterior a ocupação, tiveram que improvisar suas casas com materiais disponíveis para assim garantir a posse do lote. Contudo, posteriormente diante da pressão popular a prefeitura propôs a adoção de dois sistemas, o da autoconstrução e do uso do tijolo de solo-cimento. Sendo que a adoção deste último, segundo o (Invasores preteridos... 4 ago.1982), no subtópico, *Casa solo cimento, um projeto viável*, (Figura 44), permitiria um processo de autoconstrução por parte dos próprios moradores, em um sistema de mutirões. Para tal, seriam distribuídos manuais, conforme a (Figura 45), para explicar o processo construtivo assim como a disponibilidade de um banco de materiais de construção ofertados a preço de 'custo'.

Figura 44 – Manchete “Invasores preteridos fazem passeata”



A casa Solo Cimento pode ser adotada na vila

Casa solo cimento, um projeto viável

“Uma só forma de madeira poderá ser usada por toda uma quadra, se foracionado o sistema de mutirões”, afirmou ontem o arquiteto da Cohab, George Herman, ao explicar o sistema de construção da casa Solo Cimento. Na “primeira impressão” do arquiteto, colhida entre os invasores, o projeto tem tudo para dar certo. A única dúvida ainda existente entre os moradores é quanto ao custo que, segundo o arquiteto, é quatro vezes inferior à casa de tijolo.

A criação de um banco de material de construção será a primeira providência que os engenheiros da Cohab tomarão para que as casas possam ser construídas. Esse banco venderia a preço de custo o material aos invasores — principalmente barras de ferro e cimento —, que será necessário para a construção.

“Como a casa é muito fácil de fazer, não necessita de mão-de-obra especializada e logo todos os invasores saberão como construí-la”, completou George. Com vistas a um auxílio maior na construção, a Cohab está distribuindo no novo bairro cartilhas que explicam como levantar as paredes, preparar o material e até a confeccionar telhas de cimento e areia. Quanto ao custo, o arquiteto esclareceu que ainda estão sendo feitos estudos econômicos para a construção de casas de três cômodos.

Fonte: (Invasores preteridos..., 4 ago 1982)

Figura 45 – Imagem ampliada

BANCO DE MATERIAL

O banco de material é um programa em estudos, cuja finalidade é o fornecimento de material básico para a construção do kit básico, criado pelo Prohabitação para atender às famílias carentes da vila Finsocial. Segundo o diretor técnico da Fundação Ação Social, Luiz Carlos Arruda, o banco de material venderá os itens básicos de construção a preços de custo, para que as famílias construam um cômodo numa das extremidades do lote, com chances de aumentar a casa mais tarde. Quanto ao cadastramento de novos candidatos à aquisição de lotes em áreas comunitárias, as inscrições já passam de três mil.

Fonte: (Promerge já afastou..., 1 set.1982)

Além das especulações sobre as alternativas de construção das moradias havia também proposições sobre a forma de empregar os moradores como mão-de-obra no projeto. Segundo a fala do engenheiro da COHAB Bruno Zacarias: "(...) além de os moradores já possuírem 40 mil horas pagas pelo Senai nas construções. Ou seja, o Senai pagará para os próprios invasores construírem suas casas e, em troca, terá formado mão-de-obra semiespecializada." (DIÁRIO DA MANHÃ, 1982). O engenheiro ainda justifica a adoção do projeto como algo que já havia tido sucesso em outros lugares, como em Minas Gerais, sendo assim uma "saída barata e resistente" para a produção de casa de habitação popular, além de ter um acabamento similar ao de uma casa de alvenaria.

É interessante ressaltar na fala do engenheiro Bruno Zacarias, o fato de que os novos moradores ainda eram tidos como invasores da Fazenda Caveiras. Além disso, o método de construção posto como alternativa evidencia que o governo estaria procurando alternativas mais econômicas para a construção das casas populares, visto que segundo Motta *et. al* (2014), o tijolo solo-cimento tem como processo construtivo feito a partir de encaixes, por isso teria baixo custo de produção, além do baixo custo da matéria-prima, como é exposto a seguir:

(...) Produzido apenas com solo, cimento e água, o tijolo solo-cimento pode ser montado por encaixe, colocando-se um sobre o outro, facilitando o assentamento e o tempo de execução e diminuindo a quantidade de argamassa ou cola empregada (MOTTA, 2014, p. 14).

Ele seria assim, uma forma além de barata, ecológica e sustentável, que acabou por se tornar uma forma adotada pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), como aponta Gomes (2017) apud Fiquerola (2004):

Porém, o uso do tijolo de solo-cimento se deu mais abrangentemente nos meados de 1978, quando foi aprovado para construção de habitações populares pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). O bom desempenho termo acústico e a redução de custos entre 20% e 40% comparados a alvenaria tradicional de tijolos de barro ou cerâmico, foram comprovados com estudos realizados na época pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED) (GOMES, 2017. p.27).

As qualidades ressaltadas acima quanto ao sistema de construção por uso do solo-cimento, não foram suficientes para a sua adoção. Como abordada pelo recorte de jornal (Surgem os primeiros...,21 set.1982), (Figura 46), o projeto Casa Solo Cimento foi considerado na prática inviável economicamente. Logo, nenhuma casa com essa técnica construtiva foi construída na Vila Finsocial e os moradores arcaram com os custos das construções convencionais.

Figura 46 – Ampliação da reportagem



Fonte: (Surgem os primeiros..., 21 set.1982)

(...) Como o projeto da Casa Solo Cimento, proposto pela Cohab também não funcionou, os ex-invasores acabaram por provar que uma simples casa, de dois cômodos, feita de dois cômodos, feita de tijolo furado e rebocada inicialmente com cimento, pode ser erguida com a penas cerca de Cr\$ 60 mil (...) Fernando se queixou também das despesas no transporte do material, mas ressaltou que o negócio foi melhor do que construir pelo BNH, “onde se paga até a morte” (SURGEM OS PRIMEIROS..., 21 set.1982)

Essa situação financeira e social auxilia também na compreensão da paisagem que começa a ser construída na Vila Finsocial, composta por “Milhares de casas de tijolo [que] já foram erguidas na vila”. Já em uma reportagem de (Machado..., 27 fev. 1983), se registrou que os moradores também reivindicavam os equipamentos urbanos no bairro, tanto públicos quanto privados, que haviam sido prometidos durante a venda dos lotes. O que mostra que os moradores, que reivindicavam o direito e a doação de terras, teriam que pagar pelo direito a propriedade como afirmado a seguir:

Os lotes da nova área adquirida pela prefeitura, para os invasores da fazenda Caveira, serão entregues no próximo dia 30. A informação foi dada ontem pelo responsável do Proemerge na fazenda invadida, capital Camelo, ao explicar como se processará a mudança dos invasores para o novo terreno. Segundo ele, o contrato dos lotes será dado a cada novo morador no estádio Serra Dourada, assim como a localização de sua propriedade, com a respectiva planta (OS LOTES SERÃO ENTREGUES...,23 jun.1982.)

Na continuação da interpretação de (Machado..., 27 fev. 1983), a reportagem também chamou atenção para a falta de infraestrutura urbana, em que “(...) os moradores reclamam da falta de ônibus, escolas e posto médico, bem como da regularização definitiva dos lotes que ocupam” e sobre as consequências da demora na entrega dos carnês pela Proemerge, com a venda ilegal dos lotes por parte dos moradores cadastrados.

Essas “transações imobiliárias”, ainda segundo a reportagem, não seguiam o regulamento da Promerge, pois “as famílias instaladas na Finsocial não podem vender seus lotes antes de cinco anos contados a partir da escrituração”. Assim, “(...) famílias paupérrimas, pressionadas por dificuldades de toda ordem, vendem os “direitos” de seus lotes por qualquer quantia, quando não entregam seus terrenos em troca de relógios rádios e bicicletas” (ibid., n.p.).

Além disso, mesmo sem condições financeiras os moradores tinham que pagar os carnês no valor de Cr\$ 90 mil cada, parcelados em prestações de Cr\$

2.700 que, ainda que fossem “sem correção ou qualquer acréscimo”, agravavam a situação financeira das famílias e diminuía os recursos para construção da casa. Um exemplo é o relato do pedreiro Balduíno: “(...)Uma casa pequena, com quatro cômodos, tem o seu custo estimado em Cr\$ 300 mil (...)” isso para uma casa sem acabamento, sendo que “ (...)Com acabamento e a mão-de-bra, diz Balduíno, o custo total sobe para Cr\$ 800 mil”.

Prosseguindo com a análise do referido jornal, pela narrativa sobre as condições de moradia das pessoas que ocupavam o bairro, é possível ‘visualizar’ a sua paisagem urbana, como é exemplificado no trecho narrado sobre o caso de Maria Júlia que (...) morava em um barraco de plástico, cheio de vazamentos, que sempre inundava no tempo das chuvas (...). Ademais, no próprio título da manchete *Finsocial, uma favela que sonha em virar bairro*, (Figura 47), auxilia na composição do cenário da Vila Finsocial, que mesmo que o estigmatizasse como uma ‘favela’, devido à falta de infraestrutura, buscava com a regularização a sua efetivação como bairro.

Figura 47 – Ocupação da área verde interna da Vila Finsocial



Fonte: (Machado..., 27 fev. 1983)

Com a leitura da fotografia acima, (Figura 47), pode-se ter um quadro de como a paisagem urbana da Vila Finsocial estaria se compondo no ano de 1983 onde, apesar da legenda informar que já havia 3500 famílias na Vila, a imagem apresenta uma baixa densidade de casas compondo o terreno. A descrição do bairro é apresentada por Cruz (2015):

A Vila Finsocial teve suas ruas delimitadas com lotes de 300 a 360 metros quadrados, de forma quase simétrica, onde as quadras e os lotes apresentam ângulos retos. Com ruas estreitas, a divisão do bairro deu-se em duas partes, sendo que as avenidas estão no centro e foram, posteriormente, destinadas aos equipamentos sociais, como escolas, campo de futebol, hospital e creche, além de serem a área de circulação dos ônibus do transporte coletivo e da concentração comercial do bairro. As áreas a direita e a esquerda foram destinadas a moradia, formando um verdadeiro labirinto de barracos em construção (CRUZ, 2015, p. 71).

Seguindo, as colocações de Cruz (2015) e pela visualização da (Figura 47) vemos que as habitações já não eram mais de lona de plástico no qual também se observa: uma demarcação dos lotes por pedaços de madeira, um trecho sinalizando uma rua principal e falta de postes para a iluminação pública ou para a fiação elétrica. As condições urbanas são também complementadas pelo seguinte trecho:

os ônibus são poucos, velhos e demoram muito a passar; como o ponto final fica no centro do setor e os ônibus não circulam dentro da Finsocial, os moradores têm que andar grandes distâncias para tomar um coletivo; falta água encanada e luz elétrica nas casas (a Celg já instalou os postes e nas ruas, e está colocando os padrões nas portas das residências)(MACHADO..., 27 fev. 1983).

A transição da paisagem rural para a urbana e o estigma da Vila Finsocial se aprofunda quando os novos moradores começam a desmatar a área verde interna do bairro para poder construir mais moradias. Essa situação é abordada pelas reportagens *Invasores querem a mata da Finsocial*, *No lugar da mata mais uma invasão* e *O caos chega à Vila Finsocial* (Figuras 48 , 49 e 50), que expõem a dimensão das ocupações de áreas verdes. Nelas, cerca de 290 famílias haviam construído barracos de plástico, mas que não haviam ‘levantado’ uma construção com tijolos pois tinham receio de terem que demoli-las caso fosse realizado um loteamento; já que ainda seria necessário a medição das ruas, ou seja, de um projeto urbanístico.

Figura 48 – Ocupação da área verde interna da Vila Finsocial



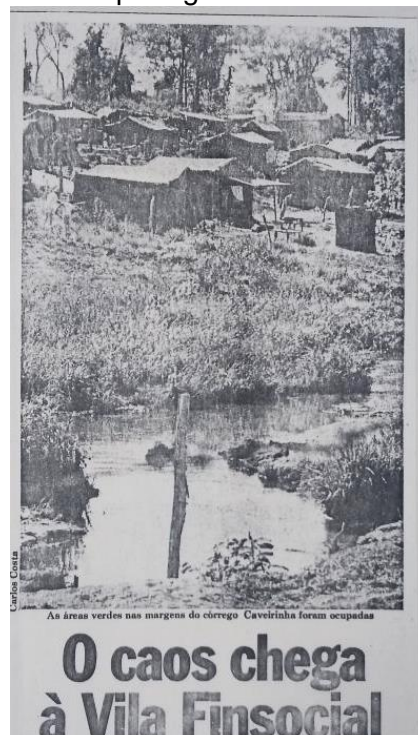
Fonte: (Invasores querem..., 10 jun.1983)

Figura 49 – Reportagem sobre o desmatamento da Vila Finsocial



Fonte: (No lugar da mata..., 2 jun. 1983)

Figura 50 – Reportagem sobre a Vila Finsocial



Fonte: (O caos chega..., 13 maio.1983)

Essa movimentação interna demonstra que a ocupação dos lotes não havia conseguido atender a todas as famílias, cerca de 290 a 500, que por sua vez, construíram mais de 500 cisternas e desmataram a vegetação, que também foi utilizada como lenha. Essas e outras dificuldades diárias dos moradores ainda são reportadas pelo (Jordão..., 5 ago. 1983), que registrou falta de alternativas de lazer, a tarifa dos ônibus seria cara, o que dificultaria a mobilidade urbana dos moradores. Nessa reportagem, há ainda duas fotografias que mostram a paisagem da Vila Finsocial: a primeira, (Figura 51), datada de 1982 confirma que as primeiras construções da Vila Finsocial se deram de maneira precária.

Figura 51 – Aspecto das moradias da Vila Finsocial



Fonte: (Jordão..., 5 ago. 1983)

Com as ocupações implementadas pelo governo, a paisagem da Região Noroeste foi se modificando para uma reprodução de moradias precárias, feitas de pedaços de madeiras, lonas de plástico e ‘pedaços’ de materiais de construção, como registrado na fotografia da (Figura 51). No entanto, já na fotografia, (Figura 52), com a legenda “Hoje, com o sacrifício do povo, os barracos foram levantados, as ruas foram abertas e a energia chegou, oferecendo algum conforto”, conduz a interpretação da mudança da paisagem do bairro, que agora teria uma melhor qualidade urbana, uma vez que agora a “ Finsocial, por exemplo, no momento dispõem de ruas abertas pela prefeitura,

lotes demarcados, cadastros e energia elétrica nas casas e nas vias públicas, comércio ativo, linhas de ônibus regulares”(Jordão..., 5 ago. 1983). Além disso, as moradias agora tinham o aspecto de serem mais resistentes, ou seja, apresentavam um caráter permanente.

Figura 52 – Reportagem retratando as melhorias no bairro



Fonte: (Jordão..., 5 ago. 1983)

As melhorias na qualidade construtiva das casas é confirmado por um trecho da reportagem “(...) e a maioria das casas construídas de alvenaria, embora não rebocadas e com o mínimo de conforto material”, que demonstra que essa melhoria construtiva das moradias estaria ocorrendo de maneira paulatina (Jordão..., 5 ago. 1983). Isso demonstra também uma mudança na paisagem urbana do bairro, como afirmado a seguir:

(...) E, desta forma, comprando hoje o tijolo, amanhã o cimento, depois a telhada usada, junta-se mais algum e vão erguendo suas moradas. Um quarto hoje, mais dois depois e a renda nunca dá para o acabamento que fica “para quando Deus ajudar (JORDÃO..., 5 ago. 1983)

Assim, conforme a fotografia (Figura 52) de um ano após a implantação da Vila Finsocial, a paisagem urbana que estava sendo construída já não apresenta qualquer vestígio da vegetação nativa. Na imagem ainda se observa duas mulheres caminhando por uma rua, sem asfalto e meio-fio; se analisa também a implantação de alguns postes de iluminação pública e que a maioria das casas levantadas possuía uma melhor qualidade construtiva.

Nesse momento, analisa-se também que mesmo diante da dificuldade e precariedade de infraestrutura urbana apresentada na criação da Vila Finsocial, o governo propõe a criação da Vila Mutirão³⁶. Esta, para Cruz (2015, p. 71) marca um segundo momento, no ano de 1983, da Vila Finsocial, quando o governo de Íris Rezende tomou a demanda da população de baixa renda por moradia como um *marketing* da sua política de governo.

3.2.2 Vila Mutirão: O programa de habitação social

A Vila Mutirão, construída oficialmente no dia 26/10/83 pelo atual governo estadual, reabilita uma filosofia de trabalho, já experimentada na década de 60, pelo governo municipal, que busca incorporar o trabalho voluntário para solução dos problemas sociais de maior gravidade, mas que traz na sua prática, questões que merecem um aprofundamento.

Goiás, na nova república, tem um representante direto no primeiro escalão- o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente- nascido nas fileiras do programa Mutirão.

Pretende-se disseminar esta filosofia de trabalho aos quatro cantos do país, o que foi motivo de discussão, e de questionamento por parte dos arquitetos, reunidos no último COSU em Brasília (IAB, /s.d, p.1)

Nesse momento, a política de governo adquiriu o caráter mais forte por sobrepor com discurso da casa da habitação popular, o que atenderia as reivindicações da população de baixo poder aquisitivo pela doação do terreno e reforma agrária, a segregação sócio espacial. Isso para Cruz (2015) se evidencia na criação do Projeto de Desenvolvimento Social Participativo (Prodespar) destinado à construção de moradias populares de baixo custo pequenas e com lotes reduzidos. Foi com essa estratégia de promoção de moradias para a população de baixo custo que Íris Rezende conseguiu se eleger.

O caráter populista do governo é reforçada na reportagem do (Iris vai à invasão...., 12 out.1983), (Figura 53), que narra sobre o governador ir pessoalmente nas áreas ocupadas para selecionar as primeiras famílias que seriam removidas pra a Vila Mutirão. Esse processo de remoção das famílias, também é apresentado pelo (Invasores levados...., 29 nov.1983), que por sua vez, relata sobre a ida dos moradores que ocupavam irregularmente o Jardim Europa para a segunda etapa da Vila Mutirão.

³⁶ Segundo o dicionário Houaiss (2015, p.658) Mutirão se refere a “serviço coletivo e gratuito para a execução de um trabalho que beneficie a comunidade”.

Figura 53 – A ação para a remoção e locação dos moradores na Vila Mutirão



Fonte: (IRIS vai à invasão..., 12 out.1983)

A Reportagem acima narra sobre a repercussão de Iris Rezende na mídia com a sua proposta das casas da Vila Mutirão, que 'brotariam do chão'. Esse caráter de transformar a autoconstrução em um *marketing* político é ressaltado no documento, *Avaliação sobre a 'Vila Mutirão' em Goiânia*, elaborado pelo IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil-Departamento de Goiás), como descrito abaixo:

A utilização do trabalho não remunerado não constitui novidade em ponto nenhum do território nacional. Mas dadas as suas características, de um empreendimento governamental, com amplos recursos, inclusive os de marketing, cujo custos foram assumidos pelo estado, adquire conotações populistas.

Diante disso é de se esperar que haja uma tentativa de propagação do Mutirão da Moradia nacionalmente. Autoridades, técnicos, empresários, curiosos de todo o país, e até do exterior, estão constantemente visitando Goiânia, a convite ou não, para daqui levar subsídios técnicos e filosóficos do mutirão (IAB, s/d, p. 1).

(...)Não seria normal que o governo deixasse passar a oportunidade de vender uma imagem de grandes realizações, utilizando para tanto todos os meios de comunicação. Deve-se notar que no próprio canteiro de obras foi montado um esquema para possibilitar todas as condições do trabalho para profissionais da área (ibid., p. 18).

Assim na reportagem da (Casas do Mutirão..., 1set. 1983) é relatada a implantação das habitações populares, que deveriam se iniciar no mês de

outubro. Nela se discorre sobre a dimensão de lotes que teriam de 250 a 400 metros quadrados, que segundo Eurico Godoy, presidente da Codeg, atendia também aos requisitos mínimos das normas de construção.

Na mesma reportagem com o próximo tópico, *Fim de pesadelo para milhares*, se fala sobre o fato das casas da Vila Mutirão serem construídas pelo processo de autoconstrução, voltada para a população de baixo poder aquisitivo e de ser uma marca da administração do governo. Além disso, abordou que um projeto similar já havia sido testado em Rio Verde, com o ex-deputado Paulo Campos. Dessa maneira, a ideia principal da reportagem era de reforçar/comprovar que as casas do mutirão tinham uma certa durabilidade, uma vez que ainda se ‘mantinham em pé’ depois de ter se passado quatro anos, o que seria uma prova contra as críticas.

Essa crítica em relação a proposição da construção das habitações da Vila Mutirão foi brevemente problematizada, na interpretação da reportagem do (Engenheiros..., 18 ago. 1983), (Figura 54), com a posição crítica dos engenheiros encarregados pela construção. Uma vez que, eles compreendiam que a construção de mil casas em um dia, se orientava mais para a um *marketing* político do que efetivamente uma proposta de debate sobre o problema habitacional em Goiânia, que era também um reflexo da crise financeira do Brasil e a construção de uma política habitacional.

Figura 54 – Posicionamento sobre a construção das moradias na Vila Mutirão



Fonte: (Engenheiros..., 18 ago. 1983)

O debate crítico quanto ao Programa Mutirão da Moradia, elaborado pela Codeg (Companhia de Melhoramento e Desenvolvimento Urbano de Goiás), acontece novamente no jornal (Filho, 21 ago.1983), (Figura 55), em que nele são abordadas algumas questões técnicas como a qualidade dos materiais, a resistência e durabilidade das casas que são criticadas por serem insuficientes e de baixa qualidade. Seguindo a leitura, foi sugerida a construção de casas de pau-a-pique e “um programa de autoconstrução de moradias convencionais de tijolo furado e telhas de barro”, sendo esta uma alternativa mais viável tanto economicamente quanto em relação ao conforto e à durabilidade.

Figura 55 – Questionamento sobre o empreendimento da Vila Mutirão



Fonte: (Filho, 21 ago.1983)

As críticas se aprofundam no próximo tópico da reportagem, *Casas não resistem ao vento*³⁷, na qual o professor da Escola de Engenharia da UFG, Wilson da Costa, o engenheiro Nilson de Paula Siqueira e o diretor da Escola de Engenharia da UCG, Márcio Belluomini debateram sobre as casas não resistirem aos ventos de 80 quilômetros comuns na região e da temperatura interna das casas chegarem a 50 graus Celsius.

O recorte do (O mutirão da moradia..., 1992), com o tópico, *A política habitacional*³⁸, demonstra em sua narrativa que a política habitacional do governo não se pautava em uma doação das casas para população de baixo poder aquisitivo. Já que ela pagaria tanto pela habitação quanto pelo o lote de acordo com as suas condições financeiras, sendo “20% do salário, em correções pré-fixadas anualmente”, pois o programa ‘não visava’ lucros. Como afirmado a seguir:

Ao fornecer explicações sobre o Mutirão de Moradia, o secretário do Planejamento estadual, Flávio Peixoto disse que este programa aprovado por lei estadual, votado na presente legislatura, visa a construir moradias de baixo custo com um padrão aceitável de segurança, conforto e salubridade, de modo a atender à camada mais pobre da população. Como salientou o destinatário do programa é o

³⁷ Participaram da mesa dos debates o ex-presidente do Indur, Maurício Palmerson; o presidente do Clube de Engenharia, Luís Queiroz; o presidente do IAB/GO, Ilza Vitório; o diretor da Escola de Engenharia da UCG, Marcos Belluomini; e o presidente do Sindicato dos Engenheiros, Marcos de Almeida Castro (O mutirão da moradia..., 1992)

³⁸ A reportagem foi retirada do documento 711.522.

morador de baixa renda atualmente condenado a morar debaixo de pontes e viadutos ou em bairros infectos, em áreas de invasão, sem qualquer condição de higiene, conforto ou segurança. (O POVO QUER MORAR..., 25 set 1983)

Para tanto, ainda de acordo com o recorte (O mutirão da moradia..., 1992) o projeto iria ser repartido em 3 etapas: o primeiro, da autoconstrução das mil casas seriam destinado a população sem “qualquer tipo de renda ou renda muito baixa” que entraria no programa Mutirão da Moradia. A segunda para a população de 2 a três salários mínimos e a terceira que atende ao sistema da própria COHAB, voltado para mais de três salários mínimos.

Prosseguindo na reportagem, percebe-se que o empreendimento do Programa Mutirão da Moradia iria além das mil casas, sendo previstas “(...) a construção de seis mil casas, sendo 3.200 em Goiânia e 2800 no interior. Quanto ao número total de 100 mil casas a serem construídas em quatro anos de mandato (...)”. Essa ação da construção das primeiras mil casas em um dia, se mostravam de acordo com (Plano da moradia..., 21 nov. 1983) , uma crítica sobre a ação social do governo em querer promover um “grande impacto” com o mutirão de 1 dia. Como é também explicado pela (Figura 56) a seguir:

Figura 56 – Aspectos sociais e de hermetismo



Fonte: (IPLAN, 1992)

A construção da paisagem urbana da segunda camada espaço-temporal (1982-1990), começa a 'tomar' uma forma mais evidente quando o Estado reformula a sua estratégia de implementação de habitação popular com a construção da Vila Mutirão (1983). Essa no entanto, levou a uma expansão irregular da cidade, pois "(...) a Vila Mutirão está localizada a noroeste da cidade, contrariando as propostas de orientação de crescimento e expansão urbana" (IAB, s/d, p. 4).

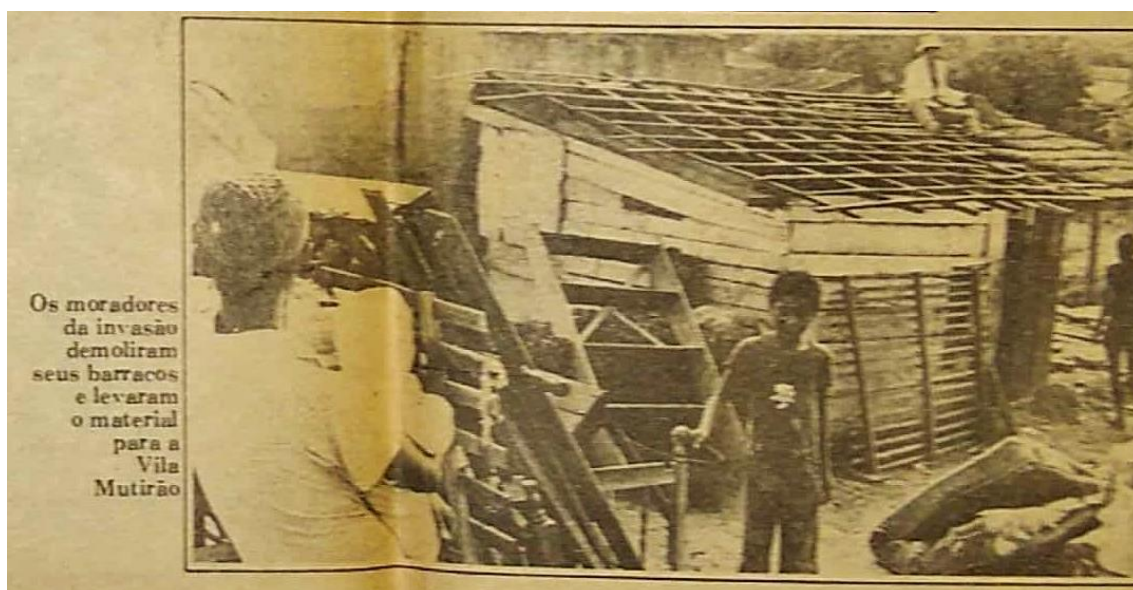
Dessa maneira, a Vila Mutirão assim como ocorreu na Vila Finsocial, iria surgir pela transposição e desconstrução de ocupações, uma vez que os moradores reaproveitavam os materiais construtivos de suas habitações, como fizeram os moradores da Vila Papel (cujos moradores eram originados do bairro Goiás) e a Vila São José, (Figura 57) do Folha de Goiás, como pode-se observar pela fotografia, (Figura 58), retirada do Diário da Manhã (1983).

Figura 57 – Desconstrução da Vila São José para a Vila Mutirão



Fonte: (Vila Mutirão..., 30 out.1983)

Figura 58 – Remoção das moradias para a Vila Mutirão



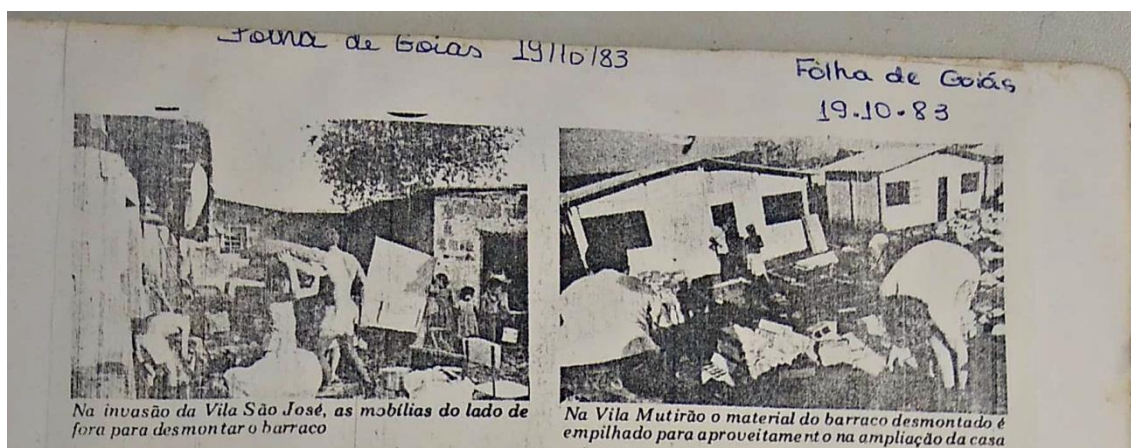
Os moradores
da invasão
demoliram
seus barracos
e levaram
o material
para a
Vila
Mutirão

Fonte: (O maior mutirão..., 18 out.1983)

(...)Segundo orientação de Solon Amaral, assessor especial do governador, deveriam preparar a mudança e demolir suas casas, com cuidado, para que o material ali recolhido pudesse ser empregado na ampliação daquelas que estavam sendo construídas em regime de mutirão (O MAIOR MUTIRÃO..., 18 out.1983).

Nessa fotografia, (Figura 58), retirada do (O maior mutirão...,18 out.1983), observa-se os moradores, conforme a legenda, demolindo os seus barracos de forma que pudessem levar o material para a Vila Mutirão, o que é reafirmado pela fala e orientação de Solon Amaral que era assessor especial do governador.

A mesma ação de mudança, demolição dos barracos antigos com a tentativa de reaproveitamento de materiais para a ampliação da nova casa, no novo loteamento, a Vila Mutirão, parte dos moradores da ocupação da Vila Papel. Isso, aparece no jornal Folha de Goiás em 1983, (Figura 59), cuja análise da imagem mostra o movimento dos homens e crianças desmontando suas moradias. Esse processo de desconstrução é complementado também a partir do trecho do jornal a seguir:

Figura 59 – Mudança da Vila São José para a Vila Mutirão

Fonte: Folha de Goiás (1983)

Uma favela criada e alimentada pelo Poder Público. Esta talvez seja a definição mais acertada para a Vila Papel, o núcleo de favelados em pior situação dentro de Goiânia. Encravada num pedaço do bairro Goiá, a vila está completando 12 anos de existência e terá uma forma de comemoração ao menos inusitada: irá desaparecer nos próximos dias.

A partir de hoje, os caminhões do Estado começam a transportar as 41 famílias para a Vila Mutirão. O mesmo Poder Público, que em meados de 1971 criou aquela que viria a ser conhecida como Vila Papel, se encarrega agora de extingui-la. Para a mais antiga morada, dona Francisca Clementina, não poderia haver nada mais justo (APÓS 12 ANOS..., 28 ou. 1983)

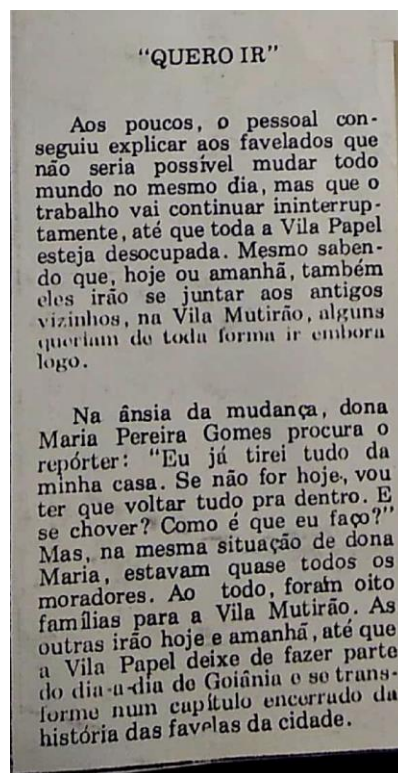
Na análise desse trecho, compreende-se pelo uso de verbos como ‘desaparecer’ e ‘extinguir’ como as ações do governo sobrepuseram a narrativa das ocupações, uma sendo ‘irregular’ por outra ‘regular’, isso levaria, por conseguinte, a construção da paisagem urbana que ‘substitui’ uma paisagem de barracos de pedaços de madeira, papelão e plástico por uma de placas cimentícias, legalizada e patrocinada, até certo ponto, pelo poder público.

Essa colocação se demonstra pelo tópico da mesma reportagem, *Papelão e compensado*, que já enuncia como seria a composição da paisagem da ocupação da Vila Papel, ao narrar que “(...) O nome de Vila Papel, logicamente nasceu do fato de todas as casas serem construídas à base de papelão e compensado, desses de caixas de geladeira”. A baixa resistência das habitações também é relatada por Francisca, uma das moradoras que diz que: “Foi há pouco tempo que começaram a aparecer telhas e adobe. Mesmo assim, os barracos só protegem contra o sol”. Isso demonstrava o caráter provisório e de precariedade da ocupação.

(...) Quando chove-conta dona Francisca-, molha tudo dentro de casa. A melhor casa que tem aqui é a do Lele, e quando chove ele tem que sair para molhar menos". Todos os anos, quando se aproxima o período das chuvas, os moradores correm para arrumar uma telha aqui, um plástico ali. Este ano, entretanto, como havia a promessa de mudança para a Vila Mutirão, /ninguém se preocupou. E, agora, estão tomando chuva" (APÓS 12 ANOS..., 28 ou. 1983).

O relato da moradora Francisca ainda demonstra a dificuldade enfrentada nos períodos de chuva e sol nos barracos e o desafio enfrentado pelos moradores que eram impedidos pela prefeitura de melhorarem suas casas na Vila Papel; "Por isso, cerca de 150 famílias que já habitaram a vila saíram dali nos últimos anos para o Jardim Nova Esperança e Vila Finsocial". O 'apagamento' dessa ocupação se explicita no seguinte trecho, (Figura 60) que mostra uma "ânsia" por parte dos moradores da Vila Papel para a transferência para a Vila Mutirão, onde acreditavam encontrar condições melhores de moradia e um terreno ao qual seriam legalmente proprietários.

Figura 60 – Trecho da reportagem



Fonte: (Foi uma festa..., 1983)

O processo de migração interna, de remoção e realocação da ocupação, também aparece como manchete do (E a Vila Papel..., 30 out. 1983) que relata que as ocupações irregulares formavam bairros e que o cadastramento dos moradores para serem levados para a Vila Mutirão estaria sendo realizado pelas Legionárias do Bem-Estar Social³⁹. Estas também estariam cadastrando as famílias que moravam debaixo das pontes de Goiânia, como a do córrego Castelo Branco, do córrego Anicuns e do córrego Botafogo. Além disso, levanta-se a problemática quanto a implementação e aprovação de novos parcelamentos urbanos, em uma expansão da cidade, fora da malha urbanizada, como explicitado pela IAB:

A distância da vila, 6km da malha urbana consolidada da cidade, incorre em altos custos de infraestrutura, seja em relação aos transportes coletivos, seja em relação aos serviços de saneamento, limpeza, energia etc. Há um aspecto de sobrevalorização dos terrenos situados na faixa intermediária, o que resulta na especulação, agravada com recursos públicos que tornam impeditiva a ocupação pela população de faixa de renda baixa (IAB, s/d, p. 4).

O processo de realocação dos moradores da Vila Papel para a Vila Mutirão consolida as primeiras modificações por uma paisagem com benfeitorias. Como foi colocado na reportagem (Cresce a oferta..., 19 fev. 1983) percebe-se que o poder público buscava reafirmar os benefícios que seriam implantados na vila como, (Figura 61), os equipamentos urbanos, como o centro comercial, já estariam sendo construídos, assim como um abrigo para idosos. No entanto, “(...) essas obras do governo absorvem pouco mais de uma centena e pessoas, em uma comunidade onde residem 960 famílias, ou cerca de seis mil pessoas” (CRESCER A OFERTA..., 19 fev. 1983). Devido a isso, acabou-se por gerar subempregos e a venda dos próprios pertences por parte dos moradores, como uma tentativa de se sustentarem.

³⁹ A Vila Mutirão pretendia reunir em seu espaço, os moradores oriundos de várias ocupações ao longo da cidade, como: a Vila Papel, Vila São José e Vila Boa, Vila Cosmos, Jardim Novo Mundo dentre outros.

Figura 61 – Reportagem sobre o Mutirão ser uma forma de serviço



Fonte: (Cresce a oferta..., 19 fev. 1983)

A ação pública de proporcionar uma alternativa de emprego aos moradores era mais uma preocupação em fazer com que os mesmos tivessem uma renda ‘suficiente’ para o financiamento dos materiais da casa, já que o pouco que tinham era para suprir as necessidades diárias da família. Isso ressalta a contradição de como uma população desempregada, sem quaisquer meio de renda poderia pagar um financiamento. Além disso, se intui a ação “compulsória” por parte do governo, uma vez que as famílias e seus pertencem eram removidas pelos caminhões da prefeitura para a Vila Mutirão, como relatado:

Há registro de que para a ocupação das 1000 casas da Vila Mutirão, algumas famílias foram pressionadas a se mudar. Porém as denúncias motivaram a mudança nos critérios de seleção, sendo agora voluntários (IAB, s/d, p.13).

Além do mais, com as referidas leituras percebe-se também que alguns moradores dessas mesmas ocupações irregulares ainda pagavam aluguéis nos mais precários barracos, essa afirmativa é claramente destacada pelo recorte do jornal abaixo:

Em relação a dimensão do loteamento, da Vila Mutirão, esta aparece no Diário da Manhã (1983 na manchete de título, *A organização, passo a passo*, na qual é explicitado ser este um terreno de 32 alqueires goianos, adquiridos pelo Estado para a execução do Projeto Moradia, que era para a organização do mutirão de moradia. E que pela planta de situação da mesma, (Figura 62), se evidencia o seu distanciamento em relação à malha urbana edificada da cidade e, conseqüentemente, dos serviços urbanos.

Para Maricato e Moraes (n.p,1986), esse seria a primeira e maior falha da implantação do loteamento, depois viria a problemática de que “ (...)Grande parte dos moradores pobres e desempregados não tem como pagar o alto custo do transporte até a cidade (46% deles recebem menos de um salário mínimo)” (ibid., n.p.). Assim, como consequência imediata tem-se uma imobilidade dessa população.

A leitura e interpretação das imagens presentes ao longo das reportagens dos jornais ressaltam a transformação da paisagem das ocupações irregulares, de barracos para uma paisagem formada de casas modulares. Sendo que com a implementação destas, levantou-se o questionamento quanto ao conforto térmico e qualidade arquitetônica. Como se pode notar pela fotografia, (Figura 63), do protótipo do modelo de casa a ser adotado e pelos materiais utilizados na mesma, como é explicado a seguir:

Figura 63 – Protótipo da casa da Vila Mutirão



Fonte: IPLAN (1992)

O processo construtivo que se utilizou de placas de concreto (2,5 cm de espessura), pilares de concreto de 8x8 cm, estrutura metálica para o telhado e telhas onduladas de cimento amianto, permitiu um rápido erguimento da construção. A área construída é de 25,6 m² e mais um pequeno cômodo de 2,3 m² destinado ao banheiro (a casa foi entregue sem instalação hidráulica ou sanitária. Acompanhou a mesma um tambor para água de 60 litros) (MARICATO; MORAES, n.p,1986).

Com a definição da localização, dos materiais e do sistema construtivo das casas, se começa a consolidar a paisagem urbana no novo terreno. Esse processo é analisado na fotografia, (Figura 64), onde se tem uma vista panorâmica do mutirão. Nela se observa o distanciamento da malha urbana da cidade ao fundo, observa-se o aspecto rural, com o remanescente de uma mata nativa e poucas árvores espalhadas em um campo aberto. Isso contrasta com a abertura da nova malha urbana das quadras, com o traçado das ruas.

Na imagem ainda se pode separar três etapas do processo de construção da paisagem urbana: do lado esquerdo, em uma mesma quadra, tem-se enfileirados os kits para a construção das casas e algumas casas quase prontas, enquanto que na quadra do lado direito, mostra as casas já montadas e alguns postes de fiação elétrica dispostos na rua se) “tratava da Avenida do Povo às 13 horas” (FREITAS, 2007, p. 79).

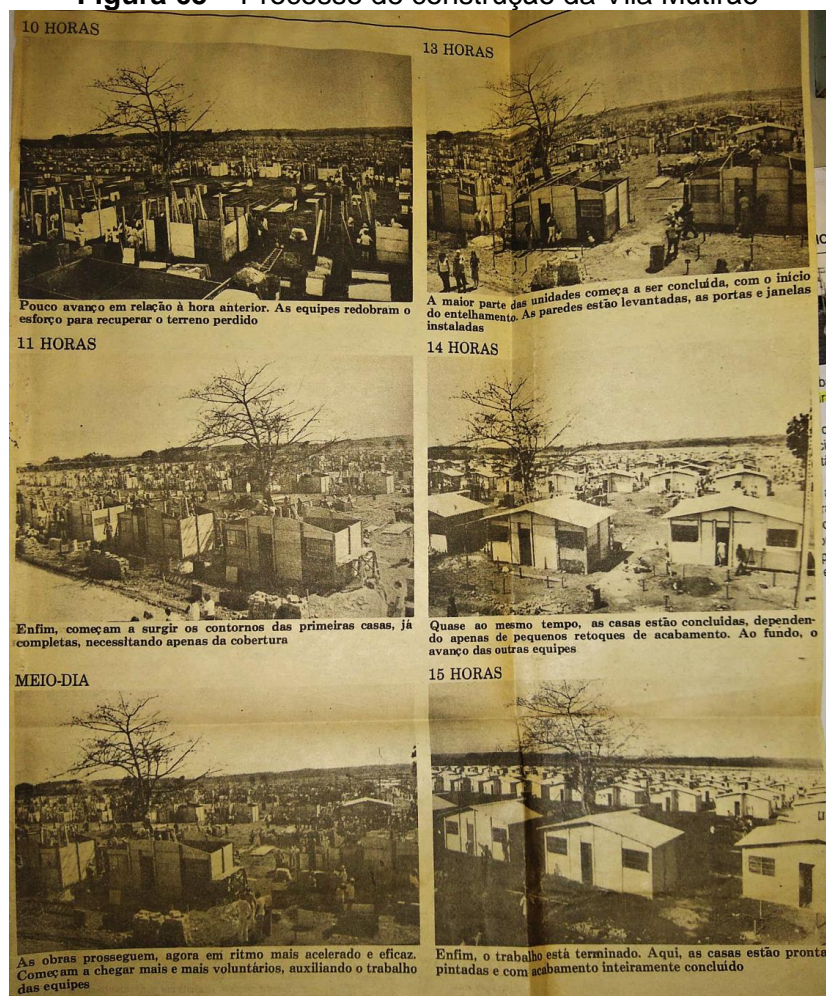
Figura 64 – Construção da Vila Mutirão



Fonte: Freitas (2007)

A imagem a seguir, (Figura 65), mostra as etapas do processo de construção das unidades habitacionais do governo. Nela se observa a dimensão do mutirão, a racionalização da operação e a sua eficiência no canteiro de obras durante a montagem. Assim, é descrito o tempo que se levou em cada etapa, iniciado às 10 horas da manhã com a disposição dos kits em cada lote e o levantamento da estrutura. Já das 11 horas ao meio-dia as paredes de placas já haviam sido dispostas esboçando a volumetria da habitação. Às 13 horas, de acordo com a legenda, a maior parte das unidades já havia sido concluída, com a instalação das janelas e portas, faltando apenas à colocação das telhas. Por fim, das 14 horas às 15 horas tem com o retoque no acabamento e a colocação das telhas, a finalização da casa. Assim, como imagem final (Figura 66), foi registrada a sequência modular ao longo do terreno, compondo uma paisagem horizontal e uniforme, de casas pré-moldadas de telhados de duas águas.

Figura 65 – Processo de construção da Vila Mutirão



Fonte: (O maior mutirão..., 18 out.1983)

Figura 66 – Manchete sobre a construção da Vila Mutirão



Fonte: (O maior mutirão..., 18 out.1983)

A implantação das unidades habitacionais na Vila Mutirão seria contudo o início de uma 'longa' jornada, pois na pressa em solucionar o déficit habitacional e (re) localizar os moradores oriundos das ocupações irregulares, se tentou suplantar os problemas quanto à implantação da infraestrutura do saneamento básico, como é debatido:

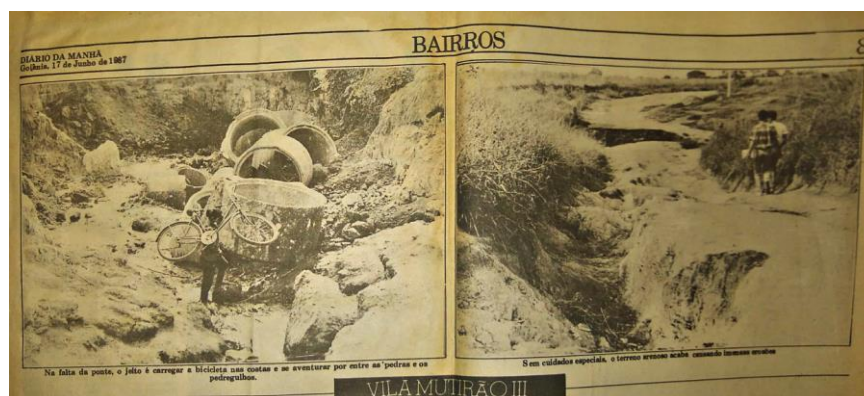
A primeira está nos gastos com infraestrutura que o governo foi obrigado a construir posteriormente, para tornar o lugar habitável: estender a rede de água até cada casa (reivindicada pelos moradores), asfaltar e iluminar as ruas principais, estender a coleta de lixo semanal da cidade até a Vila Mutirão, pôr a creche a funcionar, pôr o posto policial e também a escola a funcionar, além de providenciar os fiscais e o "prefeito" que trabalham como administradores locais (MARICATO; MORAES, n.p,1986)

Essa “falha” no planejamento urbano abordada por Maricato; Moraes (1986) quanto a instalação da rede de água, pavimentação, iluminação pública dentre outros também é colocado por Freitas (2007, p. 77) ainda durante o processo do mutirão, onde “(...) A casa não possuía água encanada nem esgoto- a opção de abastecimento de água era o chafariz, e o esgoto era a fossa negra (...)” que segundo o autor seriam construídos ao fundo da casa. Posteriormente, até a construção das casas seriam questionados pelos próprios moradores. Com isso houve um começo de mudança na paisagem urbana dessa camada-temporal (1982-1990), evidenciado pela troca dos materiais que constituíam as casas como se lê em:

As casas da “Vila Mutirão” são de péssima qualidade, e isto hoje é tão evidente para qualquer um que visite a vila o que o visitante nota logo que adentra a vila é que várias casas tiveram desmanchadas as paredes sendo usadas as placas que compunham as paredes para fazer piso e foram levadas para novas paredes com material tradicional seja, alvenaria (BERALDO, 1985, p.4).

As dificuldades da urbanização de qualidade devido a infraestrutura urbana ineficiente é denunciado pelo (Vila Mutirão, 7 meses..., 6 maio. 1984) em que os moradores relatam os problemas de transporte coletivo, a falta de água- os moradores poderiam andar até 300 metros para conseguir água- o não funcionamento do centro comercial, que faria com que tivessem que andar até 12 quilômetros até a cidade ou algum comércio próximo e a falta de policiamento. Esses fatores são contrapostos com as expressões “pontos positivos’ e serviços “ como a instalação de algumas ruas, já em andamento o funcionamneto da escola, da enfermaria e da Casa dos Idosos”, como forma de amenizar a situação, que pode ser exemplificado na fotografia, (Figura 67), a seguir:

Figura 67 – Infraestrutura precária da terceira etapa da Vila Mutirão



Fonte: (Bairros, 7 jun.1987)

A imagem acima, (Figura 67), é um exemplo da situação da terceira etapa da Vila, que ainda em 1987 apresentava também a mesma problemática de precariedade de sua infraestrutura urbana. Na análise da fotografia se visualiza uma cratera que expõem as peças da tubulação do encanamento do sistema de água pluvial fazendo com que os moradores tivessem que atravessa-la para conseguir 'chegar' do outro lado do caminho, como é mostrado na imagem que uma moça carrega nas costas uma bicicleta, já que não havia uma 'ponte' mesmo que improvisada. Já na segunda fotografia, observam-se dois homens caminhando em uma rua também sem asfalto e com vários indícios de erosões. Percebe-se também que o entorno é tomado por uma vegetação com um aspecto ainda de uma paisagem predominantemente rural.

Figura 68 – Ampliação da Vila Mutirão, em uma segunda e terceira etapa



Fonte: Freitas (2007)

Dessa forma, mesmo apresentando uma continuidade dos problemas da extensão da infraestrutura urbana para a região, o governo ainda pretendia estender o projeto do Programa de Mutirão. Como de fato ocorreu, a Vila Mutirão foi ampliada em uma segunda e terceira etapa, como se pode ver pela (Figura 68) para mais três mil casas nos demais 50 municípios goianos. Segundo ainda a reportagem (Dona Íris..., 15 fev. 1984), se pretendia levar o programa para a Vila Finsocial e progressivamente extende-lo para todo o Estado. Isso nos leva a deduzir que os moradores da Vila Finsocial permaneciam sem assistência quanto a construção de suas moradias que estariam em situações precárias apesar das proposições de modelos de casas no início da sua implementação.

3.2.3 O Jardim Curitiba: o terceiro bairro de interesse social

Considerando a implantação da Vila Mutirão e de suas etapas subsequentes no processo de construção da paisagem da Região Noroeste, tem-se ainda um terceiro empreendimento implantado pelo poder público, o Jardim Curitiba. Este bairro seguiu pelas mesmas contradições que já foram evidenciadas com a ‘criação’ das Vilas Finsocial e Mutirão e dualidades na estrutura de uma ‘política social’ igualitária. Assim, a situação do Jardim Curitiba era que:

De todos os loteamentos implantados, o Jardim Curitiba foi o que apresentou, à época de sua implantação, as piores condições de habitabilidade: não dispunha de qualquer forma de atendimento à saúde, as ruas não estavam pavimentadas, com exceção das vias por onde circulavam as duas linhas de ônibus, não dispunha de água tratada nem rede de esgoto, abastecendo-se a população com a água de poço artesianos, mas havia energia elétrica (MOYSÉS, 2004, p. 302).

Segundo a OVG (1999, p.31) o Jardim Curitiba, localizado nas intermediações da Vila Mutirão, foi um (re) parcelamento da fazenda Curitiba, que engloba as etapas I, II, III e IV, e que foi implantado no primeiro ano do governo Henrique Santillo. “Na realidade este bairro surgiu a partir de uma ocupação realizada no Jardim Leblon, ocorrida em 1987, para reassentar as famílias que foram desalojadas desta invasão” (ibid., p. 32). O Jardim Curitiba se torna o terceiro bairro implantado pelo poder público da Região Noroeste, mas que ainda reproduzia uma mesma precariedade como abordado abaixo:

Vida difícil pela falta de água, energia elétrica e o castigo do sol escaldante nas barracas de lona e plástico. Ainda em formação, o Jardim Curitiba situado nos fundos da Vila Mutirão, saída para Inhumas (GO-070) passa por todos os problemas de um bairro em fase inicial. A área foi loteada pelo Governo Estadual para abrigar as famílias das principais áreas de posse de Goiânia, através do financiamento dos lotes e do material de construção para as casas com prestações equivalentes a 10% do salário familiar e mais 10%, caso o morador se interesse em também financiar o material de construção (SOFRENDO AS DIFICULDADES..., 4 fev. 1988).

Com essa iniciativa de loteamento, também em uma zona rural, no governo sob o comando de Henrique Santillo, pretendia conforme a OVG (1999,

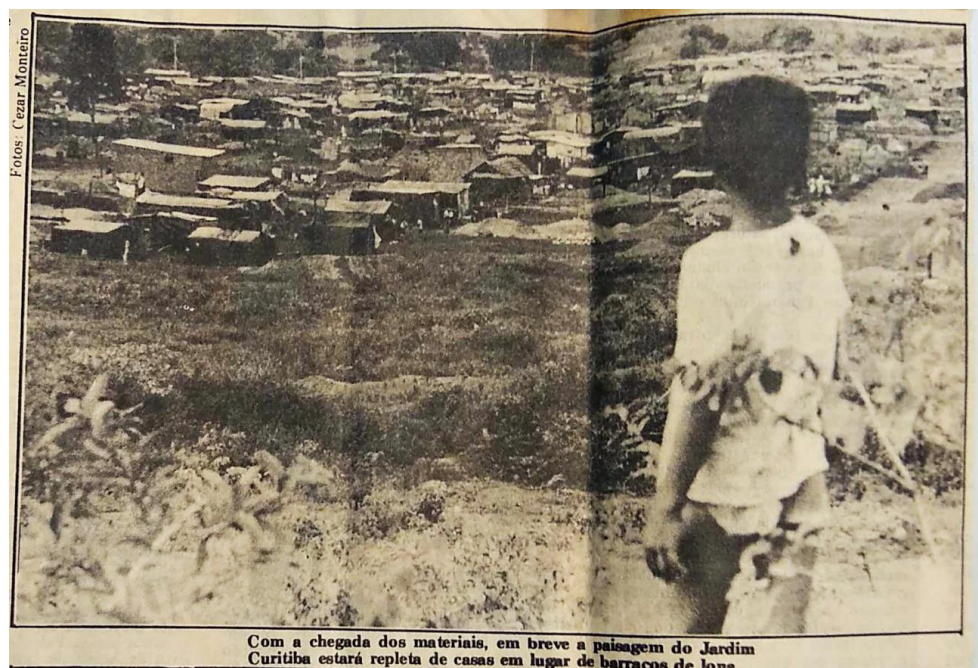
p.9) “atender moradores de baixa renda, principalmente os da invasão do Jardim Leblon iniciada em março de 1987”. Essa situação de social do Jardim Curitiba também é relatada nos anos seguintes pelo (Os Moradores do Jd. Curitiba...,16 mar. 1998), o qual é narrado a violência urbana na região em que “A rotina de assaltos, arrombamentos, homicídios e estupros está transformando os moradores do Jardim Curitiba I em reféns do medo”. Essa falta de segurança, ainda era presenciada pelas outras etapas do bairro, 2, 3 e 4, além do Bairro da Vi0tória e Parque Tremendão.

É importante destacar que a primeira etapa da Vila Mutirão, o Jardim Curitiba III, parte do IV, trecho da Vila Finsocial e Morada do Sol, foram implantados em áreas antes ocupadas por matas. O processo de deteriorização que se deu ao longo dos anos 80 agravou sensivelmente a qualidade de vida na região (MOYSÉS,2004, p. 327).

Essa natureza rural dos parcelamentos e a qualidade de vida na região aparecem na reportagem do (Sofrendo as dificuldades..., 4 fev. 1998), (Figura 69), onde nele se identifica pela fotografia da reportagem, as mesmas dificuldades quanto a instalação de infraestrutura urbana, ao interpretar na legenda da mesma que “ Com a chegada dos materiais, em breve a paisagem do Jardim Curitiba estará repleta de casas em lugar de barracos de lonas” (ibid.,p.8). Assim, analisa-se pela fotografia uma criança parada, observando do alto, do que pode ser uma colina, as moradias abaixo que se amontoam uma sobre as outras sem os devidos recuos dos lotes, além da precariedade das casas, por serem montadas com materiais improvisados, que ‘surgem’ em meio a vegetação já devastada.

Figura 69 – A paisagem do Jardim Curitiba





Com a chegada dos materiais, em breve a paisagem do Jardim Curitiba estará repleta de casas em lugar de barracos de lona

Fonte: (Sofrendo as dificuldades..., 4 fev. 1998)

A paisagem do Jardim Curitiba é expressa claramente, no registro fotográfico, da reportagem do (Ferreira..., 04 jun.1995),(Figura 70), em que em uma sequência de imagens e de forma descritiva pode-se depreender que ainda no ano de 1995, a paisagem do bairro continuava predominantemente natural, pelas poucas casas entre as árvores. Isso reforça que apesar de estar “Habitado há pelo menos dez anos, o bairro ainda não foi regularizado”, o bairro permanecia com os problemas urbanos e ambientais, como a erosão das ruas (FERREIRA..., 04 jun.1995).

Figura 70 – Sequência da configuração da paisagem do Jardim Curitiba



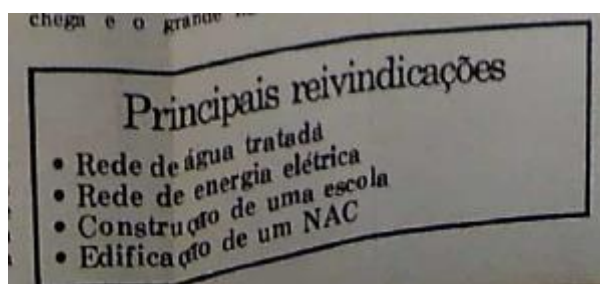
Fonte: (Ferreira..., 04 jun.1995)

Prosseguindo na leitura da imagem, de (Ferreira...,04 jun.1995), observa-se no segundo quadrante o esgoto a 'céu aberto' e a falta de pavimentação, o que questiona também a salubridade das casas, uma vez que “os moradores usam água poluída até mesmo para beber”. Já na terceira fotografia da sequência, “as reservas verdes foram praticamente destruídas” o que reforça que o terreno não era previamente urbanizado e que ainda continuava irregular, como relatado a seguir:

Moradores do Jardim Curitiba I estão sofrendo com a situação da Rua JC-4, que possui uma erosão de três metros de profundidade por sete metros de largura e cerca de 50 metros de extensão. O buraco começou a se abrir com o início do período chuvoso, em dezembro, e de acordo com os moradores do bairro, com a circulação de carros e caminhões no local, a abertura se torna cada vez maior (...) (MORADORES SOFREM...,31 jan.1994).

O relato da paisagem urbana do Jardim Curitiba, etapa III é apresentado na reportagem (Sofrendo as dificuldades..., 4 fev. 1998) que narra a realidade de 44 famílias que pedem a intervenção do governador Henrique Santillo para tornar as condições do espaço em lugar habitável aos moradores. Já que esse espaço se caracterizava pela precariedade das casas e a insalubridade, pela falta de água e energia, como é colocado pela (Figura 71), como uma das reivindicações.

Figura 71 – Conteúdo dos serviços ainda não encontrados no bairro



Fonte: (Sofrendo as dificuldades..., 4 fev. 1998)

Essa problemática é elucidada por meio da legenda da fotografia, (Figura 72), ao dizer que: “As 44 famílias vivem nesta área do Jardim Curitiba III em precárias acomodações. Moram em barracas de plástico e enfrentam o frio, chuva e calor”. Essas ‘barracas de plásticos’ são registradas na fotografia, como um ajuntamento ou acampamento levantado em uma clareira, cercada pela

vegetação nativa. Na imagem também se observa uma mesa improvisada, num espaço que parece ser destinado à cozinha daquela família, pelos utensílios expostos em cima de mesa improvisada feita de tábuas de madeira. Assim:

(...) Num apelo quase desesperado, elas solicitam ao governo do Estado para que regularize os lotes onde estão há mais de oito meses em barracas de plástico ou as transferiam de vez para outro lugar por que não suportam mais a fome, doenças, falta de energia, água potável e as condições insalubres que enfrentam no local (POSSEIROS VIVEM..., 16 fev. 1988).

Figura 72 – Reportagem sobre os moradores do Jardim Curitiba III



Fonte:(Posseiros vivem..., 16 fev. 1988)

A situação de insalubridade das famílias do Jardim Curitiba III relatada na reportagem acima, era datada de 16 de fevereiro de 1989, tomou uma dimensão ainda maior pois, se antes eram 44 famílias aglomeradas, agora de acordo com o mesmo jornal em 26 de setembro, já contabilizavam cerca de 900 famílias, estabelecidas em uma área de 20 mil metros. Assim se interpreta, (Barroso, 26 set. 1989) com o seu subtítulo “são 900 famílias no Jardim Curitiba III, vivendo o desespero de não ter para onde ir ou morar” as condições precárias da ocupação.

Assim, no jornal supracitado, a ocupação é descrita pelos moradores com o relato do calor interno das barracas, a falta de água nas cisternas e o “(...) Lixo, restos apodrecidos de alimentos, misturados a desejos humanos, torna a invasão praticamente inabitável”. A mesma reportagem também registra a gravidade da situação para os mais vulneráveis, especialmente as crianças: “(...) Morando em barracos cobertos de plásticos escuros, onde durante o dia chega a atingir mais de 40 graus, cerca de 700 crianças estão acometidas de febre, diarreia, verminose, pneumonia e piolhos”.

Figura 73 – Composição da paisagem dos Jardim Curitiba III



Fonte: (Barroso, 26 set. 1989)

Já na etapa do Jardim Curitiba IV é relatada pelo (Assentadas mais de 1 mil..., 7 fev. 1994) que dizia que a área “foi adquirida pelo Governo do Estado final no do ano passado e doada ao Movimento para o assentamento de pessoas que comprovadamente não tinha moradia”. O jornal ainda relata que a área fora doada pelo governo de Irís Rezende que além do terreno, doaria também os materiais para a construção das habitações, como é evidenciado pelo trecho “Enquanto os materiais de construção doados pelo Estado não chegam, a maioria das pessoas improvisa suas casas com plásticos, madeira e papel” (ibid.,

p.5). Seguindo a uma breve contextualização do local, o jornal ainda aborda que “a área com ruas e lotes demarcados é anexa à antiga fazenda São Domingos, atualmente denominada Bairro da Vitória, que residem outras 4 mil 70 famílias filiados ao MLCP” (MLP- Movimento de Luta pela Casa Própria) (ibid., p.5). Como é exposto a seguir:

A implantação da Vila Finsocial e posteriormente das Vilas Mutirão I, II e III e dos Jardins Curitiba I, II, III e IV, fez com que fossem criadas condições de mercado para o reparcelamento de várias chácaras de lazer, de natureza rural parceladas inicialmente durante as décadas de 60 e 70 (OVG, 1999, p.11).

Essas ‘condições de mercado’, posteriormente se desenvolveriam em especulação imobiliária, como seria exposto na reportagem do (Entidade luta..., 25 ago.1988), (Figura 74), que dizia que: “A especulação imobiliária é apenas um entre os inúmeros problemas da segunda etapa do Jardim Curitiba. No total, são 850 famílias que ali residem, a maioria em condições precárias”. Segundo a mesma reportagem, pela fala do morador João dos Reis “o programa habitacional se destinava a atender famílias de baixa renda, mas existem pessoas que possuem mais de três lotes” (ibid., p.11). Na mesma reportagem, ainda é relatado que as condições precárias se deviam pela demora da Secretaria para Assuntos Comunitários (SEAC) em disponibilizar o material de construção que seria financiado para os moradores, e que por isso eles ainda estavam vivendo em barracos de lona.

Figura 74 – Reportagem referente ao Jardim Curitiba, etapa II



Fonte: (Entidade luta..., 25 ago.1988)

Prosseguindo na leitura do jornal supracitado, além da reivindicação para a secretaria quanto ao prazo e verba dispostos para os materiais de construção a serem financiados, a questão da regularização dos lotes, ainda incompleta aparece na fala do morador João dos Reis que diz: “é com relação a regularização dos lotes, já que 30% das famílias dessa etapa estão sem o documento de autorização” (ibid., p.11). Já com relação aos serviços públicos como o transporte e a saúde, também são debatidos no tópico *Dificuldades no transporte*, que “os moradores da II Etapa do Jardim Curitiba afirmam que a situação do transporte coletivo é de precariedade e de desconforto” (ibid., p.11).

Assim, com a demora do transporte público as pessoas acabavam tendo que percorrer grandes distâncias a pé, correndo o risco de sofrerem algum tipo de violência urbana, como assaltos e estupros. Além disso, a reportagem pontua também a questão da problemática da falta de um posto médico em todas as etapas do Jardim Curitiba, o que levaria os moradores a preferirem o Cais da Vila Finsocial, por ter melhores condições quando comparado com o da Vila Mutirão, mesmo este sendo mais próximo.

Figura 75 – Fotografia do Bairro Jardim Curitiba



Fonte: (Associação denuncia..., 27 set. 1988)

No Jardim Curitiba, pela (Figura 75), se compreende que ao contrário da Vila Mutirão aonde se utilizou o kit de autoconstrução para as unidades habitacionais, levando a formação de uma paisagem horizontal padronizada por casas modulares e organizadas sequencialmente; aqui, a paisagem urbana já teve uma modificação, ela é ainda horizontal mas agora se apresenta em uma mescla de casas, barracões com telhado de uma água, que visualmente parecem ter uma melhor qualidade construtiva quando comparado com o início da ocupação das etapas II e III. Pela perspectiva da fotografia e a disposição das casas, a foto não deixa evidente a perspectiva de um traçado regular dos lotes no terreno, de ruas ou de implantação de postes de iluminação elétrica e de serviços público e privado no bairro.

Além disso, os moradores eram realojados, às vezes compulsoriamente, para áreas que eram ‘doadas’ pelo governo e influenciados a adquirir os kits de materiais (cimento, telha, madeira) de construção que eram propagados como doações públicas, mas sob ‘taxas’ financiadas a preço de custo. Dessa maneira, essa segunda camada espaço-temporal é formada pelo aglomerado de moradias que em um primeiro momento são marcados principalmente por uma paisagem de barracas de lonas de plástico e madeira.

Os anos 1990 são marcados pela regularização das áreas ocupadas, cujos lotes foram considerados posses urbanas pelo governo do Estado, sob o mandato do governador Agenor Rezende. De acordo com (Posseiros recebem..., 15 set. 1994), nesse ano houve uma regularização de 174 lotes e que:

(...) até o final do ano serão legalizadas 15 mil posses urbanas em Goiânia, beneficiando 75 mil pessoas em bairros como o Jardim Tiradentes, Jardim Curitiba I, II, III e IV, Setor Universitário, Bairro Anhanguera, Jardim Europa, Vila Concordia, Dom Fernando II (...) (POSSEIROS RECEBEM..., 15 set.1994).

Segundo o governador, ainda interpretando a matéria, a legalização dos lotes não iria contribuir para o “inchamento” de Goiânia, pois para regularizar o lote se teria que comprovar a sua ocupação antiga. Isso também pode ser constado pelo (Governo inicia legalização..., 15 set.1994) que sob o argumento do então governador Agenor Rezende, diz que a regularização das mais “15 mil posses urbanas na Grande Goiânia” beneficiaria 75 mil pessoas e que essa ação não atrairia pessoas de outros Estados, visto que um dos critérios para a

regularizar os documentos a serem estabelecidos seria justamente considerar a ocupação antiga do terreno. Seguindo a notícia complementa-se que alguns bairros ainda teriam os seus lotes legalizados como Vila Mutirão, Jardim Novo Mundo, ocupações da Rua 115 e Jardim Tiradentes.

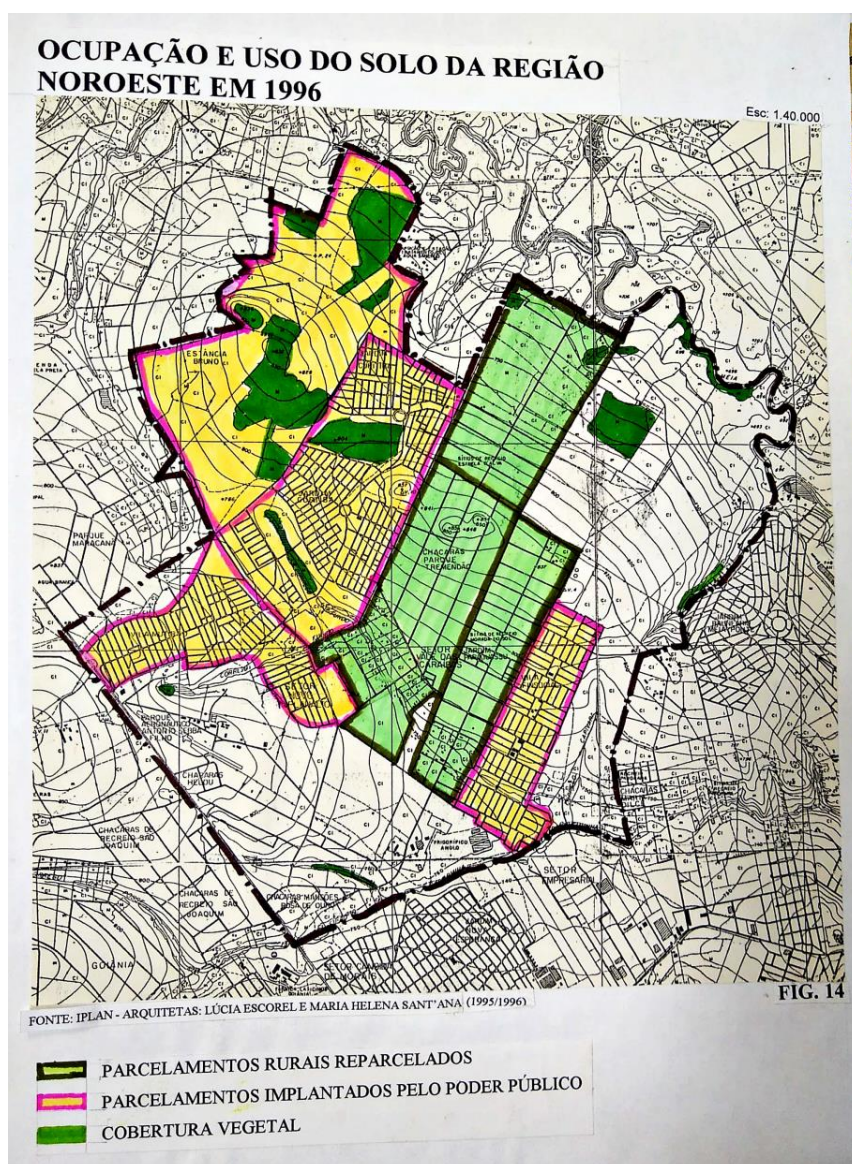
A paisagem do Jardim Curitiba ao 'final' da segunda camada espaço-temporal (1982-1990), anos de 1990, é descrita com "cujas vias extremamente longas não pavimentadas e perpendiculares ao eixo dos corpos d' água, cortando as curvas de nível, favorecem a incidência de processos erosivos". OVG (1999, p.32) enquanto a Vila Mutirão, que teve o planejamento em grelha, também não tinha toda a rede viária asfaltada e a Vila Finsocial que apresentam também um sistema em grelha, com vias curtas, estreitas (Ibid).

A partir disso se tem uma breve expectativa de qual será o conteúdo da terceira camada temporal (1990-2000), com o (re) parcelamentos por iniciativa privada das chácaras, Parque Tremendão, Sítios de Recreio Morada do Sol e Sítios de Recreio Estrela Dalva, que segundo a OVG (1999, p.11) estavam ainda em situação irregular. Já quanto a questão de infraestrutura, no estudo da mesma mostra as ações de planejamento urbano do poder público estadual quanto ao sistema viário implantado nos bairros, que se mostraram insuficientes.

3. 2 – 3ª CAMADA ESPAÇO-TEMPORAL (1990-2000)

A Região Noroeste de Goiânia foi envolvida tanto por uma dispersão quanto por uma concentração urbana caracterizada principalmente por uma população de baixo poder aquisitivo. Essa população ocupava os bairros 'criados' por iniciativa pública, mas que se caracterizavam por não apresentarem anteriormente a implantação de infraestrutura urbana e serviços públicos.

Figura 76 – Mapa de uso e ocupação do Solo da Região Noroeste em 1996



Fonte: IPLAN (1993)

Esta Região compreende uma área de aproximadamente 3.450 hectares. Limita-se ao norte com a Zona Rural do Município e a Zona de Preservação Ambiental do Meia Ponte, sistema de captação e tratamento de água da SANEAGO; ao Sul com o Córrego Ribeirão Caveirinha. A leste com as Chácaras Maria Dilce; e a oeste com a GO-070 e Jardim Balneário Meia Ponte (IPLAN, 1996).

Conforme a (Figura 76) e a citação acima do IPLAN (1996), temos a compreensão da localização e dimensão da Região Noroeste de Goiânia, com a delimitação dos parcelamentos urbanos rurais e implantados pelo poder público em 1996. Nessa terceira camada espaço-temporal (1990-2000), o processo de urbanização da Região Noroeste continuou com a implantação de outros bairros, como o Bairro da Vitória, São Carlos, São Domingos e Boa Vista em 1992, que se destacam por serem implantados por iniciativa do governo do estado, dentre outros em parceria com o setor privado. Assim, na “década de 1990, na região, foram aprovados 74 novos loteamentos e regularizados 37 dos que estavam irregulares e/ou clandestinos totalizando 111 loteamentos” (MOYSÉS, 2004.p.339)

Dessa forma, se tem como objetivo, nesse momento, debater a inserção da Região Noroeste dentro da discussão do crescimento de Goiânia em seu processo de dispersão, sendo o planejamento urbano da cidade uma questão a ser problematizada. Dessa forma, para compreender o conteúdo da terceira camada espaço-temporal (1990-2000), se teve como uma das principais fontes de análise os jornais Diário da Manhã, O Popular e os documentos iconográficos encontrados no Departamento de Divisão de Biblioteca e Documentação (DVDOC) da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM) de Goiânia,

3.3.1. REGIÃO NOROESTE: TENTATIVA DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Dentro do recorte temporal e espacial dos anos de 1990, é notória a discussão do crescimento de Goiânia, orientado por iniciativas do governo estadual e de empreendedores imobiliários privados. Segundo Resende; Vilarinho (2017, p. 12) isso ocorreu em consequência da ‘transferência’ da gestão do espaço urbano pelo poder público para o capital imobiliário/privado como forma de amenizar a “elevação crescente de custos de infraestrutura” por parte do Estado.

Com isso, viabilizou-se com que ocorressem os parcelamentos e loteamentos urbanos em situação irregular mas que posteriormente, sob pressão social e imobiliária/privada, tiveram a sua regularização aprovada pelo poder público. Por essa razão, nesse período acabou por provocar a discussão sobre a negligência do controle do planejamento urbano da cidade, gerada pelo seu crescimento ‘desordenado’. Isso, devido a flexibilização do processo de parcelamento do solo “adotando lotes menores e infraestrutura mínima, de acordo com a lei n ° 7.222, de 20 de setembro de 1993 (SILVA e MORAES, 2018, n.p.)⁴⁰. Já para Moysés (2004), essa legislação trouxe uma outra dinâmica urbana, pautada na aprovação de loteamentos que acabaram por se configurar como condomínios fechados.

Para Rodovalho (2008), essa “flexibilização dos parcelamentos”, estabeleceu uma situação de ‘subordinação’ do poder público municipal, uma vez que o mesmo acabava por arcar com o “custos de urbanização”. Assim, com a expansão da cidade, “o Poder Público Municipal que frequentemente se vê obrigado a instalar a infraestrutura e serviços urbanos que o parcelador não realizou e, ainda nos casos de loteamentos clandestinos a arcar com os custos de regularização fundiária.” (RODOVALHO, 2008.p.63).

A pressão é exercida pelos movimento populares ocorre através de invasões de áreas privadas anteriormente parceladas, ou em imóveis rurais limítrofes com áreas urbanas. A ocupação desordenada, quando consolidada, impõe à municipalidade os mesmos custos dos loteamentos realizados pelos empreendedores privados (ibid.,p.63)

A política urbana de Goiânia segundo Rodovalho (2008), teve como ação a adoção de medidas pontuais, de aprovação e implantação de infraestrutura urbana, sobre as fragmentações do espaço, o que dificultava a “aplicação dos projetos e ações previstos pelo Plano Diretor em detrimento de uma gestão emergencial e imediatista” (RODOVALHO, 2008.p.63).

Logo, o processo de planejamento da cidade de Goiânia revelou uma dicotomia entre o espaço urbano planejado e a sua materialização no território. As políticas públicas criaram o paradoxo entre a consolidação da estrutura da

⁴⁰ Em 1994 “(...)entra em vigor a lei de zoneamento, Lei n ° 031, de 29 de dezembro de 1994, que, além de distribuir parâmetros e coeficientes, atua como uma lei programática. Nela são inseridos instrumentos então inovadores, como o IPTU- imposto progressivo, o coeficiente único e as Zonas Especiais de Interesse Social”. (SILVA;MORAES, 2018, n.p).

malha urbana da cidade planejada e a formação de áreas irregulares e periféricas, ignoradas pelas políticas, compostas por uma população de baixo poder aquisitivo, uma vez que:

(...) enquanto o governo construía uma cidade criteriosamente planejada, contraditoriamente e, em paralelo, os trabalhadores construía nas proximidades do traçado urbano em implantação, uma cidade “popular”, delineando as primeiras áreas de invasões, denominadas, áreas de posse (MORAES, 2003, p. 16).

Dessa forma, o potencial da infraestrutura como elemento impulsionador de desenvolvimento urbano foi utilizado tendenciosamente como instrumento político do poder público e do capital imobiliário. Assim, ambos se utilizaram dos programas de desenvolvimento do planejamento da cidade e de implantação de habitações de interesse social como meio de ‘distribuir’ as classes sociais na estruturação do espaço urbano, de modo que a população de baixo poder aquisitivo acabasse por ocupar áreas fora malha urbana. Como afirma Moraes (2003, p. 235):

Por intermédio dos governos estadual e municipal, o Estado implantou vários loteamentos no município e no Aglomerado Urbano de Goiânia, atual Região Metropolitana. Levemos em consideração os loteamentos que tiveram maiores repercussões na cidade, como (...) a Fazenda São Domingos (1994), que surgiu em resposta ao plano de governo de campanha política do governo em exercício (durante a campanha de 1991, o candidato do PMDB, prometera entregar cem mil lotes populares aos sem-teto do estado)- a ocupação do loteamento aconteceu mediante uma estratégia política do governo com o MLCP; e o Residencial Goiânia Viva e Jardim Conquista (1994), exemplos de loteamentos efetivados pelas prefeitura de Goiânia a partir da ideia de que é possível realizar empreendimentos populares em vazios urbanos dentro da mancha urbana ocupada .

Com a implantação de loteamentos urbanos de iniciativa pública e privada acabaram por se perpetuar nos anos seguintes, pois para Moysés (2004) o PDIG/2000 como instrumento ordenador da cidade não conseguiu estabelecer um “pacto territorial” de conter e estabelecer limites à cidade de forma a torná-la mais compacta e menos segregada, uma vez que:

A partir de 1993, a prefeitura do município de Goiânia voltou a atuar no setor habitacional. Uma das medidas adotadas foi a reestruturação da Companhia de Obras (Comob), para abrigar a empresa de habitação do município, a Comob-Habitação. A Companhia tem como objetivo básico a implementação de uma política de habitação voltada para os interesses da população de baixa renda do município de Goiânia (...) (MORAES, 2003, p. 231)

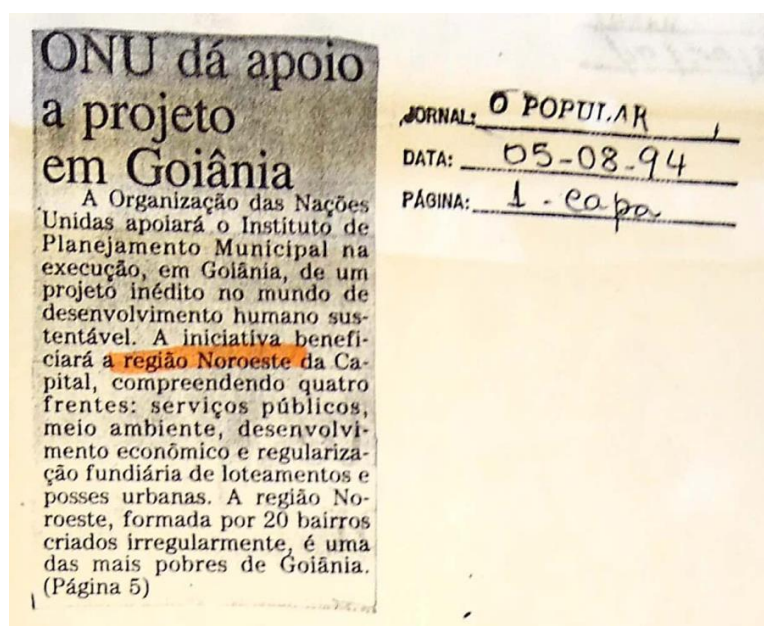
O período de 1993, também é abordado por Lima (2011, p.115) pela sua transição política da prefeitura de Goiânia, que passou do partido do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), sob o comando de Nion Alvernaz, “ que havia patrocinado a elaboração e a aprovação do PDIG-2000”, para o prefeito Darci Accorsi do PT (Partido dos Trabalhadores), que deu continuidade ao debate do Plano Diretor, estaria:

agora visando a maior participação da população e dos movimentos sociais, ONGs e outros agentes interessados na democratização do processo de planejamento e na abertura das discussões às diferentes instâncias da sociedade civil (LIMA, 2011, p.115).

Essa tentativa de uma maior participação de ONGs é averiguada na reportagem (ONU dá apoio a projeto...,05 ago.1994) com a atuação da ONU (Organização das Nações Unidas), (Figura 77), que juntamente com o Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN), propuseram um projeto de desenvolvimento urbano na Região Noroeste de Goiânia. Como é dissertado a seguir:

(...) A Miserior, ONG alemã, repassou recursos financeiros para o movimento popular de moradia, destinados à construção de cem unidades habitacionais em regime de mutirão. O projeto tem como parceiros o Programa de Habitação Popular da Universidade Católica de Goiás, a Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros e o Renascer, associação voltada para a criação do conjunto habitacional. A Cooperativa Habitacional Popular (COHPG), procurou realizar entre 1994 e 1996 um trabalho de mutirão para o levantamento de quinhentas casas com recursos dos próprios mutirantes, mas não obteve êxito em razão das dificuldades de articulação política dos líderes comunitários da Cooperativa (...) (MORAES, 2003, p. 231).

Figura 77 – Reportagem sobre a atuação de ONU na Região Noroeste de Goiânia



Fonte: (ONU dá apoio a projeto...,05 ago.1994)

Já na reportagem de (Garcia,5 ago. 1994) a Região Noroeste é apresentada como uma “Região Miserável”, o lócus da população de baixo poder aquisitivo. E que por esse motivo, seria o objeto do projeto colaborativo entre o IPLAN e a ONU, que fomentariam estratégias para o seu desenvolvimento urbano. Para isso, eles tinham a “proposta de ordenamento e desenvolvimento pela Prefeitura” como incentivo na parceria, como é relatado a seguir:

(...) A intenção dos coordenadores é, ao longo dos próximos anos, iniciar programas de coleta sistemática de lixo, de limpeza urbana, construção de um centro popular de abastecimento e implantação de projetos alternativos de educação e de recuperação do valor social do trabalho (GARCIA, 5 ago 1994, p. 10).

Dessa maneira, o IPLAN em 1996, forma com a ONU um “Grupo Especial de Implementação do Plano Diretor”. Em que apresenta em um mapa da Região Noroeste de Goiânia, (Figura 78), elencando os bairros: Setor Estrela D’Alva, Jardim Curitiba, Fazenda São Domingos, Vila Mutirão (I e II), Chácaras São Joaquim, Vila Finsocial, Conjunto Habitacional Fonte Nova e Morada do Sol.

Figura 78 – Reunião da ONU com a Prefeitura de Goiânia e IPLAN em 5/08/94



Fonte: (Garcia,5 ago. 1994)

Os anos de 1990 são marcados por uma série de medidas públicas para amenizar as precárias condições socioeconômicas e de habitat das pessoas que ocupavam a Região Noroeste, como é relatado na reportagem do (projeto

inédito..., 5 ago.1994) que relatou que o IPLAN em parceria com a ONU iriam implantar, em dois anos, “um projeto de desenvolvimento humano sustentável para a Região denominado “Goiânia Viva Região Noroeste- Ordenamento e Desenvolvimento”. Na reportagem fala-se que a Região Noroeste já continha 20 bairros e que mesmo os bairros implantados pelo Governo Estadual ainda estavam em situação irregular, como mostra a (Tabela 11) da situação fundiária da Região Noroeste a seguir:

Tabela 11 –Situação fundiária dos bairros da Região Noroeste

II - A partir de 1990	
1 - Jardim Colorado (Fazenda Caveira)	Aprovado
2 - Recreio Panorama	Aprov. Decreto nº 1.572 de 28/12/92
3 - Vale das Caraíbas (ch. 168 - Pq. Tremendão - Nadim Nucada)	Clandestino
4 - Conj. Habitacional Fonte Nova	Irregular
5 - Green Park (Antigo Minha Gente)	Irregular
6 - Eduardo Bilenjian	Irregular
7 - Reparc. Ch. Pq. Tremendão (Tremendão Lj. Nossa Senhora)	Irregular
8 - Residencial Maringá (Paulo Ninchi)	Irregular
9 - Sítio Rec. Estrela D’Alva (Chácara 5)	Irregular (**)
10 - Sítio Rec. Estrela D’Alva (Chácara 15)	Irregular (**)
11 - Sítio Rec. Estrela D’Alva (Chácara 18)	Irregular (**)
12 - Jardim Bela Vista	Irregular
13 - Colorado II	Clandestino
14 - Frigorífico Anglo	Glebas
15 - Clube de Diretores Lojistas	Glebas
16 - Reserva Propriedade Colorado	Glebas
17 - Saneago	Glebas

Fonte: Olivera; Silva (2016)

O projeto tinha como objetivo “realizar trabalhos em quatro frentes: serviços públicos, meio ambiente, desenvolvimento econômico e regularização fundiária de loteamentos e posses urbanas” (projeto inédito..., 5 ago.1994). Além do mais, havia uma preocupação quanto a situação ambiental da Região Noroeste por esta ser uma área de captação de água e de preservação ambiental.

A importância ambiental da região aparece no Relatório Técnico de Zoneamento Ecológico Econômico (GOIÂNIA, 2018): contém 19 Unidades de Conservação⁴¹, ter a fisionomia de mata seca, mata de galeria e desvegetado. E por ter um nível preocupante no grau de degradação ambiental em bairros como Recanto do Bosque, Parque Jardim das Hortências e Residencial Mansões Paraíso onde se encontraram respectivamente nascentes e afluentes do Rio Meia Ponte e o Córrego Fundo. Esses dados demonstraram o potencial ambiental da Região assim como a problemática causada pela ocupação sem a fiscalização para proteger e preservar as áreas florestais.

Moraes (2003) também destaca a atuação das ONGs como assessoras em projetos de construção de unidades habitacionais, pois a luta pela moradia acontecia principalmente devido a ocupação de terrenos considerados ociosos. Segundo a autora, “o mutirão foi e continua sendo incentivado também por ONGs, entidades que procuram apoiar a população carente realizando importantes trabalhos de nível comunitário ou de assessoria técnica” (ibid., p. 230). A mesma prossegue a discussão dizendo que:

Tal trabalho na cidade de Goiânia foi insignificante. Desde 1994, o Habitat para a Humanidade do Brasil, uma ONG americana, vem trabalhando com os sem-teto de Goiânia na edificação de quatrocentas unidades habitacionais, com recursos financeiros da própria organização dos Estados Unidos” (MORAES, 2003, p.231).

A Cooperativa Habitacional Popular (COHPG) seria um exemplo, abordado pela autora supracitada, de tentativa de organização entre 1994 e 1996, de um “trabalho de mutirão para o levantamento de quinhentas casas com recursos dos próprios mutirantes, mas não obteve êxito em razão das dificuldades de articulação política dos líderes comunitários da Cooperativa” (ibid., p.231). A dificuldade de ‘consolidação’ do sistema de cooperativa é também argumentado pelo jornal (Faltam 108 moradias 22 nov.1990) que diz que:

Os debatedores concluíram ainda que o alto custo do terreno inviabilizava os projetos de moradias de baixa renda assim as cooperativas deixam de investir nestas áreas. Outro agravante é o alto preço também dos materiais de construção. A proposta ventilada como solução foi criação, pelo Governo, de linhas de crédito especiais para

⁴¹ Algumas unidades são: Bosque da Palma, Jardim Fonte Nova, Morro da Cascalheira, Parque linear, Recanto do Bosque, Reserva São Domingos, Parque Otávio Lúcio-Brisas da Mata dentre outros.

pequenas e médias empresas destinadas ao financiamento de materiais alternativos de custo mais barato. “Com o barateamento dos custos, as construções surgiriam em maior número” afirma o arquiteto⁴² (FALTAM 108 moradias 22 nov.1990)

O conjunto das três reportagens do jornal O Popular no ano de 1990, apresenta a dicotomia entre o crescimento e o planejamento de Goiânia como algo a ser debatido. Destrincha-se assim na reportagem (A cidade ...,19 jul 1990), na coluna de *Opinião*, (Figura 79) de que uma empresa privada paulista havia ganhado a licitação para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia até o ano 2000 cujo,“(...) principal objetivo da concepção deste plano, é da fixação de diretrizes mais racionais para o controle do crescimento da cidade” que pelo seu “crescimento desordenado criou hiatos e desequilíbrios e ampliou distâncias que poderia ser menores no espaço urbano”, o que dificultaria as soluções de infraestrutura urbana.

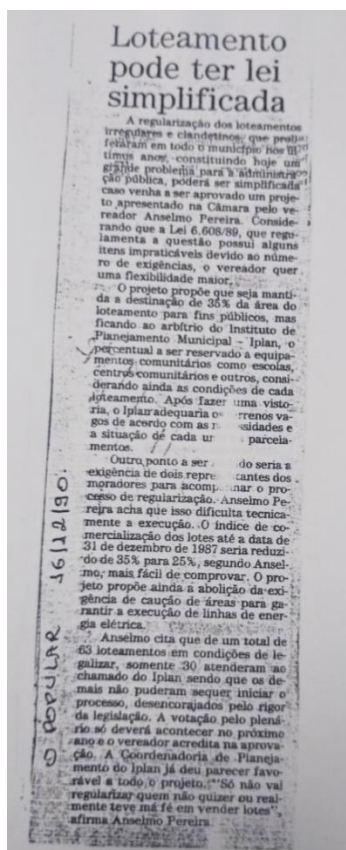
Figura 79 – Reportagem sobre o crescimento de Goiânia para o ano 2000



Fonte: (cidade ...,19 jul 1990)

⁴² O arquiteto foi Benedito Dias Ribeiro, que coordenou o debate do Conselho da Cidade, que discutiu sobre as problemáticas habitacionais no Clube de Diretores Logistas de Goiânia. (FALTAM 108 moradias...,22 nov.1990)

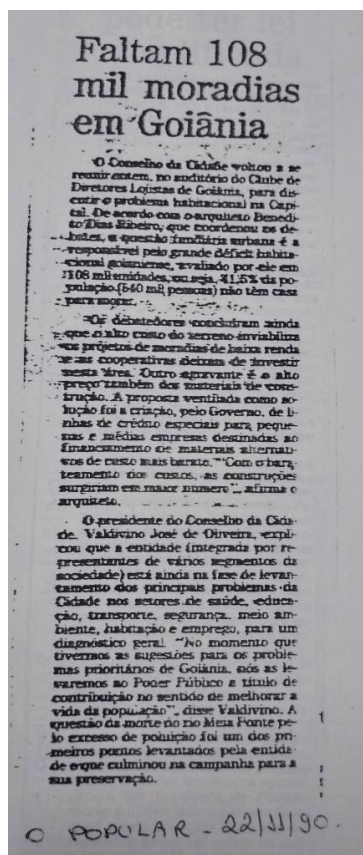
Figura 80 – Reportagem sobre os loteamentos em Goiânia



Fonte: (Loteamento..., 16 dez. 1990)

“Na reportagem Loteamento pode ter lei simplificada” (Loteamento..., 16 dez 1990) (Figura 80), a regularização dos lotes irregulares e clandestinos da cidade havia se tornado um problema a ser resolvido pela administração do poder público, que sob o comando do vereador Anselmo Pereira, estaria propondo como solução um projeto para simplificar a lei, como “(...) abolição da exigências de caução de áreas para garantir a execução de linhas de energia elétrica”, pois, pelo rigor da legislação vigente, dos 63 loteamentos somente 30 atendiam as exigências do IPLAN.

Figura 81 – Reportagem sobre as moradia em Goiânia

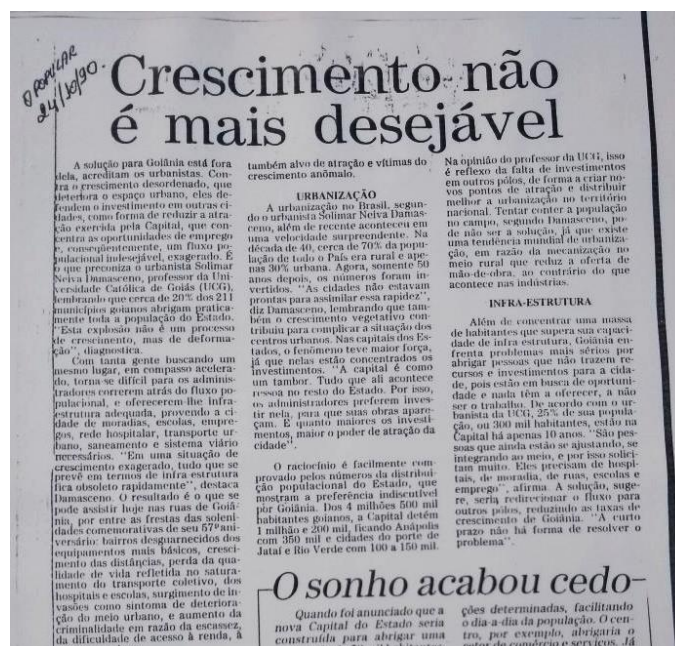


Fonte: (Faltam 108 mil...,22 nov.1990)

Por fim, o de título (Faltam 108 mil...22 nov.1990), (Figura 81) coloca que o fato do alto custo do terreno e dos materiais de construção inviabilizavam o investimento de cooperativas de áreas destinadas aos projetos de moradia de baixa renda, e isso geraria um déficit habitacional. A solução do governo seria, então, a criação de uma linha de crédito especial para, "(...) financiamento de materiais alternativos de custo mais barato (...)" voltado às pequenas e médias empresas. Assim, interpreta-se que mesmo o governo buscando administrar as áreas públicas, ele se articulava com a iniciativa privada, promovendo a flexibilização das leis urbanas.

3.3.1. O crescimento de Goiânia

Figura 82– Reportagem sobre o crescimento da cidade



Fonte: (Crescimento..., 24 out. 1990)

A reportagem, (Crescimento..., 24 out. 1990), (Figura 82), traz a perspectiva do urbanista Solimar Neiva Damasceno, professor da Universidade Católica de Goiás (UCG), que interpretava o crescimento de Goiânia como uma “deformidade” que teria como resultado a perda da qualidade de vida, dessa forma:

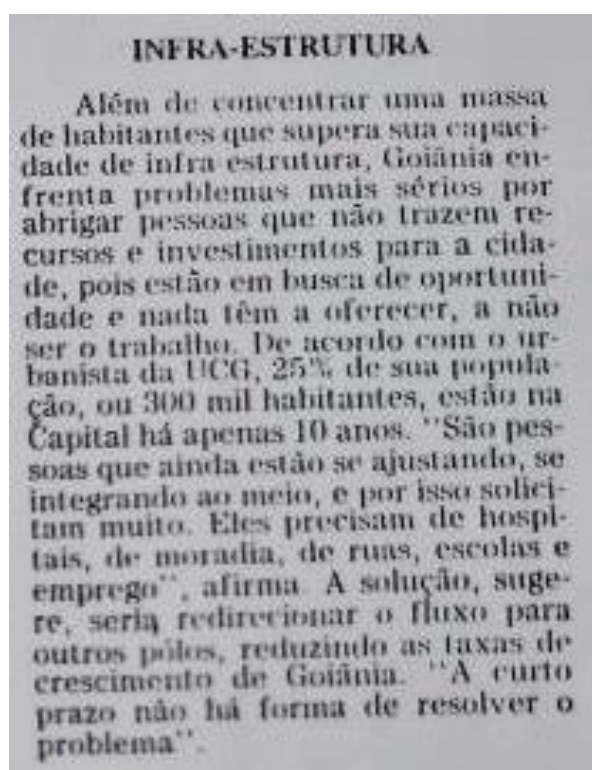
(...) a saturação do transporte coletivo, dos hospitais e escolas, surgimento de invasões como sintomas de deterioração do meio urbano, e aumento da criminalidade em razão da escassez, da dificuldade de acesso à renda, à saúde, e o lazer (CRESCIMENTO..., 24 out. 1990)

De acordo com a fala do urbanista supracitado, Goiânia estaria vivendo em um “ciclo vicioso” em que os investimentos na capital em serviços e infraestrutura urbana atraía um fluxo de novos habitantes, “êxodo rural” segundo o mesmo, o que gerava uma sobrecarga no sistema urbano. Assim, haveria uma necessidade constante por mais investimento, que por sua vez propiciava a ‘desordem urbana’, algo que já havia sido percebido nas décadas de 50 e 60. A reportagem ainda debate dois pontos: a urbanização e a infraestrutura. Em que

a primeira seria um fenômeno nacional, assim tentar manter a população no campo seria uma solução inviável, uma vez “em razão da mecanização no meio rural que reduz a oferta de mão-de-obra, ao contrário do que acontece nas indústrias” (Crescimento..., 24 out. 1990).

O Iphan estima que entre 1990 e o fim do século, Goiânia deverá receber cerca de 200 mil habitantes, na maioria miseráveis, desempregados ou subempregados. O órgão prevê também que a Região Noroeste será a mais procurada por estas pessoas (...) Projeto Inédito tenta aliviar miséria urbana (O POPULAR, 1994, p.5).

Figura 83 – Recorte sobre a infraestrutura em Goiânia em (24/100/90)



Fonte: (Crescimento..., 24 out. 1990)

Prosseguindo na leitura do (CRESCIMENTO..., 24 out. 1990) no próximo tópico de título, *Infraestrutura*, (Figura 83), destaca-se que a solução para a desconcentração urbana em Goiânia seria o investimento em infraestrutura nos polos do entorno de forma a conter o processo migratório. A partir disso e da fala de que “Goiânia enfrenta problemas mais sérios por abrigar pessoas que não trazem recursos e investimentos para a cidade”, infere-se, que como resultado, além da expansão da cidade, há uma reprodução de espaços de baixa qualidade de infraestrutura urbana e de uma dificuldade quanto ao acesso a uma assistência educacional.

3.3.3. A expansão: criação de novos bairros

É no segundo tópico, *O sonho acabou cedo*, do (Crescimento..., 24 out. 1990), que há uma lembrança da utopia de Goiânia como a cidade planejada. Nela se é enaltecido o seu plano urbano pelas qualidades do projeto para 50 mil habitantes, a sua qualidade ambiental, a distribuição dos serviços no centro pelo seu zoneamento, uma vez que "(...) Os bairros teriam finalidades específicas, idealizados para desempenhar funções determinadas, facilitando o dia-a-dia da população". Contudo, esse sonho segundo a reportagem 'acaba' quando o crescimento de Goiânia ultrapassa a estimativa populacional, já que ao final de 57 anos já tinha 900 mil pessoas, como se interpreta pelo trecho a seguir.

(...) Mas a cidade chegou aos 50 mil habitantes e não parou. Explodiu com a construção de Brasília, com o assédio da população rural, e a falta de acompanhamento deste processo de evolução resultou na deformação do espaço urbano. Começou então a proliferação de loteamentos desconexos, parcelamentos uns sobre os outros, ruas que não levavam a lugar algum, áreas habitacionais sem estrutura. Estabeleceu-se assim o processo do caos urbano, em andamento (CRESCIMENTO..., 24 out. 1990)

A proposição do texto acima, confronta questões importantes sobre as medidas de curto e longo prazo da política de habitação de interesse social proporcionada pelo poder público. As proposições por projetos de moradia voltados para solucionar o déficit habitacional da população de baixa renda são 'solucionadas' por medidas paliativas de remoção dessas pessoas das áreas de risco para áreas desintegradas da malha urbana da cidade e sem infraestrutura urbana. Como é abordado a seguir:

Quanto ao aspecto legal dos parcelamentos, como colocamos anteriormente, nesta Região, 80% são parcelamentos irregulares. A irregularidade está no fato de ter sido parcelado sem atender as exigências mínimas legais da Lei Federal 6.766 e as Leis Municipais referentes a parcelamento. As consequências são diversas: ruas estreitas, insuficientes, ausência de área para equipamento social, não preservação de matas, morros, fundos de vale, lotes com padrões irregulares (IPLAN, 1996, p. 8).

Por essa ótica, a ação do Governo Estadual acabava por reafirmar os parcelamentos irregulares e a estimular o mercado imobiliário, que devido a Lei 7.222, segundo Moysés (2004) não onerava o loteador, facilitando a criação de

novos loteamentos pelo mercado imobiliário, o que de fato ocorreu, com a disponibilização de 11.563 lotes em 13 loteamentos. Sobre esta questão, o estudo da OVG (1999) pautou em seu relatório os bairros irregulares promovidos pelo Estado, como no segundo governo de Íris Rezende Machado, exemplificado pela aquisição da Fazenda São Domingos, uma área rural e antes do perímetro de Zona de Expansão Urbana da cidade. Situada perto do Jardim Curitiba, o governo estadual, com uma repercussão também na mídia, ‘cria’ nela os bairros: Bairros da Vitória, São Carlos, Floresta, Boa Vista e São Domingos. Como se analisa a (Figura 84), a seguir:

Figura 84 – Formação do quarto maior quadrante da Região Noroeste, segundo o relatório da OVG em 1999



.Fonte: Google Earth (2020). Acessado em 01/02/2020. Modificado pela autora, 2020.

Assim, os bairros da Vitória, São Carlos, Floresta, Boa Vista e São Domingos, foram organizados pela OVG (1999, p. 34), como constituindo o “quarto grande assentamento popular patrocinado pelo poder público estadual na Região Noroeste”. Contudo, sua ocupação foi considerada inicialmente clandestina, por não terem um decreto de aprovação da prefeitura e ainda estarem no aguardo da avaliação do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental).

Conforme a (Figura 84), analisamos, ainda, que os bairros estão conectados pela Avenida dos Ipês, em vermelho, que o conecta com um dos principais eixos comerciais da Região Noroeste, a Avenida do Povo, em laranja, que por sua vez se conecta com os outros bairros da Região. No entanto, ainda há problemas de integração entre as vias dos bairros por não haver uma continuidade entre os eixos viários na sua malha urbana. Isso é resultado, conforme a OVG (1999), do não planejamento da ocupação desse quadrante que gerou tanto problemas de infraestrutura quanto de degradação ambiental, uma vez que:

Esta total ausência de planejamento e as enormes carências da população fizeram com que na ocupação houvesse uma depredação muito grande dos conjuntos de mata nativa local (árvores foram arrancadas para lenha e para erguer barracos, bem como para desobstrução de lotes). Aliás este processo de depredação ainda está em curso com várias ocupações clandestinas se instalando atualmente (OVG, 1999, p.35).

Como foi relatado pela organização, demonstrava-se uma “total ausência de planejamento e as enormes carências da população, fizeram com que na ocupação houvesse uma depredação muito grande dos conjuntos de mata nativa do local (...)” na Região Noroeste. Com isso, se intui que a devastação da mata nativa local perdurou em um processo contínuo, em que nas imagens de satélite da (Figura 84), apresentam em 2019 uma densa ocupação urbana que deixou pequenas áreas da vegetação remanescente, mas que ainda é degradada pelo processo de ocupação irregular.

As condições iniciais de ocupação foram extremamente precárias, sem nenhum planejamento, ficando a população sujeita a todo tipo de carências como: falta de água, falta de energia elétrica, transporte deficiente. A maioria da população foi abrigada sob “barracos de lona preta” (OVG, 1999, p.35).

Essas carências demonstram as problemáticas da Região Noroeste, que se insere no cenário do debate do crescimento e infraestrutura da cidade, passando a ser ‘reconhecida’ dentro de um processo histórico de ocupação, que lutava por melhores condições urbanas. Isso é registrado pela reportagem do (Projeto inédito...,5 ago 1994) com o tópico de título, *O Noroeste concentra a pobreza*, que por sua vez faz um breve contextualização do surgimento da Região Noroeste, originada de loteamentos irregulares e parcelamentos de

chácaras. Nela ainda se situa a sua localização, a 13 km do centro de Goiânia e que já possuía cerca de 60 mil habitantes, formada por “pessoas de baixa renda, que desempenham atividades não especializadas e concentradas ao mercado informal”. Como também é complementado a seguir, pelo perfil social dos moradores:

Um diagnóstico sobre a Região Noroeste realizado pela Prefeitura de Goiânia, através do IPLAN em 1995, intitulado “Goiânia Vida: Região Noroeste: Ordenamento e Desenvolvimento” afirma que 85% dos moradores são migrantes e estão concentrados predominantemente nos loteamentos irregulares e clandestinos, “92% da população é de baixa renda, com atividades não especializadas, atuando a maioria, no mercado informal, ou apresentando elevada rotatividade (75%), não só ocupacional como de mercado: formal para informal e vice-versa” (OVG, 1999, p.22).

Nesse momento, ainda nos anos 90, segundo Moysés (2004, p. 226) a Região Noroeste se caracterizou por um crescimento territorial, dos novos loteamentos “regulares, clandestinos e irregulares”, em que o perfil sócio econômico de território era de alta concentração de pobres, o “bolsão de miseráveis”, ampliado com a implantação dos bairros que até somavam 44 até os anos 2000.

Tabela 12 – Renda Média do chefe de família- Região Noroeste de Goiânia

Territórios Segregados	Implantação	Pop. 1996	População Estimada	Até 2 SM	2 a 5 SM	Acima de 5 SM
1. Implantados pelo Governo Estadual						
1.1 – Finsocial	1982	16.797	18.000	66,93	29,07	4,00
1.2 - Mutirão (I,II, III)	1983	13.921	15.000	74,60	22,71	2,69
1.3 - Jardim Curitiba (I, II, III; IV)	1987	18.333	20.000	72,22	25,91	1,87
1.4 – Bairros da Vitória, São Carlos, Floresta, Boa Vista e São Domingos *	A partir de 1992	22.026	35.000	n/d	n/d	n/d
1.5 – Conjunto Primavera *	A partir de 1994	5.462	7.000	n/d	n/d	n/d
2. Implantados pela Iniciativa Privada						
2.1 – Estrela Dalva *		1.083	5.000			
2.2 – Parque Tremendão		2.745	8 a 10 mil	63,0	34,1	2,90
2.3 – Morada do Sol **		5.081	7.000	n/d	n/d	n/d
2.4 – Recanto do Bosque *		n/d	8 a 10 mil	n/d	n/d	n/d

FONTE: OVG & MATTOS ASSESSORIA LTDA, apud OLIVEIRA (1999).IBGE - Contagem Populacional/96.

* Dados sobre o perfil de renda ainda não computados. Porém, é evidente que o poder aquisitivo da população é extremamente baixo, semelhante ao do Jardim Curitiba.

** Semelhante ao Parque Tremendão.

Fonte: Moysés (2004)

Na tabela, (Tabela 12), é demonstrado o quantitativo de salários mínimos,

renda média, que evidenciava o baixo poder aquisitivo dos mesmos, e o quantitativo populacional e estimado de moradores nos bairros: Bairros da Vitória, São Carlos, Floresta, Boa Vista e São Domingos que compunham a segunda camada-temporal (1990-2000) como é colocado a seguir:

Composta de dez bairros e dois distritos, os bairros seriam esses aí. Distrito 35: Chácaras São Joaquim e Mansões Rosa de Ouro, Chácaras Helou, Jardim Curitiba, Parque Tremendão (parte), Sítios de Recreio Morada do Sol, Vila Finsocial, Parque Aeronáutico Antônio Sebba Filho, Jardim Fortaleza, Green Park, Vila Mutirão I, II e III, Residencial Jardim Colorado, Residencial Maringá, e no Distrito 36 Vila Finsocial, Jardim Curitiba, Parque Tremendão (parte), sítios de Recreio Morada do Sol (parte), Chácaras Ma. Dilce, Sítios de Recreio Panorama, Sítios de Recreio Vale das Caraíbas (IPLAN, 1996, p. 5).

O jornal (Projeto inédito...,5 ago 1994) também pontua que a ausência de infraestrutura na Região dificultaria a ação do poder público municipal, mas não problematiza ou questiona que grande parte dos problemas elencados pelo poder público, decorreu de suas próprias medidas imediatistas com a implantação de habitações populares na Região Noroeste sem uma infraestrutura prévia, como é abordado:

Os problemas causados com o parcelamento da área, como ruas estreitas, sem integração ao sistema viário existente, ausência de locais para implantação de equipamentos urbanos e preservação de matas, além de lotes com padrões irregulares, dificulta a ação do poder público municipal. Grande parte das moradias é abastecida por cisternas, a região não possui rede de esgoto sanitário e as habitações são, em sua maioria, ligadas a fossas individuais (PROJETO INÉDITO...,5 ago 1994).

Como também foi estimado pela OVG (1999) para os bairros originados do desmembramento da Fazenda São Domingos, em que o sistema de energia elétrica da CELG havia desde 1994 e a água, pelo sistema da SANEAGO, desde 1996. Contudo, percebe-se que “não existe rede coletora de esgoto implantada pela SANEAGO. O sistema utilizado é o de fossa-sumidouro, o que vem ocasionando sérios problemas de contaminação do lençol freático raso” (OVG, 1999, p. 36). Assim:

Estrategicamente, o Estado planeja e constrói a habitação popular em lugares longínquos- fora da franja urbana edificada e dos espaços idealizados e construídos mediante as diretrizes do urbanismo moderno- o que reforça as nossas hipóteses: o urbanismo moderno não está ao alcance da população de menor poder aquisitivo e; o da não inclusão institucionalizada (MORAES, 2003, p. 234).

É nesse panorama de um lugar separada da cidade planejada, que a paisagem urbana da Região Noroeste é apresentada por meio de fotografias aéreas de alguns de seus bairros, que permitem uma visualização do 'todo' da área. Assim, em uma breve descrição e análise das fotografias, (Figuras 85 e 86), percebe-se dois planos horizontais, o primeiro seria o remanescente da vegetação nativa e o segundo das moradias. Nos bairros nota-se as similaridades da sua composição, com habitações, que já não mais se caracterizam por ser de lonas plásticas ou de barracas aglomeradas. Há assim, uma 'ordem' na urbanização, em que a maioria dos bairros apresentavam uma ausência de pavimentação o que intui para a problemática da ausência de infraestrutura urbana.

Figura 85 – Levantamento fotográfico da Região Noroeste de Goiânia



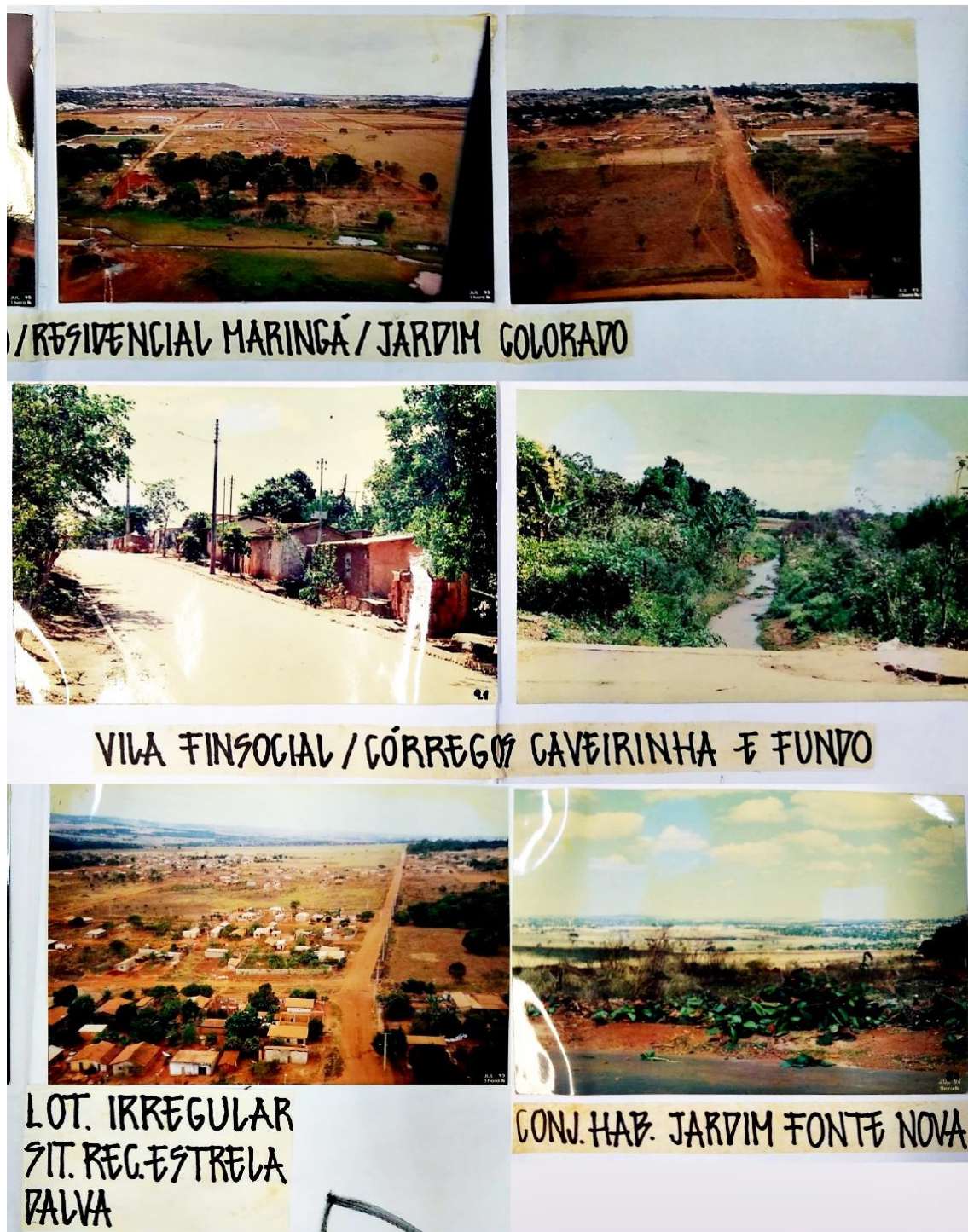
Fonte: DVDOC (2019)

Além disso, os loteamentos parecem estar dentro de uma malha regular, em um ordenamento urbano, que se mescla com a vegetação. Percebe-se

também que a paisagem é predominantemente horizontal em que se tem como pano de fundo um terreno de nível elevado, como 'montanhas', o que constata o isolamento da população de baixo poder aquisitivo.

Figura 86 – Fotos ampliadas do levantamento fotográfico





Fonte: DVDOC (2019)

Esse levantamento fotográfico da Região Noroeste registrou visualmente a situação da sua paisagem, dando um panorama da sua ocupação urbana que é discutida como uma área que necessita de um projeto para o seu desenvolvimento sustentável.

3.3.4. Região Noroeste: um debate para o seu desenvolvimento urbano

No I Seminário Região Noroeste Integrar para Planejar (1996, n.p.) realizado pela IPLAN, teve como objeto geral o de “integrar os Órgãos Federais, Estaduais e Municipais e particulares envolvidos diretamente com programas e projetos na Região Noroeste, visando à otimização para um planejamento eficaz”. Assim, os Órgãos participantes foram: 1) Os Federais com: o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e o Ministério Público Federal; 2) Estaduais: CELG (Centrais Elétricas de Goiás), SANEAGO (Saneamento de Goiás S/A), Ministério Público Estadual, dentre outros cinco órgãos; 3) Municipais: IPLAN (Instituto de Planejamento Municipal), SEMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente), Secretaria de Solo Urbano, Secretaria Municipal de Saúde, dentre outros.

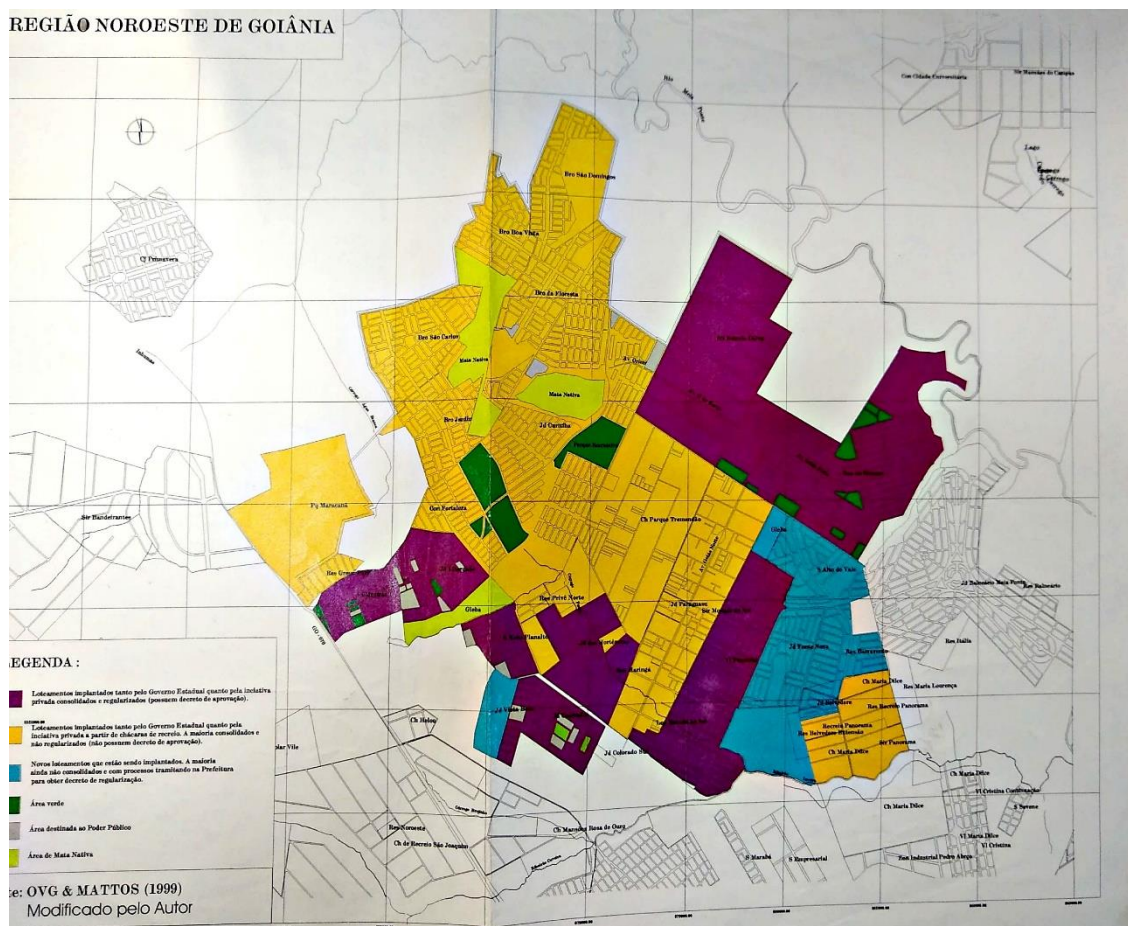
Durante o seminário, Solange Rassi, coordenadora de Planejamento Socioeconômico, justificou a escolha da Região Noroeste por esta ser dentre as regiões de Goiânia a que apresentava o maior desafio quanto as questões da infraestrutura urbana e o desenvolvimento sócio econômico, demandando assim um maior nível de investimento. Assim, “(...) se pensava num novo modelo de desenvolvimento chamado “Desenvolvimento Sustentável” que era um programa que estava sendo desenvolvido articulado a nível Federal com o PNUD” (IPLAN, 1996, p.3)

Nesse momento, pela análise do levantamento realizado pela OVG; Mattos (1999) e do IPLAN (1996), se identifica pela legenda da (Figura 87) os: Loteamentos implantados tanto pelo Governo Estadual quanto pela iniciativa privada consolidados e regularizados (possuem decreto de aprovação); 2) em laranja: Loteamentos implantados tanto pelo Governo Estadual quanto pela iniciativa privada a partir de chácaras de recreio. A maioria consolidados e não regularizados (não possuem decreto de aprovação); 3) em azul: Novos loteamentos que estão sendo implantados. A maioria ainda não consolidados e com processos tramitando na Prefeitura para obter decreto de regularização; 4) em verde-escuro: Área verde; 5) em cinza: Área destinada ao Poder Público e 6) em verde-claro: Área de Mata Nativa.

Assim, a expansão da ocupação e da paisagem da Região Noroeste. Na

imagem, há a demarcação dos: 1) loteamentos regulares que foram implantados pelo Governo Estadual e por iniciativa privada; 2) os novos loteamentos que ainda seriam implantados e 3) aqueles que estavam em processo de regularização.

Figura 87 – Levantamento dos bairros que compõem a Região Noroeste em 1999



Fonte: OVG; MATTOS (1999)

Nesse período, em 1997 a 2001, Moysés (2004. p. 207) afirma que houve em Goiânia, um aumento de lançamento de loteamentos pelo mercado imobiliário que lançou “132 novos loteamentos com a oferta de 72.911 lotes. Isso significa que, em apenas quatro anos (dentro de um período de doze anos) o mercado imobiliário ofertou 77% dos loteamentos e 80% dos lotes”. Isso de acordo com o autor, ocorreu sob o suporte da Lei 7.715, que ao retirar a exigência de pavimentação, facilitou a oferta de loteamentos. Correspondendo assim, para o autor, cerca de 24% do total de loteamentos em Goiânia, ou seja,

na década de 1990 houve na Região Noroeste 26 novos loteamentos, como podemos analisar pelo mapa (Figura 88).

Figura 88 – Bairros que compõem a Região Noroeste em 1990



Fonte: Silva (2014)

Em relação aos equipamentos urbanos, no período de levantamento, junho de 1999, a OVG(1999, p.86), segundo os dados fornecidos pelas “Secretarias Estadual e Municipal de Educação e constatados in loco existem hoje (junho de 1999) na Região Noroeste 26 escolas-13 estaduais e 13 municipais”.Esses estavam distribuídos em aproximadamente 20 bairros como os das três etapas da Vila Mutirão, Jardim Curitiba, dentre outros, como : “Bairro Vitória- Área III, Bairro Vitória- Área IV-Floresta, Bairro Vitória- Área V- São Carlos, São Domingos, Finsocial, Estrela Dalva, Morada do Sol e Conjunto Jardim Primavera” (ibid., p. 86). Como colocados:

Os Bairros da Vitória III, Vitória IV-Floresta, Vitória V- São Carlos, Vitória VI-Boa Vista e São Domingos contam atualmente com apenas 4 equipamentos na área da Assistência Social. Desses apenas 1-

NUEC⁴³ Bairro Vitória é de natureza pública, em parceria com Igreja Católica, que cedeu o espaço físico. Os demais são particulares, sendo 2 da Igreja Católica e 1 do Grupo Espírita Regeneração (OVG, 1999, p.71).

Assim, a OVG (1999) constatou a insuficiência de equipamentos públicos e a precariedade nos serviços do sistema da saúde, CAIS, Postos de Saúde e escolas. A organização concluiu que “o principal problema da região tem sido o (re)parcelamento clandestino de áreas originalmente parceladas para chácaras de recreio, fazendo com que as ocupações tenham um certo espontaneísmo” (OVG, 1999, p. 131). Isso reverbera, segundo a organização, na ausência de um planejamento urbano e ambiental que intensificam as problemáticas da Região, uma vez que a maioria dos lotes são de parcelamentos clandestinos/ irregulares que são vendidos por um preço menor em comparação aos regularizados, fazendo com que a população de baixo poder aquisitivo os compre. Contudo, por não terem um projeto urbanístico aprovado pela prefeitura, se dificulta a implantação de equipamentos urbanos nas áreas públicas, como colocado pelo IPLAN (1996):

Quanto a infra-estrutura esta é quase inexistente- 25% apenas. A maioria das habitações conta só com poços individuais para abastecimento-cisternas, e apenas uma pequena parte 20% é servida pelo sistema convencional da SANEAGO. Quanto ao sistema de esgotamento sanitário este é inexistente e as habitações, na sua maioria, são ligadas a fossas negras individuais. O sistema de drenagem existente também é precário. É feita naturalmente através da declividade e a capacidade de absorção do solo. As poucas vias pavimentadas, 10% são apenas as vias de trajeto do transporte e massa. As habitações são servidas de energia elétrica convencional instalada pela CELG. O sistema de transporte de massa instalado também é deficitário atendendo apenas 70% da população usuária deste meio de transporte (IPLAN, 1996, p. 6).

Dessa maneira, para a OVG (1999) a demora na intervenção do governo na regularização dos lotes se deve também pela rapidez com que ocorreram as ocupações, como é abordado pelo órgão que diz: “(...) Aliás, foi o poder público estadual que desencadeou o parcelamento clandestino na região, implantando todos os assentamentos nestes últimos 20 anos em zona rural” (ibid., p. 132). Sendo essa uma confirmação de que a política habitacional promovida para a população de baixo poder aquisitivo negligenciava a sua integração social e urbana, uma vez que essas áreas ofereciam uma baixa infraestrutura urbana, o

⁴³ Núcleo de Educação e Cidadania

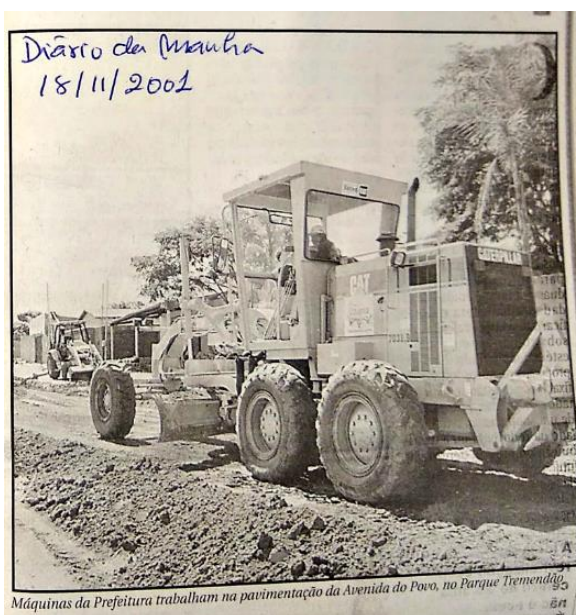
que dificultava também a instalação de equipamentos urbanos, pois se localizavam fora da expansão da cidade.

Assim, de acordo com levantamento da OVG (1999), a regularização dos parcelamentos já ocupados viria com mudanças posteriores na legislação, contudo muitos ainda se encontravam em situação irregular como: Jardim Curitiba I, II, III e IV; bairros da Vitória, São Carlos, da Floresta, Boa Vista e São Domingos e Conjunto Jardim Primavera.

Com o levantamento da OVG (1999), percebe-se que agora a compreensão dos bairros ocupados na Região Noroeste não é interpretada de forma separada. A Região começa a ser estudada como uma área urbana, a partir da análise dos seus principais eixos de ligação, Avenida do Povo com a GO-070 e a Avenida Mangalô com a Avenida Perimetral Norte, que fazem uma articulação viária com os bairros (Vila Mutirão, Jardim Curitiba, bairros da Fazenda São Domingos), Parque Tremendão, Morada do Sol, Vila Finsocial e Jardim Nova Esperança e com outros municípios como Trindade e Inhumas.

Os anos 2000 mostram um investimento em obras de infraestrutura urbana em alguns bairros da Região Noroeste, como é atestado pela reportagem (Prefeitura de Goiânia..., 18 nov 2001), (Figura 89) que registra obras de infraestrutura, como asfalto, galerias para esgoto e água, meios-fios e pavimentação.

Figura 89 – Pavimentação da Avenida do Povo



. Fonte: (Prefeitura de Goiânia..., 18 nov.2001),

Assim, na mesma reportagem é relatado que sob a gestão do prefeito Pedro Wilson e sob a direção da Dermu/Compav, presidida por Adhemar Pallocci,, começaram obras de pavimentação no Jardim Liberdade, Parque Tremendão, Jardim Petrópolis, Goiânia II, Eli Forte, Curitiba II e IV, Recanto das Minas Gerais, Jardim Goiás, Condomínio Fortaleza, Morada do Sol, Bairro da Vitória. Como é listado na (Figura 90), as várias regiões de Goiânia que iriam através do “Orçamento Participativo” ter um orçamento de 49,94% de um investimento de R\$22.500 milhões para 2002, investidos em pavimentação”, pois isso representaria o “resgate da dignidade” dos moradores.

Figura 90 – Obras de infraestrutura realizadas nos bairros de Goiânia

Relações das principais obras — 2001				
Conclusão das Obras Paralisadas em 2000				
Bairro	Natureza dos Serviços	Quantidade	Valor (R\$)	Status
Bairro da Vitória	Meios-fios e sarjetas	10.819,9 m (aprox. 10,82 Km)	142.843,96	Executado
Cond. Fortaleza	Pavimentação	7.209,0 m ² (aprox. 1,03 Km)	107.403,83	Executado
Cj Vera Cruz VII	Meios-fios e sarjetas	4.689,0 m (aprox. 4,69 km)	62.013,44	Executado
Estrela Dalva	Pavimentação	6.345,0 m ² (aprox. 0,91 km)	44.564,74	Executado
J. Curitiba II e IV	Meios-fios e sarjetas	7.970,0 m (aprox. 7,97 Km)	103.610,79	Executado
Jardim Curitiba III	Meios-fios e sarjetas	6.918,4 m (aprox. 6,92 Km)	79.250,46	Executado
Jardim Goiás	Pavimentação	11.600,0 m ² (aprox. 1,66 Km)	81.473,76	Executado
Jardim Mariliza	Meios-fios e sarjetas	9.671,4 m (aprox. 9,67 Km)	94.747,69	Executado
Jardim Petrópolis	Meios-fios e sarjetas	6.365,0 m (aprox. 6,37 Km)	199.460,68	Executado
Lorena Park	Meios-fios e sarjetas	1.578,0 m (aprox. 1,58 Km)	17.984,58	Em Execução
Parque Buriti	Pavimentação	7.210,0 m ² (aprox. 1,03 Km)	50.640,16	Executado
Par. Tremendão	Meios-fios e sarjetas	6.710,0 m (aprox. 6,71 Km)	106.607,12	Executado
Solange Park	Meios-fios e sarjetas	1.820,0 m (aprox. 1,82 Km)	20.742,67	Em Execução
St Santos Dumont	Meios-fios e sarjetas	7.391,0 m (aprox. 7,39 Km)	142.710,76	Executado
Vila Mutirão	Meios-fios e sarjetas	5.457,4 m (aprox. 5,46 Km)	271.928,52	Executado
Vila Mutirão	Pavimentação	24.367,0 m ² (aprox. 3,48 Km)	363.033,58	Executado
Obras realizadas com Recursos do Tesouro Municipal				
Bairro da Vitória	Pav. e G. de Ág. Pluviais	52.346,0 m ² (aprox. 7,48 Km)	3.122.278,22	Em Execução
Goiânia Viva	Pav. e G. de Ág. Pluviais	21.810,0 m ² (aprox. 3,12 Km)	405.861,52	Em Execução
Jardim Atlântico	Pav. e G. de Ág. Pluviais	19.796,0 m ² (aprox. 2,83 Km)	898.407,11	Em Execução
J. Curitiba II	Pav. e G. de Ág. Pluviais	4.592,0 m ² (aprox. 0,66 Km)	120.831,39	Em Execução
J. Curitiba III	Pav. e G. de Ág. pluviais	60.186,0 m ² (aprox. 8,60 Km)	2.229.520,40	Em Execução
J. Curitiba IV	Pav. e G. de Ág. Pluviais	13.951,0 m ² (aprox. 1,99 Km)	314.751,56	Em Execução
J. Goiás (V. Lobó)	Pav. e G. de Ág. Pluviais	13.514,0 m ² (aprox. 1,93 Km)	500.820,79	Em Execução
Jardim Petrópolis	Pavimentação	14.364,0 m ² (aprox. 2,05 Km)	267.421,50	Em Execução
Parque Maracanã	Pavimentação	5.410,0 m ² (aprox. 0,77 Km)	37.997,68	Executado
Parque Santa Rita	Pavimentação	3.500,0 m ² (aprox. 0,50 Km)	65.441,11	Em Execução

Parque Tremendão	Meios-fios e sarjetas	7.498,0 m (aprox. 7,50 Km)	160.309,01	Em Execução
Parque Tremendão	Pavimentação	26.720,0 m ² (aprox. 3,82 Km)	398.089,92	Em Execução
St Eldorado (Gyn 24)	Galerias de Ág. Pluviais	160,0 m (aprox. 0,16 Km)	50.334,13	Executado
St Rec. das MG	Pav. e G. de Ág. Pluviais	14.364,0 m ² (aprox. 2,05 Km)	470.037,31	Em Execução
St Santa Geneveva	Galeria de Ág. Pluviais	1.505,0 m (aprox. 0,22 Km)	623.426,33	Em Execução
Sir de Rec. M. do Sol	Pavimentação	21.723,0 m ² (aprox. 3,10 Km)	152.573,66	Executado
Sir de Rec. Band.	Galeria de Ág. Pluviais	420,0 m (aprox. 0,42 Km)	133.572,18	Executado
Vila Mutirão	Pav. e G. de Ág. Pluviais	42.750,0 m ² (aprox. 6,11 Km)	949.804,78	Em Execução
Sto Hilário	Pav. Av. Sebastião Hilário	1.520,0 m ² (aprox. 0,19 Km)	42.000,00	
Obras realizadas com Recursos Federais				
Res. Eli Forte	Pav. e G. de ág. Pluviais	3.479,0 m ² (aprox. 0,50 Km)	65.621,17	Em Execução
Res. Itaipu	Pav. e G. de Ág. Pluviais	7.350,0 m ² (aprox. 1,05 Km)	120.906,10	Em Execução
St. das Nações	Pav. e G. de Ág. Pluviais	3.395,6 m ² (aprox. 0,49 Km)	65.438,99	Em Execução
Bairro Floresta	Pav. e G. de Ág. Pluviais	3.371,5 m ² (aprox. 0,48 Km)	97.350,06	Em Execução
Bairro São Carlos	Pav. e G. de Ág. Pluviais	4.592,0 m ² (aprox. 0,66 Km)	121.332,47	Em Execução
Chácara Maria Dilce	Pav. e G. de Ág. Pluviais	8.750,0 m ² (aprox. 1,25 Km)	144.132,26	Em Execução
Ch. Rec. São Joaquim	Pav. e G. de Ág. Pluviais	5.160,0 m ² (aprox. 0,74 Km)	83.537,94	Em Execução
Av. Leste Oeste			2.000.000,00	A iniciar
Obras realizadas em Convênio com o Governo do Estado				
Bairro da Floresta	Pav. e G. de Ág. Pluviais	12.770,00 m ² (aprox. 1,81 Km)	234.600,71	Em Execução
Res. Eli Forte	Pav. e G. de Ág. Pluviais	11.929,4 m ² (aprox. 1,70 Km)	285.150,03	Em Execução
Res. Itaipu	Pav. e G. de Ág. Pluviais	23.660,0 m ² (aprox. 3,38 Km)	855.319,86	Em Execução
Av. Goiás Norte			2.578.971,42	A iniciar
Marginais- Obras realizadas com Recursos Federais/Municipais				
Canalização do Córrego Cascavel				Em Execução
Canalização do Córrego Botafogo				Em Execução
(O DERMIU/COMPAV NÃO APRESENTOU OS VALORES DESSAS DUAS OBRAS)				

Fonte: Diário da Manhã (2001)

Assim, conforme a narrativa esboçada até o momento, a terceira camada espaço-temporal (1990-2000) se pauta, principalmente, nas questões de investimento e consolidação da infraestrutura da Região Noroeste de Goiânia, de forma a amenizar a precariedade urbana da Região e proporcionar uma melhora na qualidade de vida dos seus moradores tanto no espaço urbano quanto pelo seu padrão socioeconômico que começa a ser transformado com a emergência da sua mais recente camada espaço-temporal que se expande com a criação de novos bairros, o que será abordado a seguir.

4.1 – 4ª CAMADA ESPAÇO –TEMPORAL (2000-2019)

A quarta camada espaço-temporal (2000-2019) é o último recorte temporal que demonstra a expansão da Região Metropolitana de Goiânia⁴⁴ em direção à Região Noroeste de Goiânia (ver Figura 91). Assim, nessa camada se analisa a mudança socioeconômica que começou a emergir nessa área, trazendo novas perspectivas de transformação da paisagem urbana.

Figura 91 – Imagem da atual ocupação da Região Noroeste de Goiânia, 2019



Fonte: GoogleEarth (2019). Acessado em 10/09/2019

As mudanças que ocorreram na Região, começaram com as proposições de estratégias urbanas para que se inicialmente se ‘rompa’ com o estigma da marginalidade e violência urbana que percorreu a história de formação da Região com as primeiras ocupações. Assim, para compreender a quarta camada-espaço (2000-2019) e as transformações da sua paisagem urbana, se utilizou da interpretação de fontes como o Diário da Manhã, O Popular e uma coletânea de registros fotográficos do acervo pessoal da autora.

⁴⁴ Segundo o IPEA (2013, p. 257) Dez anos após o advento da Constituição do Estado de Goiás, a Lei Complementar no 27/1999 criou, de fato, a Região Metropolitana de Goiânia, inicialmente composta por onze municípios.

4.1.1 Região Noroeste de Goiânia: mudanças urbanas

A Região Noroeste de Goiânia se comporta como um marco urbano na cidade, ao urbanizar uma 'nova' área, representando assim o espraiamento da cidade. Com uma história pautada em conflitos sócio espaciais, pelo processo de transposição do espaço natural/rural ao ocupado e posteriormente urbanizado, essa região se configurou em uma nova macha urbana de Goiânia. Como abordado no período da década de 1990:

Na década de 1990, na região, foram aprovados 74 novos loteamentos e regularizados 37 dos que estavam irregulares e/ou clandestinos, totalizando 111 loteamentos. Desses, foram regularizados apenas três e aprovados dezessete novos. Esses parcelamentos, tanto os novos quanto os regularizados, sinalizam que os espaços segregados na Região Noroeste tendem à regularização (MOYSÉS, 2004, p. 339).

Tabela 12 – Anos 1990- Novos loteamentos da iniciativa privada

Tabela B-1 - Anos 1990 – Novos Loteamentos da iniciativa privada

Loteamentos	Nº de Lotes	Situação fundiária	Posição no espaço do município	Pop. Atual
Condomínio Fortaleza	169	Clandestino	Zona Rural	
Recanto do Bosque	4.607	Aprovado	Expansão Urbana	
Chácara de Recreio São Joaquim	569 chácaras e 151 lotes urbanos clandestinos	Regular	Zona Rural	
Jardim Colorado	887	Aprovado	Expansão Urbana	
Parque Maracanã	563	Clandestino	Zona Rural	
Chácara de Recreio Panorama	389 lotes rurais	Regular como chácaras, clandestino como urbano	Zona Rural	
Chácaras Maria Dilce	422 lotes rurais	Chácaras – Regular Urbano- clandestino	Zona Rural	
Chácaras Mansões Rosas de Ouro	109 chácaras	Chácaras – Regular Urbano- clandestino	Zona Rural	
Alto do Vale	850	Regularizando	Exp. Urbana	
Fonte Nova	712	Regularizando	Exp. Urbana	
Residencial Barra Vento	837	Regularizando	Exp. Urbana	
Belvedere	161	Regularizando	Exp. Urbana	
Vista Bela	394	Regularizando	Exp. Urbana	
Jd. Hortências	714	Regularizado	Exp. Urbana	

Fonte: Reorganizado pelo autor a partir dos dados de OVG & MATTOS Assessoria LTDA, 1999.

Fonte: DVDOC (2019)

Com a análise de Moysés (2004) e da (Tabela 12), durante a década de 1990, interpreta-se a composição da paisagem urbana da Região Noroeste, como sendo uma fase da incorporação de novos bairros pela regularização e aprovação de novos loteamentos urbanos, que se encontravam em zona rural

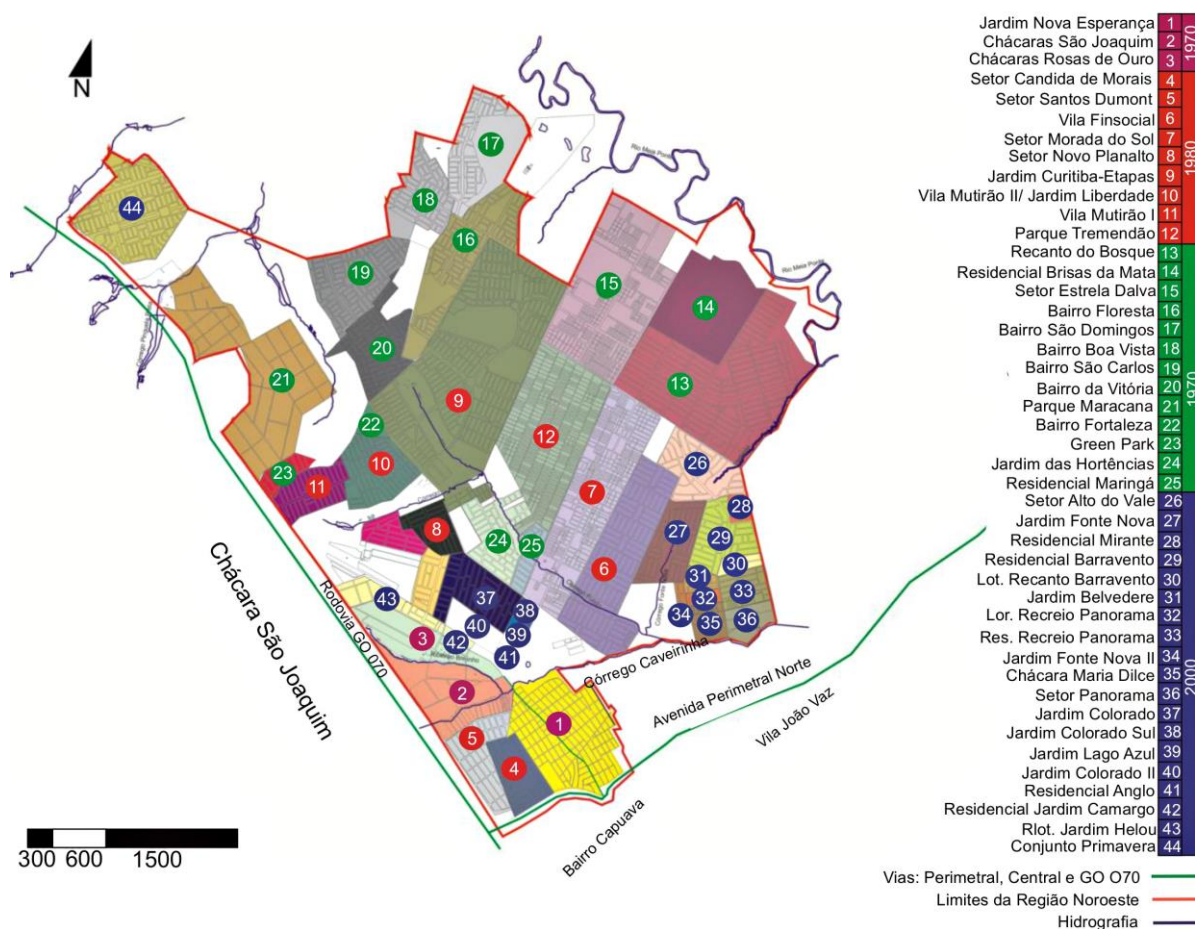
ou em zona de expansão. Oliveira; Moysés (2005) também complementam sobre o aumento de 41% no contingente populacional dessa área entre o período de 1991 e 2000, que para os autores apenas agravou a situação socioeconômica, uma vez que “sem que houvesse políticas públicas que revertessem a situação de exclusão dos antigos assentados e produzissem mecanismos de inclusão para os novos” (ibid., p. 307). Essa oposição aos assentamentos urbanos promovidos pelo governo estadual também aparecem a seguir com:

Os opositores a esta ideia afirmavam que a criação de assentamentos de grande porte como se previa em zona rural e muito distante do núcleo central da cidade, onde se encontrava uma melhor rede de infraestrutura básica, causaria diretamente o aumento dos custos dos serviços, obras e equipamentos públicos em geral, como as obras de infraestrutura básica relativas ao fornecimento de água e energia que, em função do custo, levaria muito tempo para serem estendidos até esses novos assentamentos, levando a população a passar por uma série de dificuldades com a falta, inclusive, de condições para sobrevivência (OLIVEIRA, 1999, p.78).

Essa condição colocada por Oliveira (1999), de dificuldade de acesso ao consumo de serviços de bem estar social resulta das primeiras ações do poder público e privado, quando ambos privilegiaram a consolidação da infraestrutura nos centros urbanos e posteriormente o de certas regiões administrativas tais como Sul, Leste e Oeste com uma estrutura e valorização do solo urbano, que se equipararia às áreas centrais. Assim, essas regiões se distinguiram da Região Noroeste por terem sido ‘incluídos’ na malha urbana edificada da cidade para atender a demanda da população de maior poder aquisitivo. Com isso, o poder público promoveu ‘indiretamente’ na segregação sócio espacial na Região Noroeste, que viria a se expandir ainda mais ao final da década de 1990.

Essa expansão urbana nos primeiros anos do final da década de 1990 e início dos anos 2000, observada pela (Figura 91), também aparecem nos estudos de Renata Cruz (2015, p. 78), que destaca das novas ocupações que compunham esse panorama urbano o bairro Vitória (1988 a 2001), por ele estar entre o “momento posterior as intervenções estatais e anterior aos estudos acerca da Nova Classe Média em 2002” e que já demonstrava um fortalecimento do comércio mas ainda carecia de uma diversificação.

Figura 91 – Bairros da Região Noroeste de Goiás (1990-2000)



Fonte: Silva (2014)

Assim o desenvolvimento do espaço urbano é analisado por Cruz (2015) apud Cruz (2006) pela infraestrutura urbana de outros bairros, da sua implantação até os anos 2000 como: o Conjunto Primavera, Conjunto Estrela D'Alva, Parque Tremendão e Bairro Morada do Sol que possuíam aspectos comuns como a precarização da infraestrutura urbana tanto de saneamento básico, como de pavimentação, a irregularidade dos lotes e precarização da oferta de equipamentos públicos e privados. Além disso, o bairro que se destaca nesse período, segundo a mesma autora, é o Residencial Recanto do Bosque cujo loteamento iniciou-se em 1996, mas que por ter tido um planejamento urbano, ambiental e posteriormente integrar um terminal de transporte coletivo, se tornava um dos bairros com melhor situação de infraestrutura urbana.

Na análise de Costa (2009) quanto a ocupação desses novos bairros implantados na Região Noroeste, e voltados para a população de baixa renda,

se considerou que a realocação/ transferência dessa população oriunda de áreas ou de situação de risco da cidade para os bairros da Região Noroeste não lhes garantia uma qualidade de moradia no espaço urbano, pois as mesmas continuaram vulneráveis tanto pela condição social quanto urbana. Essa perspectiva é desenvolvida pela autora com o estudo dos bairros Estrela D'Alva e o Residencial Recanto do Bosque, cuja descrição de suas características urbanas auxiliam na compreensão de uma parte da paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia:

Durante as visitas nos bairros, pôde-se constatar que as casas são em sua maioria, construção de alvenaria, necessitam de pintura, a maior parte delas com reboco, sem forro, telha plan, faltam muros, acabamentos nas calçadas (meio fio), piso em cerâmica ou por fazer, todas são providas de energia elétrica, água tratada, falta esgoto sanitário, podendo ser comprovada a existência de fossa séptica na frente das casas, em sua maioria (Figura 12). Das cinco integrantes da pesquisa, moradoras do Recanto do Bosque, somente duas tinham suas casas protegidas por muro (...) (COSTA, 2009 p. 74).

Já os “dados quanto às atividades econômicas dessa população, indicam que 57,11% dela está atuando na prestação de serviços e como autônomos, superando em número os que trabalham no comércio” (COSTA 2009, p.80). A autora compreendeu pelas entrevistas realizadas na época que um dos principais problemas encontrados na região era a falta de oportunidade de emprego e de ações sociais de capacitação profissional dos moradores da região ou de geração de renda, que se viam sem uma perspectiva de uma melhoria econômica, principalmente quando aos postos de trabalho que se localizavam nas áreas mais centralizadas.

Como também argumenta Anderson Silva (2014), mesmo nos anos de 1990 com a consolidação de grande parte dos bairros da Região Noroeste, ainda havia na Região uma “peregrinação para os outros locais centrais em busca de postos de trabalho, saúde, atendimentos públicos e até serviços de abastecimentos e bancários” (ibid., p. 14). O início de uma mudança nessa situação se efetivaria, pelos estudos de Cruz (2015), com a implantação de equipamentos educacionais na Região Noroeste, quantificados em vinte e duas unidades educacionais da rede municipal, em 2012 e outras quinze unidades da rede estadual.

Assim, a autora supracitada elenca os dados de frequência escolar e nível

de instrução, que mostravam que cerca de 54, 72% dos moradores tinham o nível fundamental e apenas 3,39 % com o nível superior completo. Sendo portanto um número elevado de moradores com baixa escolaridade, mostrando que esse é provavelmente uma das consequências da dificuldade e do tempo que se levou para o poder público implantar os equipamentos escolares na Região, além da carência de incentivos públicos para profissionalizar a população.

Diante dessas condições de dificuldade tanto social quanto urbana, Silva (2014), aborda que para sanar as necessidades do dia-a-dia, os próprios moradores se tornaram responsáveis pela busca por reivindicações de soluções dos problemas urbanos; resultando assim em uma “reformatação” do padrão de vida dos mesmos na Região Noroeste de Goiânia. Sendo assim, o desenvolvimento urbano era uma consequência de uma “reafirmação da cultura suburbana” que buscou e conquistou algumas melhorias na qualidade de vida, pela implantação de equipamentos públicos de prestação de serviços, que por sua vez possibilitaram a “chegada de grandes empreendimentos comerciais, educacionais e residenciais” (ibid., p.112). Dessa forma, a Região Noroeste se desenvolveu internamente, em uma articulação bairro-bairro, cuja dinâmica interna fomentou que o seu espaço tivesse que ser reconhecido pelos agentes sociais públicos e privados como uma possibilidade de um ‘novo’ investimento, como se pode ler no seguinte trecho:

(...)No momento pós-implantação da infraestrutura básica, os equipamentos e empreendimentos levados à Região Noroeste começaram a partir da chegada de grandes colégios, como o Colégio Militar Ayrton Sena, no Jardim Curitiba, originado de uma grande obra construída para abrigar o antigo CAIC, as escolas de tempo integral empreendidas na gestão do governo Collor, na década de 1990. Assim como ele, outra expressiva implantação foi a da Maternidade Municipal Nascer Cidadão, também no Jardim Curitiba, que teve e tem como objetivo atender a grande demanda populacional que não tinha condições de custear os procedimentos relacionados à maternidade. Na sequência, surgiu a infraestrutura para construção da Avenida Mangalô, no Parque Tremendão / Vila Finsocial que chegava até a ligação com a Região Norte da capital. Paralelamente a criação e implantação de Terminais de integração de Transporte Público em alguns setores como no final da Avenida Mangalô, outro no Jardim Curitiba e demais. O objetivo era propor a maior permeabilidade e alcance das linhas de ônibus públicos possíveis (SILVA, 2014, p. 112).

Esse ‘novo investimento’ busca romper o estigma de “bolsão de miséria”⁴⁵ outrora identificado por Silva (2014) como uma referência à Região Noroeste, devido ao seu histórico de ocupação por pessoas de baixo poder aquisitivo. Começa a ser modificado ao final dos anos de 1990, com a qualificação urbana do Jardim Nova Esperança, primeiro bairro da Região.

Somente, depois que aquela gleba da cidade foi se tornando parte de um direito, de tomadas de decisões, de inserção social e participação, foi que ela conseguiu atingir as características de importância urbana dentro da cidade de Goiânia (SILVA, 2014, p. 17).

Na interpretação do trecho acima, o autor também evidencia que esse desenvolvimento do bairro Jardim Nova Esperança resulta da luta inicial dos próprios moradores, que de maneira quase empírica, conquistaram o direito de participar do processo urbano da cidade, mesmo que sob o estigma de “invasores”. Isso, se complementa na análise da legenda da (Figura 92) que diz que a “Nova Esperança, dentre outros, cresceu não em virtude das obras dos políticos, mas do esforço próprio dos trabalhadores” (Carlos, 21 nov. 2016).

Figura 92 – Reportagem sobre o Jardim Nova Esperança



Fonte: (Carlos, 21 nov. 2016)

Seguindo a interpretação de Silva (2014), o Jardim Nova Esperança criou

⁴⁵ (Carlos, 21 nov 2016) relata que os bairros da Região Noroeste de Goiânia era referenciada pelos pesquisadores como “Núcleo Duro da Segregação”, ou seja, “área para depositar os pobres que não deveriam circular pelo centro da cidade”.

uma “nova urbanização” ao receber equipamentos públicos que o qualificou como uma centralidade urbana⁴⁶, ou seja, um novo centro urbano de referência principalmente após a implantação do CAIS (Centro de Assistência Integrada à Saúde) do Setor Cândida de Moraes, em relação aos outros bairros que passam a encontrar nele as possibilidades de serviços das áreas centrais, como é exposto pelo trecho:

O Jardim Nova Esperança, já contava com alguns equipamentos públicos e passou a receber vários outros que o configuravam com um pólo de abastecimento e relevância central de uma área. O exemplo disso foi a chegada do asfalto e a rede de esgoto pluvial, a presença, já anterior, do CAIS – Centro de Atendimento Integrado a Saúde, a instalação de Supermercados e Rede Bancária ao longo da via Perimetral Norte, a expansão de Inúmeras lojas de Roupas e Calçados ao longo da avenida Central e a fundação de Agência de Correios, Faculdades, Escolas e vários outros elementos que foram impulsionando os serviços e comércios prestados pelo setor para toda a região noroeste (SILVA, 2014, p. 14).

Assim, o autor supracitado aborda o Jardim Esperança, como sendo um dos principais bairros, por ser uma área relevante para a manutenção das atividades econômicas/financeiras, educacionais necessárias na Região Noroeste, ao ponto de que o seu reconhecimento e valorização urbana lhe conferissem uma certa autonomia dos serviços encontrados na área central. Logo, essa área urbana localizada as “margens” do tecido consolidado da cidade se torna uma novo centro urbano em relação as áreas adjacentes. Como abordado:

As pessoas deixaram de sair tanto para Campinas ou para o Centro e passaram a solucionar problemas ou ter seus ganhos mensais por ali mesmo. Serviam-se das ofertas de serviços e comércios, agências bancárias, laboratórios e no final da década de 1990 o campus da Faculdade Alfa, na Avenida Perimetral Norte, estabeleceu a relação de educação superior com a região (SILVA, 2014, p. 107)

⁴⁶ De acordo com Moreira (2007, p.74) “(...) A centralidade é a estrutura de espaço em que todas as localizações referenciam-se numa delas, que hierarquiza e dá o significado do todo e de cada uma das demais “.

Figura 93 – Avenida Central do bairro Jardim Nova Esperança



Fonte: Acervo da autora (2019)

Silva (2014) ainda reforça que a estruturação dos serviços no Jardim Nova Esperança, pela Avenida Central, (Figura 93), foi um processo que já perdura trinta anos e que trouxe a “imagem de um centro de cidade”, pela quantificação de lojas prestadoras de serviços (lojas de roupa, eletrônicos, domésticos, laboratórios clínicos, dentistas, correio) que geraram renda/trabalho aos moradores do bairro e da Região Noroeste. Com isso, uma nova perspectiva de desenvolvimento urbano marcaria os anos 2000 como é abordado a seguir:

Os anos 2000, serão a década da especulação imobiliária de forma mais expressiva, nos quais o que sobrou de terra virou cidade. Mais uma vez, acontece o que já foi narrado, um momento o estado se aproveita e faz cidades, depois a iniciativa privada lucra e também faz cidades (SILVA, 2014, p.84).

Essa problemática quanto a especulação imobiliária, aparece na reportagem de (Caldas, 24 jan.2020) em, *Região Noroeste concentra maior parte dos lotes vagos de Goiânia*, que relata sobre a questão da especulação imobiliária gerada pelos vazios urbanos, localizados em sua maioria no “Recanto do Bosque com 2.811 terrenos vagos, seguido por Park Lozandes (2.668), Jardim Atlântico (2.320), Faiçalville (2.066)”. O jornal ainda abordou a problemática de que os lotes vazios causam, ao contribuírem para a insegurança dos bairros e se tornarem depósito ilegal de resíduos, sendo também um vetor de doenças.

Na leitura da mesma matéria, segundo Maria Ester de Sousa, Conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), a problemática do terreno vazio poderia ser evitada pela taxaço progressiva do mesmo. Isso, por que a prefeitura poderia obrigar por lei o proprietário a vender ou atribuir um uso ao lote, mas esse tipo de fiscalizaço não ocorrem pelos impactos políticos, ou seja, os conflitos de interesses entre os gestores públicos e privados. E isso, por que para “Maria de Lurdes Alves, que pesquisou a migraço em Goiânia, a região Noroeste é fruto de uma conduço das políticas urbanas para atender aos empreendedores imobiliários(...)” (CARLOS, 21 nov. 2016).

Para Silva (2014), a açço do poder público e da especulaço imobiliária mostrou que as conquistas por investimento urbano dos moradores, após anos de luta, foram ‘mascaradas’ como partidas das inciativas das ações públicas e privadas e não como a efetivaço de uma política social e urbana garantida pela constituço e pelos planos diretores da cidade por uma melhor qualidade de vida e de moradia.

Sendo assim, como exemplo dessas ações públicas, se tem o evento promovido em 2006 pela Prefeitura de Goiânia, o 3º *Encontro do Agenda Goiânia, Minha Cidade*⁴⁷, para uma melhor aproximaço entre a comunidade e o poder público. O evento que iria ocorrer na Região Noroeste de Goiânia, após ter passado pela Região Central e Região Campinas, fazia parte do projeto Agenda Goiânia, Minha Cidade que tinha o intuito de reunir vários setores para se discutir problemas e soluço nas diferentes regiões de Goiânia.

Nessa reportagem é relatado que os moradores da Região Noroeste de Goiânia, com seus 110 mil habitantes, poderiam apresentar reivindicaço para a melhoria da região, dentro dos temas “Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade Socioambiental, Ordenamento Territorial, Desenvolvimento Sociocultural e Gestáo Urbana”, formando assim um fórum com seis grupos compostos por “ dois coordenadores indicados pela UCC e pela Secretaria de Planejamento Municipal (SEPLAM), especialistas, estudiosos e representantes da comunidade local” que como resultado teria o diagnóstico formulado em um

⁴⁷ Segundo o Jornal O popular de 7 de abril de 2006, o projeto Agenda Goiânia, Minha Cidade, seria uma parceria entre o jornal e a prefeitura de Goiânia com o apoio científico da Universidade Católica de Goiás (UCG).

seminário, além da publicação de um caderno com as conclusões dos debates para servirem tanto como reconhecimento dos bairros como para servir de base para futuras ações dos órgãos municipais.

No mesmo ano (Cunha, 7 abr 2006), relata o debate, em *Potencialidades e desafios, marcas da Região Noroeste*, de Sílvio Costa Mattos, geólogo e especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho e em Políticas Públicas, que destacou os aspectos positivos, “as áreas de vegetação nativa, como uma grande reserva situada entre os Bairros Curitiba 4 e Brisas da Mata”, e negativos que se pontuavam principalmente na situação socioambiental da Região Noroeste de Goiânia, no qual o geólogo demonstrou a preocupação quanto a “ocupação intensa da região, principalmente em direção às Margens do Rio Meia Ponte”, além da preocupação quanto ao índice de desemprego e carência de possibilidade de lazer para os jovens.

A situação se torna ainda mais agravante quando a AMMA (2019), Agência Municipal do Meio Ambiente, ressalta que a Região Noroeste apresenta uma considerável área verde, com vinte e cinco unidades de parques e bosques, mas que apresenta a problemática de ocupações irregulares, mata ciliar descaracterizada e presença de processos erosivos. E que não se observou quaisquer incentivos na Região por uma conscientização dos moradores sobre a importância da preservação da área verde nativa.

Dessa maneira, a preocupação quanto as questões ambientais, acaba por ser implantada como diretrizes no plano diretor de 2007 de Goiânia, segundo a lei complementar Nº 171, de 29 de maio de 2007, pelo Diário Oficial Nº4.147 de 26 de junho de 2007, consolidado em junho de 2010. Este dispunha em seu Título I, sobre a política urbana que priorizava por uma requalificação e sustentabilidade do território do Município. Assim, em seu capítulo II “Da estratégia de sustentabilidade socioambiental”, destaca-se o art. 14, inciso V que se refere ao subprograma de recursos hídricos, o VI sobre o subprograma de áreas verdes, VII ao subprograma de saneamento, para serem executados na Região Noroeste como:

- b) implantar e implementar, em associação ao município de Goianira, a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Ribeirão São Domingos (APA São Domingos), situada na região Noroeste de Goiânia, visando discriminar usos compatíveis com captação de água da ETA Meia Ponte de acordo com previsão do PDIG 2000;

- g) implantar, por meio de financiamentos provenientes de entidades multilaterais, novos parques de uso múltiplo nas regiões periféricas da capital, como o Parque da Cascalheira do Jardim Curitiba, Região Noroeste e o Parque Municipal do Cerrado, situado entre o Paço Municipal e o Condomínio Alphaville;
- e) Fazer gestões junto ao Governo do Estado para acelerar a implementação de pequenas estações de tratamento de esgoto em regiões da cidade, como a Região Noroeste de Goiânia, que não estejam contempladas pela ETE do Goiânia II, em especial a porção urbanizada da margem esquerda do Rio Meia Ponte (DIÁRIO OFICIAL, 2007).

Além da problemática da degradação ambiental da Região Noroeste, alguns aspectos dos seus problemas sociais e urbanos são elencados pelo jornal (Goyá, 12 maio. 2005) que relata que a violência urbana da região estava refletindo também na área da saúde. Isso, por que “de acordo com o secretário municipal de Saúde, Paulo Rassi, existe certa aversão dos profissionais dessa área em fixar trabalho na região devido aos altos índices de violência (...)”, assim, apesar da possibilidade de um salário 30% maior que na região central havia um déficit de servidores.

Essa questão salarial é questionada, na mesma reportagem, por Daniela Bacelar, médica e supervisora técnica do Cais do Finsocial, como sendo “não tão atraentes” assim como as condições de trabalho. Apesar desses problemas estruturais, a reportagem relatava que a Região ainda conseguia atingir os índices recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) pois, o índice de médico por habitantes representava 1 médico para cada 915 pessoas. Contudo mesmo com a presença de 14 postos de saúde, a demanda não seria o suficiente, como se confirma no trecho seguinte:

A região Noroeste é servida por dois Centros de Apoio à Saúde (Cais), localizados no Setor Finsocial e Curitiba. Além disso, conta com a Maternidade Nascer Cidadão que tornou-se referência nacional graças aos trabalhos de excelência em neo e pós-natal. Das 93 unidades de saúde de Goiânia, 14 estão nessa região. Porém, ela ainda carece de melhorias em seus serviços de saúde pública. A 15 km do Centro da capital, a região tem 92% de sua população trabalhando no mercado informal. Apresenta o maior índice de mortes de causa violenta e o maior número de óbitos de crianças com menos de 5 anos causados por desidratação. De acordo com os dados do IBGE, região concentram-se aproximadamente 10% da população goianiense (GOYÁ, 12 maio 2005).

Nessa perspectiva por uma quantidade de unidades de saúde, de acordo com o Anuário Estatístico de Goiânia (2012), a Região contava com três CAIS,

dezesesseis UABSF e o HUGOL⁴⁸ (Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira. Este, implantado em 2015 trouxe uma maior proximidade de especialidades médicas para os moradores (Cruz, 2015). E isso, é ressaltado na fala do governador Marconi Perillo para (Gouveia, 3 dez. 2016), em que o governador diz que além do hospital haveria outras obras destinadas a Região Noroeste:

Além do hospital, ele citou os mais de 600 quilômetros de esgoto, a construção de uma escola técnica na região e duplicação de vias de acesso, além da participação do governo do Estado nas negociações e liberação de recursos pelo Governo Federal para a construção do VLT pelo município. “É uma honra cumprir esses compromissos com vocês. Esse é um direito de vocês, que pagam impostos e merecem receber direitos de volta. A Região Noroeste está entre nossas prioridades. Quero, inclusive, agradecer a senadora Lúcia Vânia pela contribuição feita lá no Senado pela melhoria da região”, disse (GOUVEIA, 3 dez. 2016).

Assim, foram essas pequenas intervenções do poder público que vão sendo inferidas na Região como forma de promover o seu desenvolvimento urbano, que mostram as dificuldades enfrentadas pelos moradores, na vida diária, pelo acesso a infraestrutura básica e também pela regularização dos lotes que lhes garantiriam o direito à moradia. Da mesma forma, demonstra que os agentes sociais públicos e privados regulam o desenvolvimento da Região Noroeste de forma a mantê-la dentro de parâmetros de um subdesenvolvimento que os beneficiaria quanto ao exercício do poder na região. Já que a regularização dos mesmos são controlados pelos ‘pleitos eleitorais’, que controlam e gerenciam a entrega das escrituras de forma a manter o controle nos bairros, perpetuando assim a política populista. Como é afirmado a seguir:

Por isso a região é sempre uma obra inacabada, imprecisa, líquida, frágil nas ações de criminosos, políticos e alguns policiais que olham torto para a antiga zona de pobreza que ainda insiste em ser mancha criminal (CARLOS, 21 nov. 2016).

Na leitura da reportagem (Gouveia, 3 dez 2016), relata que mesmo com a segregação sócio espacial vivenciada pelos moradores da Região Noroeste, o

⁴⁸ Segundo a página oficial do hospital O hospital é habilitado como Centro de Referência em Assistência a Queimados de alta complexidade pelo Ministério da Saúde e é referência no atendimento pediátrico a vítimas de traumas. É, ainda, um hospital de assistência, ensino, pesquisa e extensão universitária, com banco de sangue próprio.

capitalismo os tornou consumidores segundo mudanças evidenciadas pela geógrafa Renatha Cândida da Cruz, que analisou as transformações dos bairros desde o início da ocupação da Região em 1979 até os anos 2000, que evidenciou uma nova formatação na classe trabalhadora quanto a sua renda e padrão de consumo, formando assim uma “nova classe média na região”, caracterizada “pela baixa escolaridade, as longas jornadas de trabalho, embora com intensas modificações na renda e no padrão de consumo” (ibid., p. 3) e que mesmo assim, ainda sofre com um certo estigma como é abordado a seguir:

A região, na visão de moradores mais centralizados da cidade, tem fama de ser violenta e perigosa e não é difícil ouvir por aí comentários preconceituosos a falar com deboche da origem nordestina que julgam possuir boa parte da população, por questões meramente visuais. Algumas pessoas chegam a soltar a palavra “entorno de Goiânia”, quando se deparam com nomes de bairros como Setor Parque Tremendão, Vila Finsocial e Jardim Curitiba, sem nunca ter pisado lá (CARELLI, 17 maio. 2015).

Assim, como uma estratégia para desvincular os nomes dos bairros a um passado marcado pela violência social, o poder público e privado formulam os nomes dos bairros como uma forma, menos explícita de especulação urbana, como se exemplifica nos nomes dos condomínios horizontais fechados, esse um novo fenômeno urbano registrado na Região, como: Park Estrela, Verde Vida e Ipê que estrategicamente foram locados perto de uma área ambiental, (Figura 94), que seria transformada em Parque Municipal Brisas da Mata e que valorizaria as áreas próximas.

4.4.1. Região Noroeste: estratégia de ressignificação urbana

Para os bairros residenciais, Cruz (2015) aborda que ao se utilizar de nomes que trazem aspectos de natureza e tranquilidade como Residencial Recanto do Bosque, Alto do Vale, Morada do Sol e Estrela D’Alva o poder público traria uma mudança, com uma nova ressignificação urbana, como o caso das etapas seguintes da Vila Mutirão que receberam nomes como Jardim Novo Planalto e Jardim Liberdade. Assim, além dos nomes dos bairros, se observar-se que essa mesma estratégia de *marketing* urbano é utilizado nos nomes de algumas ruas como a Avenida Mangalô, Avenida Oriente, Rua Tropical e

Avenida dos Ipês que estimulam a perspectiva de uma paisagem urbana com uma beleza natural.

Figura 94 – Placa sobre a construção do Parque Municipal Brisas da Mata



Fonte: Acervo da autora, 2019

Dessa forma, pela perspectiva dos bairros de iniciativa privada e que caracterizariam grande parte dos bairros que comporiam a paisagem da Região Noroeste de Goiânia, a OVG (1999, p. 39) apresenta o Estrela D’Alva em seu relatório como um exemplo típico de “reparcelamento clandestino de áreas originalmente destinadas a chácaras de recreio”, (regularizada pelo Decreto 1828 de 1998). Em que se destaca que “O bairro, mesmo tendo sido aprovado pela prefeitura, é carente de áreas públicas e de áreas verdes. A arborização das ruas praticamente não existe” (ibid., p. 40). Segundo a OVG (1999) apud Escorel (1996, p. 39), (...) visando elaboração de proposta de regularização deste loteamento, mostrou a existência no parcelamento original, de cunho rural, de 276 chácaras distribuídas por 87 proprietário” foram (re) parceladas em 2213 lotes urbanos.

Para Escorel (1996, p. 34) a situação do Estrela D’Alva era “carente de infraestrutura, principalmente em relação aos serviços de esgotamento sanitário,

com a utilização de fossa individuais, pavimentação, iluminação pública, coleta de lixo, transporte e telefonia”. O que se complementa no relatório da OVG (1999) que descreve o traçado urbano do setor como sendo em “grelha com vias ortogonais entre si, se aproveitando o traçado original das chácaras de recreio” (ibid., p. 39). Com isso se interpreta que ao longo da implementação dos bairros, as mesmas problemáticas de infraestrutura urbana prevaleciam mesmo tendo uma iniciativa privada, que por sua vez não proporcionou um planejamento urbano que proporcionasse uma melhor qualidade de vida aos seus moradores, como pode-se analisar nas fotografias, (Figura 95), do Setor Estrela D’Alva a seguir:

Figura 95 – Fotos da Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista





Fonte: Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista (2018)

Na leitura da paisagem do Setor Estrela D'Alva datados de meados de 2001, percebe-se que a paisagem do setor ainda estava em construção, as ruas ainda não estavam todas asfaltadas, as casas em sua maioria ainda não possuíam um revestimento externo e possuíam uma estrutura de telhado de uma água, barracões. Observa-se também que não havia uma separação com muros entre as casas, o que intui por uma baixa condição de renda dos moradores, como se pode analisar no trecho a seguir:

Nos bairros em questão (Região Noroeste de Goiânia, "Sítios de Recreio Estrela D'alva" e "Residencial Recanto do Bosque", dos 2.154 moradores responsáveis pelos domicílios, há predominância daqueles que recebem entre 1(um) e 5 (cinco) salários mínimos. Aqueles que recebem entre $\frac{1}{2}$ a 2 salários mínimos e os que residem no Sítios de Recreio Estrela D'alva são mais de 55%, enquanto no Residencial

Recanto do Bosque são aproximadamente 40%, da população total da Região, o que comprova os estudos e pesquisas que constataram ser a Região Noroeste de Goiânia, de baixa renda e de população precarizada (COSTA 2009, p.65).

Nesse contexto, o Morada do Sol é também outro bairro originado do (re) parcelamento de chácaras de recreio. Apresentando igualmente, na época do relatório da OVG (1999), problemas quanto a ausência de pavimentação e galerias pluviais, o que impulsionava os processos erosivos. Além de problemas nas áreas públicas como, a ausência de arborização em suas ruas e vias que em reportagem de (Cunha, 2003), em *Poeira para todos os lados*, se perpetuaram em 2003, com as reivindicações dos moradores do Setor Morada do Sol pela pavimentação das ruas, que afetava os moradores com o pó no período de seca e a lama em época de chuva, além da falta e precária sinalização das ruas. Essa seria segundo a OVG (1999) outra problemática típica dos bairros da região, além da falta de articulação do sistema viário entre os bairros, como é abordado no trecho abaixo:

O grande problema destes loteamentos clandestinos é a ausência de áreas públicas suficientes para implantação de equipamentos urbanos, áreas verdes, etc (normalmente está bem abaixo dos 35% destinados por lei). Isto sem falar, às vezes, dos problemas de articulação das vias entre si e com o seu entorno (OVG, 1999, p.39).

Seguindo a análise da organização supracitada, outros bairros se destacaram como: o Parque Tremendão, que se mostrava ser também um dos mais carentes pela ausência de equipamento público, apesar de ser o que mais estava crescendo. E o bairro Morada do Sol, que assim como os bairros anteriores foi derivado também pelo (re)parcelamento de chácaras de recreio. Sendo que este, até aquele momento se encontrava com problemas de não estar completamente regularizado pelo “(...) não cumprimento do percentual de 35% destinados por lei para Áreas Públicas” (OVG, 1999, p. 42).

Com uma ocupação iniciada a partir de 1997 e seguindo um padrão diferente, o Residencial Recanto do Bosque, de acordo com a OVG (1999) foi um parcelamento implantado em uma parceria da Prefeitura de Goiânia com a iniciativa privada, que tinha como objetivo resguardar 10% dos lotes do poder público para uma intervenção urbana, reassentando os moradores de loteamentos clandestinos para que se pudesse implantar equipamentos urbanos.

Desta forma a implantação do loteamento Recanto do Bosque (inicialmente denominado de Banco de Lotes) visava, além de atender uma parcela imensa demanda por moradia da população de baixa renda de Goiânia, propiciar, sobretudo, o equacionamento dos problemas fundiários, de uso e ocupação do solo, melhoria de infraestrutura e condições de vida da população da região Noroeste (OVG,1999, p. 44).

Com o trecho acima, analisa-se que diferentemente dos demais bairros, o Recanto do Bosque, devido a sua intencionalidade apresentou um projeto urbanístico, que “contemplou também a implantação de equipamentos sociais como: escolas, posto de saúde, creche, CAIS, um centro de desenvolvimento da criança e adolescente, parques etc” (OVG, 1999, p. 44). Contudo, a administração municipal abandonou o empreendimento, que se prosseguiu com a iniciativa exclusiva privada, que rapidamente articulou o bairro com a Avenida Goiás Norte, um eixo de pista dupla que conecta com a Avenida Mangalô. Assim, ao final da década de 1990, temos a listagem dos bairros, (Tabela 13), a seguir:

Tabela 13 – Relação da situação fundiária dos bairros da Região Noroeste em 1990

II - A partir de 1990	
1 - Jardim Colorado (Fazenda Caveira)	Aprovado
2 - Recreio Panorama	Aprov. Decreto nº 1.572 de 28/12/92
3 - Vale das Caraíbas (ch. 168 - Pq. Tremendão - Nadim Nucada)	Clandestino
4 - Conj. Habitacional Fonte Nova	Irregular
5 - Green Park (Antigo Minha Gente)	Irregular
6 - Eduardo Bilenjian	Irregular
7 - Reparc. Ch. Pq. Tremendão (Tremendão Lj. Nossa Senhora)	Irregular
8 - Residencial Maringá (Paulo Ninchi)	Irregular
9 - Sítio Rec. Estrela D'Alva (Chácara 5)	Irregular (**)
10 - Sítio Rec. Estrela D'Alva (Chácara 15)	Irregular (**)
11 - Sítio Rec. Estrela D'Alva (Chácara 18)	Irregular (**)
12 - Jardim Bela Vista	Irregular
13 - Colorado II	Clandestino
14 - Frigorífico Anglo	Glebas
15 - Clube de Diretores Lojistas	Glebas
16 - Reserva Propriedade Colorado	Glebas
17 - Saneago	Glebas

Fonte: IPLAN - Escorel (1995). Dados reorganizados por Moysés (1996).

Legenda: * Em 2004 continuava em processo de regularização; ** Regularizados .

Fonte: Oliveira; Silva (2016)

Diante dessa situação fundiária da Região Noroeste, esboçada pela tabela acima, e devido a irregularidade dos parcelamentos, Cruz (2015, p. 125) destaca em 2008 alguns programas estaduais como o Programa Casa Legal (Lei Estadual n. 16.269) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, vinculado ao Ministério das Cidades que tinham como intuito a regularização de lotes e investimento em urbanização. Como exemplo, (Gouveia, 3 dez 2016) relata a aplicação desse programa no Jardim Curitiba, bairro da Região Noroeste de Goiânia, em que o governador Marconi Perillo (PSDB) e o presidente da Agência Goiânia de Habitação, Luiz Stival, entregaram as escrituras, em 2015, do Programa Casa Legal o título de regularização dos imóveis aos seus moradores, o que demonstrava a demora da intervenção pública na região.

O desenvolvimento da Região Noroeste de Goiânia é relatado assim, por (Carlos, 21 nov 2016) como “Existe uma Goiânia dentro de outra Goiânia (...) a chamada região Noroeste cresceu e hoje se tornou fronteira para o desenvolvimento de Goiânia”, em que os cerca dos 350 mil integrantes da Região Noroeste é formada por um “exercito” de trabalhadores que atijam uma vida comercial na região, como pode-se ler no seguinte trecho:

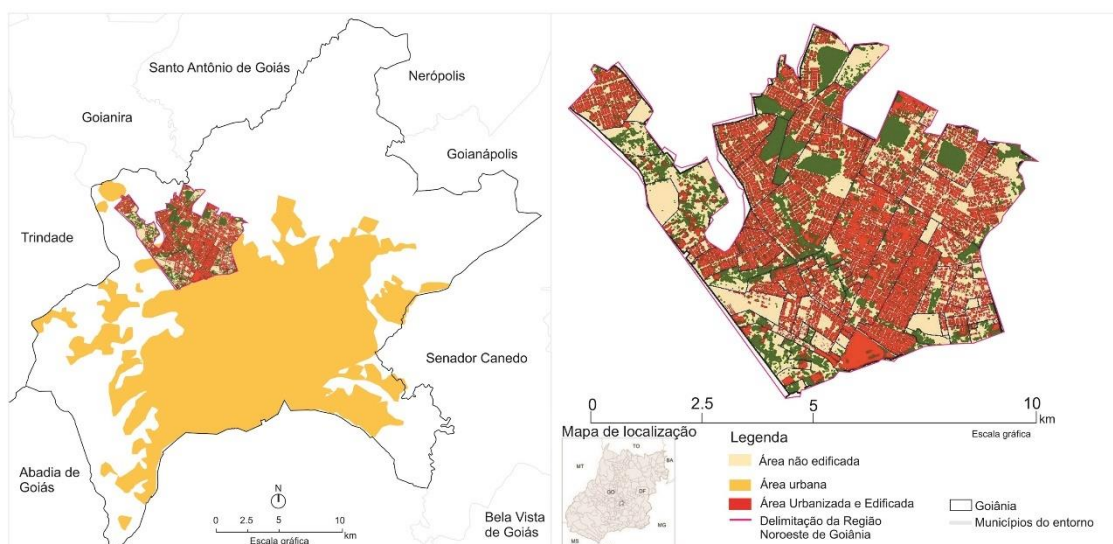
As mais recentes pesquisas socioeconômicas na região produzidas pela Universidade Federal (UFG) e Instituto Federal de Goiás (IFG) revelam que Vila Mutirão, Floresta, bairro Triunfo, Nova Esperança, dentre outros, cresceram não em virtude das obras dos políticos, mas do esforço próprio dos trabalhadores, que realizam mais horas de trabalho do que a maioria dos moradores de Goiânia (CARLOS, 21 nov. 2016)

Com isso, CRUZ (2015) percebe que as mudanças sócio econômicas da Região Noroeste se intensificam em 2010, com uma “representação da nova classe trabalhadora”, pois no levantamento de dados, analisou-se a renda dos moradores quanto “(...) a posição na ocupação e a categoria do emprego, 63,82% possuíam carteira assinada, seguidos por aqueles sem carteira, sendo 31,53%, além de 25,22% dos trabalhadores por conta própria” (ibid., p. 138). E isso acabou por refletir em uma melhora e uma mudança na paisagem urbana da Região, ao considerarmos também a descrição anterior de Costa (2009), sobre a baixa qualidade estética e arquitetônica das casas, também descritas abaixo:

Em 2010, na Região Noroeste, a grande maioria dos 50.071 domicílios, equivalente a 83,13% do total, era de alvenaria, ou seja, de tijolo com reboco, chapisco ou emboco, de pedra, concreto pré-moldado ou similar, mesmo que 16,48% das moradias, também de tijolo, fossem sem revestimento externo. Há, ainda, domicílios de madeira apropriada para construção em 0,05% dos domicílios; taipa não revestida em outros 0,05% dos domicílios, ou seja, com paredes de barro, cal, areia ou de pau-a-pique sem revestimento; e, ainda, em 0,15% dos domicílios, o material principal era feito de madeira aproveitada de embalagens ou material similar. Não foram encontradas moradias de palha e, em 0,1% dos domicílios, o material não permitiu definição (CRUZ, 2015, p.125).

Assim, a autora supracitada investiga que o desenvolvimento da Região se refletiu também na qualidade dos materiais de construção das residências, assim como a sua estruturação interna. Isso, foi evidenciado no seu levantamento de domicílios particulares permanentes que mostrou uma taxa média de quatro a seis cômodos, dos quais 28,33% possuíam cinco cômodos e dentre essa mesma estimativa, cerca de 48,24% representavam uma taxa de dois moradores para cada dormitório. Esse dado auxiliava a compreender se ainda haveria um déficit habitacional na região, apesar da área já apresentar em 2015, de acordo com o mapa, (Figura 96), de Ramos (2016) um alto índice de urbanização como se analisa a seguir:

Figura 96 – Mapa da urbanização da Região Noroeste em 2015



Fonte: Ramos (2016), a base cartográfica é baseada nos estudos de Nascimento e Oliveira (2015), adaptado pela autora (2019)

Esse levantamento de Cruz (2015) se complementa com o de Silva (2014, p.84), que nesse mesmo sentido diz que em “outras palavras, o lixo virou cimento, que virou alvenaria, que virou pavimentação e que gerou um novo centro urbano dentro de Goiânia”. A partir da análise da qualidade construtiva das residências, se compreende que as modificações da paisagem urbana da Região Noroeste, tinha como predominância habitações formadas por barracos e lonas de plásticos, no início da sua ocupação, que depois foram substituídas pelos kits modulares de placas cimentícias e que com o passar do tempo com uma pequena injeção de capital do poder público e privado, teve um significativo impulso em seu maior desenvolvimento quanto a oferta de serviços público e privado. Como pode ser analisado pelas transformações ocorridas da Avenida Mangalô, hoje um dos principais eixo-comerciais da Região Noroeste de Goiânia. Como também é evidenciado pela interpretação da legenda da fotografia, (Figura 97), do jornal (Carlos, 21 nov. 2016)

Figura 97 – Recorte de Jornal sobre a Avenida Mangalô da Região Noroeste em 2015



Fonte: (Carlos, 21 nov. 2016)

Essa importância da Avenida Mangalô decorre pelo desenvolvimento que ela proporcionou a Região Noroeste, ao permitir aos moradores serviços mais

especializados. Com Érika Oliveira (2016), essa importância se inicia pela (re) funcionalização das margens da Avenida, antes predominantemente residenciais, (Figura 98) e que passaram a concentrar serviços públicos e privados, a valorizando assim como um eixo-comercial.

Figura 98 – Avenida Mangalô nos anos 2000



Fonte: Correa; Oliveira (2017)

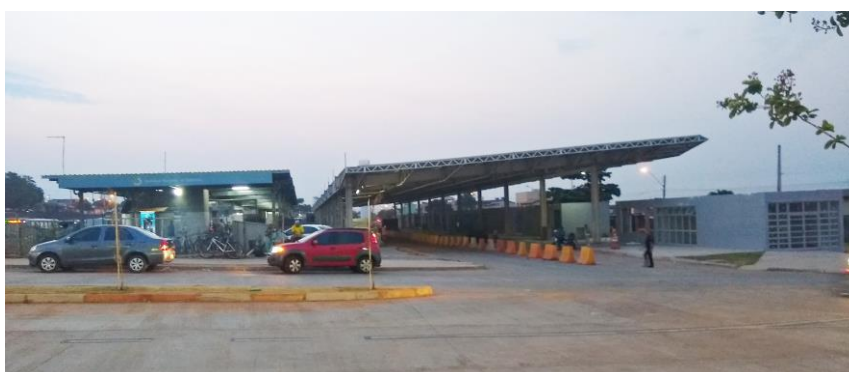
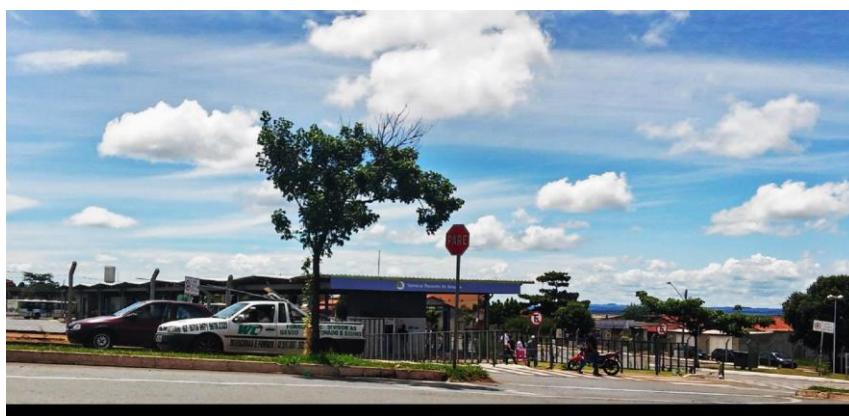
Para Oliveira (2016) essa mudança de função foi uma estratégia política, uma vez que o eixo viário, Avenida Mangalô, foi também um ato/articulação do PSDB (Partido da Social Democracia), sob a liderança de Marconi Perillo, para “redefinir a realidade eleitoral” que tinha forte política do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), sob a liderança de Iris Rezende. A ação do estado assim, produziu uma reorganização da Região Noroeste de Goiânia, que pavimentou e estruturou a Avenida para que se forjasse uma centralidade urbana, principalmente após a implantação do Vapt Vupt (Unidade de Atendimento do Cidadão), como é explicado a seguir:

A avenida Mangalô foi pavimentada e estrutura para se tornar uma nova centralidade na Região. Na realidade, a ideia era produzir a maior centralidade exercida no território dominado por Iris Resende e pelo PMDB. Na nova via foram implantados equipamentos e serviços públicos de grande importância para a Região Noroeste de Goiânia (OLIVEIRA, 2016, p.75).

A interpretação de Oliveira (2016) é complementado por Cruz (2015), que elenca também que um dos indícios da mudança na Avenida Mangalô ocorreu quando o governo realocou nela o terminal de integração, no início dos anos 2000, que antes se localizava no Setor Balneário Meia Ponte. Essa iniciativa, para a autora partiu do governo municipal, que “desafogou” o intenso fluxo de

pessoas, passageiros / dia, que não comportavam no antigo terminal. Além do mais, o novo terminal de integração, Terminal de Integração Recanto do Bosque, (Figura 99), permitiu uma maior integração do transporte coletivo por entre os bairros da Região Noroeste e “também reafirmou uma tendência muito comum na região: a valorização dos imóveis com uma pequena injeção de capital de qualquer natureza” (CRUZ, 2015, p. 81).

Figura 99 – Terminal Recanto do Bosque em 2016,2017 e 2019



Fonte: Acervo da autora (2019)

Em meados de 2015, a Prefeitura de Goiânia iniciou a implantação do BRT (Bus Rapid Transport) na cidade que conforme a leitura da placa de obras, (Figura 100), informava o início da construção em 2015 com previsão para o término em 2017, mas como se observou em visita ao local, ela ainda em 2020 se encontravam em construção. Com essa obra pública, a Região Noroeste de Goiânia ‘ganha um impulso’ por uma especulação por novas atividades comerciais principalmente com o início da ampliação do Terminal de Integração Recanto do Bosque, que trazia a perspectiva e especulação de melhorias urbana, fazem com que os comércios investissem em seus edifícios, com uma repaginação das fachada, tornando-os mais atrativos, mediante a expectativa de um aumento no fluxo de pessoas. Uma vez que o terminal possuía uma dinâmica de infraestrutura básica, quanto ao serviço de transporte público, com um atendimento de uma “média mensal acima de 135.000 passageiros e 5.5000 pessoas em dias úteis” (CRUZ, 2015, p. 101).

Figura 100 – Placa informativa sobre o BRT



Fonte: Acervo da autora (2018)

Dessa forma, com a ampliação do Terminal de Integração Recanto do Bosque, especulou-se por uma melhora também no serviço, que recentemente passou a ter novas linhas de ônibus, conforme a (Tabela 14). Essa mobilidade urbana promoveu novas articulações no bairro, facilitando assim a vida cotidiana dos moradores, como se analisa pelas linhas: 936- Circular/Noroeste/ Via Avenida Mangalô; 937-Circular/Noroeste/ São Domingos, que atenderiam “os

bairros Boa Vista, São Domingos, Floresta, Setor Estrela Dalva, Morada do Sol, Jardim Colorado e Liberdade, dentre outros, que agora não precisarão ir até o Terminal Padre Pelágio para circular dentro da região” (PORTAL GOIÂNIA, 2018).

Tabela 14 – Linha de ônibus ofertadas no Terminal de Integração Recanto do Bosque

Linhas	Destinos	Plataforma	Linhas	Destinos	Plataforma
013	Centro	A	143	Pq. Tremendão	A
146	T. Pe. Pelágio	A	170	Centro / Praça Cívica	A
180	Universitário - Via Rodoviária	A	305	Campinas	A
597	Estrela Dalva	A	718	Brisas da Mata	A
933	Campus Samambaia - UFG	A	933	T. Pe. Pelágio	A
936	T. Pe. Pelágio	A	937	T. Pe. Pelágio	A

Fonte: RMTTC (2019). Acessado em 15/06/2019

Das linhas de ônibus implantadas, a linha 933-Terminal Padre Pelágio/Recanto do Bosque/Campus UFG, “foi criada para atender a uma solicitação feita em 2009 pelo Diretório Central dos Estudantes, DCE, do Campus Samambaia” (PORTAL GOIÂNIA, 2018). Sendo essa última, uma possibilidade de acesso dos moradores ao terminal Padre Pelágio e principalmente aos estudantes da região, como uma rota direta ao campus samambaia -UFG (Universidade Federal de Goiás).

Essas novas linhas de ônibus no entanto ainda são insuficientes, pois ainda há um desequilíbrio quanto ao oferecimento de linhas que promovam uma conexão mais direta entre a Região Noroeste e as regiões centrais, assim como o fato da Região ainda possuir como principal eixo direto de ligação a Avenida Goiás-Norte⁴⁹. Essa dificuldade quanto a mobilidade no uso das linhas do transporte público, ocorre no Terminal de Integração Recanto do Bosque, quando das 12 linhas oferecidas apenas 1 (linha do 013) tem como trajeto direto o centro e outras duas linhas, 170 e 180, atendiam as áreas do setor universitário e praça cívica.

⁴⁹ Há a possibilidade dessa eventual realidade ser modificada com a implantação do BRT que viria a ter como eixo de trajeto na Avenida Oriente até o Terminal de Integração Recanto do Bosque, conectando diretamente também a Região Noroeste tanto com as áreas centrais da cidade.

Recentemente, no início do ano de 2020, houve uma modificação nessas linhas, 170 e 180, em que a linha 170 passou a atender apenas o setor balneário/prça cívica e a 180 agregou o trajeto do 170. Com isso, se diminuiu ainda mais as possibilidades de mobilidade pelo transporte público, além do aumentou-se do tempo, cerca de 1 hora, de permanência nos pontos de ônibus e trajetória dos moradores.

4.4.4. A demanda por equipamentos urbanos

Com a implantação do BRT, se retoma também aos questionamentos quanto a demanda de equipamentos públicos na Região, como (Carlos, 21 nov 2016) relata com o tópico, *Moradores sequestrados pela política*, sobre a pesquisa orientada por Walmir Barbosa, pelo Instituto Federal de Educação (IFG), através do Observatório do Mundo do Trabalho, que indicou que ainda em 2016 haveria uma grande demanda por equipamentos e serviços, dentre eles os educacionais, na Região Noroeste.

Nessa mesma reportagem, se apresenta também a pesquisa de Renatha Cândida que “diz respeito exatamente a falta de espaços para a prática cultural na região”, no qual se procurou compreender como os moradores realizavam as atividades sociais aos fins de semana, excluindo a possibilidade de bares e igrejas, uma vez que não haveria equipamentos públicos voltados para a cultura/lazer da região. Como é também constatado a seguir:

Através do estudo é possível observar que a região é composta, acima e tudo, por gente que trabalha- e muito. “Possui uma população bastante jovem e, como consequência, um grande porcentual de pessoas economicamente ativas. Quanto mais próximo de Goianira, há um maior contingente de pessoas não naturais no município de Goiânia” (Carlos, 21 nov. 2016).

Essa problemática quanto a oferta de equipamentos públicos ainda se perpetuou em meados de 2019, quando a principal quadra de esportes, (Figura 101), que atendia os moradores do bairro Recanto Bosque foi destruída para abrir espaço para a ampliação da Avenida Oriente, de forma a permitir o trajeto do BRT (Bus Rapid Transit). O mesmo ocorreu com uma pequena praça, (Figura 102), que se localizava próxima ao Terminal de Integração do Recanto do Bosque e que era uma segunda alternativa de lazer para os moradores, foi

redesenhada para atender ao novo fluxo de carros decorrentes das mudanças no trânsito.

Figura 101 – Antiga quadra de esportes do bairro Recanto do Bosque



.Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 102 – Redesenho do espaço que era a praça





Fonte: Acervo da autora (2019)

Dessa maneira, se utilizando do termo “desenvolvimento” que ocorreria com a implantação do BRT, se destruiu as alternativas de lazer, mesmo em condição precária de manutenção, dos moradores do bairro Recanto do Bosque e dos bairros adjacentes. Uma vez que até o presente momento não houve um pronunciamento público ou alguma medida que mostrasse que outra praça ou outro equipamento público como biblioteca ou centro de lazer seriam posteriormente implantados na área afetada, fazendo com que isso continue sendo pauta de reivindicação da comunidade como é colocado a seguir:

Pesquisas da UFG e IFG revelam que região Noroeste de Goiânia cresce, sobretudo, pelo esforço próprio dos moradores, que investiram recursos e energia na economia dos bairros. Moradores cobram bibliotecas, polícia amistosa e investimento de verdade (CARLOS, 21 nov. 2016)

Simultaneamente a implantação do BRT, ocorre novamente a especulação imobiliária, (Figura 103), com a implantação dos condomínios fechados que transformam a paisagem urbana, (Figura 104) e trazem uma nova segregação dentro da região, com uma paisagem mais heterogênea.

Figura 103 – Especulação imobiliária para a venda de lotes no Bairro Recanto do Bosque



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 104 – Foto do condomínio Ipê no Setor Estrela D´Alva



Fonte: Acervo da autora (2019)

A figura dos condomínios horizontais fechados revelam tanto um novo investimento do mercado imobiliário como acentua um recente contraste interno na paisagem urbana da Região Noroeste. A exemplo, o bairro Estrela D´Alva quando com a especulação de construção do Parque Municipal Brisas da Mata, em área ambiental, ocasionou uma concentração de construções residenciais com uma significativa qualidade de materiais, pelo acabamento e revestimento externo, (ver Figura 105) nessa área. O que intui que a emergente “nova classe

trabalhadora” que já mencionada por Cruz (2015) e Silva (2014), estaria se consolidando.

Figura 105 – Mudança na qualidade dos materiais das habitações



Fonte: Acervo da autora (2019)

Em uma outra perspectiva Oliveira (2016), revela que também haveria uma mobilidade da segregação residencial provocada pelo aumento do preço do aluguel dos lotes próximos ao Terminal de Integração Recanto do Bosque e a Avenida Mangalô, devido a oferta de serviços encontrados na avenida. Isso, se evidenciou nos Bairros Recanto do Bosque e Morada do Sol, que apresentaram uma população com um rendimento nominal mensal de 3 salários mínimos. Para

a autora, haveria um deslocamento da população de baixa renda pressionada pela ida de outros agentes sociais, uma vez que dos 31 % dos entrevistados residiam a menos de 1 ano no Morada do Sol e 43% de 1 a 3 anos no Recanto do Bosque, e que tinham sido atraídos a permanecerem ali principalmente pela proximidade com o trabalho.

Dessa forma, o contraste interno na paisagem urbana da Região Noroeste demonstra, pelo exemplo do setor Estrela D'Alva ainda estaria em processo de construção, (Figura 106), pelas casas ainda inacabadas, com falta de revestimento externo ou 'completadas' com pedaços de madeira e placas plásticas. Em casos mais extremos, algumas ruas ainda se encontram sem pavimentação. Ainda em vista em campo, na Vila Mutirão, foi possível encontrar resquícios da segunda camada espaço-temporal, com uma casa do tempo do Mutirão, (Figura 107), que mesmo pela baixa qualidade construtiva era alugada e utilizada como moradia.

Figura 106 – Foto das casas do Setor Estrela D'Alva



Fonte: Acervo da autora (2019)

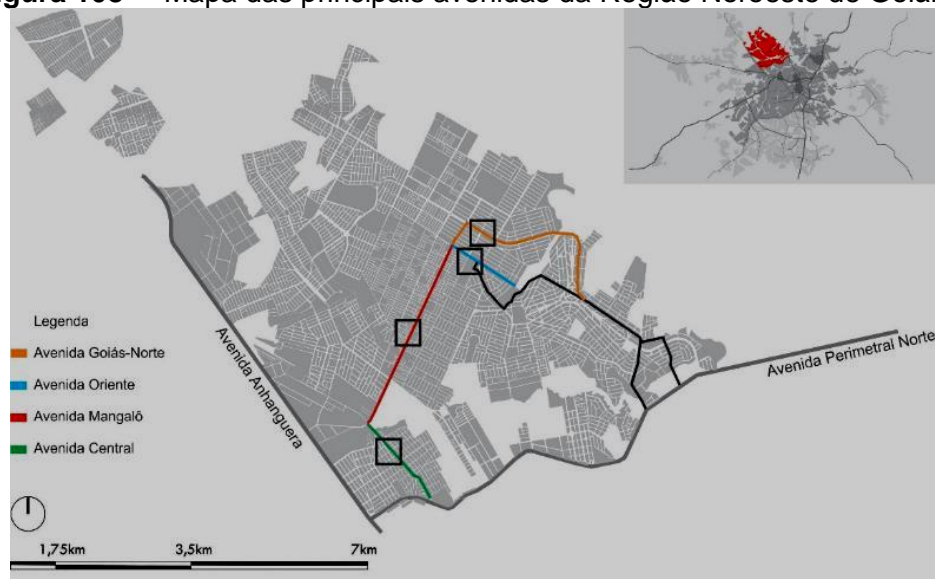
Figura 107 – Casa autoconstruída pelo movimento de mutirão



Fonte: Acervo da autora (2019)

Assim, pela perspectiva da paisagem urbana da Região Noroeste se analisa a característica material das construções das habitações presentes nos bairros e se interpreta os seus principais eixos-comerciais, que trazem uma ativação da vida comercial à Região, (ver Figura 108), apresentam também um panorama do desenvolvimento da sua paisagem urbana, identificados como sendo: A Avenida Central (do bairro Jardim Nova Esperança), A Avenida Goiás-Norte (que conecta os bairros Recanto do Bosque e Estrela D´Alva), a Avenida Mangalô (com o Setor Morada do Sol e Vila Finsocial) e a Avenida Oriente (sendo um misto entre um eixo de mobilidade urbana e comércio, uma vez que nela será o trecho de passagem do BRT).

Figura 108 – Mapa das principais avenidas da Região Noroeste de Goiânia



Fonte: Santos; Rezende; Pereira (2019)

Dessa maneira, na análise da Avenida Central, na (Figura 109) temos em vermelho o Terminal de Integração Recanto do Bosque, em laranja a Avenida Goiás-Norte; Verde a Avenida Mangalô e branco a Avenida Central. Já em preto, temos trechos que dão prolongamento as avenidas, do bairro Jardim Nova Esperança, observa-se que a sua paisagem urbana é a mais antiga, pelas condições de conservação dos prédios, que possuem o gabarito de até dois pavimentos, sendo o térreo voltado para a área comercial e o primeiro residencial. Além disso, a avenida possui uma largura que permite um fluxo contínuo de veículos, diminuindo a intensidade do trânsito.

Figura 109 – Avenida Central



Fonte: Acervo da autora (2020)

Em vista realizada em campo, em 2019, se analisou no Jardim Nova Esperança que houve um aumento na demanda de serviços, voltados principalmente as necessidades básicas e de lazer dos moradores como: panificadoras, academia, borracharia, posto de combustível e uma maior diversidade de serviços de consumo de alimentos, como *fast-foods*, sendo estes estabelecimentos um dos principais pontos de atividades de lazer da comunidade, principalmente no período noturno. Dessa forma, esses serviços principalmente os privados reforçam uma maior autonomia dos moradores ao suprirem a sua necessidade de se deslocarem para as áreas centrais para sanar as suas atividades diárias.

Em comparação, a Avenida Mangalô do Setor Morada do Sol, apesar de ser um setor com pouca diferença de implantação para o Jardim Nova Esperança apresenta uma vitalidade de fluxo de pessoas e serviços que acabaram por

trazer alguns transtornos urbanos. Isso ocorre principalmente pelo traçado urbano, decorrente da sua (re)funcionalização, (Figura 110), de residencial a comercial conforme apontou Oliveira (2016) e que em 2019, após uma retomada a área, averiguou-se que não houve um replanejamento da Avenida, (ver Figura 111), cuja largura continua estreita e insuficiente para o intenso fluxo das pessoas e do comércio que emergiu nos últimos anos.

Figura 110 – Pavimentação da Avenida Mangalô



Fonte: Oliveira (2017) apund Corrêa (2000)

Figura 111 – Avenida Mangalô



Fonte: Acervo da autora (2020)

Como consequência desse intenso fluxo de pessoas, temos um trânsito ‘caótico’, no qual os pedestres são penalizados tanto pela ausência de mais sinalização, quanto pelas calçadas que são utilizadas como prolongamento das lojas comerciais, assim como os automóveis que dividem a pista com o transporte público. Na análise, observa-se também a ausência de indicações de possibilidade de implantação de ciclovias e ciclo-faixas.

Assim, pela paisagem urbana do eixo-comercial da Avenida Mangalô,

(Figura 112), analisou-se em comparativo com a Avenida Central, uma maior predominância de edifícios e serviços comerciais no térreo. Nas margens da Avenida Mangalô também se encontrou equipamentos públicos (Escola Municipal Leonísia Naves), privados como a universidade (UNIP), Faculdade (Faculdade Noroeste), e agências bancárias (Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Correios), além de aberturas de novas lojas e galerias comerciais (Magazine Luiza, Eletrosom, Claro) que se diferem tanto por sua estrutura física, como por possuírem a referência, no ‘senso comum’, e pelo *marketing*, de se instalarem em áreas de potencial investimento, ao trazerem serviços antes encontrados e concentrados nas áreas centrais.

Figura 112 – Sequência de imagens da Avenida Mangalô.



Fonte: Acervo da autora (2020)

O destaque no desenvolvimento da Avenida Mangalô, ocorre quando nela conseguimos analisar, pela paisagem urbana, uma transição da estrutura comercial da avenida. No início desta, identifica-se um comércio mais informalizado, de porte menor, que volta-se para uma troca-comercial mais imediata, como: borracharia, farmácias, lanchonetes, panificadoras, posto de combustível, restaurante, distribuidoras de bebidas, lojas de roupa, salão de beleza e corte de cabelo. Contudo no decorrer da Avenida, os serviços vão se tornando mais especializados como: clínicas odontológicas, supermercados de maior porte (Bretas), lojas lotéricas (que permitem o pagamento de boletos bancários), e o Shopping Mangalô, que apesar de possuir uma estrutura média, oferece serviços do Vapt Vupt (Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão do

Estado de Goiás), e lojas de eletrônicos.

As mudanças de função também se evidenciam em parte do trajeto da Avenida Oriente, quando na extremidade da avenida que dá acesso ao Terminal de Integração do Recanto do Bosque, as casas que margeavam a parte esquerda da Avenida, foram desalojadas para possibilitar a construção do percurso do BRT, enquanto que o lado direito, algumas lojas comerciais ainda se mantém. Há ainda a problemática de que não há uma sinalização ou indicação de uma, que permita uma transação por parte do pedestre pelas três pistas. Isso poderá acabar por isolar as margens comerciais da Avenida Oriente, (Figura 113), impactando na forma de acesso que reproduzirá as problemáticas urbanas já evidenciadas na Avenida Mangalô.

Figura 113 – Sequência de imagens da Avenida Oriente



Fonte: Acervo da autora (2019)

Em uma segunda colocação pontua-se que a própria intervenção na Avenida impossibilita o seu desenvolvimento em um ritmo ‘acelerado’, pois alguns pontos de acesso foram interditados por um período longo de tempo, fazendo com que o fluxo de automóveis e a linha de ônibus, ou seja, a dinâmica urbana fosse alterada, o que dificultava o acesso ao comércio que começava a emergir.

A Avenida Oriente, conectada com a Av. Lúcia Rabelo, se configura

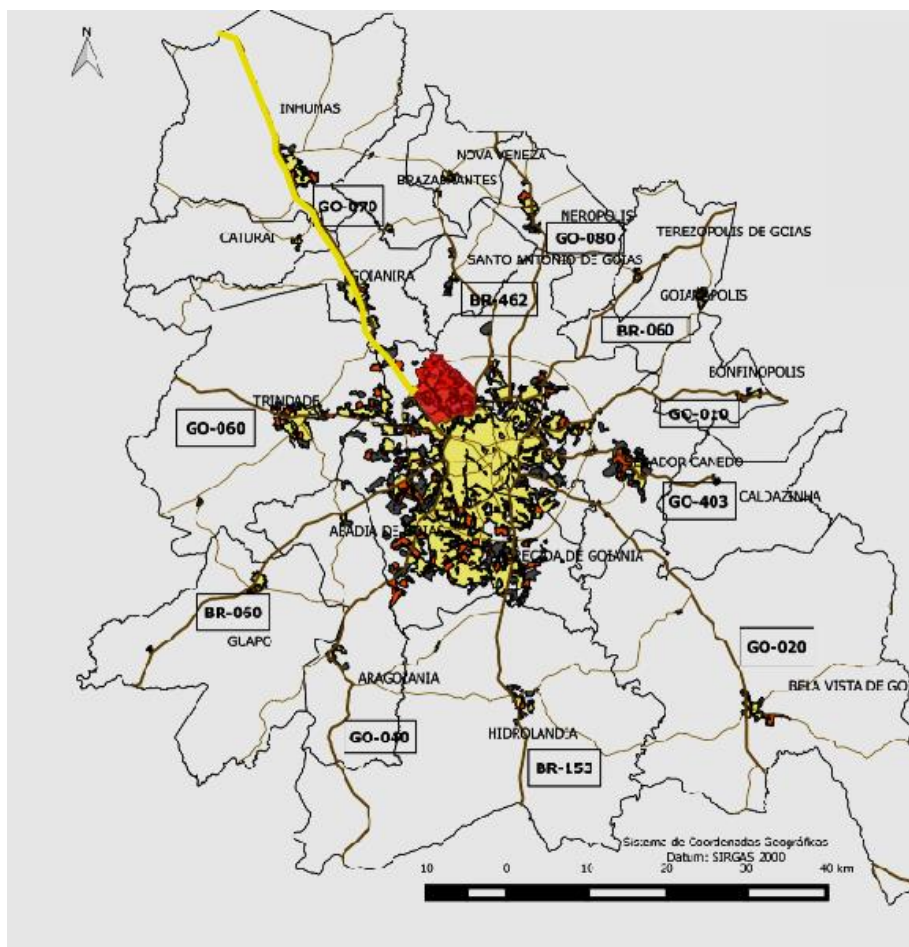
também por ser um dos eixos principais de acesso da Região central a Região Noroeste, principalmente pelo transporte público. E por isso, nela já se observa algumas mudanças tipológicas em suas margens, as casas existentes se tornaram comércios de menor e maior porte como: distribuidora de bebidas, rações, supermercado, academia e pequenos galpões que se colocam como salas comerciais.

Essas mudanças ocorreram desde que essa avenida se indicou como percurso do BRT, dando início a emergência do comércio formal, mas ainda incipiente, devido as obras que ainda prosseguem em construção. Com isso, temos uma certa especulação comercial em espera pela identificação da nova ou a continuidade do perfil do público consumidor da Região Noroeste.

Já a Avenida Goiás Norte, se configura como uma larga avenida que se diferencia das demais por possuir um canteiro central arborizado com a largura de aproximadamente de oito metros. Nela o fluxo de automóveis se torna menos conflituoso por ser uma via de fluxo rápido, o que se confirma por não haver sinalizações de trânsito como semáforos ou faixa de pedestre. Na configuração do comércio das suas ruas, temos uma estrutura de médio porte, que possuem uma visualidade atrativa.

Assim, com a análise desses eixos-comerciais da Região Noroeste, pode-se compreender que a paisagem urbana da Região ainda se encontra em construção, mas que já possui uma potencialidade urbana para o seu desenvolvimento econômico e conseqüentemente para a sua expansão urbana.

Figura 114 – Mancha urbana de Goiânia (1991-2010)



Fonte: Cunha (2017)

Como é interpretado por Cunha (2017), há cinco vetores de expansão urbana em Goiânia, que correspondem às regiões centro/sul, leste, noroeste, oeste, e norte da região. Esses vetores, por sua vez se orientam pelos principais eixos viários/rodoviários e o centro metropolitano para os municípios metropolitanos e goianos. Por eles, Cunha (2017) demonstra que a Região Noroeste, indentificada em vermelho na (Figura 114), além de ser um vetor de expansão urbana, demonstrada em amarelo com a conexão da Região com outros municípios como Goianira e Inhumas, estaria se expandido e se integrando em direção ao município de Goianira, como é abordado no trecho abaixo:

Na região noroeste articulam-se, pela rodovia GO-070, os municípios de Goianira e Inhumas (vetor 4), incluindo os municípios de Caturai e Brazabrantas. A região noroeste, tradicionalmente com uso em atividades agropecuárias, produção hortigranjeira em pequenos sítios

e chácaras. Mais recentemente a região tem passado por um forte processo de urbanização, com rápida densificação populacional, tornando-se, na atualidade, uma região de acelerado crescimento. Esta característica de uso do solo regional estende-se, também, de forma marcante pelas vetores 1 e 2. Inhumas foi mais recentemente, em 2010, incorporada à dinâmica metropolitana. O município tem importante participação na produção agropecuária da RMG, possui um Distrito Agroindustrial, com indústrias - destilarias, frigoríficos e laticínios (CUNHA, 2017, p.113).

A partir da abordagem de Cunha (2017), compreende-se que a Região Noroeste está em processo de expansão urbana concomitante com o seu desenvolvimento sócio econômico, evidenciado pelas transformações da paisagem do seu principal eixo-comercial, a Avenida Mangalô, que lhe dá uma maior diversidade de serviços públicos e privados que fomentam a economia da região, sendo por isso considerada a principal referência de serviços para os outros bairros adjacentes.

Em 2019 a Região Noroeste em sua quarta camada espaço-temporal (2000-2019) ainda sofre com as políticas públicas que procuram reproduzir os mesmos parâmetros de intervenção pública aplicados nas camadas anteriores, como é apresentado na (Figura 115), que mostra um Mutirão social realizado pela prefeitura de Goiânia, sob a administração de Iris Rezende (MDB- Movimento Democrático Brasileiro).

Figura 115 – Mutirão em frente à Escola Municipal Leonísia Naves de Almeida





Fonte: Acervo da autora (2019)

Interpreta-se assim, que os agentes públicos e privados ainda procuram autorregular o desenvolvimento da população da Região Noroeste, visando um controle tanto político quanto social, uma vez que o intuito é mantê-la em uma situação de quase subdesenvolvimento urbano, pela ausência de uma gestão integrada e participativa de intervenções urbanas, pela carência de infraestrutura, equipamentos públicos e de acesso a serviços básicos que são implementados de maneira paulatina, e ‘envoltos’ sob o conceito de participação popular. Como elencado a seguir:

O caráter político dos bairros revela um bolsão de miséria em decadência, mas acima de tudo demandas enormes. A cada pleito eleitoral candidatos chegam com promessas de entregar definitivamente escrituras-parte delas já foi repassada a alguns simbólicos moradores. Mas os ‘gestores’ não o fazem de imediato, pois pretendem manter no controle os bairros, dosando a arma para perpetuação de poder. A democracia é um jogo de cartas marcadas nas cidades segregadas. Na região Noroeste, então, é uma armadilha. Todos os direitos são repassados com cadeados sem chaves” (DIÁRIO DA MANHÃ, 2016, p.3).

Dessa maneira, além do desenvolvimento socioeconômico que transforma a paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia analisado pelos seus eixos comerciais a implantação de grandes equipamentos privados em suas margens também intui para um processo de desenvolvimento em etapas, como a inserção do atacadão DIA-A DIA, localizado perto do bairro Jardim Balneário Meia Ponte, que também é um dos bairros de entrada a Região Noroeste.

O atacadão DIA-A-DIA se encontra assim as margens do recorte da Região Noroeste e por isso acaba por oferecer um maior suporte a mesma pela proximidade aos bairros, uma vez que comparado com o supermercado, O

Atacadão, que fica as margens da Avenida Perimetral e perto do shopping Passeio das Águas. Assim, o Dia-a-Dia acaba por valorizar o solo urbano e impulsionar que outros investimentos privados sejam efetuados em seu percurso.

Com isso interpreta-se que a quarta-camada espaço-temporal (2000-2019) está ainda em processo de construção e que sob a emergência de novos serviços e fenômenos urbanos, se busca romper os aspectos negativos que ainda estigmatizam o seu processo de formação, para coloca-la como um espaço com uma potencialidade urbana e social para se morar e viver com dignidade, tal qual fora por tantos anos requisitado por seus primeiros moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa dissertação, compreendemos que as quatro camadas espaço-temporal, 1ª camada espaço-temporal (1975-1982); 2ª camada (1982-1990), 3ª camada (1990-2000) e 4ª camada (2000-2019), que compõem a Região Noroeste de Goiânia (RNOG) se sobrepõem e se cruzam ao longo do processo de construção da paisagem urbana. Em um processo contínuo de reprodução e produção do espaço, cada camada espaço-temporal, apresentou um marco que lhe atribuía uma característica na construção da história urbana da região e da cidade.

Assim, a primeira camada espaço-temporal (1975-1982) decorreu como uma transição da área rural, semiurbana, para uma com o caráter mais urbano, decorrente da intensificação do fluxo de ocupações a partir de 1979 na região. Esse momento se tornou um dos mais significativos, pois foi a partir da ocupação da Fazenda Caveiras que a população de baixo poder aquisitivo demarcou o início na Região Noroeste da luta pelo direito a terra e a moradia.

Dessa forma, os novos ocupantes da RNOG se organizaram internamente em movimentos sociais, como a União das Invasões, para que assim tivessem uma representatividade política e social diante do governo e da sociedade. Com isso, a comunidade tinha a perspectiva de “ganhar força”, de forma que pudesse exigir dos governos municipal e estadual o cumprimento dos seus direitos enquanto cidadãos.

A conquista pelo direito à terra viria após a luta pela permanência na Fazenda Caveiras que se tornaria o primeiro bairro da Região Noroeste de Goiânia, o Jardim Nova Esperança. A partir da efetivação da ocupação do bairro e da pressão social para outras ocupações, o governo viria a (re) tomar o controle no processo de produção do espaço urbano, o que levou à construção da segunda camada espaço-temporal (1982-1990).

Essa camada parte do princípio público de uma política urbana habitacional destinada a atender a demanda por moradia da população de baixa renda, encontrada em áreas ou situações de risco na cidade. Contudo, a gestão pública se utilizou dos programas sociais para assentar, na Região Noroeste, a população de baixo poder aquisitivo em novos bairros “criados”, fora da malha edificada da cidade e por isso desarticulados da dinâmica urbana: os bairros

Finsocial, Mutirão e Jardim Curitiba.

Com o fim do BNH em 1984 e a completa ausência de uma política habitacional no período subsequente, o estado não conseguiu atender as novas demandas por moradia, o que implicou em novas ocupações na região na 3ª camada espaço-temporal (1990-2000). Assim, foi necessário traçar uma linha propositiva de desenvolvimento urbano na região.

Assim, na terceira camada espaço-temporal (1990-2000) ocorreram ações em prol do desenvolvimento urbano da Região Noroeste, em que debates entre urbanistas, geógrafos e instituições como o IPLAN e ONU buscaram reverter a “miséria” urbana presentes na região, elencando principalmente a sua importância ambiental para a cidade e as suas potencialidades urbanas. Nesse período, a Região começa a adentrar um processo de regularização dos seus loteamentos e de melhoria urbana com a implantação de infraestrutura urbana e equipamentos públicos.

Com o desenvolvimento urbano na Região, percebeu-se uma melhoria no padrão aquisitivo e social dos moradores, de forma que isso também refletiu na conjuntura da sua paisagem urbana. Nela se observou as transições entre as camadas espaço-temporal, primeiramente pela qualidade construtiva das habitações dos seus moradores, dos abrigos precários de lona e restos de construção para os kits de parede de placas cimentícias, proporcionados pelo governo. E depois para casas de tijolos, mesmo sem revestimento externo mostram a melhoria construtiva e o caráter de permanência dos moradores no espaço.

Essa mudança da paisagem urbana manifestada pelo aumento do padrão socioeconômico dos moradores, da qualidade das construções das habitações, do nível de escolaridade, da diversificação de serviços públicos e privados a faz adentrar no conteúdo da quarta camada-espaço temporal (2000-2019), a mais contemporânea. Nesta, se interpretou a emergência do desenvolvimento urbano da Região Noroeste por meio da articulação de serviços públicos e privados localizados principalmente às margens das suas principais avenidas: Avenida Central, Avenida Goiás-Norte, Avenida do Povo, Avenida Mangalô e Avenida Oriente, sendo que a Avenida Mangalô se destaca como o mais novo eixo-comercial da Região, por trazer uma dinâmica urbana de serviços equivalente aos encontrados nas áreas centrais.

Além disso, observa-se na paisagem dessa quarta camada-espço temporal (2000-2019), uma composição heterogênea marcada pela emergência do fenômeno urbano de implantação de condomínios horizontais e verticais fechados, que contrastam com as habitações populares (de até dois pavimentos). Essas habitações se diversificam quanto às etapas de construção, ou seja, algumas ainda estão sendo construídas, outras apresentam ainda o revestimento externo pronto ou inacabado e ainda há aquelas que possuem uma mescla compositiva entre materiais de maior e menor durabilidade como placas de concreto e pedaços de madeira.

Dessa forma, se compreendeu ao longo da história de formação da Região Noroeste de Goiânia, como os moradores agiram e reagiram naquele espaço-geográfico. Essa relação se intensificou com a ocupação e urbanização do espaço, demonstrando como o “construído”, as habitações, e o “não construído”, os conflitos sociais, foram configurando a paisagem urbana. Marca-se assim, nessa primeira parte a posse pela paisagem ainda semi urbana, que vai sendo consolidada ao longo da segunda camada-espço temporal.

Com a iniciativa do poder público e privado na construção de habitações populares, e principalmente a luta pelo lugar de morar por parte dos moradores, a paisagem semi urbana nesse momento começa a adquirir, na segunda camada espaço-temporal, contornos mais bem definidos com as reivindicações dos moradores pela implementação de infraestrutura urbana para diminuir as dificuldades geradas pela segregação sócio espacial. Assim, essa discussão presente na terceira camada-espço temporal, pela reivindicação pelo desenvolvimento urbano, se prolonga paralela a urbanização da Região Noroeste em que à medida que se intensifica a sua urbanização, o poder público é pressionado a interferir com medidas de política urbana para amenizar a precária infraestrutura dos bairros da Região.

Assim, a paisagem da Região Noroeste começa a se tornar ainda mais urbana com as melhorias implementadas, de forma a gerar uma paisagem heterogênea, que configura a quarta camada-espço temporal (2000-2019). Nessa camada, compreende-se que a paisagem urbana da Região Noroeste é marcada por uma linguagem compositiva que mostra como o processo urbano de ocupação, iniciado em 1979, reverberou na construção em 2019 da mesma. Dessa forma, durante o percurso das camadas espaço-temporais,

compreendeu-se que a paisagem urbana configurada é um produto que incorpora o “construído” e “não construído” das ações e reações do homem entre si e o espaço que expressam as modificações de uma paisagem antes rural e agora urbana, que marcam assim o processo de reconhecimento do território e a construção da sua história urbana.

Assim, os resultados apresentados nessa dissertação possibilitaram que a abordagem da RNOG pela paisagem urbana a expõe sob um novo olhar no processo de urbanização e reformulação das áreas as margens de Goiânia. No qual o estigma de ser uma área violenta está se dissipando de acordo com os interesses econômicos do setor imobiliário com a valorização dos lotes, das casas e das construções dos condomínios residenciais fechados. De forma que pela conjuntura das suas quatro camadas espaço-temporais, se compreendesse que a construção da sua paisagem não é apenas um elemento contemplativo, mas um produto que manifesta a criação, continuação ou reinvenção de dinâmicas urbanas que qualificam a Região como espaço geográfico, meio pelo qual o homem articula/ molda para as suas necessidades de habitar e viver .

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. Concepções de Espaço Geográfico e Território. **Sociedade e Território**, v. 22, n. 1, p. 46–64, 2010.

ALVES, Maria de Lourdes. **Goiânia uma cidade de migrantes**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

AMARAL, Enersto F.L. Região Metropolitana de Goiânia: Planejamento urbano, indicadores demográficos e possibilidades de pesquisa. **Open Science Framework**, 2018.

Análise do Desenvolvimento Urbano na Região Metropolitana de Goiânia. Região Metropolitana de Goiânia. **Plano de Desenvolvimento Integrado**. Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais, 2017.

ARRAIS, Tadeu Alencar. O território Goiano: uma abordagem quase contemporâneo do desenvolvimento regional. *In: XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, Pará, Brasil: [s.n.], 2007, p. 1–21.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BARROSO, Michelle Rodrigues. **O loteamento Jardim Nova Esperança desafios na regularização fundiária em Goiânia/GO**. Dissertação (mestrado em Ciências Exatas e da Terra), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

BARSA. Dicionário Barsa. *In: Barsa Saber*. [s.l.: s.n., s.d.].

BERALDO, José Maurício. Dossiê. Vila Mutirão. O mito e a realidade num governo populista. 1985.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EDUER, 2014.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e geografia**. Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BORGES, Elcileni de Melo; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; COSTA, Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa. Habitação social e desenvolvimento urbano sustentável: o caso da Região Metropolitana de Goiânia. **Geo UERJ**, n. 30, p. 122–144, 2017.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48–63, 2005.

CARVALHO, Tiago. A estética do som na paisagem e na arquitectura. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Ed.). **Filosofia e arquitectura da paisagem : um manual**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 143–153.

CONCEIÇÃO, MARIA Aparecida da. Migrações para Goiânia: a Marcha para o Oeste continua. *In*: **II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais**. Goiânia: [s.n.], 2011.

CORNER, James. **The Landscape imagination: Collected Essay of James Corner (1990-2010)**. New York: Princeton Architectural Press, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 356.

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 94, p. 1–11, 2016.

COSTA, Celina Teresinha Bastos de. **Vulnerabilidade e resiliência de população transferida de área de risco ambiental para área urbanizada- Região Noroeste de Goiânia-GO**. Dissertação (mestrado), Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (Orgs.). Arranjos Institucionais de Gestão da Região Metropolitana de Goiânia. *In*: **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013, v. 1, p. 253–271.

CRUZ, Renatha Cândida da. **A Região Noroeste de Goiânia: de grande bolsão de pobreza à nova classe trabalhadora**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

CUNHA, Débora Ferreira da. **Instituição da Região Metropolitana de Goiânia-Goiás (1980-2010): Configuração e interações espaciais entre municípios**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

DAHER, Tania. **Goiânia, uma utopia européia no Brasil**. Goiânia: Icbc, 2003.

DAHER, Tania. O projeto original de Goiânia. **Dossiê cidades planejadas na hiterlândia**, Revista UFG Ano XI nº 6, 2009.

DELEUZE, Félix; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. [s.l.]: Assírio e Alvim, [s.d.].

DOHERTY, Gareth; WALDHEIM, Charles. What is landscape? *In*: **Is Landscape...? Essays on the Identity of Landscape**. New York: Routledge,

2016.

ECKBO, Gareth. Is landscape architecture. *In: Is Landscape...? Essays on the Identity of Landscape*. New York: Routledge, 2016, p. 9–13.

ESCOREL, Lucis. **Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável no Município de Goiânia-Goiânia Vida: Região Noroeste- Ordenamento e Desenvolvimento**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1996.

FERREIRA, Adriana dos Reis. **A compreensão do lazer no planejamento urbano de Goiania: aproximações históricas**. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2003.

FREITAS, Silvio Antônio de. **Habitação Popular em Goiânia: Vila Mutirão mil casas em um dia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Subsídios do conceito de espaço geográfico em Milton Santos e em Roger Brunet para uma interpretação sobre a indissociabilidade entre espaço geográfico e território. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 17, n. n.1, p. 15–32, 2014.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal de Goiânia. **Relatório Técnico de Revisão do Plano Diretor de Goiânia**. Coord.: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - SEPLANH. Superintendência de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável. Comissão executiva do Plano Diretor. Goiânia. 31 jan. 2018. 252 p.

GOMES, Thaís Junqueira. **Análise de custos entre tijolos de solo-cimento e bloco cerâmico para uso em alvenaria para construção de casas populares**. Monografia, Centro Universitário do Sul de Minas-UNIS, Varginha/MG, 2017.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: Uma Modernidade Possível**. Brasília: ministério da integração regional/ goiânia: UFMT, 2003.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOJE, Redação O. **Região Noroeste concentra maior parte dos lotes vagos de Goiânia**. Disponível em: <http://ohoje.com/noticia/cidades/n/173180/t/regiao-noroeste-concentra-maior-parte-dos-lotes-vagos-de-goiania>. Acesso em: 27 abr. 2020.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. *In: Rio de Janeiro: Objetiva*, 2001.

IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil. Avaliação sobre a “ Vila Mutirão” em

Goiânia.

IMB, Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioecômicos. **Goiás em dados 2017**. Goiânia: [s.n.], 2017.

INDUR. **Estudo da Região de Expansão de Goiânia; Relatório I: Goiânia, 1981**. Goiânia: [s.n.], 1981.

IPLAN, Instituto de Planejamento Municipal. **Diagnóstico do Setor Finsocial**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1984.

IPLAN, Instituto de Planejamento Municipal. **I Seminário Região Noroeste Integrar para Planejar**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1996.

IPLAN, Instituto de Planejamento Municipal. Of.Circ. nº. 009/93. 1993.

IPLAN, Instituto de Planejamento Municipal. **Vila Mutirão-1983. Recortes de Jornais selecionados e compilados pelo Núcleo de Biblioteca e Documentação.1983**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1992.

JESUS JUNIOR, Ricardo Sousa de. **Espaço urbano e criminalidade na Região Noroeste de Goiânia-GO: a visão dos sujeitos sociais (2004)**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2005.

JUNIOR, Oscar Sabino. **Goiânia Global**. Goiânia: Oriente, 1980.

LIMA, Atílio. Goiânia, a nova capital de Goiás. **Arquitetura e Urbanismo**, p. 82–112, 1937.

LIMA, Vinícius Luz de. **A Passagem do planejamento urbano moderno ao contemporâneo em Goiânia: os setores Bueno e Bela Vista nas décadas de 1990 e 2000**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Eds.). **Territórios, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

LOPES, Edmar Aparecido de Barra. Entre o campo e a cidade, de imigrantes a ocupantes: memórias e experiências sobre o cotidiano de luta na ocupação Fazenda Caveirinha, Goiânia-GO (1970-1989). **Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 3, p. 289–325, 2019.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **A URBS e os seus problemas : uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea : um certo olhar**. Goiânia: Edição do autor, 2001.

MANSO, Celina Fernandes Almeida; BOAVENTURA, Deusa Maria R; ALBUQUERQUE, Luana Ferreira de; *et al.* A formação do espaço construído e a transformação do ambiente natural das Regiões Norte e Noroeste de Goiânia-(1970/2000). **Programa Voluntário de Iniciação Científica da UEG-PVIC/UEG, graduandos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UnUCET-Anápolis UEG**, 2010.

MANSO, Celina Fernandes Almeida; BOAVENTURA, Deusa Maria R; ALBUQUERQUE, Luana Ferreira de; *et al.* A formação do espaço construído e a transformação do ambiente natural das Regiões Norte e Noroeste de Goiânia-(1970/2000).

MARICATO, Ermínia. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 7–22, 2011.

MARICATO, Ermínia. **POLÍTICA URBANA E DE HABITAÇÃO SOCIAL: UM ASSUNTO POUCO IMPORTANTE PARA O GOVERNO FHC | LABHAB.** Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fJtin7l_HuUJ:www.labhab.fau.usp.br/2018/01/12/politica-urbana-e-de-habitacao-social-um-assunto-pouco-importante-para-o-governo-fhc/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 4 abr. 2020.

MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: limites e possibilidades uma trajetória incompleta. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: INCT, 2015.

MARICATO, Ermínia; MORAES, Lúcia Maria. O mentirão, ou melhor, o mutirão de Goiás. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 3, n. 2, p. 74–84, 1986.

MELO, Adriana Ferreira; HISSA Cássio Eduardo Viana. O lugar e a cidade no mundo contemporâneo. **Revista Maestria**, n.2, p. 25–40, 2004.

MORAES, Lúcia Maria. **A Segregação Planejada Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia: UCG, 2003.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Eds.). **Territórios, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MOTA, Juliana Costa. **Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano**. Dissertação (mestrado), Escola de Engenharia de São Paulo-Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

MOTTA, Jessica Campos Soares Siva; MORAIS, Paola Waleska; ROCHA,

Glauce Nayara; *et al.* Tijolo de Solo-Cimento: Análise das caracte

MOYSÉS, Aristides. A Produção de Territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política. *In: II Encontro “Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida. O desafio para as cidades no século XXI”*. Belém, Pará: [s.n.], 2001.

MOYSÉS, Aristides. **Cidade, segregação urbana e** terísticas físicas e viabilidade econômica de técnicas construtivas sustentáveis. **e-xacta**, v. 7, n. Editora UniBH, p. 13–26, 2014.**planejamento**. Goiânia: UCG, 2005.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004.

MUNIZ, Sodré. Prefácio. *In: PAIVA, Raquel (Org.). O retorno da Comunidade: Os novos caminhos do social*. [s.l.: s.n.], 2007, p. 200.

NASCIMENTO, Diego Tarley Ferreira; OLIVEIRA, Ivanilton José de. Mapeamento do processo histórico de expansão urbana do município de Goiânia-GO. **GEOgrafia**, v. 17, n. N  34, p. 141–167, 2015.

OLIVEIRA, Adão Francisco; MOYSÉS, Aristides. Segrega o e Planejamento Excludente: Cidade Informe e Degrada o Ambiental em Goiânia. *In: Cidade segregaa o urbana e planejamento*. Goiânia: UCG, 2005, p. 287–313.

OLIVEIRA, Aristeu Geovani. **A reprodu o da exclusão social em áreas de expansão urbana. Um estudo de caso em assentamentos urbanos na Região Noroeste de Goiânia (1980-1998)**. Disserta o (mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

OLIVEIRA DE, Adão Francisco. **Do P ntamo ao Jardim: uma Nova Esperança. A produ o social do espaço em Goiânia**. Disserta o (mestrado), Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia Departamento de Ciências Sociais, Goiânia, 2002.

OLIVEIRA, Eliane Alves de. **Política Habitacional em Goiânia: Estudo de caso do Residencial Buena Vista IV (2009-2013)**. Disserta o (mestrado), Pontífica Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

OLIVEIRA, Eliane Alves de; SILVA, Margot Riemann Costa e. O processo de ocupa o do solo urbano e a política habitacional em Goiânia/Goiás (1933-2010). **Revista Baru**, v. 2, n. 1, p. 151–167, 2016.

OLIVEIRA, Érika Munique de. **Morar e (sobre)viver na metrópole goianiense: Análise da mobilidade da segregaa o residencial na Região Noroeste de Goiânia**. Disserta o (mestrado), Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2016.

OLIVEIRA, Maria das Mercedes Brandão de. O padrão territorial de Goiânia: um olhar sobre o processo de forma o de sua estrutura urbana. **Arquitextos**, n. 065.07, 2005.

PANTALEÃO, Sandra Catharine; DELFINO, Dhyogo Santis. Morfologia e desenho urbano: uma análise da formação da paisagem de Goiânia-Go. **Revista Mirante**, v. 10, n. 5, p. 97–116, 2017.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo. **Do aeroporto à aerótrópole e o território do Aeroporto Internacional de Viracopos**. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ-Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, v. II, nº 4, n. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, p. 9–17, 2005.

POTTEIGER, Matthew; JAIME, Puriton. Landscape Narratives. *In: Theory in Landscape Architecture: a Reader*. Philadelphia: Simon Swaffield, 2002, p. 136–144.

QUINTO JR, Luiz de Pinedo. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 187–196, 2003.

RAMOS, Helci Ferreira. **Análise espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental urbano das regiões norte, noroeste e meia ponte do município de Goiânia (1975 – 2015)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

REZENDE, Sandra Catharinne Pantaleão Resende; VILARINHO, Luana Chaves. Plano de desenvolvimento integrado (PDI), áreas de especial interesse social e adensamento urbano de Goiânia. **Revista Mirante**, v. 10, n. 5, p. 101–126, 2017.

RODOVALHO, Marcia Oliveira. **Análise do planejamento urbano e efetividade dos planos diretores de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

RODRIGUES, Maria de Jesus. **Retalhos de Lembranças**. Goiânia: Editora Kelps., 2009.

RODRIGUES, Maria de Jesus. **Os 10 Anos de Uma Nova Esperança: Posses, lutas e Vitórias**. Goiânia-GO. 1989, p. 5. (mimeografado). Escrito por ocasião do aniversário dos 10 anos de existência do jardim Nova Esperança, antes conhecido como ocupação Fazenda Caveirinha, 1989.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesb, 2015.

RUFIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2, p. 201–213, 2014.

SAQUET, Marcos Aureleo; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, v. 2, n. 18, p. 24–42, 2008.

SANTOS, Daniela Braga; REZENDE, Mayara; PEREIRA, Pedro Henrique Máximo. A formação da Região Noroeste de Goiânia: morfologia, paisagem e centralidade. *In: PNUM-Maringá. Rede Lusófica de Morfologia Urbana*. Maringá: [s.n.], 2019, v. 1, p. 854–866.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. 2001(1996). São Paulo: [s.n., s.d.].

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. [s.l.]: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 2006 (1985).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SEPLANH, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação. Superintendência de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável. Comissão Executiva do Plano Diretor. **Relatório Técnico de Revisão do Plano Diretor de Goiânia**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2018.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem, uma categoria em transição. *In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Ed.). Filosofia e arquitetura da paisagem : um manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 381.

SILVA, Anderson Ferreira da. **Goiânia à Noroeste: da ocupação ao novo centro urbano**. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Karinne Machado Silva. Álbuns da cidade de Goiânia: uma história da visualidade. **IV Simpósio Regional de História**. v.1, n.1, p 1-17, 2012.

SPIRN, Ann Whiston. The Language of Landscape (1998). *In: Theory in Landscape Architecture: a Reader*. Philadelphia: Simon Swaffield, 2002, p. 125–130.

STREGLIO, Carolina Ferreira da Costa; FERREIRA, Diego Tarley Ferreira; OLIVEIRA, Ivanilton José de. O processo de expansão urbana e seus reflexos na redução da cobertura vegetal no município de Goiânia-Goiás. **RA'E GA. O espaço geográfico em análise**, p. 181–197, 2013.

SWAFFIELD, Simon. Theory in Landscape Architecture. *In: Theory in Landscape Architecture: a Reader*. Philadelphia: Simon Swaffield, 2002, p. 1–6.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. Tese (doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VALÉRIO, Andrea Helena. **Reforma Urbana, Planejamento e Contradições: a experiência de Goiânia**. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira; PIMENTEL, Mauricio. As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. **Revista Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, v. 6, n. 1, p. 131–150, 2016.

WALDHEIM, Charles. **Landscape as Urbanism-A General Theory**. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

WALDHEIM, Charles. **The Landscape Urbanism Reader**. New York: Princeton Architectural Press, 2006.

Análise do Desenvolvimento Urbano na Região Metropolitana de Goiânia. Região Metropolitana de Goiânia. Plano de Desenvolvimento Integrado. Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais, 2017.

Estudo da Região de Expansão de Goiânia. Goiânia: INDUR- Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional, 1981.

Estudo da Região de Expansão de Goiânia; [s.l.: s.n., s.d.].

godados2017.pdf.

Disponível

em:

<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/goias-em-dados/godados2017.pdf>. Acesso em: 7 maio 2020.

OVG-Organização das Voluntárias de Goiás.Tipificação dos Equipamentos Sociais da Região Noroeste de Goiânia. Goiânia: Recursos Naturais, Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Social, 1999.

SEPLANH- Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2019. Disponível em: <<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=3597&m=3599>>. Acesso em: 30 out. 2019.

FONTES

Jornais

Diário da Manhã

APÓS 12 anos, chega ao fim a Vila Papel. **Diário da Manhã**. Goiânia, 28 out.1983.

A organização, passo a passo. Diário da Manhã. Goiânia, 1983.

ASSOCIAÇÃO denuncia venda de lotes. Diário da Manhã. Goiânia, 27 set.1988.

BAIRROS. Diário da Manhã. Goiânia, 7 jun.1987

BARROSO, Marconi. A invasão dos desesperados. Diário da Manhã. Goiânia, 26 set 1989

CARLOS, Welliton.O triunfo da esperança. Diário da Manhã. Goiânia, p.3. 21 nov 2016.

CARELLI, Leon. Noroeste de Goiânia. Diário da Manhã. Goiânia, p.1. 17 maio.2015.

CASAS não resistem ao vento. Diário da Manhã, Goiânia, 21 ago.1983.

CRESCER a oferta de trabalho na Vila Mutirão. Diário da Manhã, Goiânia, 18 fev. 1983.

Diário da Manhã. Goiânia, 18 abr. 1980.

Diário da Manhã. Goiânia, 1981

Diário da Manhã. Goiânia, 6 maio.1981.

Diário da Manhã. Goiânia, 1988.

DONA Íris leva posto à Mutirão. Diário da Manhã, Goiânia, 15 fev.1984.

ENTIDADE luta contra especulação. Diário da Manhã. Goiânia, 25 ago.1988.

E a Vila Papel já foi transferida. Diário da Manhã. Goiânia, 30 out.1983.

FAZENDA Caveras (I). Diário da Manhã. Goiânia, 23 jun. 1982.

FILHO, Marco Antônio Coelho. Invasores segundo suas histórias. Diário da Manhã. 1982.

FILHO, Coelho. Técnicos condenam projeto das casas do grande mutirão. Diário da Manhã. Goiânia, 21 ago.1983.

FERREIRA, Oloares. O Jardim Curitiba enfrenta o esquecimento. Diário da Manhã. Goiânia, 04 jun.1995.

FOI uma festa na Vila Papel. Começou o fim. Diário da Manhã. Goiânia.1983.

FORÇAS estranhas. Diário da Manhã.Goiânia,24 abr. 1981.

FOTINI, Luciano. Um problema grave ainda sem solução. Diário da Manhã, Goiânia, 20 jun.1982.

GOVERNO inicia legalização de áreas de posse. Diário da Manhã, Goiânia, 15 set.1994.

GOYÁ, Ricardo César. Caso de polícia na Saúde. Diário da Manhã, Goiânia, 12 maio 2005.

INVASORES denunciam arbitrariedade. Diário da Manhã, Goiânia, 18 set. 1980.

INVASORES vão à Celg para reivindicar luz. Diário da Manhã, Goiânia, 6 ago.1981.

INVASORES querem a mata da Finsocial. Diário da Manhã, Goiânia, 10 jun.1983.

INVASORES levados para Vila Mutirão. Diário da Manhã, Goiânia, 29 nov.1983.

INVASORES preteridos fazem passeatas. Casa solo cimento um projeto viável. Diário da Manhã. 4 ago.1982.

MACHADO, Luíz Carlos. FINSOCIAL, uma favela que sonha virar bairro. Diário da Manhã, Goiânia, 27 fev.1983.

MORADORES sem poder construir casas. Diário da Manhã, Goiânia, 24 ago.1982.

MORADORES sequestrados pela política. Diário da Manhã, Goiânia, 2016.

MORREM as ilusões, fica a incerteza. Diário da Manhã, Goiânia, 12 maio. 1981.

NO LUGAR da mata mais uma invasão. Diário da Manhã, Goiânia, 2 jun.1983.

OS Lotes serão entregues dia 30. Diário da Manhã, Goiânia, 23 jun.1982.

O Caos chega à Vila Finsocial. Diário da Manhã, Goiânia, 13 maio.1983.

O maior mutirão de todos os tempos. Diário da Manhã, Goiânia, 18 out.1983.

GARCIA, Cleisla. ONU tem projeto para Goiânia. Diário da Manhã, Goiânia, p.10.05 ago.1994.

Diário da Manhã,. Goiânia, 1995.

NOVA invasão é parcialmente contida. Diário da Manhã. Goiânia, 24 abr 1981.

POSSE da terra ainda é causa da violência. Diário da Manhã. Goiânia, 6 maio. 1981.

PREFEITURA de Goiânia elege Região Noroeste prioridade. Diário da Manhã, Goiânia, 18 nov 2001.

PROPRIETÁRIA pede proteção à polícia. Diário da Manhã. Goiânia, 16 jun.1982.

POSSEIROS vivem o drama da moradia. Diário da Manhã. Goiânia,16 fev.1988.

SOULUÇÃO Nova para um velho problema. Diário da Manhã. Goiânia, 12 ago.1982.

SOFRENDO as dificuldades de um começo. Goiânia, 4 fev 1988.

SURGE mais uma invasão em Goiânia. Diário da Manhã. Goiânia, 24 abr 1981.

VILA Papel já foi transferida. Diário da Manhã, Goiânia, 30 out.1983.

VILA Mutirão, 7 meses de uma nova realidade. Diário da Manhã, Goiânia, 6 maio. 1984.

VILA Mutirão, Bairros. Diário da Manhã, Goiânia, 17 jun. 1987.

Folha de Goiaz

CASAS do Mutirão. Folha de Goiaz, Goiânia,1set. 1983.

ENGENHEIROS querem debate das mil casas. Folha de Goiaz, Goiânia, 18 ago.1983.

50 FAMILIAS defendem invasão da Boa Sorte. Folha de Goiaz, Goiânia. 26 abr 1981.

INVASORES levantam barracos novamente e não saem da área. Folha de Goiaz, Goiânia. 26 abr 1981.

IRIS vai à invasão e seleciona 20 famílias. Folha de Goiaz, Goiânia, 12 out.1983.

POVO quer morar nas mil casas. Folha de Goiaz, Goiânia, 25 set 1983.

PROJETO das mil casas usará 6 mil operários. Folha de Goiaz, Goiânia, 1983.

VILA Mutirão já tem três mil habitantes. Folha de Goiaz, Goiânia, 30 out. 1983.
(Vila Mutirão..., 30 out.1983)

Jornal O Hoje

CALDAS, Igor.. Região Noroeste concentra maior parte dos lotes vagos de Goiânia. O Hoje. 24 jan 2020.

Disponível em: <http://ohoje.com/noticia/cidades/n/173180/t/regiao-noroeste-concentra-maior-parte-dos-lotes-vagos-de-goiania>. Acessado em: 24 abr 2020.

Jornal Opção

GOUVEIA, Marcelo. Na Região Noroeste de Goiânia, governador entrega mais de 1,5 escrituras. Jornal Opção. Goiânia, 3 dez 2016.

JORNAL OPÇÃO, 1988. n.p.

Jornal O Popular

ASSENTADAS mais 1 mil 530 famílias carentes. O Popular, Goiânia, 7 fev.1994
A cidade e ano 2000. O Popular, Goiânia, 19 jul. 1990

CRESCIMENTO não é desejável. O Popular, Goiânia, 24 out 1990

CUNHA, Rosane Rodrigues da. POTENCIALIDADES e desafios, marcas da Região Noroeste. O Popular Goiânia, 7 abr. 2006.

CUNHA, Rosane Rodrigues. POEIRA por todos os lados. O Popular, Goiânia, 21 ago. 2003.

EXPULSOS na véspera invasores voltam. O Popular, Goiânia, 24 abr.1981.

EDITORIAL. O Popular, Goiânia, 28 abr. 1981.

FALTAM 108 moradias em Goiânia. O Popular, Goiânia, 22 nov.1990.
Goiânia, O Popular, 1990.

INFRAESTRUTURA. O Popular, Goiânia, 1990.

INVASÃO Organizada. O Popular, Goiânia, 25 abr. 1981.

LOTEAMENTO pode ter lei simplificada. O Popular, Goiânia, 16 dez 1990.

MORADORES sofrem com erosão. O Popular, Goiânia, 31jan.1994.

NOVA invasão é parcialmente contida. O Popular, Goiânia, 25 abr 1981.

ONU dá apoio a projeto em Goiânia. O Popular, Goiânia, 05 ago 1994.

O sonho acabou. O Popular, Goiânia, 1990.

Os Moradores do Jd. Curitiba se tornam reféns do medo. O Popular, Goiânia, 16 mar.1998.

O Noroeste concentra a pobreza. O Popular, Goiânia, 1995.

PLANO da moradia sofre restrições dos engenheiros. O Popular, Goiânia, 21 nov. 1983

PROJETO inédito tenta aliviar miséria urbana. O Popular, Goiânia, 5 ago 1994.

POSSEIROS recebem as escrituras de lotes. O Popular, Goiânia, 15 set.1994.
REGIÃO Noroeste no foco do terceiro debate. O Popular, Goiânia, 5 abr 2006.

JORDÃO, Eduardo.VILA Finsocial, um ano depois. O Popular, Goiânia, 5

ago.1983.

DVDOC -Divisão de Biblioteca e Documentação da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM).

A Proprietária Admite vender a área. Goiânia. s/d.n

A política habitacional. Documento nº 711.522. Goiânia, 1983.

LEVANTAMENTO sócio econômico Vila Finsocial. nº 711.522 (078.5), Goiânia, 1983.n.p.

ESTRATÉGIA para acabar com invasões. Levantamento sócio – econômico Vila Finsocial. Goiânia, 1983. n.p.

O mutirão da moradia e as casas do governo. IPLAN, Goiânia, 1992.

MARIA Valadão vai desapropriar a área. Goiânia. Invasão Fazenda Caveiras “Jardim Nova Esperança e Jardim Boa Vista”.s/d.

PONTES, Martinez. CRESCIMENTO desordenado leva ao caos. Sem planejamento, Goiânia vê problemas se avolumarem. Documento nº 711.522 (078.5). Levantamento sócio econômico Vila Finsocial. Goiânia, 1983.

SETE meses depois, problema da João Vaz ainda não foi solucionado. Região Noroeste, Invasão Fazenda Caveiras “ Jardim nova Esperança e Jardim Boa Vista”. Goiânia. s/d.n.

SOLUÇÃO possível. Região Noroeste. Invasão Fazenda Caveiras “Jardim Nova Esperança e Jardim Boa Vista”. Goiânia. s/d.

SURGEM os primeiros problemas na Finsocial. Goiânia, 21 set 1982.
UNIÃO das invasões c, s/d.

Boletim informativo

A Voz dos Trabalhadores. Goiânia, nov.1979 a. Disponível em: www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2018.

A Voz dos Trabalhadores. Jornal informativo do movimento do custo de vida do Estado de Goiás. Goiânia,1979 b.

A Voz dos Trabalhadores. Jardim Nova Esperança. Goiânia, p. 10–16.1980.

A Voz dos Trabalhadores. Beira da Cidade. Jornal informativo do movimento do custo de vida do Estado de Goiás, nov1979 c. Disponível em: www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2018.

UNIÃO das invasões. A luta pela terra. Circulação Interna. Goiânia, nº, 6 maio 1982 a. Disponível em: www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2018.

UNIÃO das invasões. Circulação Interna. Goiânia, nº 7. Goiânia. jun 1982 b. p.4-6. Disponível em: www.cpvsp.org.br. Acesso em: 15 mar. 2018.

Dossiês

Arquidiocese de Goiânia. Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. Dossiê Invasões em Goiânia. Violência Policial “ Jardim Boa Sorte”. Goiânia, abril/maio de 1981. n.p.

Comunicado

Comunicado dos Moradores do Jardim Boa Vista, Região Noroeste. Invasão Fazenda Caveira “ Jardim Nova Esperança e Jardim Boa Vista”. Goiânia. s/d. n.p.